

**UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO – UNINOVE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE
LINHA DE PESQUISA EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS – LIPED**

Carin Sanches de Moraes

Escola Nacional Florestan Fernandes: educação e formação política no Brasil contemporâneo e sua dimensão internacionalista.

**São Paulo
2015**

**UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO – UNINOVE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE
LINHA DE PESQUISA EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS – LIPED**

Carin Sanches de Moraes

Escola Nacional Florestan Fernandes: educação e formação política no Brasil contemporâneo e sua dimensão internacionalista.

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Nove de julho – PPGE/Uninove, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Prof.Dr. Carlos Bauer de Souza.

**São Paulo
2015**

Autorizo a reprodução e a divulgação total ou parcial desta pesquisa, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudos e pesquisas, desde que citadas as fontes.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Universidade Nove de Julho

Moraes, Carin Sanches de.

Escola Nacional Florestan Fernandes: educação e formação política no Brasil contemporâneo e sua dimensão internacionalista/Carin Sanches de Moraes.2015.

187 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Nove de Julho - UNINOVE, São Paulo, 2015.

Orientador (a): Prof. Dr. Carlos Bauer de Souza.

1. Educação no campo. 2. Formação política. 3. História social da educação. 4.Internacionalismo.

I. Souza, Carlos Bauer de.

II. Título

CDU 37

Carin Sanches de Moraes

Escola Nacional Florestan Fernandes: educação e formação política no Brasil contemporâneo e sua dimensão internacionalista.

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Nove de julho – PPGE/Uninove, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

São Paulo, 30 de março de 2015.

Presidente: Professor Doutor Carlos Bauer de Souza – UNINOVE/SP – Orientador

Examinador: Professor Doutor Candido Giraldez Vieitez – Universidade Estadual Paulista/Julio de Mesquita Filho – UNESP/Marília – Titular

Examinador: Professor Doutor Celso do Prado Ferraz de Carvalho – Universidade Nove de Julho – UNINOVE/SP – Titular

Examinador: Professor Doutor Miguel Henrique Russo - Universidade Nove de julho – UNINOVE/SP – Suplente

Examinador: Professor Doutor Amarílio Ferreira Junior- Universidade Federal de São Carlos – UFSCar – Suplente

Dedico este trabalho a vocês que sempre me fizeram acreditar na realização dos meus sonhos e trabalharam muito para que eu pudesse realizá-los, meus pais, Maria Antônia e Carlos Roberto. A Maria Garcia (in memoriam) – minha avó –, uma das mulheres mais fortes que conheci na vida, minha eterna rainha! A você Juliano Godoi, companheiro no amor, nas lutas e nos sonhos, que sempre me apoiou nas horas difíceis e compartilhou comigo as alegrias.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, primeiramente, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Nove de Julho – PPGE, da Universidade Nove de Julho – Uninove, pela oportunidade de desenvolver este trabalho. Agradeço também à Escola Nacional Florestan Fernandes por ter permitido a realização da pesquisa no seu interior.

Agradeço imensamente aos vários professores do PPGE que, com muita dedicação e compromisso, ajudaram no meu processo de formação e, conseqüentemente, na concretização do presente trabalho.

Aos amigos e colegas do GRUPHIS e da linha de pesquisa.

Aos amigos queridos, Natália Gonçalves, Alessandra Aguiar, Camila Aguiar que sempre acreditaram que esse dia chegaria!

À minha amada e querida família por ter-me apoiado desde o início nessa difícil empreitada. Ao Juliano Godoi, meu companheiro e camarada de luta, que com toda a paciência do mundo me acompanhou até o fim!

Ao Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares PROSUP, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pelo apoio financeiro durante os dois anos do curso.

Aos professores membros da banca, professor Celso Carvalho e professor Candido Vieitez, por terem aceitado participar desse importante momento de minha vida. Obrigada!

Para finalizar, gostaria de agradecer ao meu professor e orientador, Carlos Bauer de Souza que, com muita competência e carinho, me fez acreditar que os filhos da classe trabalhadora também podem chegar a realizar um curso de pós-graduação. Muito obrigada!

RESUMO

Essa pesquisa enfoca a trajetória histórica da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), criada a partir da iniciativa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST – e de movimentos sociais e militantes políticos. O objetivo da pesquisa é compreender a dimensão internacionalista da ENFF e identificar as motivações que levaram à sua criação, como também descrever alguns dos principais aspectos do projeto pedagógico que orienta as práticas existentes, com ênfase na proposta de participação de representantes de movimentos sociais de diversos países, o que caracterizaria o internacionalismo presente no seu constructo. A análise utiliza documentos da ENFF, da AAENFF, do MST, entrevistas e matérias veiculadas no espaço público. A ENFF é objeto de estudo em diversos trabalhos acadêmicos, que descrevem o processo que levou à sua criação e o seu funcionamento, em função do pouco esforço voltado à compreensão do seu caráter internacionalista, característica que ganhou grande relevância. Estudar a dimensão internacionalista da proposta educacional da ENFF é, sobretudo, legitimar sua importância enquanto um espaço que se edifica para contribuir na formação daqueles que participam da construção de alternativas ao modelo dominante de sociedade e que, atuando em diferentes organizações e países, identificam-se como membros de uma cultura de resistência.

Palavras-chave: Educação no Campo. Formação Política. História Social da Educação. Internacionalismo.

ABSTRACT

The present study focuses on the historical pathway of Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF: Florestan Fernandes National School), which was created due to the initiative of social and political militant groups such as the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST: Brazil's Landless Rural Workers' Movement. This work aims to comprehend the ENFF's internationalist dimension and identify the motivations for its creation, as well as to describe some of the main aspects of the pedagogical project that guides the school's practices, giving a highlight on the proposal of engagement with varied countries social movement representants- what would characterize the internationalism presence on the school's construct. The analysis makes usage of ENFF documents and publically published articles and interviews. Being object of study in many academic surveys which describe its creation and maintenance process, the school hasn't been yet comprehended by its relevant internationalist characteristic. Studying the internationalist dimension of ENFF educational proposal is, above all, to legitimatise its importance as a place that builds up in order to contribute with the formation of those whose take part in the construction of alternatives to the society leading frame – whose different organisations and countries active role identify them as members of a resistance culture.

Keywords: Rural Education. Political Formation. Social History of Education. Internationalism.

RESUMEN

Esa investigación mira en la trayectoria histórica de la Escuela Nacional Florestan Fernandes (ENFF), creada a partir de la iniciativa del Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra – MST – y de movimientos sociales y militantes políticos. El objetivo de la investigación es entender la dimensión internacionalista de ENFF y identificar las motivaciones que llevaron a la su creación, así como también describir algunos de los principales aspectos del proyecto de educación que guía las practicas existentes, haciendo hincapié en la propuesta de participación de representantes de movimientos sociales de diversos países, que caracterizan el internacionalismo presente en su constructo. La análisis usa documentos de la ENFF, de AAENFF, entrevistas y materias en torno del espacio publico. La ENFF es objeto de estudio en muchos trabajos académicos, que describen el proceso que llevó a la su creación y el su funcionamiento, conteniendo, poco esfuerzo vuelto a la comprensión de su carácter internacionalista, característica que ha adquirido muy grande relevancia. Estudiar la dimensión internacionalista de la propuesta educacional de la ENFF es, principalmente, legitimar su importancia como un espacio que se construye para ayudar en la formación de aquellos que participan de la construcción de alternativas al modelo hegemónico de sociedad y que, actuando en diferentes organizaciones y países se identifican como miembros de una cultura de resistencia.

Palabras-clave: Educación en Campo. Formación Política. Historia Social de La Educación. Internacionalismo.

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

AC –Acre

AAENFF – Associação dos Amigos da Escola Nacional Florestan Fernandes

AI – 1 – Ato Institucional n 1

AI – 5 – Ato Institucional n5

AI-13 – Ato Institucional n 13

AI-14 - Ato Institucional n 14

ALBA – Aliana Bolivariana das Americas

ALBA Movimentos Sociais – Articulação Continental dos Movimentos Sociais

ALCA – rea de Livre Comércio das Americas

ANAP/CUBA – Associação Nacional de pequenos Agricultores

BA - Bahia

CEB – Comunidade Eclesial de Base

CENIMAR – Centro de Informaoes da Marinha

CEPATEC- Centro de Formação e Pesquisa do Contestado

CIMI – Conselho Indigenista Missionário

CLOC – Coordenadoria Latino-americana de Organizaoes do Campo

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CONESUL – Porção Sul do Continente Americano

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CUT – Central única dos Trabalhadores

DOI – CODI–Destacamento de Operaoes de Informaoes - Centro de Operaoes de Defesa Interna

ENERA – Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária

ENFF – Escola Nacional Florestan Fernandes

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FIOCRUZ –Fundaao Oswaldo Cruz

FSLN – Frente Sandinista de Libertação Nacional

FUNAI – Fundaao Nacional do ndio

GO –Goiás

GRUPHIS – Grupo de História e Teoria do Trabalho Docente e do Educador Social

IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
IIRSA – Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana
LIPEOTE – Linha de Pesquisa das Políticas Educacionais e Organização do Trabalho Escolar
MA- Maranhão
MAB – Movimentos dos Atingidos por Barragens
MDA –Ministério da Agricultura
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
MG – Minas Gerais
MPP/HAITI –Mouvement Paysan Papaye
MAR –Movimento dos Afetados por Represa
MASTER – Movimento de Agricultores Sem Terra
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NB – Núcleo de Base
OBAN – Operação Bandeirante
ONG – Organização Não Governamental
ONU –Organização das Nações Unidas
PAA – Programa de Aquisição de Alimento
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PNE – Plano Nacional de Educação
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária
PR – Paraná
PRONAF – Programa Nacional de fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PT – Partido dos Trabalhadores
RS – Rio Grande do Sul
SC – Santa Catarina
SNI – Serviço Nacional de Inteligência
UDR – União Democrática Ruralista
ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
UNESP – Universidade Estadual Paulista

UNINOVE – Universidade Nove de Julho

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 DA GÊNESE DO MST, SUA HISTÓRIA E SEUS INTÉRPRETES	23
1.1 Movimento dos trabalhadores rurais sem terra: luta e resistência às políticas do regime civil-militar de 1964	26
1.2 O MST e os governos após o fim da ditadura civil militar de 1964 a 1985	47
1.3 A história imediata do MST e sua relação com os governos vigentes.....	51
1.4 MST e suas principais lutas	56
2 PROPOSTAS, PRINCÍPIOS E AÇÕES EDUCACIONAIS DO MST.....	68
3 A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA NACIONAL FLORESTAN FERNANDES – DOS SUJEITOS SOCIAIS E A DIMENSÃO INTERNACIONALISTA DA ESCOLA.....	80
3.1 O papel da ENFF na formação política do MST, dos movimentos sociais brasileiros e de âmbito internacional.....	81
3.2 Objetivos e principais características da Escola Nacional Florestan Fernandes.....	96
3.3 Organização, funcionamento e o projeto político-pedagógico da Escola Nacional Florestan Fernandes	106
3.4 Os tempos educativos e suas funções na organização da ENFF	116
3.5 O Núcleo de trabalho de Teoria Política Latino-americano.....	125
3.6 O MST e suas relações internacionalistas: as influências das lutas internacionais para a conformação da organicidade e formação política do MST..	128
3.7 As brigadas internacionalistas de solidariedade e os comitês de Amigos Internacionais do MST.....	136
CONSIDERAÇÕES FINAIS	140
REFERÊNCIAS E OBRAS DE APOIO	142
ANEXOS.....	154

Las palabras, Mario Benedetti.

No me gaste las palabras
no cambie el significado
mire que lo que yo quiero
lo tengo bastante claro

si usted habla de progreso
nada más que por hablar
mire que todos sabemos
que adelante no es atrás

si está contra la violencia
pero nos apuntaban
si la violencia va y vuelve
no se me queje después

si usted pide garantías
sólo para su corral
mire que el pueblo conoce
lo que hay que garantizar

no me gaste las palabras
no cambie el significado
mire que lo que yo quiero
lo tengo bastante claro

si habla de paz pero tiene
costumbre de torturar
mire que hay para ese vicio
una cura radical

si escribe reforma agraria
pero sólo en el papel
mire que si el pueblo avanza
la tierra viene con él

si está entregando el país
y habla de soberanía
quién va a dudar que usted es
soberano porquería

no me gaste las palabras
no cambie el significado
mire que lo que yo quiero
lo tengo bastante claro

no me ensucie las palabras
no les quite su sabor
y límpiese bien la boca
si dice revolución.

INTRODUÇÃO

Estudar a dimensão internacionalista da proposta educacional da Escola Nacional Florestan Fernandes – ENFF é, sobretudo, um gesto político educacional com o intuito de legitimar sua importância enquanto uma experiência social que se consolida para contribuir na formação daqueles que participam da construção de alternativas ao modelo dominante de sociedade e que, atuando em diferentes organizações e países, identificam-se como membros de uma cultura de resistência para os quais a escola oficial não oferece a formação da qual necessitam. Formação essa intencionada em facilitar a compreensão das relações que se dão no seio da sociedade, tal como ela é.

Portanto, utiliza-se largamente nessa pesquisa, para a análise da dinâmica histórica, política e social do MST e da ENFF, do conceito de experiência formulado por Edward Thompson. Para esse marxista inglês, foi a partir de suas próprias experiências que se produziu a expressão cultural e política da classe operária. Sua análise considera, entre outras coisas, o modo de vida característico dos trabalhadores, que está associado com um determinado modo de produção, e os valores partilhados pelos que viveram durante aquele período histórico que se convencionou chamar de *Revolução Industrial*. Em linhas gerais, sua obra, *A formação da classe operária inglesa*, preocupa-se em estudar as experiências cotidianas, as condições de vida, os desejos e a racionalização que são impostos aos trabalhadores.

Ao deter-se a história num determinado ponto, não há classes, mas simplesmente uma multidão de indivíduos com um amontoado de experiências. Mas, ao se examinar esses homens durante um período adequado de mudanças sociais, observam-se padrões em suas relações, suas ideias e instituições. A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é sua única definição. (THOMPSON, 1987, p. 11-12)

A compreensão que Thompson tem do processo de formação da classe operária inglesa remete-se à ideia de que a classe é, antes de qualquer coisa, uma formação tanto cultural quanto econômica e política, que se produz e se manifesta historicamente nas relações humanas e sociais, como um dos resultados de experiências comuns, determinadas, principalmente, pelas relações de produção. Não é de outra forma que a chamada consciência de classe, para este autor,

[...] é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. Podemos ver uma *lógica* nas reações de grupos profissionais semelhantes que vivem experiências parecidas, mas não

podemos predicar nenhuma *lei*. A consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma. (THOMPSON, 1987, p. 10).

Nesse aspecto, ao tomar-se a ENFF como *locus* de produção-circulação-reprodução cultural, lugar, portanto, de conflito e de resistência, localiza-se na obra de Thompson um conjunto bastante fecundo de conceitos, noções, premissas e hipóteses capazes de conferir à escola e a seus agentes um papel destacado na organização da cultura.

Boa parte da obra de E.P. Thompson foi vinculada a questões e discursos dos próprios trabalhadores, demonstrando que essa classe não é construída somente em termos econômicos, pois se baseia na construção histórica de experiência. Quando se faz uma releitura do passado busca-se a multiplicidade de experiência, tenta-se revalorizar as perdas e os ganhos desses subalternos, que tiveram uma grande importância histórica, pois só assim compreendem-se os conflitos e os processos de transformação.

As experiências educacionais articuladas pelos trabalhadores que se voltaram para o ensino-aprendizagem dos conhecimentos escolares, não se detiveram neles e buscaram permitir o acesso às tradições intelectuais e políticas as mais diversas.

Das inúmeras indicações oferecidas pelo historiador prioriza-se a base ontometodológica por ele proposta, e a categoria de experiência e a formação de classe e a cultura. Para Thompson (1981, p. 115-6), a classe é constituída por homens e mulheres em suas ações e relações sociais e sua consciência faz parte das experiências na relação histórica de como elas se inter-relacionam. A experiência – em que reside o senso comum – possui estatuto próprio para uma investigação com possibilidades explicativas e igualmente com limitações, tornando clara esta compreensão ao argumentar, por exemplo, que o agricultor “conhece” suas estações, o marinheiro “conhece” seus mares, mas ambos permanecem ainda mistificados em relação à monarquia e à cosmologia.

Mas os impactos não são apenas na vida individual e coletiva: são também sobre a cultura como um todo e sobre cada pessoa em particular. Para analisar essa articulação entre a vida coletiva, organizada sob a forma de uma ampla e densa cultura e a vida individual, ou seja, entre o sujeito e a vida social, Thompson (1981), por um lado, fará um uso muito interessante e criativo da noção de “determinação” e, por outro, desenvolverá estudos e argumentação sobre cultura e “experiência” e suas relações de forma até então pouquíssimo explorada pela tradição marxista, procurando argumentar que “a consciência de classe é a forma como as experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais.” (1987, p. 10)

Para o historiador Thompson (1981), a experiência social é fator determinante para se compreender as mudanças sociais, pois “exerce pressões sobre a consciência social existente, propõe questões e proporciona grande parte do material sobre o qual se desenvolvem os exercícios intelectuais mais elaborados”. Em termos metodológicos, a noção de experiência em Thompson alerta ao pesquisador para que tome o empírico como ponto de partida para o conhecimento, porém, refutando a ideia de que os dados falam por si mesmos ou, em outros termos, que a experiência pura e simples, sem mediações teóricas, explicaria a realidade.

Thompson (1981, p. 405-6) distingue entre experiência I – experiência vivida – e experiência II – experiência percebida. Muitos estudiosos e sociólogos contemporâneos, quando ouvem a palavra “experiência” identificam-na imediatamente à experiência II, a experiência percebida. Isto é, movem-se na direção do que Marx denominou consciência social.

Como consequência, nas palavras de Thompson, a “experiência II” é um meio imperfeito e corrompido no interior do ser social e, com frequência, resultam de causas materiais que ocorrem de forma independente da consciência ou da intencionalidade. Tais causas, inevitavelmente, dão ou devem dar origem à experiência vivida, à experiência I, mas não penetram como “reflexos” na experiência II. No entanto, a pressão dessas causas sobre a totalidade do campo da consciência não pode ser adiada, falsificada ou suprimida indefinidamente pela ideologia. A noção de experiência implica, necessariamente, o reconhecimento dos sujeitos como reflexivos que, em suas ações, repõem continuamente o movimento da história.

Os homens e as mulheres retornam como sujeitos, dentro deste termo [experiência] – não como sujeitos autônomos, indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses como antagonismos e, em seguida, tratam essa experiência em sua consciência e sua cultura (...) das mais complexas maneiras (sim, relativamente autônomas”) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada. (THOMPSON, 1981, p.182)

A categoria de experiência, em sua articulação com a de cultura, é apontada como um dos marcos teóricos mais controversos no âmbito da obra de Thompson. Alguns intérpretes a compreenderam como sendo de natureza superestrutural: a ênfase exagerada na experiência teria conduzido Thompson a descuidos em relação a categorias econômicas e à sobrevalorização de aspectos culturais, como se ele se esquivasse das determinações materiais.

Thompson reafirma a lógica histórica como sendo o processo mediante o qual os seres humanos fazem sua história, como determinação do campo cultural:

Toda teoria da cultura deve incluir o conceito da interação dialética entre cultura e algo que não é cultura. Devemos supor que a matéria-prima da “experiência de vida” esteja em um dos pólos, e todos os infinitamente complexos sistemas e disciplinas humanas, articulados ou não, formalizados em instituições ou dispersos das maneiras menos formais que “manejam”, transmitem ou distorcem esta matéria-prima, estejam no outro pólo. É sobre este *processo* ativo, que é, ao mesmo tempo, *o processo mediante o qual os seres humanos fazem sua história*, que venho insistindo. (THOMPSON, 1981, p. 398; grifo no original).

Experiência e cultura aparecem, então, articuladas, constituindo ambas um ponto de junção entre estrutura e processo, entre as determinações objetivas do ser social e a possibilidade do agir e da intervenção humana; neste sentido, são “conceitos de junção”, ou seja: homens e mulheres atuam e constroem suas vidas em condições determinadas e vivem esta experiência tanto no âmbito do pensamento, como no do sentimento. Na cultura, como no âmbito de sua experiência social, os sujeitos lidam com o sentimento como normas, obrigações familiares e de parentesco e reciprocidades, como valores, ou mediante formas mais elaboradas na arte ou nas convicções religiosas. No que se refere à ideia de determinação, chamará a atenção para o fato de que a ação humana não ocorre num vazio, e que, portanto, ela ocorre em contexto cultural denso e, para o momento que ele estuda, conflituoso. Assim, a ação humana não pode ser desconectada destes suportes culturais (instituições, tradições) que lhe dá e garante sentido. Assim, toda ação humana é “condicionada” (e não determinada em última instância) pela estrutura social na qual ocorre. Todavia, tal condicionamento, muito menos do que determinar, impõe limites, estabelece condições para a ação sempre criativa dos homens e mulheres na história.

Com a experiência e cultura, estamos num ponto de junção de outro tipo. Pois as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como ideias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos, ou (como supõem certos praticantes teóricos) como instinto proletário etc. Elas experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidade, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas. Essa metade da cultura (e é uma metade completa) pode ser descrita como consciência afetiva e moral. (THOMPSON, 1981, p.189)

Para alcançar os objetivos propostos pela investigação, a mesma também se valeu de uma abordagem nos marcos de uma pesquisa qualitativa fundamentada no materialismo histórico e dialético e seus desdobramentos no campo da cultura e da história social da educação. Optou-se por essa abordagem porque esse modelo de estudo possibilita uma

compreensão significativa do problema, além de que a abordagem de cunho qualitativo pode assumir muitas formas e ser inserida em diversos contextos.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 1995, p. 21)

Considera-se que o método dialético, entre outras coisas, objetiva-se a interpretar a realidade com enfoque na totalidade dos processos que a regem e no reconhecimento da existência do princípio de contradição desses fenômenos. Para tanto, está muito ligado ao tema proposto para o presente estudo sobre o papel da Escola Nacional Florestan Fernandes – ENFF e suas ações político-educacionais, num cenário social reconhecidamente povoado de tensões e contradições na realidade histórica e social presentes no Brasil, como também em diferentes países latino-americanos.

A pesquisa também pressupôs a identificação de uma massa de dados bibliográficos, constituída de obras que se referenciam direta ou indiretamente ao objeto do estudo. Além da análise bibliográfica, fez parte da abordagem em questão a pesquisa documental, com a coleta e o uso dos materiais elaborados pela escola e pelos movimentos e entidades que contribuem para a sua existência e manutenção. A pesquisa de campo também foi necessária, porque se utilizou dos procedimentos operacionais da observação e das entrevistas semiestruturadas, técnicas de pesquisas que contribuíram para alcançar os objetivos aqui traçados. Foram feitas sete (7) incursões na Escola Nacional Florestan Fernandes para a aproximação das fontes necessárias para a construção da pesquisa. Com essas incursões foi possível realizar uma das entrevistas, articular outras e participar dos ciclos de debates que são abertos ao público.

Foram realizadas quatro (4) entrevistas semi-estruturadas. Entrevista um (1): realizada com um dos coordenadores da ENFF, no dia 12 /04/2014; entrevista dois (2), realizada no dia 11 de maio do ano de 2014, com o professor Thiago Nicola Lavoura, da Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus-Bahia, que mantém atividades colaborativas com a ENFF. A entrevista três (3) foi realizada com o professor aposentado, do Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH, da Universidade de São Paulo – USP, Paulo Eduardo Arantes, no dia 12 de julho do ano de 2014. Paulo Arantes foi um dos professores pioneiros a coordenar cursos na ENFF. A entrevista quatro (4) foi realizada com o militante e dirigente do Movimento dos Atingidos por Barragens do estado de Rondônia, Geovane Costa Souza, e ocorreu no dia 9 de setembro do ano de 2014. Geovane participou do curso *Teoria Política Latino-Americana*, no ano de 2013. Vale registrar que a entrevista foi realizada após a conclusão do referido curso.

Considerou-se a realização das entrevistas semi-estruturadas com os artífices da ENFF, acadêmicos e militantes fundamentais para a concretização do estudo, pois por meio delas foi possível identificar e compreender sua dinâmica de trabalho e reais intenções.

No que se refere às fontes bibliográficas, foram promovidos diálogos com alguns dos autores que podem ser considerados essenciais para compreensão da dinâmica e intenções da Escola Nacional Florestan Fernandes. Esses articulistas, em suas obras, discorrem sobre o surgimento do MST, suas principais lutas e especialmente sobre os princípios que deram razão para existência do movimento. Ressalta-se que, mesmo em se tratando de uma mesma temporalidade, cenário político e de sujeitos sociais em comum, verificaram-se diferentes formas de abordagens do movimento, fato considerado de suma importância para o conhecimento do objeto sob a ótica do materialismo dialético.

Dentre os autores cotejados, seguem alguns daqueles que deram grandes contribuições para a construção dos capítulos: Fernandes (2001); Fernandes e Stedile (2012), Morissawa (2001), Bauer (2009; 2012), Vendramini (2000), Medeiros (2002), Vieitez & Dal Ri (2008), Fernandes (2000); Caldart (1997); Gohn (1994; 1997; 2003); Pizetta (2007), Leher (2005); Princeswal (2007); Bogo (1999); Teixeira, L. M. e Silva, R. M. L. (2007); Leandro (2002); Tarelho (1998); Souza (1999); Silva.C.R. (2014).

Conforme já dito anteriormente, as produções elaboradas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, pela ENFF e pela AAENFF, também contribuíram para a construção do arcabouço teórico e informativo presentes da dissertação.

Sobre esse quesito, registra-se a importância da existência da Associação dos Amigos da Escola Nacional Florestan Fernandes – AAENFF que desempenha um respeitável papel colaborativo para a manutenção da ENFF. Considerou-se cabível uma aproximação das ações dessa associação, instituição que também se construiu em consonância a ENFF e que desenvolve algumas frentes de atuações junto à Escola. Salienta-se, ainda, que foi feita uma visita informal na sede da associação de amigos da ENFF com intuito de obter esclarecimentos sobre o seu funcionamento real. Por conseguinte, discorre-se sobre essa associação em subcapítulo próprio no decorrer da dissertação.

Também se levou em conta que o objeto de estudos do presente trabalho, que é a presença do internacionalismo existente na proposta político-pedagógica da ENFF e sua efetivação, pôde ser mais bem compreendida no contexto histórico e social no qual ocorre e são produzidas suas ações.

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, orientada pela perspectiva histórica, política e social, a metodologia previu o levantamento dos fatos inseridos no processo que levou à criação

da Escola Nacional Florestan Fernandes – ENFF, partindo de concepções anteriores de educação e formação realizadas pelos movimentos sociais no Brasil.

Para tanto, analisaram-se documentos relativos à criação da ENFF e à sua posterior atuação na formação política de militantes do MST e de organizações de diversas partes do mundo. Foram utilizadas *categorias de análise* que compreendem, entre outras unidades, o contexto histórico social e político, a pedagogia adotada pela escola e suas experiências formativas. O objetivo dessa pesquisa foi identificar os principais aspectos que levaram à criação da ENFF e, sobretudo, como se concretizou em sua proposta pedagógica para, posteriormente, avaliar como se deu a dimensão internacionalista nas atividades realizadas no que concerne à regularidade dos cursos que intensificam essa dimensão. Tal característica está na gênese da criação da ENFF, que contou com apoio de organizações e personalidades públicas de diversos países. Apoios esses construídos a partir da relação que o MST estabeleceu com sujeitos e organizações políticas e sociais em distintos momentos históricos.

A pesquisa pretendeu verificar a construção de um modelo de ação internacionalista como parte da visão política do MST, principal sujeito envolvido na criação da ENFF, o que levou à elaboração de estratégias para tornar possível a participação de militantes políticos de diferentes nacionalidades, integrantes de culturas de tradições díspares, em um conjunto significativo de atividades da escola. Nesse item os objetivos principais da pesquisa foram:

- Compreender como a relação internacionalista acontece nos espaços de atuações da ENFF;
- Se há algum curso específico que estimule essa relação internacionalista;
- Se há desdobramentos políticos (por meio de ações desenvolvidas pelos militantes que realizaram os cursos) nos diversos países por conta dessas experiências internacionais (no caso dos cursos) oferecidos pela ENFF;
- Como se dá a aplicação real do Projeto político pedagógico (no que tange à questão internacionalista).

Baseando-se nesses objetivos propostos, delimitou-se e procurou-se responder aos seguintes questionamentos:

Para a ENFF alcançar seus inúmeros objetivos, é determinante essa presença internacional na escola? Essa presença pertence a uma estratégia política do MST, ou foi constituindo-se de maneira espontânea? É o que direciona a formação de seus quadros militantes para ampliação de suas intervenções nas lutas sociais?

Essa presença internacional reinante na ENFF remete-se a momentos da história em que iniciativas como essa se davam nos espaços de organização dos trabalhadores de diversas partes do mundo. Esse tipo de iniciativa teve grande influência nas formas de organização dos trabalhadores no mundo.

A Escola Nacional Florestan Fernandes, em sua proposta pedagógica, assume essa influência na sua prática de formação? E se assume essa prática, de que maneira ela se dá? Ela vai além da presença de pessoas de outros países no seu interior? É feito um estudo histórico sobre as motivações que levaram à criação das organizações internacionais dos trabalhadores?

Considera-se a relevância dessa pesquisa em vários aspectos. Um deles, foi o de reconhecer que um movimento de trabalhadores rurais tem no centro de suas discussões e ações concretas o tema da educação. Educação entendida por ele como um princípio filosófico. E que é atribuída a essa educação uma discussão que questiona o ensino oficial e propõe alternativas. Para levar a cabo esses objetivos, julgou-se pertinente a realização do presente trabalho obedecendo à seguinte divisão capitular.

O primeiro capítulo – Da gênese do MST, sua história e seus interpretes – se constituiu por meio de um diálogo feito entre os autores que se debruçaram em suas pesquisas no sentido de compreender a gênese e o desenvolvimento histórico do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Sua compreensão foi necessária para a obtenção de maior clareza do objeto de estudo, dado o fato de que ao pesquisar a trajetória do movimento ficou evidente que a educação e a formação política dos seus adeptos foram elementos centrais de seus debates desde o início de suas ações para o desenvolvimento do movimento e para o alcance de suas bandeiras de luta. Entre elas, a redistribuição das terras brasileiras por meio da reforma agrária. Localiza-se o surgimento do MST em um cenário político e econômico orquestrado pelos artífices da ditadura civil militar de 1964. Além dessas questões, o capítulo procurou demonstrar de maneira breve como se deu a continuidade do MST após o fim do regime ditatorial e sua relação com os governos posteriores.

O segundo capítulo – Propostas, princípios e ações educacionais do MST – em conexão com o primeiro, procurou demonstrar as primeiras preocupações que o movimento teve com relação à educação e formação política no interior do movimento. Esse capítulo teve importância para o desenvolvimento da pesquisa, porque foi no seio da luta em movimento do *movimento*, que essa necessidade se manifestou. Procurou-se demonstrar, no capítulo referido, como o MST organizou a educação e formação política nos acampamentos e assentamentos e o que compreendem sobre o trabalho como um princípio educativo.

O terceiro capítulo se dedicou a demonstrar o processo de criação da Escola Nacional Florestan Fernandes, bem como a dimensão internacionalista existente na escola por meio dos cursos oferecidos por ela. Foi feita uma descrição dos cursos existentes em sua sede atual e também os que são realizados fora dela, como no caso das universidades públicas que são próximas dos inúmeros movimentos sociais. Verificou-se, nesse capítulo, a importância dos cursos de natureza latino-americana como instrumento de intensificação dos laços internacionais, sobretudo no aspecto político e na busca de sua consolidação.

Finalmente, nas Considerações finais, apresentam-se as reflexões resultantes da pesquisa realizada, como tentativa de compreender criticamente o modo de funcionamento e os objetivos que marcaram a trajetória histórica da organização da Escola Nacional Florestan Fernandes – ENFF e sua perspectiva internacionalista no período estudado.

1.DA GÊNESE DO MST, SUA HISTÓRIA E SEUS INTÉRPRETES

Internacionalizemos a luta! Internacionalizemos a esperança!
(palavras de ordem do MST)

Inicia-se este capítulo apresentando parte do objetivo do presente estudo, com o intento de clarificar as pretensões do mesmo e considerando os diversos sujeitos sociais que atuaram em momentos históricos determinantes para a formação de organizações políticas e sociais, inspiradas em modelos de ações coletivas e socializantes na realidade social. Organizações e movimentos que estiveram e ainda estão inseridos na luta pela superação da sociedade dita capitalista. Compreende-se que essas organizações receberam influências de organismos sociais e políticos do chamado campo da esquerda de todo o mundo, com algumas características e pretensões comuns, mas, lembrando que cada uma delas tem o seu próprio tempo histórico.

Tem-se como objeto de estudo o internacionalismo existente nos espaços e atuações da Escola Nacional Florestan Fernandes – ENFF, ou seja, sua dimensão internacionalista. A ENFF é uma escola de iniciativa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, conforme afirmam seus artífices, ela é parte do movimento. Mesmo não sendo a única escola a se preocupar com esse tipo de formação no setor das organizações políticas e sociais, ela é considerada por muitos militantes do campo político que se convencionou chamar de esquerda, como um espaço organizativo da classe trabalhadora. Essas considerações se dão pelo fato da ENFF ser uma escola de formação política de quadros militantes do próprio movimento que a concebeu, como de movimentos sociais oriundos de diversas partes do mundo. Por formação de quadros políticos, tomou-se de empréstimo as contribuições de Peloso (2012) para referenciar o tipo de formação que a ENFF desenvolve junto ao MST e demais colaboradores. Para o autor,

O entusiasmo e a força são insuficientes para vencer a opressão. A classe oprimida precisa juntar a força, o pensamento e a esperteza para vencer a dominação. Ter formação é saber *desmontar* o sistema capitalista e elaborar políticas para resolver os problemas do povo, imediatas e em longo prazo. É fácil derrotar quem não estuda e quem não pensa. É compreensível que pessoas *estudadas* não entrem na luta, mas é imperdoável que as lutadoras não estudem, não sejam intelectuais. (PELOSO, 2012, p.39, grifos do autor)

É sobre esse tipo de formação que a ENFF se propõe a desenvolver em seus espaços.

A inquietação primordial da pesquisa assenta-se no internacionalismo existente no processo histórico de construção¹ da Escola Nacional Florestan Fernandes – ENFF. Pretende-se compreender como essa relação internacional se dá nos cursos oferecidos pela ENFF, sobretudo se há a intensificação dessa relação em alguns dos cursos que são realizados nela. Mostrava-se notório que pessoas de outros países haviam participado desse processo desde a sua concepção até o desenvolvimento de suas atividades educativas propriamente ditas. Como foi, e ainda é, o caso da participação dos comitês de amigos internacionais do MST, das brigadas internacionais dos movimentos sociais, de professores e intelectuais internacionais. Constatada a existência desse internacionalismo pretende-se entender suas principais características e de que maneira ele expressou-se e se expressa no projeto político pedagógico da escola e a sua aplicação real. Portanto, o interesse em pesquisá-la deu-se no sentido de entender a efetivação e os desdobramentos dessa presença internacionalista em favor da classe trabalhadora.

Entende-se que existiam vários caminhos que levariam os pesquisadores educacionais e demais interessados à compreensão do objeto de estudo, como por exemplo, iniciar a pesquisa diretamente pela ENFF. Tratando do processo de sua construção, ou aterem-se apenas nos cursos que sinalizam a presença internacional no seu fazer-se. Fez-se a opção por iniciar a sua compreensão pelo caminho da história social da Escola Nacional Florestan Fernandes. Opta-se por esse caminho por considerar o cenário político em que ela surgiu, os sujeitos sociais que a idealizaram e que fizeram um esforço descomunal para o início da edificação de uma escola que, aos olhos de muitos, foi e continua sendo erguida pelos trabalhadores do campo brasileiro e pela solidariedade da classe trabalhadora de várias partes do mundo.

Caminho esse que não a considera um espaço neutro e tampouco isolado da construção da história da luta de classes, cujos sujeitos continuam esforçando-se para a superação do capital e de um sistema que desumaniza as relações sociais e que produz distorções sobre a percepção de mundo dos mais variados setores da sociedade.

Ao se dispor a estudar o internacionalismo reinante na ENFF, caminhou-se pelo itinerário das discussões sobre o universo da consciência política, que para o MST é primordial que seja estimulado em seus militantes por meio da luta concreta e da formação política.

Essa sua resolução pressupõe compreender as questões ditas subjetivas dos acontecimentos políticos, as motivações e as formas de organização que levaram os sujeitos a participarem de ações e projetos coletivos, como é o caso dessa escola. Essa premissa coloca-se, simultaneamente, diante da necessidade de se conhecer a história do Movimento dos

¹ Construção no sentido lato da palavra. A ENFF se define como um espaçodinâmico, em movimento e inacabado.

Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, e saber sobre os seus projetos políticos e educacionais. Logo, ao pesquisar-se sobre o MST e suas principais lutas, também é necessário ter uma atenção especial à concepção que o MST tem sobre educação e formação política dos seus quadros e de como isso interferiu e interfere positivamente para a consolidação do movimento em atuação na sociedade.

Precisou-se, também, retomar alguns acontecimentos históricos que elucidam o entendimento das tentativas do processo de transformação da sociedade brasileira em meio ao regime civil militar decorrente do golpe de 1964. Antes de percorrer os caminhos de idas e vindas desse processo, é preciso ressaltar que as linhas que se seguem não são inéditas no universo da pesquisa sobre a luta dos movimentos dos trabalhadores do campo e suas iniciativas educacionais. Pretende-se, neste trabalho, promover uma conversa com os autores que por muito tempo se dedicaram, em suas pesquisas acadêmicas, à formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, suas principais lutas e a importância que a educação e a formação política pensadas e praticadas pelo MST têm assumido em suas fileiras, fator que, certamente, desencadeou na necessidade de criação da ENFF.

Serão relatados apenas alguns dos aspectos históricos que retratam a trajetória do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o que possibilitou uma compreensão da Escola Nacional Florestan Fernandes e seus desdobramentos. Desta sorte, nessa etapa introdutória do trabalho lança-se mão da revisão bibliográfica e das consultas de teses e dissertações acadêmicas correlatas e atinentes ao estudo. Também serão utilizadas as entrevistas realizadas com dirigentes e coordenadores da ENFF e os documentos produzidos pelo próprio MST.

Quando se discute os primórdios da formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a revisão bibliográfica tem grande importância para a consecução desse intento, pois nela se encontramos estudos de pesquisadores que muito contribuíram para a real compreensão dos sujeitos da presente pesquisa. Por sua vez, as entrevistas semiestruturadas que foram utilizadas atribuem grande significado ao estudo, na medida em que, por meio delas, chega-se às interpretações concretas do seu objeto maior que é o internacionalismo existente na ENFF.

1.1 Movimento dos trabalhadores rurais sem terra: luta e resistência às políticas do regime civil-militar de 1964.

O MST “surgiu” em um contexto socioeconômico e político demarcado pelas arbitrariedades e os percalços impostos pelo regime civil militar, a partir de 1964, aos mais variados segmentos da sociedade brasileira. Regime esse que, por meio das suas ações truculentas e autoritárias, se valeu das instituições do Estado e do apoio de importantes e destacados setores da sociedade civil para imprimir condições degradantes para o conjunto da classe trabalhadora brasileira, inclusive para o campesinato.

Ao analisar os estudos de alguns autores sobre o período que deu início à formação do MST, foi possível notar um consenso em suas pesquisas. Para eles, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra constituiu-se na fase de redemocratização do país, momento em que as manifestações, advindas das organizações da classe trabalhadora, como foi o caso dos sindicatos, eram realizadas com relativa liberdade. Ainda que o país estivesse vivendo um momento de abertura política, é importante lembrar que muitos militantes sindicais e de outras organizações políticas foram duramente perseguidos e acucados pelos representantes do regime então vigente. Isso se deu justamente por esses últimos atuarem nesses organismos que primavam pela organização política dos trabalhadores como condição para as mudanças necessárias e possíveis de serem realizadas naquele momento histórico que o país atravessava.

Antes de prosseguir, vale destacar que, ao falar sobre os movimentos sociais e organizações políticas, refere-se a agrupamentos sociais e organizações políticas de resistência à ordem de seu tempo. Agrupamentos esses que surgiram em consequência das políticas econômicas e sociais aplicadas pelo regime civil militar e políticas essas que, sabidamente, não respondiam às necessidades reais dos trabalhadores brasileiros.

Mesmo considerando o período de redemocratização do país como propício para a formação do MST, também se faz necessário que sejam levados em conta os períodos que antecederam os sinais de abertura que prenunciavam o período de democratização experimentado pelo país. Acredita-se que a redemocratização do país não foi ponto de partida para a formação do MST, mas, talvez, o ponto de chegada. O que pode ter determinado a sua eclosão foram justamente as circunstâncias políticas e econômicas que levaram a população a condições sub-humanas, inclusive, em todo o período que precedeu ao golpe, entre 1961 e 1964, que teve como consequência a intensificação da ação dos movimentos rurais e das ligas camponesas².

² Movimento camponês iniciado nos idos do ano de 1954, no nordeste do Brasil. Entre seus fundadores estava José dos Prazeres e lideranças como Francisco Julião, Clodomir de Moraes, Elizabeth Teixeira e João Pedro Teixeira. Com o advento do golpe civil militar de 1964, as ligas camponesas foram colocadas na ilegalidade e evidentemente perseguidas (FERNANDES, 2012).

Ao analisar os escritos de Bernardo Mançano Fernandes sobre a política agrária no período civil militar, Bauer (2009, p. 49) acrescenta a seguinte caracterização,

[...] a política agrária da ditadura militar incorporou em seu ideário um projeto de reforma agrária que havia sido produzido, imediatamente antes da ação golpista perpetrada pelos militares em 1964, pelos artífices do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipes) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad). Estudando sua ação ideológica e a composição político-militar do Ipes e do Ibad, que aglutinava intelectuais, escritores, jornalistas, advogados [...]

Carmela Panini (1990) corrobora com essa análise salientando que os objetivos que esses institutos possuíam eram o de conter as mobilizações populares e, certamente, contestar os feitos políticos, do governo Goulart.

É nesse contexto que se expressam os descontentamentos por parte dos trabalhadores do campo devido aos desdobramentos dessas intervenções autoritárias. Isso fez com que movimentos de diversos setores da sociedade voltassem a se organizar. No caso das famílias camponesas e trabalhadores do campo, não foi diferente.

O movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é filho das lutas pela democratização da terra e da sociedade. No final da década de 1970, quando as contradições do modelo agrícola se tornam mais intensas e sofrem com a violência de estado, ressurgem as ocupações de terra. (MST, 2010, p. 9)

A própria condição de repressão e autoritarismo orquestrada pelo regime foi fundamental para os trabalhadores rurais compreenderem o lugar e o papel que desempenhavam na sociedade e as atividades de resistência e reestruturação que deveriam ser desenvolvidas durante os anos que se seguiram ao golpe de 1964.

Portanto, para melhor compreender a formação do MST, o estudo não ficou restrito apenas ao contexto do período de redemocratização do país, mas também foram descritos alguns aspectos das ações desempenhadas em seu curso pelos protagonistas do regime.

[...] seu curso chama-nos a desenvolver uma análise de como se processou a formação econômico-social e sua estreita vinculação com a estruturação de um imponente Estado autoritário, que se consolidou no 'solo' histórico do Brasil, pelo menos desde 1964 até os idos da década de 1980. E, se assim o fazemos, é por entender que as contradições e as tensões, a emergência e a consolidação das classes sociais que cotidianamente produzem a cena histórica se colocaram em movimento e passaram a ter relevo na realidade política, econômica e cultural de nosso tempo, a partir daqueles dias! (BAUER, 2012, p. 13)

Nesse aspecto, caracteriza-se esse período para compreender em que contexto o MST surgiu, bem como para mostrar que o desenvolvimento de suas ações nos dias atuais guarda relação com o percurso histórico do ideário organizativo dos trabalhadores rurais no Brasil.

Nos primeiros anos de vigência do regime, a economia brasileira viveu uma crise. O governo, instalado pela força e de maneira golpista em 1964, visava a reformar o sistema econômico capitalista vigente no país, por meio de sua rápida e intensa modernização. E, para isso, foi necessária uma reforma alarmante do aparelho do Estado.

O governo brasileiro, por meio de seu programa econômico, reduziu o déficit do setor público, contraiu o crédito privado e comprimiu os salários de seus funcionários, controlando os gastos dos estados, lançando mão de uma postura autoritária e centralizadora.

No que se referia às questões de ordem fundiária,

[...] decretou a primeira Lei de Reforma Agrária no Brasil, em quase quinhentos anos, que foi denominada de Estatuto da Terra. Ela vinha em resposta à necessidade de distribuição de terras como forma de evitar novas revoluções sociais, como a que acabara de acontecer em Cuba, em 1959. (MORISSAWA, 2001, p. 99)

Com base nas palavras dessa autora, parece ficar evidente que o governo ditatorial tinha muito bem delineado quais tipos de ações desenvolveriam para dificultar a possibilidade de organização dos trabalhadores do campo e, conseqüentemente, garantir a política em curso, que beneficiaria apenas um setor restrito da sociedade. Não bastasse isso,

O regime militar foi duplamente cruel e violento com os camponeses. Por um lado – assim como todo o povo brasileiro – os camponeses foram privados dos direitos de expressão, reunião, organização e manifestação, impostos pela truculência da Lei de Segurança Nacional e do Ato Institucional nº 5. (MST, 2010, p. 9)

No caso dos trabalhadores e famílias do campo, as conseqüências desse desenvolvimento impulsionado pela burguesia brasileira, e com o apoio das grandes empresas internacionais, forama concentração da propriedade da terra, o fortalecimento da perspectiva agroindustrial e, com isso, a impossibilidade de ocupá-la com projetos de reforma agrária com fins sociais e a exclusão de quem nela estava. À época, o povo do campo.

Foi nesse cenário que as Ligas camponesas praticamente desapareceram das lutas do campo brasileiro. Com um modelo agrário concentrador a caminho de uma modernização seletiva e conservadora, produziu-se a exclusão da pequena agricultura, dando lugar ao êxodo rural, à consagração da grande propriedade fundiária, à capitalização e exportação da produção e à prioridade do uso intensivo dos agrotóxicos e sua irresistível mecanização.

As mudanças que se apresentaram no mercado mundial levaram a uma profunda transformação da velha agricultura tradicional em uma agricultura de tipo empresarial, processo esse ligado à penetração direta dos capitais transnacionais na agricultura da região, seja mediante a compra, absorção ou fusão e/ou associação de grandes fazendas ou plantações, propriedades da burguesia agrária latifundiária. (BAUER, 2009, p. 50)

E quando as forças organizadas dos trabalhadores reagiram contra aos interesses do capital, foi evidente a mobilização da elite brasileira, que estava pulverizada nos diversos setores da sociedade, tais como: os meios de comunicação, a bancada de deputados no Congresso e outros. Tal articulação se dava justamente porque o projeto de desenvolvimento do país deveria seguir seu curso, mesmo que caracterizado por interesses antagônicos aos dos trabalhadores do campo.

Em se tratando de interesses antagônicos havia, de um lado, as famílias do campo que necessitavam da terra para nela trabalhar de maneira que se pensasse e organizasse uma produção agrícola que estivesse em consonância com seus costumes e modos de vida. De outro lado, porém, havia a presença e a atuação do latifúndio no país demonstrando outro interesse com relação ao uso da terra, o de subordiná-la à lógica do capital e transformá-la numa mercadoria e fator de mera especulação rentável.

Para um dos interesses prevalecer, certamente o outro deveria ser banido. Desta forma, em plena vigência da ditadura civil-militar (1964-1985), a questão da resistência e capacidade organizativa dos trabalhadores rurais sem-terra estava colocada na ordem do dia. Foi essa a luta! E foi nesse contexto que as organizações dos trabalhadores se reorganizaram.

Por sua vez, os setores hegemônicos e tradicionais da sociedade brasileira continuavam adotando uma série de ações políticas e medidas econômicas com vistas ao fortalecimento do processo de modernização conservadora, no qual a exclusão social e a plena submissão foram a tônica imposta aos seus oponentes. Mas, como se observou anteriormente, estava em curso, no seio da sociedade brasileira, uma nova consciência política e que, no que se referiam às políticas modernizantes adotadas no campo, encontraram no MST um ponto de inflexão e resistência.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra surge em fins da década de (19)70, tendo sua organização sido concretizada na região sul do país, onde o fator modernidade agrícola estava expropriando muitos trabalhadores rurais. É a partir de meados da década de (19)80 e início de (19)90 que o MST começa se espacializar em nível de Brasil, organizando ocupações de terra em 19 estados. (...) A origem do MST está ligada ao modelo de modernização da agricultura e concentração fundiária, principalmente. Atrelado a isso, vem a

resistência dos trabalhadores rurais que são excluídos do processo produtivo, por conta dessas transformações no campo. (SOUZA, 1994, p. 81)

Os movimentos sociais que se constituíram e consolidaram-se, ao longo da década de 1970, tiveram grande importância na cena política nacional daqueles dias. O Brasil estava diante da emergência de uma consciência política revigorada, estruturada a partir daqueles que haviam se comprometido com os interesses populares e com as reivindicações históricas e imediatas dos trabalhadores do campo e da cidade.

Essa nova situação, nas palavras de Eder Sader (1988, p. 26-7),

[...] foi primeiramente enunciada sob a forma de imagens, narrativas e análises referindo-se a grupos populares os mais diversos que irrompiam na cena pública reivindicando os seus direitos, a começar, pelo direito de reivindicar direitos. O impacto dos movimentos Sociais em 1978 levou a uma revalorização de práticas sociais presentes no cotidiano popular, ofuscadas pelas modalidades dominantes de sua representação.

Os movimentos populares estavam reorganizando-se, demonstrando em suas ações o potencial de articulação contra as forças dominantes. Essa resistência fez com que, por parte do governo, se utilizassem de discursos e ações travestidos com roupagens democratizantes para a contenção dos movimentos que se anunciavam. A tarefa do governo civil militar (1964-1985) era a de dar continuidade à plataforma do modelo de desenvolvimento e modernização conservadora, em curso no país, por meio dos seus projetos de características antissociais, com custos faraônicos e resultados duvidosos. Mas teve que colocar em pauta a discussão de aparatos e dispositivos que estrategicamente tinham a pretensão de ludibriar parcelas da sociedade.

O Estatuto da Terra cumpriu bem esse papel. Ao analisar seu conteúdo, estudiosos apontam para o fato de que, embora ele tenha sido redigido em um governo militar, o documento apresentava, arditamente, em suas linhas gerais, um caráter de cunho progressista³, provocando o incômodo dos setores dominantes da sociedade, que não sem contradições compunham o governo, como os latifundiários paulistas e o jornal O Estado de São Paulo, que articularam ações de pressões contra a lei. O Estatuto da Terra tratava do conceito de reforma agrária e introduziu novos conceitos referentes aos diferentes tipos de propriedade da terra no Brasil.

Foi estabelecido que uma propriedade de tamanho menor que o necessário para o sustento e progresso de uma família seria considerada *minifúndio*. A

³ Algo pensado para conter as forças sociais que se organizavam naquele período. O governo tinha a intenção de criar mecanismos de desmobilização social.

área mínima de terra para uma família sustentar-se e progredir econômica e socialmente teria o nome de módulo rural. O tamanho desse módulo seria estabelecido por critérios técnicos. Ele poderia ter em torno de 15 hectares de terra, embora, na região amazônica, uma família necessite de mais e, em áreas das regiões metropolitanas destinadas à hortifruticultura, se possa progredir com apenas 5 hectares.

A propriedade que não excedesse o equivalente a 600 vezes o módulo da região e fosse explorada racionalmente, ocupando mais de 50% da área total agricultável, seria classificada, para efeito legal, como empresa rural. Isso não significava que a propriedade pertencesse a uma empresa ou atuasse como empresa capitalista. O nome referia apenas ao caráter produtivo da propriedade. Toda a propriedade rural que não excedesse o tamanho admitido como máximo (o da empresa rural), mas fosse mantida inexplorada em seu todo era considerado latifúndio por exploração. É o que se chama normalmente de latifúndio improdutivo.

Finalmente toda propriedade rural que, independentemente do grau de utilização dado a ela, ultrapassasse 600 vezes o módulo regional era classificada como latifúndio por dimensão. (MORISSAWA, 2001 p. 99).

Além de designar e classificar os tamanhos da propriedade, a lei instituiu a desapropriação de terras e o imposto territorial que nunca tinha sido pago pelos grandes proprietários de terra. No calor da hora, existiam inúmeras interpretações com relação ao Estatuto da Terra por parte de estudiosos que se debruçaram sobre ele. Parte desses apontava que o estatuto da terra não passava de um instrumento estratégico que pretendia controlar as lutas sociais e, sobretudo, desarticular as mobilizações rurais e dirimir os conflitos pela terra espalhados de norte a sul do país. Ou seja, não era uma conquista dos trabalhadores do campo. As poucas desapropriações de terras que ocorreram durante a vigência do regime civil militar, conforme muitos dos intérpretes que se debruçaram sobre esse tema, foram apenas para maquiagem o que de fato o governo ditatorial pretendia, ou seja, a perpetuação da concentração da propriedade e o crescimento do latifúndio brasileiro.

Esse crescimento fez com que se configurasse no país, a partir daquele tempo, a formação de uma classe constituída de grandes proprietários, na verdade, uma burguesia agrária, cuja característica foia concentração da terra. Essa classe, conforme estudou Plínio de Arruda Sampaio (2003), é composta, nos dias de hoje, pelos latifundiários e pelos agroindustriais, representados pelas grandes empresas. Os dados da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE demonstram que a concentração de terras no Brasil esteve no mesmo patamar, desde o ano de 1986 até 2006, ou seja, 20 anos sem mudanças significativas.

De 1965 até 1981, foram realizadas 8 desapropriações em média por ano, apesar de terem ocorrido pelo menos 70 conflitos por terra anualmente. Desse modo, apesar de o Estatuto da Terra aparecer, por suas definições, como querendo modificar a estrutura fundiária e punir o latifúndio, a política

agrícola e agrária dos militares promoveu a modernização tecnológica das grandes propriedades. Ao mesmo tempo, os grandes proprietários tinham livre acesso aos órgãos do Estado, como o ministério da Agricultura, o Incra, etc., exercendo forte controle sobre o Poder judiciário e o Congresso Nacional. (MORISSAWA, 2001, p. 100).

Mas, retomando o debate anterior, como comprovam os acontecimentos históricos, o Estatuto da Terra lançado pelo governo militar não saiu do papel,

[...] era um faz-de-conta para resolver pelo menos momentaneamente os problemas no campo. Para viabilizar a sua política econômica, o Estado manteve a questão agrária sob o controle do poder central. Por essa política, o acesso a terra ficou fechado aos camponeses e totalmente aberto à empresa capitalista. (MORISSAWA, 2001, p.100)

Também nesse mesmo período histórico, concomitante a esse fato, foi criado o IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária). É importante frisar que este órgão foi, na ocasião, o único órgão governamental responsável por tudo o que se referiu às questões da terra no Brasil. Por sua vez, para alguns analistas, o Estatuto da Terra nunca foi implantado.

O que se viu concretamente foi uma política agrária que entregou grandes extensões de terras nas mãos de comerciantes e industriais, em detrimento das necessidades e anseios dos trabalhadores do campo. Como consequência dessa política foi possível constatar que, até o ano de 2001, 30 milhões de hectares no Brasil pertenciam aos grupos empresariais e às multinacionais.

No plano político, o governo lançou mão de uma “operação limpeza”, com uma vasta soma de esforços cujo objetivo foi o de busca e detenção por todo o país, daqueles chamados pelo regime de “subversivos”. Para ter-se mais clareza da real situação política nos primeiros meses de regime, tomam-se de empréstimo os escritos de Mattos e Swensson (2003, p.13), para quem,

[...] no final da primeira semana após o golpe, mais de 7 mil pessoas haviam sido presas. A revista *Times* estimou em 10 mil o número de detidos em uma única semana de abril de 1964. Trabalhistas, comunistas, dirigentes sindicais, intelectuais, militares e estudantes foram perseguidos e tiveram os seus direitos políticos cassados. Cerca de 50 mil pessoas teriam sido presas em todo o país nos primeiros três meses de regime militar. (MATTOS; SWENSSON, 2003, p.13).

Na efetivação do seu controle político, o governo valeu-se dos atos institucionais. Em 9 de abril do ano de 1964 foi baixado o primeiro ato institucional, que representou a partir de então a base legal para aplicação da Doutrina de Segurança Nacional. Após o AI – 1 foram baixados uma sequência de outros atos que puseram em prática as cassações aos mandatos de

parlamentares, a criação do Serviço Nacional de Informações – SNI, a extinção dos partidos político, etc. O governo teve como meta controlar a massa trabalhadora do campo e da cidade, para assim botar em prática o plano de desenvolvimento do país.

Os argumentos de Mattos e Swensson (2003) ajudam a entender o que significou o Ato Institucional nº 1 – AI -1 para os movimentos sociais organizados do país. O AI-1 não deixava dúvidas sobre a intenção do governo e de setores da sociedade que os apoiava. Ficava claro e notório que tinham pela frente a imposição de um arcabouço jurídico autoritário e quem haveria de ditar as normas era o governo militar. Mantiveram a constituição de 1946, havendo uma modificação referente aos poderes do presidente da república e, com isso, o poder executivo passou a ter uma soberania desprovida de quaisquer questionamentos políticos, jurídicos ou sociais.

Por conta do AI-1, 364 cidadãos tiveram seus direitos políticos suspensos; entre eles

[...] estavam políticos (como João Goulart, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros, Luiz Carlos Prestes, Miguel Arraes e Leonel Brizola), militares (como os generais Argemiro de Assis Brasil e Cunha Melo, além dos almirantes Cândido de Aragão e Pedro Paulo de Araújo Suzano) e intelectuais (Como Celso Furtado, Josué de castro e Nelson Werneck Sodré). Além disso, 116 parlamentares tiveram seus mandatos cassados, também com base no AI – 1. (MATTOS; SWENSSON, 2003, p. 26)

Em meio às medidas repressivas e autoritárias por parte do governo, o biênio 1967/1968, foi marcado pelo ressurgimento dos movimentos sociais e da luta pela volta da democracia. Essas mobilizações ganharam lugar de destaque no Brasil, denominadas por Mattos e Swensson (2003) como o período de contra-ataque oposicionista. Os argumentos desses autores (2003, p. 28), demonstram que nesse período as manifestações de rua, comícios e passeatas, além de ações de guerrilha urbana, passaram a ocorrer com frequência, exercendo considerável pressão sobre o governo.

Frente a esses acontecimentos, e dando sequência ao projeto de Brasil arquitetado pelos artífices do regime ditatorial (1964-1985), foram sendo baixados incontáveis atos institucionais, entre eles, um dos mais lembrados, foi o Ato Institucional nº 5, o malfadado AI – 5, que regulou e procurou controlar quaisquer iniciativas contrárias a ordem vigente.

É importante destacar o significado do AI – 5 para o país, pois as suas consequências refletiram negativamente para os que pretendiam combater o autoritarismo reinante. O direito de *habeas corpus* foi suspenso, intensificando a censura, a tortura e as demissões de toda ordem. Ficou demonstrado que o poder teria que ficar única e exclusivamente nas mãos dos militares (e seus apoiadores) neutralizando qualquer possibilidade de organização das classes sociais

subalternas, fosse do campo ou da cidade. Foi nesse período que houve a intensificação da luta armada, porém, o regime ditatorial, em resposta a essas expressões de luta fogueira e guerrilheira aos seus desígnios, editou os AI – 13 e 14, que tinham como objetivo aniquilar os que se opunham ao regime e procurou materializar, com efeito, o mais completo aniquilamento, como o dos grupos que haviam feito a opção pela luta armada. Foi naquele período que o Centro de Informações da Marinha – CENIMAR, a chamada Operação Bandeirante – OBAN e o Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna – DOI CODIs entraram em ação como os principais aparelhos repressivos do Estado.

Na prática, os atos institucionais reprimiram duramente as direções sindicais, tanto as que almejavam desenvolver manifestações de caráter político, quanto as que primavam por reivindicações de cunho corporativista. No entanto, esse intento não foi plenamente alcançado, pois, nos anos de 1967 e 1968, foram registrados alguns atos desenvolvidos pelos sindicatos que colocaram o governo em situação desconfortável. Foi possível observar no meio urbano o descontentamento de inúmeras categorias, como foi o caso, em 1967, da greve dos professores cearenses, havendo ainda o registro de que, no bojo das reivindicações perpetradas pelos sindicatos, havia também a presença de questões que contemplavam as lutas do conjunto da sociedade.

No ano de 1968, duas grandes greves colocaram em xeque a política de arrocho salarial do governo federal. Em abril, 15 mil operários interromperam suas atividades em Contagem (MG), e, em julho, 10 mil trabalhadores aderiram à greve em Osasco, na grande São Paulo. (MATTOS; SWENSSON, 2003, p. 29)

No mesmo período algumas entidades rurais também se mobilizaram, como foi o caso da Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas (CONTAG), que incentivou a organização de federações de sindicatos rurais em todo o país. É possível constatar um aumento expressivo dessas organizações nesse período.

O número de sindicatos rurais, que era de 625 em 1968, passou a 1154 em 1972, 1745 em 1976 e 2144 em 1980. O grande aumento de trabalhadores rurais sindicalizados depois de 1973 – de pouco mais de 2,9 milhões em 1973 para mais de 5,1 milhões em 1979 – foi estimulado pela administração dos programas de previdência social por meio dos sindicatos. (FAUSTO, 2008, p. 498)

No que se refere ao mundo do trabalho, os anos de 1969 a 1974 foram considerados, por Mattos e Swensson (2003), como os anos da consolidação da legislação repressiva, tendo como marco emblemático desse tenebroso período a presença do AI-5.

Esses acontecimentos demonstravam que o que estava em curso era atentativa de destruição, de forma violenta e arbitrária, das organizações dos trabalhadores e dos variados movimentos existentes na sociedade que se opunham ao governo ditatorial e estavam distribuídos em todo o território brasileiro.

Ressalta-se que desde meados da década de 1970, no processo de efetivação dos marcos legais para a regulação da situação dos trabalhadores rurais, o Estado brasileiro instituiu uma série de medidas destinadas a levar um determinado padrão de modernização à produção agrícola brasileira, baseado na integração da agricultura aos demais setores produtivos (com destaque à indústria de insumos, como também à indústria de processamentos de alimentos). Efetivamente, estes dois aspectos possibilitaram a instituição de um novo padrão de organização da agricultura e do próprio meio de vida rural.

Em síntese, esta forma de organizar as atividades no campo, tendo em vista o seu caráter conservador, a rapidez e a intensidade com que foi promovida, gerou uma série de situações de conflito que não podiam ser absorvidas pelos instrumentos legais perpetrados com esse fim. Os conflitos por terra explodiram nesse período em que cresceu o uso do trabalho forçado e a exclusão e a precária situação econômica dos pequenos agricultores atingiram números nunca antes vistos. Frisa-se, aqui, que essa recomposição e intensificação dos conflitos sociais agrários aconteceram em um momento em que a ditadura civil-militar começava a enfrentar dificuldades de sustentação, com um visível esfriamento do chamado *milagre brasileiro*⁴ e com um desgaste perante a opinião pública pelas irrefutáveis evidências de práticas de violência e restrição de direitos civis.

Em meio a essa crise no campo brasileiro nasceu o MST, considerado por muitos pesquisadores como o movimento social mais importante do Brasil. Nesse aspecto, nas palavras da professora Maria da Glória Gohn (2009, p.12),

[...] dentre os inúmeros movimentos de sem-terra criados, o mais expressivo é o MST. Ele se destaca em termos nacionais, como no plano internacional, via um eficiente trabalho de mídia e marketing político de suas demandas pela reforma agrária, bandeiras e místicas. (GOHN, 2009, p.12)

Evidentemente, essa expressividade do movimento também está assentada na perspectiva de se construir um modelo agrícola não apenas centrado no estabelecimento de altas

⁴ No governo Médici houve um crescimento econômico e a queda da inflação, isso fez com que parte considerável da população: as elites e uma parte da classe média fossem favorecidas. No entanto, toda essa euforia não passou de impressões, pois o fato é que o Brasil herdou inflação e uma alta dívida externa.

taxas de lucro, mas voltado a outro tipo de produção, no qual prevalecem alguns princípios que são alicerces para construir a sociedade sem classes.

Nas últimas décadas a problemática agrária no país traz consigo inúmeros conflitos associados à disputa pelo controle da terra, pelo crédito agrícola, pela distribuição e comercialização da produção agrícola, pela garantia de infraestrutura, saneamento básico, acesso à educação, saúde, etc. Desses conflitos, o que tem representado maior virulência é o que está associado à concentração de terras nas mãos de pouquíssimos proprietários e a luta contra a espoliação e a expropriação da terra da qual são vítimas contumazes os pequenos agricultores do campo brasileiro.

É nesse contexto que, para autores como Célia Regina Vendramini (2002, p.13), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra,

[...]representa uma força social de oposição radical à barbárie do capitalismo que continua a contrarreforma agrária. O MST é um dos mais inovadores fenômenos políticos da América latina, à medida que busca enfrentar os problemas do campo atacando suas causas estruturais. (VENDRAMINI, 2002, p.13)

Não foi por acaso que, diante do processo de impressionante concentração da posse da terra destinada ao agronegócio e às exportações da produção baseada na monocultura, o empobrecimento dos pequenos produtores e o desenraizamento dos trabalhadores rurais, lançaram estes últimos em direção à resistência, à ação organizada de suas lutas e à ocupação das terras como forma de colocar na ordem do dia a realização da reforma agrária. Nesse aspecto, como escreve Fernandes (2001, p.19), “o movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST), desde sua gênese, tem sido a principal organização no desenvolvimento dessa forma de luta. É impossível compreender a sua formação, sem entender a ocupação da terra”.

A visão do autor citado é a de que as ocupações são sinônimos de realidades determinadoras, que se constituem em espaços e tempos, estabelecendo uma separação entre latifúndio e assentamento e entre o passado e o futuro. No caso do MST, a ocupação do território é considerada como o primeiro fato da luta pela terra. A gênese e o nascimento do MST é decorrência da repressão política exercida pelo governo ao povo do campo, impulsionado pelo modelo econômico, que resultou na expropriação em meio a essa luta pela sobrevivência. Como resposta ao grande capital, o movimento que se iniciava valia-se de ações como os acampamentos por meio das ocupações de terras improdutivas.

Para os porta-vozes do MST, essa tarefa política,

[...] representa para nós uma das mais importantes formas de luta contra a estrutura fundiária existente em nosso país. Desde o início da organização do MST ela é utilizada para pressionar e obter a conquista da terra. Ocupar é tomar a posse daquilo que não está cumprindo a sua função. (MST, 2001, p.16)

A ocupação de terras passa a ser uma forma de luta determinante para o MST e um símbolo de resistência ao grande latifúndio. A esse respeito, um dos principais dirigentes do movimento, esclarece que

A ocupação [...] é uma forma de luta contundente, não deixa ninguém ficar em cima do muro, obriga a todos os setores da sociedade a dizerem se são a favor ou contra. Não há, enfim, oportunidade para escamotear o problema social. Luís Fernando Veríssimo certa vez escreveu um artigo em que diz que o maior crime que a direita tem para acusar os sem-terra é de que eles são Sem-terra. É um perigo neste país um cara ser pobre e organizado. Os pobres existem por aí dispersos e ninguém se queixa deles. Se se organizam e fazem uma ocupação, ela é tão evidente e tão contundente que obriga a sociedade a se manifestar. (STÉDILE, 2001, p.18)

Na intenção de compreender o MST e o conjunto de suas lutas, faz-se necessário rememorar, criticamente, a história dos movimentos que o antecederam, pois, como afirma Fernandes (2001, p.49), “o MST é fruto histórico de resistência do campesinato brasileiro. É, portanto, parte e continuação da história da luta pela terra”.

A compreensão que se tem é a de que as ações de resistência realizadas contra a intensificação da concentração e exploração da terra fazem parte de um quadro de lutas que não se restringem ao nosso tempo, ou seja, essas lutas sempre estiveram presentes ao longo dos cinco séculos de latifúndio no Brasil e se desdobraram em algumas saídas políticas, como por exemplo, a proposta da reforma agrária.

No que diz respeito à compreensão que o MST tem desse problema, a história da luta pela terra se assenta na luta pela reforma agrária que,

A luta pela Reforma Agrária já trilhou um longo caminho em nosso país. A história do Brasil pode ser contada através da luta pelo direito de trabalhar a terra. Desde a resistência dos povos indígenas, os quilombolas, Canudos, Contestado, Cangaço, Caldeirão, as Revoltas de Porecatú, Formoso, Dona Nhoca, sudeste do Paraná, até as organizações mais recentes das ligas Camponesas, das ULTAB's, do MASTER, fortemente reprimidos pelo Golpe Militar de 1964. (MST, 2001, p.17)

Dentre esses movimentos, considera-se que deve ser ressaltada a importância do papel que as ligas camponesas tiveram para a constituição do MST. Ao pesquisar sua formação por meio de suas ações (as do MST) identificam-se nelas algumas características dessas organizações que estiveram presentes em outros momentos da história social brasileira.

Salienta-se que as lutas camponesas que antecederam a formação das ligas não são desconsideradas, muito pelo contrário, a formação dessas organizações de trabalhadores do campo é resultado, ou melhor, é parte do processo de luta e de resistência dos períodos históricos anteriores.

Discorrer sobre as Ligas camponesas nesta pesquisa justifica-se justamente por ter-se a compreensão de que o MST não surgiu no contexto político e social brasileiro de maneira isolada. O movimento se construiu a partir das reflexões e diálogos feitos com e das experiências dos outros movimentos. É o que foi afirmado por Almeida⁵, em entrevista realizada em 12 de abril do ano de 2014.

[...]claro nós, o movimento, aprendeu com outras organizações sociais que nos antecederam, mas o MST não ficou cometendo os erros que aquelas outras organizações cometiam; cometeu outros erros, tentando fazer diferente, e obviamente aprendeu com aquilo que extraiu de bom, aquilo que a Liga Camponesa tinha, que o MASTER tinha, que os outros movimentos camponeses trouxeram e a contribuição que eles têm, então é isso, mas o MST dialoga muito com isso. Agora não significa que aproveita tudo, aproveita aquilo que de fato faz sentido para luta nossa. (ANEXOS)

Portanto é de fundamental importância a continuidade dos movimentos de resistência na luta do campo brasileiro. Isso demonstra que os conflitos continuam existindo e que as mudanças profundas que são necessárias ainda não aconteceram de maneira que pudessem contemplar a maioria do povo brasileiro.

Fernandes (2001, p. 32), também traz relevantes contribuições sobre o processo de formação dessas organizações do campesinato brasileiro que se deu por conta dos conflitos ocorridos entre os camponeses e os coronéis-latifundiários e grileiros. Ocorria por parte dos camponeses uma oposição ao Estado, que representava as classes dominantes e o seu secular interesse na concentração monopolista da propriedade fundiária no Brasil. Em suas análises, o autor destaca esses conflitos como determinantes para a consolidação desse processo.

Assim, a resistência camponesa manifesta-se em diversas ações que sustentam formas distintas e se modificam em seu movimento. São caminhos abertos e construídos no tempo e no espaço, e nessa marcha participam do processo de transformação da sociedade. Desde meados do século XX, novas feições e novas formas de organização foram criadas na luta pela terra e na luta pela reforma agrária: as ligas camponesas, as diferentes formas de associações e os sindicatos dos trabalhadores rurais. Por essa razão, na lógica do modelo de desenvolvimento do país, sempre estiveram, mantidas e contidas, a luta pela terra e a objeção ao assalariamento. (FERNANDES, 2001, p. 32)

⁵ Militante do MST e um dos coordenadores da ENFF.

Em decorrência das políticas implantadas no país, os incessantes conflitos não deram tréguas, muito pelo contrário, as lutas dos posseiros e dos pequenos proprietários para permanecer na terra se mantiveram firmes juntamente com as lutas dos arrendatários e dos trabalhadores assalariados. Os camponeses tinham como apoiadores da luta organizações políticas, como o PCB (Partido Comunista Brasileiro) e a Igreja Católica que consideravam o campesinato um espaço de disputa política importante para composição e ampliação de suas bases sociais.

A formação das Ligas camponesas se deu logo após a ditadura Vargas (1937-1945). Nas palavras de Bernardo Mançano Fernandes (2001, p 33), essas ligas eram compostas por camponeses proprietários, parceiros, posseiros e meeiros, pessoas que resistiram à expropriação, à expulsão e ao assalariamento que vinham ocorrendo nas relações envolvendo a disputa e controle da propriedade da terra no Brasil.

Esse tipo de organização pôde ser vista em quase todos os estados do território brasileiro, com a presença e ações de dezenas de milhares de camponeses, com o apoio irrestrito do PCB, o que fez com que, por motivos óbvios, transcendessem a esfera da disputa política nacional. Muitos camponeses foram presos ou mortos em decorrência desses conflitos. As ligas tinham pautas bem definidas, que se traduziam

[...] pela reforma agrária radical, para acabar com o monopólio de classe sobre a terra. Em suas ações, os camponeses resistiam na terra e passaram a realizar ocupações. Por parte das instituições, ao contrário, tanto o PCB quanto a Igreja católica defendiam uma reforma agrária que deveria ser realizada por etapas, por meio de pequenas reformas e com indenizações em dinheiro e em títulos. Parte das ligas tentou organizar grupos guerrilheiros, quando então ocorreu a prisão de muitos trabalhadores e os grupos foram dispersados pelo exército. Com o golpe militar de 1964, as Ligas Camponesas e outros movimentos foram aniquilados. (FERNANDES, 2001, p. 33)

O desmonte dessas organizações certamente dificultou os avanços pelas conquistas das reivindicações de cunho social no universo rural do país. No entanto, é correto afirmar que aquelas condições também produziram movimentos de resistências.

Dirigentes políticos, como Stédile (2012), demonstram que a gênese do MST foi determinada por alguns fatores, sendo o principal deles o aspecto socioeconômico que, na década de 1970, representou para os trabalhadores do campo uma crise. O rápido e intenso processo de desenvolvimento da mecanização da lavoura brasileira expulsou o povo das suas terras, descaracterizando seus costumes e formas de vida.

Ao analisar os escritos de estudiosos que pesquisaram sobre o surgimento do MST, Bauer (2009, p. 24) salienta que

[...] o MST nasce em um processo de enfrentamento e resistência contra a política de desenvolvimento agropecuário instaurada durante o regime militar, no período compreendido entre 1978 e 1985. Esse processo é entendido, em seu caráter mais geral, na luta contra a expropriação e a exploração do desenvolvimento do capitalismo. (BAUER, 2009,p.24)

Tal modernização, de cunho político e social, se materializou no campo, por meio da atividade agrícola da monocultura em vários estados do país, como a produção da soja, da cana de açúcar, da laranja, do eucalipto, do trigo etc. Esse tipo de atividade agrícola expulsou do campo, num curto espaço de tempo, milhares de famílias que viviam como arrendatárias, parceiras e filhos dos agricultores, derivando disso uma brusca mudança na organização social brasileira.

Em decorrência dessa nova forma de organização social, é possível afirmar que não houve mais lugar para as famílias de agricultores. Após analisar os escritos de Fernandes e Stédile (2012) e refletir sobre o que discorreram sobre esse momento histórico na vida da população rural, pode-se concluir que essas duas atividades agrícolas se caracterizaram como antagônicas, pois não puderam ocupar o mesmo espaço, ou seja, a mesma terra. De um lado, o uso da própria mão de obra para o sustento de si e dos seus familiares e, do outro lado, a intensificação da mecanização agrícola e, com isso, a drástica redução da força de trabalho necessária à reprodução do capital agroindustrial. Isso significou que não seriam mais necessária a presença o trabalho das famílias de lavradores nas grandes fazendas brasileiras. Sendo assim, se produziu o êxodo rural e os trabalhadores e pequenos proprietários foram expulsos da terra e, forçadamente, levados a percorrer regiões do país em busca de condições dignas de sobrevivência.

Essas famílias passaram por momentos de inúmeras dificuldades, principalmente as do sul do país.

No Sul do país, considerado o berço do MST, o fenômeno da introdução da soja agilizou a mecanização da agricultura, seja no Rio Grande do Sul, com uma lavoura casada com o trigo, que já tinha certa tradição, seja no Paraná, como uma alternativa ao café (FERNANDES; STÉDILE, 2012, p. 17)

Como já assinalado anteriormente, esse tipo de agricultura expulsou do campo de maneira acelerada um significativo número de famílias e de trabalhadores rurais na década de 1970.

Com o advento da mecanização da lavoura, a mão de obra do trabalhador rural foi rapidamente substituída pelas máquinas, não havendo mais lugar para as famílias que desenvolviam o trabalho agrícola familiar.

Em meio a essa crise, as famílias foram levadas, pelas circunstâncias, a migrar para as grandes cidades em busca de trabalho, mas muitas continuaram sua saga, pelo vasto território nacional, em busca de um pedaço de terra para cultivá-la e garantir a sua existência como povo do campo.

Não por acaso, essas famílias se depararam com o projeto de colonização instituído pelo governo. O projeto de colonização foi feito pelo governo brasileiro com a intenção de substituir a proposta de reforma agrária em vigor no país, ou melhor, o projeto foi uma forma de não realizá-la, dado ao fato de que o Estatuto da Terra não havia saído da gaveta.

Colonizar para não reformarera, também, o objetivo dos militares para manter o domínio sobre a questão agrária; nos anos setenta, o governo federal iniciou vários projetos de colonização, principalmente na Amazônia e no Centro-Oeste, em conjunto com empresas privadas e órgãos públicos. A colonização foi imposta como forma de controlar a questão agrária sem fazer a reforma agrária. (FERNANDES, 2001, p. 45)

Em consonância com os escritos citados acima, sobre *colonizar para não reformar*, principalmente na região amazônica, Bauer (2009, p.52) faz a seguinte discussão,

Como o objetivo era colonizar para não reformar, o problema da terra jamais seria resolvido com os projetos de colonização na Amazônia, pois o que estava por trás desse processo era uma estratégia geopolítica de exploração total dos recursos naturais pelos grandes grupos nacionais e internacionais. Assim, o envolvimento das forças Armadas, do Estado autoritário, garantiu aos grandes grupos econômicos a exploração da Amazônia. (BAUER, 2009, P.52)

Como contribuição para o aprofundamento dessa temática, os argumentos de Caldart (2004) ajudam a entender que os projetos de colonização, especificamente os dos estados de Rondônia, Pará e Mato Grosso, apresentavam condições precárias de trabalho e de sobrevivência. Muitos foram os fatores que fizeram com que os camponeses retornassem aos seus estados de origem. Um dos fatores apresentados foi a não adaptação aos lugares onde se fixavam, pelo fato dos costumes serem muito diferentes, favorecendo uma relação de conflitos culturais no campo.

Além dos conflitos culturais, Fernandes (2001, p. 45) traz para o debate dos projetos de colonização as péssimas condições de permanência nesses locais. Os migrantes se deparavam com a falta de assistência de toda ordem, desde a técnica e médica, até a falta de alimentos. Além dos migrantes terem se deparado com a falta de estrutura básica que lhes desse condições de realizar qualquer tipo de atividade, tiveram que conviver com as desordens reinantes no interior desses projetos.

A maior parte desses projetos transformou-se em escândalos nacionais, por causa do tamanho da corrupção e da forma como foram geridos. Foram mais de 50 projetos particulares de colonização, em que as empresas se apropriaram das terras, fundaram cidades, criaram latifúndios, formando milhares de famílias sem-terra. (FERNANDES, 2001, p.45)

A intenção original não foi alargar o objeto de estudo, mas parece que não se pode entender criticamente o problema agrário brasileiro, nem tampouco a própria gênese e desenvolvimento do MST, sem mencionar alguns pormenores da forma pela qual se produziu o chamado êxodo rural nas últimas décadas do século XX. A expulsão do homem do campo, muitas vezes, foi acompanhada pelo discurso das autoridades que preconizavam os citados mirabolantes projetos de colonização, todavia,

[...] logo começaram a vir notícias dessas regiões de que os camponeses não conseguiam se reproduzir como camponeses. Essas regiões não tinham vocação para a agricultura familiar, e os migrantes estavam acostumados, no sul do país, a produzir grãos, como feijão, arroz, milho etc. As dificuldades também eram grandes porque o próprio governo, que promovia a colonização das fronteiras agrícolas, tinha na prática uma política de estímulo à pecuária. Na verdade, o governo queria promover com esse êxodo uma transferência de mão de obra para o garimpo e para o extrativismo de madeira. Esse era o grande projeto ao deslocar populações para lá, assim como colocar grandes contingentes populacionais nas fronteiras internacionais do Brasil, de acordo com a ótica da política de segurança nacional da época. Apesar de nessas regiões haver terra disponível e o grande sonho do camponês é ter o seu próprio pedaço de terra, a perspectiva de ir para o Norte logo se desfez com a chegada dessas notícias. (FERNANDES; STÉDILE, 2012, p.18)

Nem todos os trabalhadores rurais expulsos do campo foram atraídos pelo projeto de colonização do governo. Porém, é importante lembrar que uma parcela significativa deles foi seduzida pela apologia do “milagre brasileiro” deslocando-os para o meio urbano, o que também se configurou um problema de grande magnitude e com consequências políticas e sociais muito presentes e visíveis nas regiões metropolitanas brasileiras até os nossos dias. Mesmo em meio à crise em que a classe trabalhadora se encontrava, o país experimentou um acelerado processo de industrialização, assentado no estadismo econômico, no endividamento externo e na associação subordinada ao capital estrangeiro. O país vivia uma contradição, porém esse projeto de desenvolvimento não foi muito longe, acarretando no fracasso da política econômica adotada pelo governo dos generais presidentes.

O projeto de colonização adotado pelo governo brasileiro seguiu na contramão dos anseios defendidos pelos trabalhadores rurais que ansiavam pela reforma agrária. Para esses trabalhadores a reforma agrária “consiste essencialmente num ato de transferência da propriedade da

terra de um grupo social para outro. Para que ela se realize, é preciso que o Estado desapropriar alguns e atribua a outros”. (VEIGA, 1990, p. 22)

A conjuntura política e econômica pela qual o país passava naquele período representou para o conjunto da sociedade brasileira e, em especial, para os camponeses, sucessivos processos de exclusão. Foram “jogados” na estrada com destinos incertos, perdidos como “cegos em tiroteio”. As condições objetivas tornavam a sua fixação em um pedaço de chão algo impraticável, pois a base dos programas do governo militar foi a do capital. Eles foram expulsos das suas terras de origem e expulsos da modernização da agricultura.

Essas experiências controversas e impregnadas de caminhos tortuosos dos trabalhadores rurais colocaram a sua frente uma realidade alarmante, na qual não parecia haver soluções que garantissem minimamente suas condições básicas de sobrevivência. Foram, então, impelidos a tomar algumas decisões:

Tentar resistir no campo e buscar outras formas de luta pela terra nas próprias regiões onde viviam. É essa a base social que gerou o MST. Uma base social disposta a lutar, que não aceita nem a colonização nem a ida para a cidade como solução para seus problemas. Quer permanecer no campo e, sobretudo, na região onde vive. (FERNANDES; STÉDILE, 2012, p. 19)

Romper com o êxodo rural forçado significou para os trabalhadores sem-terra criar condições de permanência, ou seja, um lugar para morar onde se pudesse produzir, estudar, ter acesso à saúde e, sobretudo, estimular a construção de um movimento de resistência do campesinato. Mas o que estava posto naquele momento era justamente o contrário, não havia lugar para essas pretensões elementares da condição humana, no que se referia a se fixar em frações territoriais com estruturas básicas de sobrevivência. O território estava cercado pelos latifundiários e agroindustriais, rentistas e especuladores da terra. Não restou alternativa que não fosse a tentativa de romper as cercas. Dessa realidade social extrai-se a compreensão do que foi o conjunto de motivações que engendrou, no Sul do país, o nascimento do MST. Não por acaso, foi

[...] em função de um conjunto de fatores, que tem suas raízes nas condições objetivas do desenvolvimento da agricultura. Mesmo assim, nós, do MST, nos consideramos herdeiros e seguidores das ligas camponesas, porque aprendemos com sua experiência histórica e ressurgimos com outras formas. (FERNANDES; STÉDILE, 2012, p. 20)

No entendimento de Caldart (2004), o MST inicia a sua construção como um movimento de trabalhadores rurais sem-terra, constituído por pessoas que resolveram lutar pela terra da qual foram arrancados e condenados a nunca mais regressar. A luta pela conquista da

terra representou para esses trabalhadores o retorno de sua própria condição humana. Na intenção de alcançar esse formidável objetivo, o movimento tinha como premissa dizer “não” a um projeto de sociedade que lhe negava a possibilidade de existência. Foram as condições objetivas que determinaram as ações do movimento e, por sua vez, suas características de organização. A autora retrocitada apresenta o MST como produto e agente de sua própria formação, ou seja, quando um trabalhador sem-terra integra ao movimento e participa da sua dinâmica de ações, ele se torna um novo sujeito. Ele se liberta da condição de desenraizado e compõe uma coletividade em luta, com exata dimensão de sua importância política e social. É um movimento que desde o início de sua formação questionou a propriedade privada e se embrenhou cotidianamente nas trincheiras da luta pela reforma agrária e pelo rompimento com os padrões hegemônicos.

Rosely Caldart (2004, p.105) sinaliza a importância de alguns fatores de natureza sociocultural e política que necessitam ser explorados para melhor compreender o processo de gestação do MST.

O primeiro fator ou elemento foi o trabalho pastoral que vinha sendo realizado junto à população do campo através das comunidades eclesiais de base (CEB's), que já existiam desde o começo dos anos sessenta e que se tornaram, na primeira metade da década de setenta, um importante foco de resistência popular à ditadura militar. Esse trabalho foi ainda mais fortalecido com o surgimento da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em 1975 que, trabalhando em conjunto com as paróquias nas periferias das cidades e com as comunidades rurais, passou a contribuir na organização e na luta dos trabalhadores. (CALDART, 2004, p.105)

Ao destacar o papel desempenhado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), procura-se entender que esses espaços promovidos pelos setores progressistas da cristandade, com vínculos com a teologia da libertação e posturas ecumênicas, foram propícios para os encontros entre as pessoas que, apesar de serem diferentes em diversos aspectos, tinham pontos de convergências, como foi o caso da luta pela terra! Portanto, esse espaço foi fundamental para a organização das ideias e ações do movimento em gestação. A CPT se tornou um dos apoiadores fundamentais do MST.

A criação da Comissão Pastoral da Terra– CPT deu-se em 1975 pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, com o objetivo precípuo de compreender e agir sobre a realidade do campo brasileiro. A CPT contribuiu conscientemente na organização dos trabalhadores rurais sem terra, incentivando encontros políticos, como os registrados em Medianeira – PR, em julho de 1982, e o de Goiânia – GO, efetivado em setembro desse mesmo ano. Essas reuniões estiveram na antessala do I Encontro Nacional de Trabalhadores Sem-Terra,

realizado em janeiro de 1984, e que pode ser considerado como sendo o marco decisivo na criação e consolidação política do MST.

Em que pese o caráter crucial dessa relação, na estruturação de ações coletivas e de um movimento social coeso no campo, ela não ocorreu de forma tranquila. A política do MST, a ação e as concepções pastorais da Igreja muitas vezes se distanciaram, proporcionando a essas instituições as suas continuidades, porém por caminhos diferentes e autônomos.

Em seus estudos, Caldart aponta para o fato do MST ter um jeito diferente de fazer a luta, ou seja, o movimento tem um jeito próprio de se manifestar por meio das suas ações, símbolos, gestos, indumentária, etc.

Uns dos pontos fundamentais que compõe o MST são as suas matrizes culturais, a camponesa e a religiosa. Elas foram determinantes para a existência do movimento. Essa relação não pode ser descartada pelo fato de que, pelo menos desde os idos da década de 1960, diante da violência que se estabeleceu no meio rural brasileiro, os representantes do clero progressista católico, com a instituição das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, e os adeptos da Teologia da Libertação, assumiram, com veemência, a causa dos trabalhadores rurais sem-terra e dos pequenos proprietários espoliados pelo grande capital agroindustrial.

A compreensão das matrizes culturais presentes no MST pressupõe tanto reconhecê-lo como o produto do processo histórico e político, econômico e social experimentados pelo país quanto, objetivamente, da dinâmica

[...] de enfrentamento e resistência contra a política de desenvolvimento agropecuário instaurado durante o regime militar. Esse processo é entendido no seu caráter mais geral, na luta contra a expropriação e contra a exploração do desenvolvimento do capitalismo. (...) Nesse momento de ruptura e desafios às instituições convencionais, os trabalhadores rurais construíram uma nova forma de organização social. As lutas populares que se desenvolveram nesse período contribuíram muito nas mudanças das estruturas tradicionais das organizações políticas, especialmente da Igreja Católica, do novo sindicalismo representado pela CUT e na construção do Partido dos Trabalhadores (PT). Estas instituições foram, no decorrer do tempo, as principais matrizes político-culturais do movimento de trabalhadores rurais que emergia. (FERNANDES, 1996, p. 67)

Por outro lado, observa-se que ao dirigir-se atenção para as lideranças do MST, rapidamente, identifica-se o papel preponderante da Igreja em sua formação política e social, porém, não se pode desconsiderar o papel do chamado sindicalismo combativo e dos movimentos políticos dos trabalhadores na constituição de suas matrizes ideológicas e orientação de suas principais formas de ação, como também aquelas influências políticas articuladas com ideário freireano e as premissas educacionais que acalentou, desde a sua origem

e que sempre se mantiveram presentes na sua intervenção no cenário político nacional e internacional.

Com o fim da ditadura civil militar, havia um clima de esperança no país, sobretudo para os trabalhadores do campo, que acreditaram no que propunha o PNRA⁶ de 1985, que previa o assentamento de 1,4 milhão de famílias no campo, mas isso não se concretizou. A reforma agrária não aconteceu, e somente 6% do total de famílias previstas no plano foram assentadas. O governo congelou as ações de desapropriações de terras para fins da reforma agrária por um período de oito anos. Somente em 1993 a lei Agrária⁷ foi regulamentada. (MST, 2010, p. 14)

Diante dessa conjuntura, o movimento continuou se desenvolvendo e pressionando o governo, procurando representar legitimamente os interesses dos trabalhadores do campo, no entanto, havia grupos que se organizavam representando os interesses do capital e a concentração da terra. Foi nesse contexto que se formou o bloco ruralista brasileiro, em destaque a União Democrática Ruralista – UDR que surgiu nos idos dos anos 1980, não por acaso, conforme Mendonça (2006), a UDR teve um curto período de existência, entretanto, muito marcante em seus atos de violência apoiados pelos meios de comunicação e pelo setor ruralista brasileiro.

Algumas análises sobre a UDR sinalizam que ela representava a forma mais retrógrada e reacionária de organização do latifúndio brasileiro. Suas intenções principais eram, confessadamente, reprimir o MST e pressionar o governo para garantir os interesses do latifúndio.

A UDR teve muita influência nos governos estaduais, principalmente na Constituinte de 1988. Praticamente a única derrota social que ocorreu na Constituinte foi na questão agrária, pois em todos os outros itens houve avanços. [...] A UDR, porém, cometeu dois graves erros. Como não conhecia direito o MST nem nossas táticas de ocupação de terra de massas, optou pela profissionalização de pistoleiros. [...] A UDR não fez uma interpretação política correta da luta pela reforma agrária ao profissionalizar a pistolagem. Por isso começou a assassinar pessoas que não tinham inserção direta nas ocupações de massas que estavam proliferando, por isso houve uma repercussão muito grande. Foram os casos dos assassinatos do padre Josimo Tavares, em Imperatriz (MA), e de Chico Mendes, em Xapuri (AC). Esses dois assassinatos representaram a abertura da cova da UDR. (FERNANDES; STEDILE, 2012, p.70-71)

Principalmente por conta desses acontecimentos manipulados pela UDR, a sociedade brasileira passou a questionar suas ações violentas, obrigando a diminuição de seus atos

⁶ Plano Nacional da Reforma Agrária

⁷ Lei 8.629, aprovada pelo por Itamar Franco

enquanto organização que representava o grande latifúndio, até o seu desmantelamento. Todavia, isso não significou o fim dos ataques ao campesinato brasileiro. O grande latifúndio criou outras formas de ataques.

1.2 O MST e os governos após o fim da ditadura civil militar de 1964 a 1985.

O subcapítulo a seguir visa demonstrar, pelo caminho histórico, como se deu a continuidade da luta do MST com o término do governo civil militar. Governo esse que, por meio de suas políticas agrárias, continuou em certa medida não contemplando a população do campo brasileiro, dado o fato da reforma agrária nunca ter acontecido. O grande latifúndio continuou enraizado nas terras brasileiras, a agroindústria continuou expulsando as famílias camponesas de suas terras e, com isso, estimulando o êxodo rural, sobretudo, da população jovem. Foi nesse contexto repleto de contradições que surgiu a Escola Nacional Florestan Fernandes, a escola de formação política do MST. Movimento constituído, na esfera educacional, como força de resistência ao grande capital.

É importante destacar que foi no governo do então presidente da república Fernando Collor de Mello que o MST sofreu uma das mais fortes repressões de todos os tempos. Repressão essa coordenada pela ação da Polícia Federal e demais agentes de segurança, destacados para coibir a organização e as manifestações políticas desse movimento em suas marchas em prol da realização de uma ampla reforma agrária e sob o controle dos trabalhadores.

Posteriormente, teve-se no primeiro mandato do governo Fernando Henrique Cardoso (1994-1998),

[...] além do aumento do êxodo rural (provocado pela ação dos bancos contra pequenos agricultores endividados), o Brasil testemunhou também os dois maiores massacres da segunda metade do século XX: Corumbiara (1995), em Rondônia, e Eldorado dos Carajás (1996), no Pará. [...] No mesmo período, foram criadas duas medidas provisórias persecutórias a quem ocupava terras e implantado o Banco da Terra, uma política de crédito para compra de terras e criação de assentamentos em detrimento das desapropriações. Foram destruídas as políticas de crédito especial para a reforma agrária e assistência técnica criada durante o governo Sarney (1985-1990), prejudicando as famílias assentadas e intensificando o empobrecimento. [...] Embora FHC tenha propagandeado que realizou a maior reforma agrária da história do Brasil, seu governo nunca possuiu um projeto de reforma agrária real. Durante os dois mandatos, a maior parte dos assentamentos implantados foi resultado de ocupações de terra. Todavia, o número de assentamentos implantados foi diminuindo ano a ano. (MST, 2010, p.10)

No governo do presidente Fernando Henrique Cardoso foi estabelecido o assentamento de aproximadamente 300 mil famílias, no entanto, o que ocorreu no país foi uma reforma agrária ao inverso, uma vez que a política agrícola, largamente comprometida com o setor agrário exportador, expulsou do campo em torno de 1 milhão e duzentos mil pequenos agricultores. Ou seja, 400 mil pequenos grupos de agricultores familiares perderam suas terras no período entre 1994 e 1998. Foram desapropriados 10 milhões de hectares, porém, foram concentrados nas mãos dos latifundiários 57 milhões de hectares. Conforme diziam os dirigentes dos movimentos sociais ligados à luta pela terra, “coloca-se de colher e o modelo tira com a pá”. (MST, 2003)

Essa política intensificou o crescimento do latifúndio e dos grandes agroindustriais no Brasil. Com grande destaque às ações do agronegócio, que

[...] tem como lógica a exploração da terra, dos recursos naturais e do trabalho, por meio do financiamento público. Não produz alimentos para o povo brasileiro, deteriora o ambiente, gera poucos empregos e utiliza grandes extensões de terra para a monocultura de exportação, baseada em baixos salários, no uso intensivo de agrotóxicos e de sementes transgênicas. Num contexto de crise econômica mundial, não tem condições de produzir alimentos para a população ou criar postos de trabalho para os agricultores. (MST, 2010, p.10)

Após anos de resistência dos movimentos sociais e organizações políticas frente às políticas governamentais aplicadas no país até então, no ano de 2002, com a vitória do presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), expectativas muito favoráveis às mudanças e ao atendimento de suas reivindicações foram criadas por esses movimentos. Principalmente por conta de suas históricas ligações políticas com o MST, nutria-se uma grande esperança de que esse governo fosse capaz de iniciar as reformas mais sentidas e profundas que mudariam significativamente a vida do povo brasileiro. Afinal, tratava-se de um governo que foi composto por uma parcela significativa de políticos que estiveram juntos e caminharam lado a lado com esses movimentos durante anos a fio. Tamanha era a probabilidade de transformações, que o próprio MST fez campanha eleitoral para o candidato petista, com o intento de elegê-lo e ver levado a cabo o seu ideário reformista na estrutura agrária do país.

Mesmo tendo constituído a sua história sobre as bases da classe trabalhadora e de sempre defender a reforma agrária em seus discursos políticos históricos, Lula não conseguiu resolver o problema da reforma agrária nos seus dois mandatos governamentais. Foram adotadas políticas amenas e os assentamentos de terras necessários para superar a crise dos trabalhadores do camponão aconteceram. Vale lembrar que a bancada ruralista, junto às transnacionais, ocupou

um papel de destaque na política agrária do país. As mudanças significativas e tão esperadas pelos trabalhadores do campo não ocorreram, por conta da continuidade do modelo agrário-exportador, com a presença acentuada da monocultura no campo, com o destaque para a produção da soja, da cana-de-açúcar, da laranja, de florestas de pinos e eucaliptos destinados a atender as demandas de celulose e o aumento da posse de terras brasileiras por corporações estrangeiras.

O pesquisador Juliano de Carvalho Filho, ao discorrer sobre a reforma agrária no governo Lula, nos idos dos anos 2006, destaca que a política adotada para esse setor não alterou a estrutura fundiária do país. Segundo ele, escrevendo nos documentos do MST,

[...] chegamos ao governo Lula. De início, houve esperança na concretização da aspirada reforma agrária. Foi encomendada uma proposta de Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Seu objetivo era desencadear o tão necessário processo de mudança estrutural em favor das populações vulneráveis ao modelo vigente e reverter o processo de concentração fundiária.

A proposta não foi aceita. Em seu lugar, o governo anunciou o II PNRA. Mais tímido em suas metas, significou o abandono da pretensão de instalar um processo de alteração da absurda estrutura agrária brasileira. Mesmo assim, houve colaboração por parte dos movimentos no sentido de acordar com o governo um conjunto de metas que significassem uma política fundiária aceitável.

Nova frustração [...] depois de anunciar que a meta anual havia sido superada, o governo emite nota em resposta à crítica recebida do MST por carta [...] durante a Assembleia Popular, em Brasília. Entre outras afirmativas, diz que o Brasil superou a meta de assentamentos prevista no II PNRA... o melhor desempenho da reforma agrária em toda a nossa história. Rebate ainda as contestações do MST afirmando que o Movimento faz crítica leviana e procura estabelecer com o governo um debate sem nenhuma seriedade.

A análise dos dados disponíveis confirma a crítica ao governo. Das 127,5 mil famílias consideradas assentadas em 2005, apenas 45,7% o foram em áreas de reforma agrária. O restante, 54,3%, refere-se a assentamentos ou reordenação de assentamentos em terras públicas. Os dados também mostram que grande parte dos assentamentos ocorreu em áreas de fronteira agrícola, seguindo o comportamento de governos anteriores. O geógrafo Bernardo Mançano, da USP, com as informações do Banco de Dados de Luta pela Terra, prova que nos três anos do governo Lula apenas 25% das famílias foram assentadas em terras desapropriadas.

A reforma agrária no governo Lula não tem capacidade de alterar a estrutura fundiária. Os únicos resultados positivos se referem ao Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), o que é pouco para sustentar a afirmativa de que reforma agrária de qualidade está a ser efetivada. O que ainda diferenciava o governo Lula dos demais era a sua postura em

relação aos movimentos sociais. Agora, nem isso. Sua política é inócua ao latifúndio. Não atinge o monopólio da terra. (MST, 2006)

Passados alguns anos do Governo Lula, as críticas acerca das políticas sobre a reforma agrária no Brasil intensificaram-se, devido à falta de respostas concretas à problemática alarmante do campesinato brasileiro. Os assentamentos continuaram sem estruturas para o seu pleno desenvolvimento e garantia da permanência das famílias no campo.

O professor e respeitado estudioso da questão agrária no Brasil, Ariovaldo Umbelino, em entrevista concedida ao MST, em 2011, avalia a experiência da reforma agrária durante o período do governo Lula da seguinte forma:

[...] são oito anos de mandato, dois processos distintos. No primeiro mandato, por pressão social dos movimentos sociais, foi elaborado o 2º Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), em que a proposta de assentamento era de um total de 520 mil famílias. Na realidade, assentou-se em torno de 220 mil famílias apenas, embora o governo divulgasse dados de mais de 500 mil. Esses dados não correspondem à realidade porque eles somaram como assentamentos novos áreas de regularização fundiária, áreas de reconhecimento de assentamentos antigos e reassentamentos de atingidos por barragens.

Além disso, no segundo mandato não foi elaborado o 3º Plano Nacional de Reforma Agrária. Então, o governo se descompromissou em fazer a Reforma Agrária e passou a adotar uma política de Contrarreforma Agrária, porque enviou duas medidas provisórias (MPVs) ao Congresso. Uma em 2008, a MPV 422, e outra em 2009, a MPV 458, elevando a área passível de regularização na Amazônia Legal de 100 mil hectares para 2500 hectares e só passou no Congresso até 1500 hectares. Isso quer dizer que nesse segundo mandato o governo fez uma política de legalização da grilagem. Isso quer dizer que, ao invés de se fazer Reforma Agrária, se adotou uma política de Contrarreforma Agrária. Então, o balanço final é de que o governo não teria, no segundo mandato, feito cumprir a grande meta que era a Reforma Agrária. (MST, 2014)

Na realidade, prossegue o professor Ariovaldo Umbelino, “o que se assiste é à inversão total daquilo que o governo deveria fazer. Ou seja, ao invés de ele fazer a Reforma Agrária, continua permitindo o agronegócio através dessa transferência de patrimônio público para um patrimônio privado.” (MST, 2014)

O balanço realizado pelo professor Ariovaldo Umbelino (2011), desse importante e inusitado período governamental de Lula da Silva, traz o sentimento de que a história se repete, pelo menos, com relação à política agrária brasileira e que vem possibilitando, explicitamente, o alargamento do agronegócio como uma das políticas de desenvolvimento da economia do

país. Ou seja, para ele, houve a manutenção das mesmas características de descumprimento de promessas de campanha e a pouca atenção às instituições fadadas à corrupção presentes em governos passados. Enfim, nunca se fez

[...] uma ação realmente profunda de Reforma Agrária. Tanto é que ele nunca cumpriu as metas que o 2º Plano Nacional de Reforma Agrária estabelecia. O não cumprimento das metas foi uma decisão deliberada do Incra, por quê? Porque existe o setor dos funcionários que são corruptos, aqueles que cuidam do cadastro do Incra, e que não só estão recebendo como vão receber dinheiro ilegal por ter facilitado e criado as condições necessárias para a transferência das terras do Incra ao agronegócio. (MST, 2014)

O professor acentua o tom de sua análise crítica quando faz comparações do governo Lula aos seus governantes antecessores,

[...] o Lula vai entrar para a história do Brasil como entrou o Dom Pedro II, que permitia a legalização de terras públicas à oligarquia; vai entrar como entrou Getúlio, que também fez um decreto-lei legalizando as terras; vai entrar que nem os militares, que também destinaram boa parte das terras da Amazônia à iniciativa privada. Na realidade, ele não mudou em nada. Vai para a história não como alguém que fez Reforma Agrária, mas como alguém que não só não fez, como também adotou essa política de transferir patrimônio público para os grileiros. (MST, 2014).

Logo após o término do segundo mandato do então presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, o MST fez um balanço da questão fundiária nacional e, entre outras coisas, apontou que o Brasil compõe o quadro de países onde existe uma das maiores concentrações de terras do mundo. Tal centralização se mantém por conta da contribuição de vários setores da sociedade burguesa, como é o caso de sua fração financeira. Faz-se necessário lembrar que alguns dos bancos que operam no país são grandes proprietários de terras e que os oligopólios que constituem os meios de comunicação continuam a propagar que a reforma agrária é muito cara, que os assentamentos são favelas e que os militantes do MST não sabem trabalhar e nem mesmo segurar uma enxada. Isso criou no seio da sociedade brasileira uma repulsa em apoiar o MST, contribuindo para o fortalecimento do grande latifúndio.

1.3 A história imediata do MST e sua relação com os governos vigentes.

No ano de 2010, após dois mandatos sucessivos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, assumiu o comando do país a então candidata à presidência da república Dilma Rousseff. Durante seus primeiros anos de mandato, o governo Dilma recebeu duras críticas dos

movimentos sociais e políticos associados à luta pela terra no Brasil, inclusive, com relação às mudanças profundas que haviam sido anunciadas, mas que não aconteceram, como foi o caso da reforma agrária e tudo o que é agregado a esse intento político.

Durante o governo Dilma, pouco mais de 76 mil famílias foram assentadas, segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). A maioria desses números, entretanto, se refere à regularização fundiária na Amazônia, e não decretos de desapropriação de novas áreas.

‘Todo ano tem luta. Fazemos as jornadas de abril, agosto, outubro. O governo faz a promessa, mas nada acontece. Os técnicos do Incra falam que a Reforma Agrária não é a prioridade da presidenta’ (...)

Nessa linha, os Sem-Terra apontaram a necessidade de criar uma comissão interministerial para agilizar e resolver os problemas dos acampados. ‘O Incra está desestruturado e com ingerência, e está sendo conduzido de uma maneira conservadora’, apontou (...), ao colocar a prioridade em construir uma meta emergencial para resolver os problemas das áreas que estão com maiores conflitos. (MST, 2014)

Na fala do dirigente do MST, parece ser evidente a perpetuação e o aprofundamento da crise das instituições governamentais brasileiras. Crise essa que está em consonância com o Congresso Nacional e o Poder Judiciário que, na sua maioria, não representam os interesses da classe trabalhadora do país.

No entanto, as organizações do campo reconhecem como política importante para a garantia dos assentados a venda de sua produção, por via da implantação do Programa de Aquisição de Alimento (PAA), mas que

[...] precisa ter seu orçamento aumentado, segundo os Sem-Terra.

‘O volume de dinheiro hoje do PAA atinge apenas 5% das famílias assentadas. É urgente e necessário colocar mais dinheiro na Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para potencializar e massificar a produção’, cobrou Stédile, que foi respondido com o comprometimento de Dilma em determinar que o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) disponha mais recursos para ampliar a ação desses programas. (MST, 2014)

Na verdade, o investimento para o desenvolvimento da produção do campesinato brasileiro nem se compara com o poder que o agronegócio exerce sobre as políticas brasileiras. Ao fazer referência ao governo de Dilma Rousseff, Stédile faz algumas alusões históricas e diz que

[...] no Brasil nunca teve reforma agrária. Só tivemos assentamentos pontuais, que aconteceram por muita luta. O último governo com programa de reforma agrária séria foi o de João Goulart, um projeto organizado por Celso Furtado. Uma das deficiências que nós temos para pensar a agricultura é construir outro

programa agrário; é preciso voltar a agricultura para o interesse de todo o povo.

O governo é de composição e tenta agradar todo mundo. Isso criou a dicotomia Ministério da Agricultura e MDA. Se bem que o Ministério da Fazenda também pode entrar nessa dicotomia, compondo com o ministério da Agricultura. Pois é um absurdo a Lei Kandir isentar as exportações de *commodities* de impostos. Nós somos os maiores exportadores de soja e minério de ferro e ninguém pergunta o motivo de eles não pagarem nada de impostos.

O MDA cumpre uma função subalterna. Foi criado para cuidar da agricultura familiar e, até nisso, ficaram com vergonha e colocaram o nome de Desenvolvimento Agrário. Bastaria só um ministério, o da Agricultura. Mas como o governo não tem programa, opta por políticas pontuais. (MST, 2014)

Em que pesem os percalços e vicissitudes enfrentados, é possível afirmar, por meio das intervenções realizadas pelo MST ao longo dos seus 30 anos de vida, que a luta pela reforma agrária continua concorrendo com a ganância desenfreada do agronegócio e dos desmandos das transnacionais no campo brasileiro, fazendo com que o movimento crie novas formas de realizar a luta e repense a organização fundiária no país.

Desde o início de suas ocupações o MST, ao montar suas lonas pretas nas frações territoriais representadas pela propriedade privada, o fazia compreendendo que além da conquista da terra, seria necessário lutar por escolas, saúde e condições de trabalhar nos assentamentos de maneira que fosse garantida a continuidade da cultura camponesa.

Hoje, passados trinta anos de sua existência e enfrentando sucessivos governos, o MST defende que a sua base social continue lutando pela terra no sentido de construir uma reforma agrária popular, baseada na consagração da pequena propriedade, do trabalho familiar e comunitário, e que guarde relação com as tradições rurais do povo brasileiro.

Tal afirmação se materializou no 6º Congresso Nacional do MST, que aconteceu no mês de fevereiro de 2014 em Brasília. O congresso contou com a participação de mais de 15 mil militantes Sem-Terra de 23 estados brasileiros. Contou também com a participação de uma delegação internacional composta por 250 militantes de 26 países e de 102 organizações de trabalhadores do mundo inteiro.

O congresso em questão enfatizou em suas resoluções a defesa de uma reforma agrária que de fato distribua as terras do grande latifúndio para os trabalhadores do campo. E que estes possam ter nessas terras a garantia de uma escola que avalize uma educação do campo e, sobretudo, a permanência do funcionamento dessas escolas, evitando o seu fechamento. O que no campo brasileiro acontece com frequência pois, só nas últimas décadas, mais de 37 mil escolas do campo foram fechadas. (MST, 2014)

Além da importância dada à educação e à presença das escolas nos assentamentos do MST, o 6º congresso caracterizou a reforma agrária defendida por ele como a construção de uma reforma agrária popular, que além de ocupar as frações territoriais, necessita também produzir em seus solos alimentos saudáveis para todo o povo brasileiro.

Ao cultivar essa prática da produção de alimentos saudáveis, com base na agroecologia, o movimento afirma que produzirá uma ruptura com o modelo do agronegócio que, ao produzir alimentos que na sua maioria servem a um modelo agroexportador, coloca em risco a saúde do campesinato brasileiro e de toda a sociedade.

Ao longo do processo histórico das políticas sobre a reforma agrária, fica evidenciado que as mudanças profundas que deveriam ocorrer, não ocorreram, nem houve avanço, pois foram inviabilizadas por diversos fatores políticos e econômicos já destacados anteriormente. Como estratégia do movimento, e fazendo cumprir o que é decidido em seus encontros e congressos pelos militantes, o MST salienta que, desde o primeiro ano de Governo de Dilma Rousseff, ocorrido há alguns anos, vem se estabelecendo uma sucessão de tentativas de agendar reuniões com a presidenta para cobrar a realização da reforma agrária e lembrá-la de que os problemas do campo brasileiro continuam latentes.

Nesse ínterim, no bojo das atividades do VI Congresso Nacional do MST, realizado no período de 10 a 14 de fevereiro de 2014, em Brasília, que essa reunião aconteceu,

[...] depois da luta e da pressão social exercida pelos Sem-Terra na tarde desta quarta-feira (12/02), em Brasília, que a presidenta finalmente decidiu ouvir as demandas do Movimento, que apresentou seus problemas mais emergenciais neste último ano de mandato.

Na avaliação dos Sem-Terra, grande parte da energia gasta nas lutas nos últimos três anos serviu apenas para que o atual governo não retrocedesse nas conquistas da última década. (MST, 2014)

Mas para o MST foi insuficiente. À guisa de melhor compreensão da visão que os dirigentes do MST têm dos encontros realizados com os representantes do Estado brasileiro, logo abaixo são reproduzidos alguns trechos do relato jornalístico do encontro que mantiveram com Dilma Rousseff. Identifica-se, nesses excertos, um conjunto de demandas apresentadas pelo MST, especialmente em torno das questões referentes aos problemas sociais que se mantêm com as famílias acampadas e assentadas em todo o território brasileiro.

‘Toda nossa proposta de Reforma Agrária ficou no meio da estrada. Isso criou uma insatisfação muito grande por parte dos Sem Terra’, disse Jaime Amorim, da coordenação nacional do MST, à presidenta.

‘Passem tudo o que puderem passar de informações para nós do que está errado que faremos as mudanças’, se comprometeu a presidenta ao ouvir as demandas e dizer que é preciso listar e fazer o que é urgente.

Dentre os pontos, Jaime lembrou a discussão em torno do índice de improdutividade, que se iniciou desde o começo do governo Lula. ‘O governo tem que criar as condições e enfrentar o problema’, cobrou o dirigente, ao afirmar que é preciso enfrentar as forças mais conservadoras que compõem a gestão da presidência.

Lançada no final do ano passado, a Medida Provisória da Reforma Agrária previa a possibilidade das famílias assentadas venderem seus lotes, o que permitiria uma regressão das conquistas da Reforma Agrária e uma reconcentração da terra no país.

Segundo Débora Nunes, da coordenação nacional do MST, o agronegócio também vislumbra as terras das famílias assentadas e estão dispostos a oferecer muito dinheiro para conquistarem essas áreas.

‘Isso pode estimular a venda, o que desmoralizaria o governo e a própria Reforma Agrária’, destacou, ao apontar que seria um retrocesso das conquistas e um aumento da concentração de terra no país.

‘Concordo que não tem cabimento conceder na perspectiva da venda’, disse Dilma, ao ponderar que é importante que as famílias sintam que a terra lhes pertence, pois aumenta a ‘autoestima’.

Nesse sentido, a presidenta concordou em defender a proposta do Movimento, que prevê o título de concessão de uso da terra, o direito à herança, mas que a venda seja proibida. (MST, 2014)

Se a Medida Provisória aventada acima fosse efetivada, certamente colocaria o movimento em condições de fragmentação, o que enfraqueceria o seu combate pela conquista da terra. Todavia, para Stédile, ao se referir ao governo de Dilma Rousseff como parte do aparelho lulista, é necessário ressaltar que,

[...] o modelo atual do lulismo, de um governo de composição que agrada a todos, bateu no teto. As mudanças daqui para frente, para melhorar as condições de saúde, educação, transporte público e reforma agrária, dependem de reformas estruturais. Dependem de mexer nos recursos do superávit primário que hoje vai para os bancos. Depende de uma reforma tributária e uma reforma do Judiciário. Além de mudar as regras de eleições no país, que hoje deixam os governantes e parlamentares reféns das empresas que financiam suas campanhas. E tudo isso só mudaremos com uma reforma política. E ela só virá se o povo for para as ruas. E eu espero que ele volte logo. (MST, 2014)

Ao analisar o que foi dito pelos principais dirigentes do MST, fica evidente que talvez seja essa uma das saídas políticas para iniciar as mudanças profundas e esperadas, dentre elas, a Reforma Agrária. Porém, alguns setores da sociedade julgam que é necessário ter cautela e reconhecem que o momento histórico não é o mais propício para a efetivação dessas saídas políticas e para iniciá-las sob o controle dos trabalhadores. Também é importante lembrar que para a viabilização da reforma política ensejada pelo MST, foi mobilizada toda a sua base social e que essa participou ativamente, no ano de 2014, da Campanha Nacional do Plebiscito Popular da Constituinte por uma reforma do sistema político brasileiro. Menciona-se tal engajamento pelo fato de o MST ter estado numa empreitada de ampla envergadura, mesmo tendo

praticamente toda a política institucionalizada e a mídia contra essa importante campanha em favor da reforma do aparato dos poderes executivo, legislativo e judiciário no País.

1.4 MST e suas principais lutas

Este subcapítulo se propõe a resgatar algumas das principais lutas e conquistas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra ao longo de sua trajetória até os dias de hoje. Disserta-se sobre parte dessas lutas para compreender sua forma de organização e localizar, historicamente, o debate e a importância da educação e da formação política nesse processo, ou seja, o lugar que a práxis educativa e política formativa ocupa na cotidianidade do movimento.

Formalmente, o MST foi criado no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Rurais Sem-Terra que aconteceu na cidade de Cascavel, no Estado do Paraná, entre os dias 20 e 22 de janeiro do ano de 1984. Foi um encontro representativo, do ponto de vista nacional, contando com a participação de trabalhadores rurais de 12 estados do Brasil e de apoiadores do movimento sindical e popular, como a Central Única dos Trabalhadores – CUT, a Comissão Pastoral da Terra – CPT e o Conselho Indigenista Missionário – CIMI (CALDART, 2004)

É válido ressaltar que aqueles que preconizaram o movimento já desenvolviam ações de luta pela reforma agrária anos antes de sua criação oficial. Alguns fatos inauguraram o período de gestação do MST, processo que perdurou até a data de sua fundação oficial. Sobre esses episódios CALDART (2004, p. 109), descreve que a primeira intervenção realizada no campo pelo MST se deu, ainda no final da década de 1970, na região sul do país. A autora considera essas intervenções como fatos desencadeadores e os denomina como o terceiro conjunto de fatores que foram determinantes para a constituição do MST.

[...] aqueles que, de certo modo, apressaram a conjugação entre as pressões objetivas de uma situação mais geral e os elementos socioculturais e políticos que foram capazes de sustentar a organização dessa ação de resistência dos trabalhadores e das trabalhadoras sem-terra, dando início ao MST. Esses fatos desencadeadores são os chamados *fatos históricos* [...] (CALDART, 2004, p.109; grifos da autora.)

Esses fatos, caracterizados pela autora, como desencadeadores, foram organizados pela intervenção, direta dos trabalhadores Sem-Terra nas áreas em que eles consideravam descumprir sua função social. Dentre essas ações destacam-se algumas, no Rio Grande do Sul, por exemplo,

[...] o marco foi a expulsão dos colonos da reserva indígena de Nonoai, feita pelos índios Kaingang que também lutavam pela reconquista de sua terra de origem, em maio de 1978. Foram expulsas 1800 famílias de colonos rendeiros da Fundação Nacional do Índio, FUNAI, que estavam ali há quinze anos. [...] aconteceu uma ocupação espontânea das fazendas Macali e Brilhante em Ronda Alta, e na Reserva Florestal da fazenda Sarandi, em Rondinha. As ocupações começaram com trinta famílias e chegaram a quase trezentas. (CALDART, 2004, p.110)

Diante dos resultados alcançados com essas ações, os trabalhadores do campo se sentiram motivados a dar continuidade naquelas obras de cunho organizativo e que se desdobrou em outra frente de luta de fundamental importância e que se encontra na gênese do movimento, o acampamento de Encruzilhada do Natalino. De fato, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST, 2010, p. 9), considera essa atuação como sendo

[...] um símbolo da luta de resistência à ditadura militar, agregando em torno de si a sociedade civil que exigia um regime democrático. Em todo o país, novos focos de resistência à ditadura das armas e das terras surgiram: posseiros, arrendatários, assalariados, meeiros, atingidos por barragens. [...] As ocupações de terra se tornaram ferramenta de expressão camponesa e de contestação do autoritarismo. (MST, 2019, p.9)

Assim, gradativamente, as ocupações passaram a ser elementos aglutinadores da luta no campo, favorecendo as discussões e ações acerca da problemática da concentração da terra por todo o país. Carlos Bauer (2009, p. 21) elucida que o MST teve,

[...] entre seus marcos, a luta contra a ditadura militar e a democratização do Estado brasileiro, combinada à ação sindical e política em defesa do salário, do emprego, da terra, da autonomia e liberdade sindical, quando, conforme estudo de Éder Sader (1988), inúmeras oposições sindicais disputavam eleições e conquistavam novos sindicatos para o campo progressista e antiditatorial. Essa estratégia de ação de massa foi crucial para que, no contexto das tensões políticas entre Estado e sociedade que caracterizaram a transição nos anos 1970-1980, os movimentos sociais, sindicais e políticos produzidos pelos trabalhadores, particularmente aqueles liderados pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e pelo Partido dos Trabalhadores (PT), mas também pelo MST, ocupassem lugar de destaque, colocando-se como legítimos interlocutores dos setores populares no processo de disputa de hegemonia política e cultural na sociedade brasileira, principalmente se levarmos em conta os aspectos e os princípios educativos dos movimentos sociais. (BAUER, 2009, p.21)

Ao se basear em alguns analistas que se esforçaram em entender o surgimento do MST, Bauer (2009, p. 24) traz, em sua obra *Educação, terra e liberdade: princípios educacionais do MST em perspectiva histórica*, a interpretação de que esse movimento político e social

[...] nasceu em um processo de enfrentamento e resistência contra a política de desenvolvimento agropecuário instaurada durante o regime militar, no período compreendido entre 1978 e 1985. Esse processo é entendido em seu caráter mais geral, na luta contra a expropriação e a exploração do desenvolvimento do capitalismo.(BAUER, 2009, p.24)

Ainda de acordo com Carlos Bauer (2009, p. 25-6) e referindo-se “ao processo de formação dos sem-terra inspirados na obra de Edward P. Thompson (1987^a) e, ao mesmo tempo, preocupados com os processos por meio dos quais trabalhadores rurais sem-terra fizeram-se ou ainda se fazem”, preocupa-se em compreendê-lo como um processo ativo, que se deve tanto à ação humana como aos seus condicionantes. Desta sorte, o autor constata que “hoje no Brasil, o MST é a mais significativa forma de organização social em luta pela terra e pela reforma agrária, inclusive, pela abrangência territorial que alcançou mecanismos políticos orientadores de sua atuação, o mesmo não tem precedentes históricos!”. (BAUER, 2009, p. 39)

Carlos Bauer (2009, p. 42) procura também estabelecer uma explicação marxista sobre o problema da terra no Brasil e na América Latina, se atentando para o fato de que

A renda da terra é a categoria que explica a exploração do valor econômico da terra sob o regime de produção capitalista, isto além da forma que adquiriu a propriedade da terra. Partindo dos postulados marxistas, podemos dizer que o monopólio da propriedade territorial constitui uma premissa histórica e se mantém como base constante do regime de produção capitalista e de todos os sistemas de produção anteriores baseados numa outra forma de exploração das camadas empobrecidas dos trabalhadores. Estes, na medida em que avançam em sua luta e capacidade de organização social, acabam construindo espaços de socialização política.(BAUER, 2009, p.42)

Tudo isso ocorreu num cenário espalhado pelas distintas localidades do Brasil, como o registrado em Chapecó-SC, com a farsa da peste suína. Sobre esse episódio, Fernandes (2001) salienta que foi uma estratégia utilizada pelos latifundiários para eliminar o suinocultor autônomo e as raças comuns de suínos. Esse episódio aprofundou a problemática da expropriação dos pequenos produtores daquela região. Porém, houve uma série manifestações de protestos que desencadearam quatro frentes de lutas, quais sejam:

Movimento de oposição sindical, o Movimento das mulheres Agricultoras, O movimento dos atingidos por Barragens e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Foi nesse caldo de rebeldia que aconteceu a primeira grande ocupação de terra desse período em Santa Catarina, na Fazenda Burro Branco, município de Campo Erê, oeste catarinense, em maio de 1980. (FERNANDES, 2001, p.111)

Por conta de ações como essa, a Fazenda Burro Branco foi desapropriada em 1980, sendo, desde então, considerada como uma das primeiras frações de território conquistadas na luta pela terra no Brasil pelo MST.

No Estado do Paraná o acontecimento desencadeador de extrema importância e que merece ser lembrado foi a expropriação de terras de pequenos agricultores em decorrência da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, originando no Movimento Justiça e Terra, criado no ano de 1980. Além disso, as famílias levaram muito tempo para serem indenizadas e, quando o foram, receberam valores bem abaixo do que deveriam perceber. Ao mesmo tempo, incontáveis famílias foram transferidas arbitrariamente para os projetos de colonização no Acre. Das famílias expropriadas de Itaipu nasceu, então, a organização dos sem-terra no Paraná. (FERNANDES, 2001, p.112)

Diversos fatos desencadeadores ocorreram em distintas regiões do Brasil, no mesmo período, provocando reações dos trabalhadores rurais, que se desdobraram em iniciativas que consolidaram a organização do MST. Na medida em que as ocupações aconteciam, o número de pessoas participantes nesses combates pela conquista da terra aumentava. Um exemplo marcante na história do movimento foi a ocupação na Fazenda Santa Idalina, no Estado do Mato Grosso, que reuniu mil famílias que acolhiam em seu interior arrendatários, assalariados, posseiros, ribeirinhos e desempregados.

Diante dos acontecimentos que a cada ocupação aglutinava mais pessoas no campo, as demandas também aumentaram. Portanto, essa dinâmica “pedia” uma articulação das ações, bem como o compartilhamento dessas experiências entre os sujeitos que davam vida por ela. E pensar os passos seguintes do movimento para os próximos períodos fez com que, na realização do primeiro encontro organizado pelo movimento em gestação, fossem traçadas as primeiras diretrizes gerais do MST, são elas (VIEITEZ; DAL RI, 2008, p 147-148):

Lutar pela reforma agrária;
Lutar por uma sociedade justa, fraterna e acabar com o capitalismo;
Integrar à categoria dos trabalhadores rurais sem-terra, arrendatários, meeiros e pequenos proprietários;
Expandir a luta, levando-a ao maior número possível de municípios;
Expropriar latifúndios e terras devolutas;
Articular-se com sindicatos e outras organizações que apoiassem a luta dos Sem-Terra.

Com base nas diretrizes sistematizadas, pelos autores acima citados, afirma-se que desde o seu início o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra sinalizava em seu ideário político que a luta pela conquista da terra não seria restrita ao e para povo do campo, mas que

envolveria a gestação de um projeto societário capaz de superar as injustiças presentes na sociedade capitalista.

No ano de 1985, foi realizado o primeiro Congresso Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, com a participação de 1500 delegados. A escolha de delegados se deu por meio de reuniões realizadas no ano anterior ao congresso. O congresso contou com a participação de representantes de 16 estados brasileiros. Nesse congresso, o MST lançou mão de outras importantes diretrizes (VIEITEZ; DAL RI, 2008, p.148):

Que a terra só esteja nas mãos de quem nela trabalha;
Lutar por uma sociedade sem exploradores e sem explorados;
Ser um movimento de massas, autônomo, dentro do movimento sindical, para conquistar a reforma agrária;
Organizar trabalhadores rurais na base;
Estimular a participação dos trabalhadores nos sindicatos e no partido político;
Dedicar-se à formação de lideranças e construir uma direção política dos trabalhadores;
Articular-se com os trabalhadores da cidade e com os camponeses da América Latina.(VIEITEZ;DAL RI,2008, p.148)

Após o I Congresso Nacional do MST, foi possível perceber a consolidação de suas diretrizes, por conta do aprofundamento que as propostas apresentavam, bem como a ampliação de sua base social e política e o apoio de diversos setores populares da sociedade brasileira e mesmo de outros países. A respeito disso, Almeida (2014) afirma que

[...] o movimento, desde a sua existência, já traz o braço internacionalista, [...]. Então ele começa no primeiro congresso nacional do MST, lá no Paraná, Curitiba isso em 85, já tinha a presença de delegados internacionais, já tinha presença de outras organizações. Então ali no nascimento do MST já começava uma relação com os movimentos sociais, sobretudo na América Latina. E nesse... logo nos anos 80 ainda, o movimento, nessa relação com outras organizações da América Latina, foram muitos militantes para atividades internacionais. Na Nicarágua, em El Salvador, para Cuba, conhecer as experiências... cortar cana- de -açúcar, ser solidários com os processos que estavam acontecendo na América Central e no Caribe. E aprender, sobretudo com os outros povos. Então, a abertura internacional do movimento parte disso. (Entrevista realizada em 12/04/2014)

Nesse encontro foram decididas muitas das “bandeiras de lutas” do movimento, inclusive, algumas das consignas que marcaram muito a sua história de construção: “Ocupar é a única solução!”

Como sinaliza Caldart (2004) o MST surgiu e foi se configurando com um caráter próprio, fugindo aos padrões de lutas de outras épocas e lugares, ou seja, foram incorporados os elementos que o movimento considerava positivo para a luta. Chegaram à conclusão de que

o movimento deveria ser de massa, um movimento amplo, não esgotar as discussões e ações na questão da terra.

Nessa mesma linha de raciocínio, em entrevista concedida, Almeida (2014) argumenta que

[...] o movimento quando ele surge ele já surge ...além de ser um movimento que faz a luta pela terra, que tem como principal objetivo a luta pela terra, mas também pela reforma agrária e pela transformação social e isso exige, se o movimento quer ser autônomo, exige que tenham seus quadros, que formem seus militantes. Então a formação, ela se dá de dois viés, primeiro, é imprescindível a luta social. Então... a pessoa se forma na concepção do movimento da própria formação. Se não tiver luta, se não tiver enfrentamento, é muito mais difícil de compreender as forças do Estado, da repressão, do poder judiciário. (Entrevista realizada em 12/04/2014)

Segundo explicitado por Almeida, no fragmento da entrevista acima, nota-se que a categoria experiência social, caracterizada por P. Thompson, está presente nas ações do MST quando seu dirigente afirma que se não houver luta e enfrentamento, dificilmente os militantes do movimento compreenderão as forças que o estado exerce sobre o campesinato. Ou seja, Almeida defende que a experiência concreta do militante é que contribuirá para a sua consciência de classe.

Nas palavras de Stédile (2012), o movimento traz em si três características principais. O MST é um movimento popular onde entra todo mundo! Pai, mãe, filho, idosos etc. Uma das características do movimento é a não filiação de seus membros como critério de participação; o importante é integrar a luta, não necessitando ser um camponês, bastando ter como premissa a luta pela reforma agrária. Dessa forma, o movimento ficou amplo, consistente, diferente dos movimentos típicos camponeses do passado que restringiam os seus adeptos apenas ao povo do campo. O isolamento seria um fator determinante para o movimento não dar certo. Se assim se constituísse, certamente se tornaria frágil e fadado ao desaparecimento.

Sobre essa identidade sem terra, Stédile explica o porquê de evitar o isolamento no movimento. Ele diz que aprendeu isso com os movimentos sociais históricos de luta pela terra. Esses movimentos se valiam de um jeito tradicional de fazer o combate. Participavam das ações organizadas por eles apenas os camponeses, ou seja, os trabalhadores rurais. Segundo o argumento do dirigente político, isso fez com que essas organizações tivessem vida curta. Certamente isso não favoreceu a luta dos trabalhadores do campo pelas suas reivindicações, ao contrário, com o golpe civil militar de 1964 eles praticamente desapareceram.

O MST fez a opção por se construir como um movimento forte, um movimento nacional que tivesse aberto para organizar uma base social diversificada. E assim aconteceu! Essa nova forma de organização possibilitou ao movimento uma série de conquistas valorosas para o povo do campo e, conseqüentemente, para o conjunto da classe trabalhadora brasileira.

Uma das principais conquistas do MST é manter o tema da reforma agrária na pauta de discussão da sociedade e do Estado. No campo social, os resultados nas áreas conquistadas são significativos: foi praticamente eliminada a mortalidade infantil nos assentamentos, e não existe mais fome. É incomparável a produtividade, número de empregos e instalação de infraestrutura de uma área antes e depois de se transformar em assentamento. Acima de tudo, foi conquistada dignidade da cidadania, porque quando a cerca do latifúndio é rompida, também se rompe a cerca do 'voto de curral' do coronelismo e da dominação política. [...] Além dessas conquistas, o MST continua defendendo a democratização da terra e implementação de uma política efetiva para o desenvolvimento dos assentamentos, buscando reorganizar a produção agrícola para que o país atenda as necessidades da população. Com isso, romperemos barreiras importantes para o desenvolvimento nacional e para a eliminação das desigualdades sociais no Brasil. (MST, 2010, p. 11)

Desta forma, e imbuídos desses propósitos, como analisa Roseli Caldart (2004), o movimento passou a ser uma organização social de grande amplitude e passou a ter uma clara identidade política que a denominação Sem-Terra traduz muito bem.

O MST também tinha como característica o sentido corporativo, um componente sindical. A organização e as ações aconteciam com base nas demandas específicas após a conquista da terra, com novas reivindicações, constituindo outro momento. Havia a necessidade de estradas, saúde, escola, créditos para os assentados. A conquista da terra não esgotou a atuação do movimento, pelo contrário, ela ampliou permanentemente suas frentes de atuações. O movimento tinha a compreensão de que a reforma agrária necessitava da garantia desses elementos básicos presentes na fração do território conquistado, como componentes fundamentais para a dignidade do povo do campo.

O componente político, junto aos já citados, acompanhou o MST desde sua gênese e se manifestou no processo de luta do movimento quando este defendeu que a luta pela reforma agrária somente poderia ter algum avanço se fosse compreendida como um componente que não está desassociado da luta de classes que percorre a inteireza da vida social sob a égide do capital.

Além dos conjuntos de fatores que são determinantes para a gênese do MST, também é possível identificar nele três períodos históricos decisivos em sua formação:

São momentos que coincidem, de certo modo, com a cronologia histórica nacional do MST, embora o acento das diferenças não esteja exatamente nesse aspecto. A marca diferencial diz respeito aos desafios concretos que conformam a luta do MST em cada momento, e que ao mesmo tempo, exigem e produzem uma determinada conformação de seus sujeitos. (CALDART, 2004, p. 116-117)

O primeiro momento histórico do MST se caracterizou, então, exatamente, pelo seu objetivo central: a luta pela terra. Nesse período o movimento estava organizado em 12 estados, acumularam conquistas significativas e aprendizados importantes sobre como conduzir a luta de maneira organizada e o de fazer os embates com forças políticas opositoras. O MST desse primeiro momento era compreendido pela sua origem de classe. Eram sem-terra porque trabalhavam na terra de que não eram donos. E se por ventura possuíssem alguma propriedade, essa era tão pequena, que mal dava para garantir as necessidades básicas de sua família. Os sem-terra desse momento eram os parceiros, pequenos arrendatários, posseiros, assalariados rurais, pequenos agricultores e filhos dos pequenos agricultores.

As marcas desse momento do processo de formação do sem terra são, a meu ver, basicamente duas. A primeira é a que nos parece (com os olhos de hoje) um tanto óbvia, mas que é exatamente aquela sem a qual o MST não teria sequer começado a existir. Trata-se da *escolha das pessoas* de reagir a sua condição de sem terra lutando pela terra, e de passar a perceber um problema que parecia de cada trabalhador, ou no mínimo de cada família, como um problema coletivo, e com alternativas de solução também coletivas. A grande diferença, neste momento histórico, entre um trabalhador sem terra e um *trabalhador sem-terra ligado ao MST*, é que o primeiro *não conta* do ponto de vista social e político. A sua miséria ou o seu *desenraizamento* (Weil) são problemas dele, ou no máximo são vistos como um problema social por outras pessoas ou por outros sujeitos, que podem decidir, ou não, ajudá-lo a sair dessa sua condição desumana. (CALDART, 2004, p.120-121; grifos da autora)

Ainda sobre o primeiro momento histórico do MST, destaca-se que o movimento teve que tomar algumas decisões que afirmariam sua identidade enquanto organização que realmente estava consciente e disposta a transformar a situação da classe trabalhadora do campo. A primeira decisão foi a de ocupação da terra como forma principal de luta. Junto com as ocupações surgiram os acampamentos, frutos das necessidades materiais dos trabalhadores sem terra. Na construção de sua práxis política e social parece significativo ressaltar a importância dos acampamentos para o movimento,

Para nós o acampamento é uma escola de vida, porque passamos a entender como funciona a sociedade excludente que fez com que nos tornássemos Sem Terra. No acampamento aprendemos também que é preciso lutar para que se transforme essa sociedade e a luta pela Reforma Agrária é uma das ferramentas para combatermos esse sistema. O acampamento nos ensina a

encontrar soluções coletivas para os problemas que a sociedade enfrenta, com a união e a participação de todos. (MST, 2001, p. 18-19)

Símbolos foram observados no fazer cotidiano do MST, como por exemplo, as cidades de lonas pretas. Imediata decisão que o movimento tomou foi com relação ao tipo de postura que deveria assumir perante o conjunto da sociedade no seu processo de luta! O que resultou na sua caracterização enquanto organização autônoma em relação aos seus apoiadores. Outra decisão tomada por ele foi de que o MST seria um movimento nacional. De acordo com a reflexão feita pelas lideranças da época, isso fortaleceria a luta pela terra.

E não correriam o risco de serem suprimidos no processo de lutas como ocorreu com as antigas organizações sociais do campo que priorizavam as ações locais. Diante disso, o MST se dispôs a desenvolver essa unidade na ação respeitando as peculiaridades de cada região, pois a base social do movimento era bastante diversificada.

O segundo momento histórico do MST caracterizou-se pelos desafios colocados pelas circunstâncias políticas, passando a incluir em sua agenda política uma diversificada gama de reivindicações, exigindo dos seus militantes diferentes formas e estruturas de organização e participação coletiva. Nesse momento, o movimento teve como desafio a organização dos sem-terra assentados, que mesmo conquistando a terra, teriam que dar continuidade na luta, pois as condições de vida dos assentados também não eram fáceis. Tanto é verdade, que nesse momento surgiu o debate de criar outra organização que representasse os assentados, no entanto, o MST tomou a decisão de não se criar um movimento distinto, na medida em que tal decisão fragmentaria a luta dos que brigavam pela terra. Sendo assim, o MST passou a assumir mais uma tarefa no seu interior ou, mais precisamente, a de permanecer na terra e fazer avançar a produção nos assentamentos. Porém, essa tarefa exigia dos seus militantes qualificação profissional e planejamento para o alcance de tais objetivos. O movimento passou a entender que “Terra é mais do que terra”. A terra conquistada na luta deixa de ser apenas terra, ela passa a ser terra com pessoas buscando encontrar o melhor jeito de trabalhar, produzir e viver nela.

Ainda sobre suas características, é possível observar nos discursos do MST que ele se constitui como movimento autônomo, que mesmo tendo incorporado aprendizados de outras organizações como os sindicatos, os partidos e a CPT, considerava que havia limitações no interior dessas organizações. E que não seria um movimento apenas de apoio à luta, seria a própria luta.

É importante lembrar que, à época, os sindicatos rurais não se diferenciavam estruturalmente dos sindicatos urbanos, já que suas reivindicações eram por melhores condições de trabalho, melhores salários, o que era considerado justo. E para os que não eram assalariados

e não tinham trabalho no campo? O que fazer? Quem lutaria por eles? Eles próprios! Foi essa a diferença, não por estarem desempregados, por não terem trabalho na terra alheia, mas por não quererem se sujeitar eternamente a esse estilo de vida é que optaram por lutar pela sua própria terra. A luta e as experiências mostraram que, se mantivesse a mesma forma dos modos de produção do capital, nada adiantaria e estariam condenados a desaparecer enquanto sujeitos sociais e serem esquecidos na “lata de lixo” do mundo do capital. Mas era preciso ter a história com o uma aliada, interpretá-la e tirar lições, pensar e executar algo novo que mudasse tal situação, que transformasse de fato a sociedade. Mas na medida em que se estabeleceu essa relação com o trabalho no campo em sua própria terra, outras demandas apareceram e o movimento continuou na tentativa de superá-las. (VIEITEZ; DAL RI, 2008).

Desde o início da sua organização e os seus consequentes desdobramentos, o movimento dos trabalhadores rurais sem terra, dentro do seu quadro organizativo, vem experimentando formas de dar continuidade à luta pela reforma agrária frente aos governos que passaram e os que estão por vir.

De fato, a reforma agrária almejada pelos que a defendem não se materializou em solos brasileiros de maneira que suprimissem as desigualdades sociais e dirimissem a sanha de poder e riqueza perdulária do agronegócio presente no meio rural nacional. Frente a essas realidades, sua organização continua, não sem contradições, mas ainda em construção na esperança de outro tipo de sociedade com a base nos valores da solidariedade e justiça social.

Para sustentar a ardorosa e dispendiosa luta do campesinato brasileiro, o MST tem uma forma estrutural de se organizar que, de certa maneira, vem dando conta das tarefas postas frente aos ataques vorazes perpetrados pela burguesia agrário-industrial que se encontra instalada no Brasil.

O Movimento Sem Terra está organizado em 24 estados nas cinco regiões do país. No total, são cerca de 350 mil famílias que conquistaram a terra por meio da luta e da organização dos trabalhadores rurais.

Mesmo depois de assentadas, estas famílias permanecem organizadas no MST, pois a conquista da terra é apenas o primeiro passo para a realização da Reforma Agrária. Os latifúndios desapropriados para assentamentos normalmente possuem poucas benfeitorias e infraestrutura, como saneamento, energia elétrica, acesso à cultura e lazer. Por isso, as famílias assentadas seguem organizadas e realizam novas lutas para conquistarem estes direitos básicos.

Com esta dimensão nacional, as famílias assentadas e acampadas organizam-se numa estrutura participativa e democrática para tomar as decisões no MST. Nos assentamentos e acampamentos, as famílias organizam-se em núcleos que discutem a produção, a escola, as necessidades de cada área. Destes núcleos, saem os coordenadores e coordenadoras do assentamento ou do acampamento. A mesma estrutura se repete em nível regional, estadual e

nacional. Um aspecto importante é que as instâncias de decisão são orientadas para garantir a participação das mulheres, sempre com dois coordenadores, um homem e uma mulher. E nas assembleias de acampamentos e assentamentos, todos têm direito a voto: adultos, jovens, homens e mulheres. Da mesma forma nas instâncias nacionais. O maior espaço de decisões do MST é o Congresso que ocorre a cada 5 anos. No mais recente, o V Congresso, participaram mais de 15 mil pessoas. É no Congresso que são definidas as linhas políticas do Movimento para o próximo período e avaliado o período anterior. Estas definições são sintetizadas nas palavras de ordem de cada Congresso e que se estendem para o período seguinte. O V Congresso Nacional definiu como linha para este próximo período: “Reforma Agrária, por Justiça Social e Soberania Popular”. Foi aprovado ainda o novo programa de Reforma Agrária defendido pelo Movimento, após dois anos de debates e estudos nos assentamentos e acampamentos. Além do Congresso, a cada dois anos, o MST realiza seu encontro nacional, onde são avaliadas e atualizadas as definições deliberadas no Congresso.

Além dos Congressos, Encontros e Coordenações, as famílias também se organizam por setores para encaminhareм tarefas específicas. Setores como Produção, Saúde, Gênero, Comunicação, Educação, Juventude, Finanças, Direitos Humanos, Relações Internacionais, entre outros, são organizados desde o nível local até nacionalmente, de acordo com a necessidade e a demanda de cada assentamento, acampamento ou estado. (MST, 2014)

O MST tem ainda 90 mil famílias acampadas e que congregam aproximadamente 400 mil pessoas, vivendo em mais de mil acampamentos, distribuídos em 23 Estados e no Distrito Federal. Os acampamentos dos sem-terra são formados por famílias de camponeses que vivem como trabalhadores rurais, arrendatários, boias-frias, meeiros e querem ter a própria terra para plantar. (MST, 2010, p 17) Por conta disso, se esforçam de maneira denodada em demonstrar para a sociedade que,

Daquilo que vai para a mesa dos brasileiros, 70% é produzido pelos pequenos agricultores. Só 30% do que vai à mesa dos brasileiros vem das grandes propriedades, que priorizam as exportações. Não produzem comida, querem produzir apenas “commodities”. As pequenas propriedades dão emprego para 74% de toda a mão de obra no campo brasileiro. As médias e grandes, o agronegócio, mesmo com muito mais terra, só empregam 26% das pessoas que trabalham no campo. Na agricultura camponesa, em cada 100 hectares, trabalham 15 pessoas, enquanto no agronegócio, em cada 100 hectares, dão emprego para apenas 2 pessoas (média real de 1,7 pessoas/ha).

A diferença é grande porque o modelo de produção do agronegócio está baseado na mecanização intensiva e nos agrotóxicos. Por isso, o Brasil se transformou na safra de 2008/2009 no maior consumidor mundial de agrotóxicos. São aplicados 700 milhões de litros de veneno por ano. (MST, 2010, p. 20)

Ao descrever algumas passagens do surgimento do MST e o conteúdo de suas principais lutas, não se pode esquecer de dizer que toda a sua construção esteve calcada por princípios filosóficos, éticos e políticos que direcionam os caminhos a serem seguidos pelo

movimento. Princípios esses que dão sustentação às linhas políticas a serem colocadas em ação na luta concreta.

Nos documentos elaborados pelo MST, referentes aos princípios filosóficos do movimento, têm-se como um dos mais destacados valores de sua visão de mundo a concepção da educação para a transformação social, ou seja, para o movimento. Para eles, a sua educação desempenha um papel de destaque no processo de luta em defesa da reforma agrária e pela transformação da sociedade capitalista.

Essa afirmação se clarifica nos dizeres de Almeida (2014) quando esse diz que a luta do MST é extremamente importante para a conquista da terra e do que dela é possível produzir para as mudanças significativas na sociedade. Para tanto, e quando questionadas limitações das formas tradicionais de intervenção do movimento, defende-se a seguinte posição,

[...] isso não é suficiente. Tu só ir para o enfrentamento não é suficiente. Tu só fazer a luta a marcha a ocupação o trancamento da BR da rodovia. Isso não é suficiente para tu entender as coisas. Tu precisa se aprofundar, tu precisa estudar. Por isso que entra a escolarização e a formação. Por que a escolarização e formação? Porque a formação, se nós pegarmos as escolas normais que a gente tem, ela não trabalha muita coisa, então, por isso, a necessidade de estudar os clássicos, a necessidade de entender muita coisa que a escola e que a universidade não ensinam. (Entrevista realizada em 12/04/2014).

É com essa contundência e o espírito de união entre a prática do movimento (experiência concreta) e a teoria (estudos e formação política) é que se constitui a práxis política e social do MST e, com ela, a clarividência de propósitos que levou à edificação da ENFF e a urdidura de suas atividades e propostas que se inscrevem no projeto político pedagógico da escola.

2. PROPOSTAS, PRINCÍPIOS E AÇÕES EDUCACIONAIS DO MST

Antes de discorrer sobre a Escola Nacional Florestan Fernandes e sua dimensão internacionalista, considera-se importante compreender em que momento e em quais circunstâncias as preocupações com relação à educação e à formação política dos seus adeptos se manifestaram no interior do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Naturalmente, será necessário levar em conta que o MST tece duras críticas ao modelo oficial reinante de educação existente no campo e na cidade, não significando a defesa da abolição desses espaços e, sim, a de idealizar e construir outra forma de educação do Campo.

Na consecução desse propósito, apresenta-se uma interpretação histórica sobre alguns aspectos da educação do MST. Esse tipo de relato se justifica pelo fato de ter localizado na ENFF, por meio dos procedimentos da pesquisa realizada, as mesmas características dos princípios políticos e pedagógicos em seus cursos, daqueles que são oferecidos aos movimentos sociais de várias partes do país. Movimentos esses que se aproximaram do MST e que passaram a ter relações com suas lutas pela conquista de terras e, posteriormente, se inseriram no debate educacional, como é o caso da Via Campesina.

Após consolidar uma proposta educacional do campo pelos movimentos sociais e, sobretudo, pelo MST, é possível localizar o desenvolvimento dessa proposta no interior desse movimento de diversas maneiras.

Tal alargamento deu-se em consonância com a estrutura organizativa de caráter massivo do movimento organizado pelos sem-terra, algo que traz à tona o esforço e as dificuldades de se produzir uma estrutura que possa se construir de maneira democrática e coletiva.

Sendo assim, com base nas pesquisas de campo realizadas e em leituras feitas dos autores que pesquisaram sobre o processo educacional do MST, pode-se afirmar que, já nos idos da década de 1980, surgiram as primeiras contendas sobre o “que fazer com as crianças acampadas”? Nesse mesmo período, já havia ocorrido algumas ocupações do território, pelo MST e, como já dito em parágrafos anteriores, o MST é um movimento que, ao ocupar uma fração territorial, não o faz apenas com a seleção e o protagonismo de suas lideranças. Ao contrário, as ocupações são feitas pelas famílias de sem-terras: pai, mãe, filho etc.

Essa nova etapa de atuação do MST trouxe também preocupações e questionamentos novidadeiros. O que e como fazer após as ocupações? Obviamente que antes de construir os acampamentos, estratégias de ações foram elaboradas, mas o “elemento surpresa” acaba tendo um peso maior quando as necessidades do cotidiano da vida se apresentam concretamente. No caso das escolas, certamente que o MST as previa para garantir a alfabetização das crianças e

o prosseguimento, ou mesmo a retomada dos estudos dos jovens e adultos, mas como garantir o funcionamento dessas escolas nos acampamentos e assentamentos, levando em consideração serem aquelas áreas em processo de conquista conflitantes com os órgãos públicos, com o grande latifúndio e o aparato repressivo estatal? Será que todos daquela protocomunidade, em que o acampamento havia se transformado, comungavam da mesma ideia com relação a ter escolas nessa, até então, inusitada dinâmica societária?

Sendo o MST um movimento concreto de luta, que vive constantemente suas contradições, salienta-se que desde a sua origem, até os dias de hoje, existiam resistências no seu interior quanto à presença e pertinência de se ter escolas nos acampamentos e assentamentos. (MST, 2005).

Mesmo diante desses embates e discussões sobre a necessidade premente de existirem escolas nas ocupações dos Sem-Terra, essa instituição do saber pedagógico foi realizada e construída de maneira que o movimento pudesse caracterizá-la e imprimir o tipo de escolas que queria. Essa escola tinha como ideário o compromisso com a transformação social, sendo que, entre seus sujeitos principais, a militância com ação direta nas lutas populares jamais poderia ser negligenciada. Ou seja, estavam diante da proposta de se erguer uma escola que estimulasse a consciência organizativa das crianças e jovens do MST (Setor de educação MST, 1990).

Em meio às contradições encontradas em suas intervenções de ordem educacional, o MST fez funcionar a primeira escola em assentamentos ainda no longínquo ano de 1983, na região sul do país, em Nova Ronda Alta (RS).

E foi por meio de sua dinâmica organizativa, e conforme as demandas educacionais que se apresentavam ao movimento, que essa medida se tornou pública durante a realização do primeiro Congresso Nacional do MST, em 1985. Esse episódio deu início a uma articulação nacional com base no debate educacional, trouxe a responsabilidade de se procurar alternativas diante das precariedades das escolas rurais existentes para o campesinato e consolidou o projeto político de se criar o setor de educação do MST.

Destaca-se que os setores de educação do MST, juntamente aos demais movimentos sociais que representavam o campesinato brasileiro, tiveram uma importância significativa para o avanço das propostas da educação formal do campo e, principalmente, a sua efetivação e manutenção nos acampamentos e assentamentos.

Foi justamente nos marcos dos anos de 1990 que o debate sobre a educação do campo deu saltos importantes para sua possível viabilização e consagração social. Sendo, por exemplo, nesse período, que teve início o curso de magistério para formação de professores das escolas localizadas nos acampamentos. Os professores que trabalhavam nas escolas localizadas nas

ocupações dos sem-terra deveriam considerar, em suas práticas educacionais e formativas, a trajetória de vida daquelas comunidades e até mesmo sua possível inserção no interior do movimento. É sabido que muitos professores que atuavam nas escolas de acampamentos e assentamentos, pelo menos, naquele momento, faziam parte do movimento. No entanto, existia e ainda existe na atualidade, a presença de trabalhadores da educação que não brotaram das raízes organizativas e políticas do MST. Sendo esses profissionais vinculados às secretarias de estado ou municipal de educação de localidades que não tinham qualquer tipo de relação com o MST. Todavia, segundo pôde-se apurar, um número expressivo desses trabalhadores se dispôs a integrar o MST e, desta forma, passou a participar da luta contra o latifúndio e a contribuir para as transformações políticas e sociais necessárias aos desafortunados do país.

Era preciso aprimorar o que já tinha sido acumulado com as experiências vividas e incorporar nesse processo os trabalhadores da educação vindos das cidades por meio dos órgãos públicos e, principalmente, pela disposição de se incorporarem na dinâmica do movimento.

Também, nesse mesmo momento, o MST produziu o seu primeiro material de educação com essa instigante indagação: “o que queremos com as escolas de assentamentos?”

Nesse documento, o MST enfatizava a necessidade de existir uma escola diferente em seus objetivos, “na organização (pais e professores juntos na decisão); na prática do professor que deve estar relacionada com os propósitos do grupo (assentamento/movimento), um ensino/conteúdo partindo da história e luta para conquista do assentamento”. (SOUZA, 2012, p. 33)

Conseqüentemente, e por meio dos experimentos realizados pelo movimento, foram produzidos os cadernos pedagógicos e de estudos, cujos conteúdos apresentavam para o conjunto do movimento propostas educacionais para as áreas do conhecimento; propostas para avaliação educacional, enfim, uma proposição curricular para as escolas dos assentamentos, tendo a teoria crítica como referência para o campo educacional, com diálogos com autores como Freire, Pistrak e Makarenko. (SOUZA, 2012, p. 33-34)

Esses cadernos pedagógicos e de estudos passaram a fazer parte da cultura organizativa do setor de educação do MST. Os cadernos acabaram tendo amplo sentido para o movimento. Ao analisá-los, enxerga-se essa amplitude das seguintes formas:

- os cadernos registram propostas; balanços de relatos de experiências; textos produzidos pelos estudantes, professores e dirigentes do MST. Documentos que reafirmam diretrizes para a educação do campo. De certa maneira esses cadernos mantém viva a história do MST por uma educação do campo que contribua de fato para o alcance da transformação da sociedade. Os cadernos de estudos também fazem parte da dinâmica dos cursos da Escola Nacional Florestan

Fernandes. Além de produzi-los após os cursos, os mesmos são utilizados como instrumentos de formação para as turmas seguintes.

Por meio dessas experiências e desafios constantes enfrentados pelo MST, que o “mesmo propõe uma escola centrada no trabalho como princípio educativo e no qual a prática social dos envolvidos possa ser ponto de partida para a transmissão, problematização e construção de novos conhecimentos”. (SOUZA, 2012, p.35)

Na realidade, o trabalho é considerado pelo MST como um dos principais pilares para a construção de suas escolas. Escolas essas capazes de contribuir para o questionamento e transformação da sociedade.

O MST defende em sua proposta de educação que todas as escolas de acampamentos e assentamentos sejam escolas do trabalho, onde o princípio educativo fundamental esteja no trabalho.

[...] O MST, enquanto organização de trabalhadores que lutam pela Reforma Agrária, precisa ter na escola um instrumento a serviço dos desafios que esta luta coloca para todos nós. A escola também precisa ajudar para que o assentamento dê certo. E também precisa ajudar para que a organização avance ou para que uma ocupação dê certo.

Através da relação entre escola e trabalho, o MST quer principalmente:

[...] a escola não pode ser um lugar só de estudo, desligado do conjunto da vida e dos seus problemas reais. A escola deve participar da solução destes problemas, tanto de um ensino voltado à realidade, quanto através de ações concretas (trabalho) no assentamento. Quando provocados pela escola e organizados através dela, os alunos passam a entender e a buscar soluções para os problemas de seu acampamento ou assentamento, escola e trabalho se juntaram.

[..] A escola do trabalho que queremos é a do trabalho coletivo. Aprendido na prática, refletido a partir da prática e através do estudo das experiências de cooperação no campo e na cidade.

[...] É preciso que os nossos filhos queiram permanecer no campo e que saibam lutar para que esta permanência seja com dignidade e com muita alegria de viver.

[...] Nossa escola tem a obrigação de ser diferente. E quanto mais os alunos tiverem experiências de trabalho real, socialmente útil, mais será possível cultivar o valor do trabalho. (MST, 2005, p. 94-95)

Para o desenvolvimento desse tipo de escola, o MST (2005, p. 96) ressalta que não existe uma receita pronta, pois, é

[...] em cada assentamento e acampamento, com sua realidade específica, que deve ser encontrado o melhor jeito de fazer esta escola. Combinando os objetivos mais amplos com metas concretas e com as condições objetivas de cada local. E aqui vale o mesmo princípio: a gente só vai aprender, realmente, o que é a Escola do Trabalho, fazendo-a na prática e daí avaliando e estudando permanentemente sobre o que está sendo feito e o que ainda está por fazer. (MST, 2005, p.96)

No que diz respeito às questões educacionais, 1996 foi um ano de muita importância para o MST, isso porque foi lançado o caderno nº 8 de Educação, no qual constam os seus princípios pedagógicos e filosóficos de educação. No ano seguinte, foi realizado o I Enera – Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária, de onde surgiram as discussões sobre a formação do Pronera (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária), atualmente em desenvolvimento no Brasil, por meio de parcerias entre o governo federal, universidades e movimentos sociais. (SOUZA, 2012, p. 34)

No ano de 1998, especificamente no mês de julho, ocorreu a Primeira Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, contando com a presença de representantes da sociedade civil e de diversas organizações de várias partes do mundo. Para Souza (2012, p. 34-35) essa conferência impulsionou o debate sobre essa etapa decisiva na vida educacional de todos os cidadãos que têm a oportunidade de frequentar os bancos escolares. A mobilização dos trabalhadores rurais levou-os a terem algumas conquistas no campo da educação, entre as reivindicações atendidas, tiveram a

[...] ampliação do número de escolas nos assentamentos rurais; a criação da Escola de Magistério, inicialmente vinculada à Fundep; a criação do curso de Técnico em Administração de Cooperativas; as propostas para educação infantil, cirandas infantis; os encontros nacionais, englobando organizações sociais da sociedade civil; o surgimento de inúmeros projetos de alfabetização de jovens e adultos e cursos superiores em parceria com universidades. A educação, no final dos anos 1990, para o MST, é enfatizada a partir do conceito de campo e não somente de assentamento ou acampamento. (SOUZA, 2012, p.34-35)

O MST trouxe historicamente a formulação política de que a reforma agrária não se restringia a conquista da terra. Após conquistá-la, as famílias necessitavam ter condições de permanecer nela. Havia a necessidade de materializar a concepção de sociedade idealizada e defendida pelos trabalhadores sem-terra ao longo de sua caminhada. Projeto que foi e continua sendo crítico ao modelo agrário exportador vigente, pelo seu caráter concentrador da propriedade fundiária e que vem procurando, por todos os meios, inclusive com o uso da violência, perpetuar-se no cenário político e econômico brasileiro.

Assim, para os trabalhadores sem-terra, o projeto de sociedade que preconizavam somente poderia ser viável se o MST não reproduzisse nos assentamentos a cultura dominante capitalista em suas variadas formas de reprodução social.

É possível identificar que essas preocupações se deram desde o início de formação da organização, assim como assumem o tom crítico ao modelo oficial de educação, sobretudo

quando esse modelo é deslocado para as escolas dos acampamentos e assentamentos que compõem as ocupações do movimento. Essa constatação causa, certamente, mal-estar a alguns setores da sociedade, em especial, aos porta-vozes das classes dominantes, hábeis em produzir distorções quanto às reais preocupações que o MST tem com a educação. Tais aberrações discursivas, erroneamente, procuram imprimir a ideia de que o MST é contra as escolas formais.

Na realidade, o MST é crítico ao modelo de escola vigente. Isso não constitui formular estratégias que visem pôr fim às escolas formais; significa, sim, pensá-las de maneira diferenciada. Sobre essa crítica, Souza (2012, p. 38) esclarece que “as ações do MST questionam a distância entre os conteúdos da escola, da educação e da política educacional e aqueles saberes originados nas trajetórias humanas, na prática social contextualizada nas condições (contradições) sociais e materiais de existência”.

No conjunto das principais lutas e conquistas do MST, pode-se dizer que a educação é uma prática que tem total relação com a constituição do movimento, ele “tem uma concepção de educação em conformidade com as próprias ideologias e visão de mundo”.(SILVA, 2014, p. 51)

Na práxis do MST, a luta pela conquista de frações territoriais não está descolada da luta pela conquista da educação para a população do campo. As preocupações relacionadas à educação deram-se desde o início de formação do movimento. Tais preocupações não se deram de maneira estática, e sim pela associação ao dinamismo político desse movimento social e a luta política que se produziu no seu interior. O modo de fazer educação do MST se desenhou na medida em que as suas experiências manifestaram-se Brasil afora. As conquistas, as derrotas, os retrocessos, exigiam dos seus militantes respostas que seriam decisivas para a continuidade ou não dos Sem Terra. Chega-se a tal afirmação com base nos estudos realizados, o que permitiu concluir que a compreensão de educação defendida pelo MST é inerente a sua concepção de mundo. Ela está presente no próprio fazer político e social da organização.

A crítica educacional do movimento assenta-se na negação da educação rural praticada durante décadas no Brasil. Para melhor compreender essa negação, faz-se necessário lançar mão de uma caracterização da educação para o povo do campo que esteve presente desde os primórdios da formação do MST e que, no questionamento das escolas rurais até então existentes, levou seus militantes educacionais a indagarem sobre a concepção de educação que deveria ser levada às suas escolas.

A educação rural nasceu da cabeça dos ruralistas como forma de subordinar os camponeses, de reservar a eles um controlado espaço nas políticas de educação para “civilizar” e manter a subordinação. Assim, por quase um século, a Educação Rural não promoveu políticas autênticas, não propôs o

desenvolvimento educacional do campesinato. Nesse tempo, foi o espaço de controle político dos ruralistas que determinavam como os camponeses deveriam pensar o seu mundo, conforme a visão dos ruralistas. (MANÇANO, *apud* Souza, 2002, p. 16)

Frente a essa realidade educacional no campo brasileiro, os movimentos sociais que intervinham naquele momento histórico defendiam uma educação que propiciasse a autonomia do campesinato para pensar sua própria educação, a Educação do Campo (SOUZA, 2002), que

[...] nasceu dos pensamentos, dos desejos e interesses dos sujeitos do campo, que nas últimas décadas intensificaram suas lutas, espacializando-se e territorializando-se formando territórios concretos e imateriais, constituindo comunidades e políticas, determinando seus destinos na construção de suas ideologias, suas visões de mundo. [...] A educação do campo é um território de conhecimentos que está sendo construído para que se possa compreender o mundo de suas raízes. (MANÇANO, *apud* SOUZA, 2002, p. 15-16)

A concepção de educação do campo começou a ser formulada no Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária, que aconteceu logo depois do massacre de Eldorado dos Carajás.

Para Souza,

A Educação do Campo é um espaço propício para reflexões sobre interdisciplinaridade, uma vez que o próprio campo caracteriza-se por uma diversidade cultural, social e econômica. Dar continuidade à Educação do Campo requer a análise das especificidades de cada lugar. O campo é o lugar da pequena produção, do sem-terra, do posseiro, do indígena, do quilombola, dos atingidos por barragens, dos arrendatários, meeiros, porcenteiros, boias-frias. Cada uma das atividades gera experiência e prática social diversificada, cuja identidade pode ser construída no espaço comunicativo do movimento social e na gestão coletiva da vida na escola. (SOUZA, 2002, P.24)

Nos dias de hoje, a educação do campo faz-se presente por inúmeros movimentos do campesinato e passou a compor a pauta de universidades, secretarias de educação e também pelo Ministério da Educação que foi impulsionado a criar a Coordenação Geral de Educação do Campo.

No seio das lutas do MST, é evidente que a educação é uma reivindicação constante e que aponta

[...] duas características centrais, a saber: a presença da luta pela escola no assentamento, portanto, o campo da educação formal e a presença de processos educativos não formais existentes desde a origem do movimento social. A configuração desses processos educativos não formais está explícita na dinâmica interna do movimento social (reuniões, congressos, assembleias,

cursos de formação e capacitação, entre outros) e na dinâmica externa, construída a partir do estabelecimento de relações com diversos sujeitos coletivos da sociedade civil, dentre eles destacam-se grupos religiosos, sindicatos de trabalhadores, universidades e Organizações Não Governamentais. (SOUZA, 2002, p.32)

Para o MST a educação tem um sentido amplo, ela extrapola os espaços e formas até então produzidos pelos órgãos governamentais por meio de suas políticas educacionais. Em seu ideário,

[...] a educação possibilita a construção de conhecimentos, através da formação de quadros que repensam a organização social e da produção agrícola nos assentamentos. Fica evidenciado o amplo caráter da educação, principalmente a busca pela formação escolar-política com objetivos de dominar conhecimentos técnicos e organizativos, o rompimento com as práticas de trabalho denominados de ‘individualista, autoritária e artesanal’ pelo MST. A busca por educação ocorre através da reivindicação por escola/instituição, assim como pela organização de cursos de formação política, através de assessorias. (SOUZA, 2002, p. 32)

Para o MST não se pode separar a educação escolar da formação política.

As propostas educacionais do MST são discutidas e organizadas pelo Setor de Educação, um dos braços organizativos do movimento. Espaço no qual culminam discussões que vislumbram que tipo de pessoas o movimento quer formar para seus quadros; qual objetivo a escola tem com essa formação; que tipo de professor é necessário para esse modelo de escola; quais princípios e orientações metodológicas os professores dos assentamentos devem assumir; como deve ser a relação do movimento com o Estado e com outras entidades; sobretudo localizar os principais desafios que precisam ser superados para fazer avançar a realização dessas propostas.

Ao analisar-se os escritos de Souza (2002), constata-se que o acúmulo dos debates sobre a educação do campo, junto aos demais movimentos sociais, fez com que o MST produzisse uma educação no seu interior que considerasse as experiências de luta dos seus militantes e o envolvimento com sua base social.

Desta sorte, o MST lançou mão de alguns princípios políticos e filosóficos que julgavam imprescindíveis para o questionamento e a recusa do perpetuamento do modelo vigente. São eles, conforme sinalizam Candido Vieitez e Neusa Dal Ri (2008, p. 199-200):

Educação para a transformação social [...]
 Educação para o trabalho e a cooperação [...]
 Educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana [...]
 Educação com e para valores humanistas e socialistas [...]

Educação como processo permanente de formação e transformação humana
[...] (grifos dos autores)

Esses princípios estão presentes nas discussões e no fazer educacional do MST nos acampamentos e assentamentos como resistência ao modelo oficial de ensino. É válido ressaltar que as escolas instaladas no interior do movimento são vinculadas a esses mesmos órgãos oficiais os quais elaboram as diretrizes educacionais brasileiras. Ou seja, o processo para se construir uma educação ancorada nos princípios socialistas dá-se de maneira conflituosa.

Nos documentos elaborados pelo MST, referentes aos fundamentos éticos, políticos e sociais do movimento e a edificação de sua visão de mundo tem-se, como o primeiro e primordial princípio filosófico, o da educação para a transformação social, ou seja, para o movimento a educação desempenha um papel de destaque no processo de luta em defesa da reforma agrária e pela transformação da sociedade capitalista.

Compreende-se que a educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) é composta por inúmeros elementos que a caracterizam como uma educação própria. Destacam-se a seguir alguns desses elementos considerados essenciais para o aprofundamento do entendimento do internacionalismo existente na ENFF e como ele se construiu.

Ao analisar os princípios filosóficos do movimento, notou-se que os mesmos são elementos centrais para a realização das suas práticas educacionais. É importante destacar que muito do que esses aportes filosóficos traduzem se desdobraram no que o MST denominou de dimensões e que se expressam no fazer educacional do movimento. São elas a Educação de classe que,

Segundo o movimento [...] quer dizer uma educação que se organiza, que seleciona conteúdos, que cria métodos na perspectiva de construir a hegemonia do projeto político das classes trabalhadoras, visando através de cada prática, em última instância, o fortalecimento do poder popular e a formação de militantes para as organizações de trabalhadores, a começar pelo próprio MST. Trata-se de uma educação que não esconde o seu compromisso em desenvolver a consciência de classe e a consciência revolucionária, tanto nos educandos como nos educadores. (MST, *apud* SILVA, 2014, p. 53-4)

Outra dimensão de cunho filosófico do movimento é a *Educação Massiva*, ou seja, é de fundamental importância que se concretize de fato o direito de todos à educação.

A Educação *organicamente vinculada ao movimento social* é defendida pelo MST como a terceira dimensão, que se expressa na sua forma de compreensão de mundo. Esse princípio assenta-se no esforço que o movimento faz em desenvolver nas escolas dos acampamentos e assentamentos uma proposta de educação que seja a do MST, que seja inerente ao seu processo e jeito de fazer a luta da organização dos trabalhadores rurais e em consonância aos seus

objetivos e a sua organicidade. Para o movimento, outro tipo de educação desenvolvida entre seus pares, que não fosse a “sua”, não contribuiria e tampouco faria sentido para o conjunto do campesinato.

A quarta dimensão merece destaque: é a Educação *Aberta para o mundo*. Isso significa (na prática educacional do MST) não se fechar nas suas lutas específicas, pois se agissem assim, dificilmente alcançariam as mudanças sociais objetivadas. (MST, 1996)

Silva (2014, p. 53) descreve a quinta dimensão como sendo aquela que concebe a educação *para a ação*, que implica um imbróglgio recorrente na história da educação e que, também, procura frequentar as contendas formuladas no âmbito das teorias educacionais e pedagógicas e que diz respeito à questão da relação entre prática e teoria. Desta forma, nas palavras dos militantes do MST (1996, p.7)

[...] queremos preparar sujeitos capazes de intervenção e de transformação prática (material) da realidade. Não podemos nos contentar com o desenvolvimento apenas da chamada consciência crítica, que é aquela onde as pessoas conseguem denunciar/discutir sobre os problemas e suas causas, mas não conseguem ir além disso e até se iludem que por estarem falando sobre um determinado problema, já o estão solucionando. Se o que pretendemos é participar dos processos de transformação social, então precisamos dar um passo adiante. Nossa educação deve alimentar o desenvolvimento da chamada consciência organizativa, que é aquela onde as pessoas conseguem passar da crítica à ação de intervenção da realidade.

A sexta e última dimensão é aquela que se coloca *aberta para o novo*, para entender e para ajudar a construir as novas relações sociais e interpessoais que vão surgindo dos processos políticos e econômicos mais amplos em que o MST está inserido; aberta também para trabalhar pedagogicamente as contradições e os conflitos que aparecem nestes processos. (MST, 1996, p.7)

As dimensões explicitadas acima destacam que a educação do MST é crítica ao modelo oficial de ensino que se presta, muitas vezes, a reproduzir os feitos, os valores e as concepções da sociedade capitalista. No lugar dessa escola reprodutora, o movimento tem procurado construir, por meio de suas experiências, outras possibilidades de se pensar a escola.

Escola essa que seja capaz de produzir em seus educandos a consciência de classe e a compreensão das tarefas históricas e imediatas que estão colocadas na ordem do dia dos seus adeptos. A proposta educacional assumida pelos trabalhadores sem-terra nem sempre foi a pedagogia do movimento pois, até o fim do século XX, “o movimento ainda não assumia a elaboração de uma nova pedagogia. Porém, em 2001, em material publicado como resultado do acompanhamento do Setor de Educação às práticas de educação e, em especial, às escolas dos

assentamentos e acampamentos, ele passa a reivindicar a pedagogia do Movimento”. (VIEITEZ; DAL RI, 2008, p. 197)

Nesse aspecto, é significativo ressaltar que o fato de o MST, até então, não adotar nenhuma metodologia específica no seu fazer educacional, não significava que ele não fizesse esse debate em seus recintos organizativos e de intervenções. O movimento, desde o seu início, tinha claro que a educação para a transformação social era um dos princípios que norteariam o seu fazer político e social. Foram as experiências dos trabalhadores rurais que fizeram surgir a pedagogia do movimento que, em sua cotidianidade, é algo mais do que um mero relatório de boas intenções, é uma prática viva!

Além dos princípios políticos e filosóficos, esses trabalhadores assumiram em sua prática os seguintes valores de ordem pedagógica, (DAL RI; VIEITEZ, 2008, p. 201-203):

Relação entre prática e teoria [...]
 Combinação metodológica entre processos de ensino e de capacitação [...]
 A realidade como base da produção do conhecimento [...]
 Conteúdos formativos socialmente úteis [...]
 Educação para o trabalho e pelo trabalho [...]
 Vínculo orgânico entre processos educativos e processos políticos [...]
 Vínculo orgânico entre processos educativos e processos econômicos [...]
 Vínculo orgânico entre educação e cultura [...]
 Gestão democrática [...]
 Auto-organização dos estudantes [...]
 Criação de coletivos pedagógicos e formação permanente dos educadores [...]
 Atitude e habilidades de pesquisa [...]
 Combinação entre processos pedagógicos coletivos e individuais [...](grifos dos autores)

Ao interpretar sua trajetória histórica e os tópicos acima reproduzidos, deduz-se que a práxis do MST vem sendo calcada em princípios que são indispensáveis para sua atuação enquanto sujeito coletivo que prioriza a humanização do homem e sua experiência de permanente aprendizado para a construção de um movimento forte e combativo nas intervenções que realiza no seio da sociedade burguesa.

Ao mesmo tempo, é pela imbricação entre o MST e a educação que se julga ser impossível tratar a dimensão educacional separada do contexto de luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra que “tem seus princípios de educação e de pedagogia, que não são resultados de idealizações, mas, sim, das necessidades; não são abstrações [...]” (SILVA, 2014, p.52), ou seja, são os resultados dos acúmulos de experiências dos anos de luta e da história dessa organização política e social.

Também, é de bom tom que se diga que estão presentes, no âmbito acadêmico, algumas indagações a respeito de qual pedagogia o MST assume, e quais pensadores baseiam o seu fazer escolar. Sobre essas questões Silva (2014, p. 50) esclarece que o MST

[...] tem ideologia e visão de mundo próprias e, por conseguinte, uma concepção própria de educação, consoantes entre si. Trata-se de uma visão crítica ao modo de produção capitalista, e que tem por base a democracia, a cooperação, a solidariedade e a posse coletiva dos meios de produção, em especial da terra.(SILVA, 2014, p.50)

Por conseguinte, o MST baseia-se nos pensadores que contribuem para a análise e compreensão das contradições produzidas no seio da sociedade burguesa, sendo possível afirmar que traz o germe de uma pedagogia própria, a pedagogia do movimento.

O MST tem uma pedagogia. A pedagogia do MST é o jeito através do qual o Movimento historicamente vem formando o sujeito social de nome Sem-Terra, e que no dia a dia educa as pessoas que dele fazem parte. E o princípio educativo principal desta pedagogia é o próprio movimento. (MST, 1999, p.6)

Nesse aspecto, é interessante notar que o movimento é o próprio sujeito pedagógico de sua prática educacional, mas “isto não quer dizer que o MST tenha inventado uma nova pedagogia, ma, ao tentar produzir uma educação do jeito do movimento, os Sem-Terra acabaram criando um novo jeito de lidar com as matrizes pedagógicas”. (MST, 1999, p. 6). Defender esse tipo de proposta não é uma tarefa fácil para o movimento, pois as classes conservadoras da sociedade brasileira tentam a todo o momento e lugar anular esse percurso emancipatório com gestos de violência física e verbal, lançando mentiras e calúnias que possam levar à antipatiado povo brasileiro, assim como ao conseqüente enfraquecimento do movimento.

3. A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA NACIONAL FLORESTAN FERNANDES – DOS SUJEITOS SOCIAIS E A DIMENSÃO INTERNACIONALISTA DA ESCOLA

[...] é preciso contribuir para a organização dos trabalhadores do país e de fora do país, segundo o princípio do internacionalismo proletário.

Dermerval Saviani

O Presente capítulo visa a demonstrar como, historicamente, se dá a dimensão internacionalista no interior⁸ da ENFF. Por tratar-se de uma escola que faz parte do MST e que tem como responsabilidade a formação política de seus militantes e dos ativistas de diversos movimentos sociais que atuam na sociedade, tanto em nível nacional como internacional, procurou-se trazer à tona alguns aspectos dessa relação que estão presentes em toda a sua construção. Tal relação é necessária porque, ao pesquisar a ENFF, ficou evidenciado que se torna algo estéril discorrer sobre os seus processos em separado do MST.

A pesquisa se propôs a compreender a dimensão internacionalista existente nos cursos de formação da Escola Nacional Florestan Fernandes. Uma escola que é parte do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.

Para compreender a dimensão internacionalista da ENFF, foi preciso debruçar-se sobre o MST em si, ou seja, sobre o seu processo de formação e suas dinâmicas políticas e sociais. Nessa caminhada, os objetivos da pesquisa foram:

Compreender como a relação internacionalista acontece nos espaços de atuações da ENFF;

Se havia algum curso específico que estimulasse essa relação internacionalista;

Se houve algum tipo de desdobramento político nos diversos países (por meio das intervenções dos movimentos sociais e políticos que indicaram representantes seus aos cursos) por conta dessas experiências internacionais (os cursos) oferecidas pela ENFF;

Como se dá a aplicação real do projeto político pedagógico (no que tange à questão internacionalista).

Baseando-se na apresentação dos objetivos propostos, delimitou-se os seguintes questionamentos:

Para alcançar tais objetivos, é determinante essa presença internacional na escola? Essa presença pertence a uma estratégia política do MST, ou foi se constituindo de maneira

⁸ A coordenação da ENFF a compreende não apenas como um espaço físico e, sim, como um conjunto de ações nos diversos movimentos sociais.

espontânea? É o que direciona a formação de seus quadros militantes para a ampliação de suas intervenções nas lutas sociais?

Essa presença internacional reinante na ENFF remete-se a momentos da história em que iniciativas como essa se davam nos espaços de organização dos trabalhadores de diversas partes do mundo. Esse tipo de iniciativa teve importante influência nas formas de organização dos trabalhadores no mundo.

A Escola Nacional Florestan Fernandes, em sua proposta pedagógica, assume essa influência na sua prática de formação política? E se assume essa prática, de que maneira ela se dá? Ela vai além da presença de pessoas de outros países no seu interior? É feito um estudo histórico sobre como se deram as organizações internacionais dos trabalhadores?

3.1 O papel da ENFF na formação política do MST, dos movimentos sociais brasileiros e de âmbito internacional.

O presente subcapítulo se propõe a fazer uma descrição histórica sobre os primórdios da Escola Nacional Florestan Fernandes e suas motivações. Tais fatos foram encontrados em dissertações, artigos científicos e também nas entrevistas realizadas com os artífices da ENFF. Além dessas fontes, buscaram-se os documentos que foram produzidos pelo MST, ENFF e pela AAENFF. Documentos esses que estão disponíveis para consultas públicas. Considera-se esse subcapítulo indispensável para a realização da pesquisa, pois, para ter o entendimento do internacionalismo reinante na “escola”, foi necessário contextualizá-la historicamente e compreender os fatores que levaram a sua criação. Além da descrição sobre as primeiras preocupações do MST em construir uma escola de formação (ENFF), discorre-se também sobre o seu processo de construção.

No capítulo anterior esboçaram-se algumas das preocupações do MST com relação à importância da educação para o movimento, suas críticas ao modelo educacional e de formação política que é produzido nas escolas oficiais e o seu modo de pensar e fazer a educação do campo.

Em decorrência da inserção do movimento nas variadas frentes de luta contra o sistema político e econômico vigente, o movimento sentiu a necessidade de formar os seus quadros militantes e prepará-los para atuar nos conflitos que são próprios da acentuada luta de classes que se opera na sociedade capitalista. As primeiras preocupações com relação à necessidade de construir a escola foram por considerar que o movimento deveria ser impulsionado por ele

mesmo, pelos seus próprios militantes. Era premente assumir essa tarefa sem atribuí-la aos de “fora”, como os sindicatos, as igrejas, os partidos políticos e outros. Certamente, as contribuições recebidas por esses organismos foram importantes para o aprofundamento do debate educacional do MST. Ressalta-se que o fato do movimento exigir de si a tarefa de organizar a sua educação/ formação, não significava iniciar um movimento de segregação e isolamento e, sim, adquirir mais autonomia e liberdade para pensar e elaborar o que realmente contribuiria para a consciência do campesinato em luta.

Almeida, um dos coordenadores da ENFF, salienta que a escola

[...] parte de uma experiência da América Latina que historicamente os partidos comunistas é que faziam as formações. E com toda a crise por que passou o mundo socialista, os partidos deixaram de fazer a formação. Na América Latina, quem mais fazia isso era Cuba. Cuba tinha uma formação de oito meses e depois, inclusive alguns militantes do MST foram para lá fazer isso. E depois, com a construção da escola, a escola retoma esse espírito internacionalista [...], assim como da unidade latino-americana sobretudo. E começa com o curso que é o curso que nós chamamos de teoria política latino-americana que inicialmente era de mais de quatro meses de curso e então retoma isso com as organizações[...] (Anexos)

No entanto, antes mesmo de ter sua sede na cidade de Guararema (SP), o MST desenvolvia seus trabalhos de formação política, conforme explica Medeiros (2002). O autor, por meio de seus escritos sobre as experiências iniciais da ENFF, traz suas contribuições sobre as ações realizadas pela “escola”, algo que contribuiu para o embasamento teórico do presente estudo. Ele traz à luz da discussão análises que deram condições para o avanço da pesquisa no que concerne à dimensão internacionalista da ENFF, pois o modo como a “escola” se relacionou com seus militantes/educandos fez com que se tornasse referência para organizações sociais de outras partes do mundo que comungavam dos mesmos ideais. Para tanto, é possível afirmar que tal alcance conquistado pelo movimento deu-se por conta de uma prática que está intimamente ligada aos interesses da classe trabalhadora.

Ressalta-se que, antes de instalar-se no estado de São Paulo, na cidade de Guararema no ano de 2005, a escola dava seus primeiros passos em meados dos anos de 1990, na cidade de Caçador, no estado de Santa Catarina, localidade em que permaneceu até os anos 2000. (MEDEIROS, 2002)

Para o desenvolvimento dessas atividades o MST utilizava o Centro de Formação e Pesquisa do Contestado (CEPATEC) como sede e apresentava como, principal atividade formativa, o “curso básico de formação de militantes. O objetivo do curso era o de aprofundamento dos temas intimamente relacionados às contradições existentes no

campesinato brasileiro. Os militantes ficavam durante três meses em formação, para que fossem capazes de desenvolver um estudo sistemático e uma prática social organizativa. (BENZAQUEN,2011)

Certamente, nos dias de hoje, percebe-se um aprofundamento na sistemática dos cursos da ENFF, não só em decorrência do acúmulo das experiências formativas, mas também por conta das circunstâncias conjunturais de cada país representado pelos militantes das organizações convidadas a fazer os cursos.

Naquela ocasião, o prédio onde funcionavam as atividades da ENFF teve que ser vendido, pois não era uma área de ocupação. Mesmo com a venda do espaço utilizado inicialmente para a formação dos movimentos, as atividades não se encerraram. Os cursos continuaram acontecendo de acordo com as condições objetivas daquele período (década de 1990). Aconteciam num formato itinerante e, concomitante ao processo de formação, havia o projeto da construção de um novo espaço para a realização das atividades. O objetivo era encontrar um lugar de fácil acesso para o conjunto dos movimentos sociais.

Com o intuito de viabilizar o projeto da Escola Nacional Florestan Fernandes, no ano de 1996, a relação do MST com os variados sujeitos sociais e políticos passou por um momento de intensificação, sobretudo em âmbito internacional. O movimento recebeu fundamental colaboração de Sebastião Salgado, Chico Buarque e José Saramago. Estes doaram ao MST os direitos autorais do livro e CD “Terra”. Essa produção fez com que o MST se movimentasse para angariar fundos para a construção da ENFF. Surgiu então a Campanha da Escola Nacional Florestan Fernandes. Houve uma mobilização de todos aqueles que consideravam a luta do MST relevante para o conjunto da sociedade. Tal mobilização atingiu a esfera internacional. As fotos de Sebastião Salgado foram vendidas em diversas partes do mundo com a colaboração dos comitês de amigos do MST. Esse esforço reuniu 1000 militantes voluntários de todo o mundo. Em âmbito nacional, houve a participação de 25 brigadas de 112 assentamentos do MST. Ressalta-se que esse processo fez com que, anos depois, parte considerável dos sujeitos envolvidos na construção daquele projeto retornassem à ENFF para dar outras contribuições, como: coordenar, ministrar e participar dos cursos oferecidos pela escola e, sobretudo, promover o aprofundamento dos laços internacionalistas. É o que reafirma Almeida (2014),

[...] ela tem todo um processo de identificação. Primeiro, ela começa com as doações das fotos do Sebastião Salgado, da música Cd terra do Chico Buarque e do livro de José Saramago. Então esses autores doam as suas obras para construir a escola. Então, de (19)96 até (19)99 foi o período de arrecadação, (19)96, (19)97 (...) a arrecadação de fundos para iniciar a construção da escola. Em (19)99 inicia, com uma concepção que foi a seguinte; vamos transformar

essa escola com base no trabalho voluntário, na solidariedade internacional e na solidariedade nacional. Então o movimento mandava gente para cá, a arrecadação de fundos estava sendo feita pelos comitês de amigos internacionais, Norte da América, Europa, onde tem apoiadores do movimento. (Anexos)

Ressalta-se que os comitês de amigos, aos quais Almeida faz referência, tiveram grande importância no processo de articulação internacional da ENFF e do MST. Em decorrência desses esforços, hoje a escola está situada na cidade de Guararema (a 60 quilômetros da cidade de São Paulo no sentido Rio de Janeiro), isso desde o dia 23 de janeiro de 2005, data em que foi inaugurada sua atual sede. O local no qual a escola foi construída é a única terra comprada pelo movimento, diferente das outras áreas, que foram todas ocupadas.

Ao longo de quatro anos de trabalho voluntário em regime de mutirão, estratégias de participação de militantes políticos de diferentes nacionalidades foram elaboradas pelo movimento dos trabalhadores rurais sem-terra para a concretização da construção da Escola Nacional Florestan Fernandes – ENFF que, na atualidade, representa uma proposta de educação e formação política para militantes dos movimentos sociais. Educação/formação essa que se diferencia da encontrada atualmente nas escolas de ensino formal, pois desde o surgimento do MST houve a preocupação com a educação e a formação para sua constituição enquanto movimento autônomo que pudesse intervir na sociedade de modo que assegurasse a formação de seus militantes no momento em que realizavam suas lutas.

Sobre as atividades iniciais na ENFF, Arantes (2014) em depoimento conferido ressalta que

Em 2005 estava pronta a escola eu conhecia como estava sendo feita e tal, mas nunca tinha ido lá, e aí inaugurou-se e aí fomos. Foram várias visitas e tal, aí o Pizetta falou: Então, está de pé a promessa? Eu falei que promessa? Que você vai nos ajudar na escola. Está! É verdade! Então aí sentamos numa mesa e marcamos a reunião, aí entrou a Gorete, aí os três, eles disseram: Nós queremos que você organize para nós do jeito que você quiser, me deram carta branca, um curso de formação com a escola. É uma escola de formação de quadros para os movimentos sociais em particular o MST. Nós queremos um curso de alto nível, claro dado para camponeses, trabalhadores sem terra obviamente, mas um curso de alto nível sobre pensamento brasileiro e você faça como quiser, nós lhe garantimos infraestrutura, nós damos, se você vier de longe nós arrumamos passagem, hospedagem tudo. Eu falei não! Vamos fazer uma coisa mais barata pegar aqui, recrutar em São Paulo para não sobrecarregar o movimento. Bom, aí eu fiz... Nós tínhamos, aí já é uma interpretação pessoal minha, nós tínhamos algumas, quer dizer quando eu falo nós era o pessoal da escola que eu convivi durante três anos e...Da direção da escola então a gente fala nossa escola eles me chamavam de reitor vice reitor brincadeira e tal...Porque, quando eu falo nossa, então, nós tínhamos uma ideia muito precisa do que seria a escola, se era uma escola tradicional de formação de quadros como nos partidos de esquerda ou de extrema esquerda brasileira

que tinham seus coletivos e tal que organizam curso de fim de semana de formação. Então, taca Marx, Lenin e companhia na moçada, estuda, estuda, estuda, debate, debate, debate, pronto, depois fim de semana fazer trabalho de base. Não era isso! Era uma espécie... Tinham mais ambições, eu acho que a ambição da Escola Nacional naquele momento até onde eu posso interpretar nas conversas com eles.(Anexos)

Certamente, naquele início, havia muita ansiedade em realizar o melhor tipo de formação política para os militantes do MST, no entanto, quando as atividades se concretizaram, as dinâmicas no interior da escola e a forma de trabalho dos professores colaboradores tinham que levar em consideração a realidade do movimento, procurando esquivar-se dos padrões tradicionais de educação e formação.

Esse tipo de educação está de acordo com o que Maria da Glória Gohn (2011, p. 333), ao tratar da relação dos movimentos sociais com a educação, apresentou em seus escritos:

[...] para nós, a educação não se resume à educação escolar, realizada na escola propriamente dita. Há aprendizagens e produção de saberes em outros espaços, aqui denominados de educação não formal. Portanto, trabalha-se com uma concepção ampla de educação. Um dos exemplos de outros espaços educativos é a participação social em movimentos e ações coletivas, o que gera aprendizagens e saberes. Há um caráter educativo nas práticas que se desenrolam no ato de participar, tanto para os membros da sociedade civil, como para a sociedade mais geral, e também para os órgãos públicos envolvidos – quando há negociações, diálogos ou confrontos.(GOHN, 2011, p.333)

É justamente com base nessa lógica que o MST se relaciona com a Escola Nacional Florestan Fernandes, objetivamente incentivando sua existência e projetando-a como espaço de aprendizagem e de produção de saberes e conhecimentos comprometidos com as transformações sociais.

Por meio de suas lutas e conquista, o MST cresceu e, em dado momento de sua existência (justamente por decorrência de suas intervenções no campo brasileiro), sentiu a necessidade de estabelecer articulações políticas com outros movimentos que não se restringiam à luta pela terra, o que é essencial ao movimento. O MST entendeu naquele momento que era preciso ampliar suas relações com outros movimentos que também objetivavam mudanças profundas na sociedade, e que a problemática fundiária dependia do *destravamento* de outros setores da sociedade que também estavam em luta.

O objetivo do movimento era o de garantir a organicidade e a articulação do MST com outros parceiros nos âmbitos nacional, latino-americano e internacional, “e que tivesse como ponto de partida a prática social dos Sem Terra, com suas contradições, desafios e possibilidades”. (PIZETTA, 2007, p. 242)

Nesse mesmo itinerário Silva (2005, p. 80), ao analisar o processo de formação política do MST e a construção da ENF, conclui que,

[...] como resultado deste processo histórico, surge a necessidade de construção de um amplo complexo de formação de dirigentes e de quadros políticos não só para o MST, mas para todo o conjunto da sociedade brasileira e latino-americana que se encontra na luta social e política. A construção da nova sede da Escola Nacional Florestan Fernandes no Estado de São Paulo visa aprofundar o processo de formação de um camponês de novo tipo, inserido num projeto estratégico alternativo, objetivando ampliar o debate político na esquerda brasileira e latino-americana, assim como ampliar a força material deste projeto a partir de novos acúmulos de territórios e da construção de uma nova hegemonia (SILVA, 2005, p. 80)

Porém, quando se discorre sobre o processo de formação política do MST, é muito comum associá-lo à ENFF, como responsável por essa formação e também precursora desse processo.

É importante avultar que a formação política do MST não tem seu início com a “construção” da ENFF. Ela teve início com a criação do próprio movimento dos Sem-Terra. Isso se dava pelas ações concretas que o MST aplicava no campo Brasileiro. Os próprios desafios impostos pela realidade demandavam à base social do movimento uma unidade política e ideológica, bem como o desenvolvimento da consciência política e organizativa. Ou seja, era preciso compreender a realidade e intervir nela, de maneira organizada. Concretamente, a formação dava-se nos acampamentos, assentamentos, etc. É o que Almeida⁹, em entrevista concedida, argumenta enfaticamente:

[...] a formação não nasceu com a Escola Nacional Florestan Fernandes, tem que ficar claro isso. A formação ela foi construída pela [...] a escola foi construída pela necessidade que o movimento tinha em ter um espaço nacional e internacional para fazer a formação, mas a formação já existia e continua existindo nos estados. Os estados fazem suas formações de base, fazem suas formações de militantes, as regiões fazem isso, e existia um curso que se chamava, curso Escola Nacional, exatamente com esse nome, Escola Nacional. E por isso ela acabou pegando também esse nome de escola nacional, mas... só que ela acontecia cada vez em um estado [...] Em um período acontecia em Santa Catarina, outro na Bahia, em Pernambuco, no Ceará e assim ... e depois com a construção da escola, ela acabou centralizando esta formação em nível nacional. E os estados seguem [...], isso não anula o processo de formação que existe no meio do movimento dos sem-terra, pelo contrário, ela vem reforçar isso que o movimento vem fazendo. Ela é um processo nessa construção toda. Por isso que ela tem uma função a cumprir. E a relação Internacional ela já vem disso, então [...] também já vem no processo. Quando que abre a escola para essas atividades? Até hoje a gente mantém relações com outros cursos que é o caso do CONESUL, na Argentina,

⁹ Um dos coordenadores Pedagógicos da Escola Nacional Florestan Fernandes.

O seminário latino-americano que nós temos em parceria com as universidades de Córdoba, com a Federal da Republica do Uruguai, então a gente tem esses outros que acontecem fora do espaço da escola [...] às vezes até acontece aqui. O CONESUL, por exemplo, nunca acontece aqui, mas ela é parte também dessa unidade latino-americana também para fazer a formação. Isso então vai constituindo a escola. (Anexos)

Medeiros (2002), ao interpretar esse processo, ressalta que a ideia de construção da “escola” deu-se em decorrência da necessidade que o MST teve em se manter na luta pela terra, considerando que para fazer esse combate no interior da estrutura capitalista, fazia-se necessário que a educação e a formação política de seus militantes caminhassem juntas, tornando-se esse processo fator determinante para o alcance de seus objetivos. O desafio foi o de intensificar uma educação/formação cujo princípio metodológico dialogasse com as características do MST e que levasse em conta a dinâmica de organização do movimento e seus anseios políticos.

Tendo como princípios filosóficos fundamentais a “educação como processo permanente de formação/transformação humana e a educação para transformação da sociedade” (MST, 2001 a), a atual proposta pedagógica da ENFF elegeu o tripé Educação, Trabalho e Organicidade como elementos centrais em torno dos quais se organizam todas as atividades do curso de formação política por ela oferecido. Esses eixos norteadores traduzem a preocupação com uma ação educativa que resulte em uma formação integral do educando. (MEDEIROS, 2002, p. 232)

Esse tripé, que o autor apresenta como sustentáculo da ENFF, desdobra-se em algumas dimensões como:

- Trabalho
- Organicidade
- Estudo
- Relações humanas
- Cultura e arte

Desta forma, vem sendo reproduzido nos espaços de intervenção da ENFF algo muito semelhante à dinâmica organizativa do MST.

A articulação dos elementos que compõem esse sustentáculo é a negação, no interior da ENFF, das formas educacionais vigentes de caráter individualista e a serviço do capital. Essas formas não caberiam nesse tipo de escola. O movimento propunha outra concepção de educação naquele espaço, no qual as ações coletivas e presentes no interior da sua luta concreta deveriam ser determinantes na constituição de uma educação dos trabalhadores. Com base nessa perspectiva, a “escola” iniciou seus trabalhos de formação política ancorada nos valores socialistas.

A Escola, em sua proposta pedagógica, assumiu tais valores com a preocupação de possibilitar aos militantes do MST a construção de uma consciência crítica sobre a dinâmica social na qual estavam inseridos, sobretudo os seus semelhantes. Para o movimento, a compreensão crítica da realidade foi o que impulsionou a sua criação. Diante disso, não bastava apenas compreendê-la mas, principalmente, elaborar planos e ações que contribuíssem para as modificações das estruturas políticas, econômicas e sociais que servem de sustentáculo do capitalismo. Arcabouço esse que se valia e que ainda se vale de muitas facetas e que requer estratégias políticas de grande envergadura e tenacidade para a sua superação. Constata-se que o método marxista é a base para a escola desenvolver em seus espaços a consciência e a ação crítica dos seus militantes. A ENFF se apoia numa análise da realidade e em sua verificação por meio da experiência, confrontando as análises e avaliações com a prática.

Naquela ocasião, as práticas de formação política da Escola pautaram-se em uma organização coletiva, tal como ocorre no desenvolvimento do próprio MST. Essa organização manifestou-se nas instâncias da escola e nos cursos realizados nos diversos assentamentos. A escola assumia um papel itinerante (princípio caro ao MST), isto é, os cursos também aconteciam em outros locais (como já exposto em entrevista por Almeida, 2014). As instâncias de organização para o funcionamento da escola tinham como premissa o princípio coletivo, como as assembleias gerais, a coordenação do projeto político pedagógico (CPP) o colegiado, os núcleos de base e outros. Essa formal organização justificou-se pelo fato de garantir aos participantes experiências coletivas que, aos olhos do MST, são elementos fundamentais para uma formação crítica dos sujeitos envolvidos nesse processo.

De acordo com a caracterização elaborada por Roseli Caldart (2000, p. 215), os Sem-Terra do MST se educam enraizando-se e fazendo-se em uma coletividade em movimento, ou seja, “(...) os sem-terra se educam à medida que se organizam para lutar; e se educam também por tomar parte em uma organização (coletivo) que lhes é anterior (o MST)”.

Como se trata de um movimento cujo objetivo é a transformação da estrutura capitalista, é possível constatar em pesquisas realizadas acerca das experiências da formação do MST, que a organização pela via do coletivo na dinâmica da luta do movimento é uma das peças-chave para a continuidade da resistência exercida por ele, da mesma forma que a ENFF representa uma das referências dessa resistência. (MEDEIROS, 2002).

Considerando a formação política como experiência fundamental para o desenvolvimento do MST, pode-se dizer que o engajamento de seus militantes foi a mola propulsora para a criação da Escola Nacional Florestan Fernandes, avaliada nos dias de hoje como a principal escola de formação política do quadro militante e dirigente desse movimento.

Ou seja, há um caminho a construir e cumprir para a construção de uma sociedade de outro tipo.

Ao referir-se sobre as tarefas do MST, Stédile e Fernandes (2005) mostram que é necessário “lutar contra três cercas: a do latifúndio, a do capital e a da ignorância”. Sob essas bases a ENFF, por meio do desenvolvimento de suas atividades em seu interior e em conformidade com os propósitos do MST, representa o esforço para vencer a ignorância pautando-se em um trabalho que pretende educar para a liberdade e não para a reprodução de modelos já forjados e praticados. Modelos esses, caracterizados por Bosi (1992, p. 317), como *mundo do receituário*, ou seja, o universo escolar como formador de cidadãos prontos a reproduzir os valores vigentes do *status quo* e não a superá-los.

Nesses tempos em que o modelo dominante de sociedade busca liberdade para o dinheiro e para as mercadorias, e que a globalização resultante do processo de unificação de mercados tende a reproduzir situações favoráveis ao capital e desfavoráveis aos trabalhadores, iniciativas que buscam formar cidadãos com capacidade de intervir na realidade são fundamentais para oferecer contrapontos ao neoconservadorismo e às teses do fim da história. Na contramão do sistema, homens e mulheres de diversas partes do mundo conectam-se e se solidarizam em busca de alternativas em todas as áreas. A educação e a formação pensada pelo MST no interior da ENFF estão em conformidade com o pensamento de Paulo Freire e de pensadores que realizaram outro tipo de educação frente à realidade social e política de seus países e em suas épocas, que foi o de superar modelos que não fossem de interesse da classe trabalhadora. A educação é lembrada em diversas situações pelo movimento como elemento essencial para a organização de novas práticas voltadas à superação do atual modelo e de suas limitações. A educação e escolarização institucionalizadas vêm assumindo a reprodução dos interesses do capital, significando a perpetuação de um modelo que desempenha o papel de anular os segmentos da sociedade em conflito com a atual ordenação do mundo, e esse modelo de educação, segundo os estudos realizados sobre a prática educacional do MST, não serve ao conjunto de sua militância. Ressalta-se que há o reconhecimento de muitos trabalhadores valorosos no interior do ensino oficial que também desempenham papéis de suma importância para que possíveis mudanças ocorram no sistema de ensino.

Como parte integrante do campo progressista, inclusive na área da educação, a ENFF propõe superar as limitações do atual modelo partindo da análise de experiências de educação popular e formação política desenvolvidas no Brasil e em outros países. É o que ficou

constatado ao analisar os cadernos de estudos¹⁰ da ENFF em especial o de número 1 (A Política de Formação de Quadros) que discorre sobre as experiências de Mónica Baltodano, da Nicarágua; Georges Labica, da França; François Houtart, da Bélgica; Nestor Kohan, da Argentina; e consciências brasileiras, como Antonio Candido, Heloísa Fernandes, Ranulfo Peloso, Ademar Bogo e Adelar Pizetta. (ENFF, 2007).

A ENFF é uma escola que pretende educar para o trabalho junto ao povo, educar para repensar a tradição cultural, educar para criar novos valores de solidariedade. Para a viabilização desse projeto, o MST e a coordenação da ENFF não se limitam a uma única corrente pedagógica como base para os trabalhos de formação. São priorizadas, pelo MST e pela coordenação da escola, as inúmeras experiências de lutas dos movimentos que antecederam o MST.

Segundo Almeida (2014),

Nós aprendemos com as ligas camponesas, com o MASTER, com outras organizações que antecederam o movimento (MST) que, por exemplo, essa questão de, o próprio estudo em si, a questão da alternância, a questão do trabalho, da direção não ser uma pessoa, mas ser o coletivo, a direção ser coletiva, das distribuições de tarefas, então, tem uma série de coisas que o movimento foi desenvolvendo, foi aprendendo com outras organizações que estão presentes em nossas atividades. (Anexos)

A partir desses relatos pode-se dizer que são as experiências de lutas concretas que estimulam a tomada de consciência no curso de formação da ENFF. Além da formação política¹¹, o MST sentiu a necessidade de outro tipo de formação (para garantir a existência e seu desenvolvimento), no caso, o conhecimento da técnica agrícola (por tratar-se de um movimento composto por famílias rurais e que dependem dessa técnica para o cultivo de seus alimentos). Na medida em que o MST conquistava a terra e se fixava nela, percebia que a luta não acabava ali. O permanecer na terra e trabalhar nela era uma demanda real que precisava ser debatida no interior do movimento. Era preciso viver na terra de acordo com os seus princípios. Ou seja, havia a necessidade de elaborar uma forma de trabalhar no campo que fosse a de superar o atual modelo representado pelo agronegócio, caso contrário, nada mudaria.

¹⁰ Os cadernos de estudos da ENFF são materiais produzidos pelos próprios artífices da ENFF. Para a sua viabilização a escola conta com o trabalho voluntário e militante de muitos intelectuais, professores e amigos que, comprometidos com o processo de formação de quadros, desejam socializar conhecimentos e experiências, reflexões, pesquisas, elaborações e ideias que contribuam para o processo de formação em curso. (ENFF, 2007, p.7)

¹¹ Formação essa que tem como princípio a compreensão do mundo considerando suas contradições e que possibilite a elaboração de plataformas políticas capazes de serem colocadas em prática pelo movimento, para o alcance da superação do sistema capitalista.

O trabalho deveria ser pensado de outra maneira, como algo que se contrapusesse ao modo de produção capitalista. O modo de produção do trabalho desenvolvido pelo movimento não poderia contradizer-se ao que era defendido por ele em todo o seu processo de luta pela terra. Não poderia ser aquele que expulsou e desapropriou os trabalhadores rurais do campo.

Dito isso, a formação técnica também passou a fazer parte dos cursos de formação do MST. Consequentemente, essa prática estendeu-se para as ações da ENFF no cotidiano dos seus variados cursos de formação. No caso, considerando o trabalho como um princípio educativo. (FERNANDES; STEDILE, 2012)

De pronto, verifica-se a presença de, pelo menos, duas categorias que são consideradas significativas para os que estão preocupados com a formação humana na perspectiva marxista e que aparecem mencionadas nas entrevistas realizadas, quais são elas: formação omnilateral e o trabalho como princípio educativo.

Ao consultar o *Dicionário da educação do campo* (2012), encontram-se apresentados, de forma clara e com muita consistência, um expressivo número de conceitos que remetem aos processos educativos que se operam e que estão presentes em diferentes espaços políticos e sociais. Nos verbetes, que interessam à pesquisa, no caso, educação omnilateral e trabalho como princípio educativo, trabalha-se com as definições de Gaudêncio Frigotto, para quem educação omnilateral tem a seguinte acepção:

Omnilateral é um termo que vem do latim e cuja tradução literal significa ‘todos os lados ou dimensões’. Educação omnilateral significa, assim, a concepção de educação ou formação humana que busca levar em conta todas as dimensões que constituem a especificidade do ser humano e as condições objetivas e subjetivas reais para o seu pleno desenvolvimento histórico. Essas dimensões envolvem sua vida corpórea material e seu desenvolvimento intelectual, cultural, educacional, psicossocial, afetivo, estético e lúdico. Em síntese, educação omnilateral abrange a educação e a emancipação de todos os sentidos humanos, pois os mesmos não são simplesmente dados pela natureza. (FRIGOTTO, 2012, p. 265).

Como se pode verificar, a concepção de educação omnilateral traz consigo o compromisso com o desenvolvimento pleno do ser humano, levando-se em conta todas as possibilidades que concentram para este fim, levando-se em conta os aspectos objetivos e subjetivos que podem e devem contribuir para o processo de desenvolvimentos de diversos aspectos constituintes do gênero humano, o que significa levar em conta as condições sócio-históricas que permeiam a vida em suas múltiplas determinações. Esta forma de conceber o ser humano e o processo educativo reflete uma dada concepção de mundo e compromisso político,

cujo cerne é a contraposição à perspectiva burguesa de sociedade e, conseqüentemente, de educação, uma vez que

[...] tal concepção de ser humano é o oposto da concepção burguesa centrada numa suposta natureza humana sem história, individualista e competitiva, na qual cada um busca o máximo interesse próprio. Pelo contrário, pressupõe o desenvolvimento solidário das condições materiais e sociais e o cuidado coletivo na preservação das bases da vida, ampliando o conhecimento, a ciência e a tecnologia, não como forças destrutivas e formas de dominação e expropriação, mas como patrimônio de todos na dilatação dos sentidos e membros humanos. (FRIGOTTO, 2012, p. 266)

No bojo dessa discussão, quando se parte dos escritos marxianos e dos seus adeptos, o trabalho é um elemento fundamental para a realização de uma proposta de formação dos sujeitos cujo objetivo é a educação omnilateral. Conforme visto nos estudos sobre a sua obra, o mesmo guarda a centralidade nas ponderações de Marx e seus sucessores, ditos marxistas, quando o assunto ou realidade política exigem a elaboração e a apresentação de uma proposta de formação para os trabalhadores e seus filhos.

Ocorre que, com a consolidação do mundo do capital, a tarefa de formar plenamente os sujeitos transformou-se num exercício permanente de resistência e luta social e política. Posto que a chamada sociedade capitalista seja estruturada com base na desigualdade, fundamentada no individualismo, na competição e no consumo desenfreado, impulsionados pela ideologia de que todos são iguais e de que é possível com muito esforço pessoal ascender socialmente.

Na atual etapa histórica, marcada pela presença crescente das premissas neoliberais no ideário político e social, a possibilidade de viger historicamente a educação omnilateral é ainda mais remota, mas, conforme diz Gaudêncio Frigotto, a tarefa

[...] do desenvolvimento humano omnilateral e dos processos educativos que a ele se articulam direciona-se num sentido antagônico ao ideário neoliberal. O desafio é, pois, a partir das desigualdades que são dadas pela realidade social, desenvolver processos pedagógicos que garantam, ao final do processo educativo, o acesso efetivamente democrático ao conhecimento na sua mais elevada universalidade. Não se trata de tarefa fácil e nem que se realize plenamente no interior das relações sociais capitalistas. Esta, todavia, é a tarefa para todos aqueles que buscam abolir estas relações sociais. (FRIGOTTO, 2012, p. 270-271)

Pensar o trabalho como princípio educativo remete-se para o terreno das lutas e reivindicações que preconizam o fortalecimento do movimento de resistência em favor de uma formação humana plena e desalienada, que corrobore para a construção de uma sociedade justa, sem explorados nem exploradores, comprometidos com a prosperidade material e intelectual do seu conjunto; e não apenas de uma elite que se apropria da riqueza social. Na área

educacional, o mundo do trabalho, com suas organizações educativas, políticas e sindicais, proporciona experiências importantes e significativas para os seus personagens se perceberem como sujeitos ativos e questionadores de uma sociedade que pode ser localizada e caracterizada, no tempo e no espaço, por condições materiais acumuladas ao longo do processo histórico e que, portanto, merecem ser estudados e inseridos nas páginas da história social da educação.

Preocupações como essas aparecem, como dito acima, nas palavras dos participantes dos coordenadores dos cursos, realizados na ENFF, na oportunidade das entrevistas, senão vejam:

Como a gente desenvolve um curso? A nossa carga horária é de 10 horas por dia, às vezes um pouquinho mais, porque pode iniciar as 6 h da manhã com estudo e terminar às 22h. Então o tempo aula é um dos tempos educativos nosso. Existem mais cinco tempos educativos. São seis tempos, que a gente considera como educativos, ou seja, fundamentais para a formação dos militantes. A aula é uma delas. Normalmente a gente tem de 4 a 6 horas de aula por dia. Na programação da escola, são quatro aulas por dia, as outras 6 horas, são outras atividades que envolvem o que seriam essas outras atividades? A mística, por exemplo, é uma delas. A mística faz parte, é diário isso. Fazemos todos os dias. O núcleo de base tenta organizar, com o objetivo de trazer presente a memória de lutas dos lutadores, de motivar o dia, de fazer um espaço coletivo porque depois, cada um vai para as suas atividades. Então ela é um momento conjunto, para juntar os militantes que estão na escola, as turmas que às vezes tem duas ou três turmas tem outras atividades então também é um momento de informe, no qual avisamos o que acontecerá no dia, se terá ou não visitas se vão realizar atividades fora da escola, enfim, é o que chamamos de mística e formatura. É um tempo que é preparado com antecedência pelos estudantes. É uma tarefa que os estudantes têm a responsabilidade de preparar, por isso é um tempo educativo. Segundo tempo educativo que a gente tem, sem ordem de importância, o tempo trabalho. Trabalho como matriz formadora do ser humano. [...] o trabalho como princípio educativo. Todos os estudantes que estão aqui na escola, eles têm no mínimo duas horas de trabalho, trabalho prático mesmo, ir para a lavoura, ir para a horta, ir para cozinha lavar os pratos, de limpar o banheiro, ir para a biblioteca, de fazer a sistematização dos trabalhos. A escola depende dos estudantes, e eles sabem disso. Então como nós não trabalhamos com essa relação patrão e empregado, é uma relação conjunta, os estudantes têm que fazer parte disso. O tempo trabalho, ele é muito positivo para a formação do indivíduo. Porque às vezes tu olhas o trabalho no mundo capitalista, como algo degradante, nas piores condições, e com baixos salários. O que a gente desenvolve aqui? Que o trabalho, ele humaniza. Não é qualquer trabalho. Agora não pode é tu viver com o trabalho do outro. Então a gente parte desse princípio, eu tenho a minha parte a cumprir e todos tem sua parte a cumprir. Não significa que todos tem que limpar o banheiro todos os dias. Mas existe também a alternância do trabalho. (ALMEIDA, 2014, anexos)

A leitura das palavras do entrevistado, no que diz respeito à área educacional, possui elementos que a inscrevem não apenas na perspectiva marxista de formação humana, mas o faz,

sobretudo, ao eleger os personagens sociais e coletivos do mundo do trabalho como princípio norteador do processo formativo.

Evidentemente, não se trata de inventar a pólvora, mas é necessário reconhecer a relevância e a importância política que estão presentes na urdidura e desenvolvimento desta entrevista, na medida em que traz para a discussão uma experiência social concreta de educação integral a partir de um ponto de vista que procura centralizar suas análises e recolhimentos de fontes no seio dos organismos políticos e sindicais que foram e continuam sendo construídos pelos trabalhadores, como instrumentos coletivos de ação e defesa da sua cultura, dos seus direitos sociais e manifestação de sua concepção sociedade.

Ou seja, na dinâmica de funcionamento da escola não se separa o tempo trabalho do todo educacional. Compreende-se que essa prática é influenciada pelo pensamento de Pistrak, que entende o trabalho como um precioso meio de educação:

O trabalho, qualquer trabalho, é uma base excelente de *educação*, permitindo resolver os problemas de pura educação, mas não os problemas de ensino. Graças ao trabalho o homem se torna disciplinado e organizado: é preciso ensinar o amor e a estima pelo trabalho em geral. O trabalho eleva o homem e lhe traz alegria; educa o sentimento coletivista, enobrece o homem e é por isso que o trabalho, e particularmente o trabalho manual de qualquer tipo, é precioso como meio de educação. (PISTRAK, 2000, p.48)

Pistrak, ao referir-se aos benefícios do trabalho para a humanidade, o faz defendendo outro tipo de relação do homem com as suas atividades laborais. Relação essa que se opõe às características do trabalho arquitetado pelo sistema capitalista, no qual apenas um grupo minoritário detém o poder sobre os meios de produção, restando ao trabalhador vender a sua força de trabalho por salários absurdamente rebaixados, que não traduzem todo o esforço realizado por eles. Sabe-se bem que o mundo do trabalho sob a égide do modo de produção capitalista não oferece as mínimas condições de esses princípios serem utilizados nos sistemas educativos institucionalizados.

Mas, retomando essa discussão de princípios e crítica ao mundo do capital, é importante observar que

[...] o desenvolvimento do trabalho criador aparece, assim, aos olhos de Marx, como uma condição necessária para que o homem seja cada vez mais livre, mais humano, mais dono de si próprio. Marx verifica, contudo, que no mundo atual o trabalho humano assumiu características desumanas: os trabalhadores os homens que produzem os bens materiais indispensáveis à vida não se *realizam* como seres humanos nas suas atividades. Pelo contrário, na indústria moderna do capitalismo o trabalho é odiado pelos trabalhadores, que o encaram como uma obrigação imbecil, como uma atividade que lhes é imposta

e que os oprime, reduzindo-os a bestas de carga. (KONDER, 1998, p. 39, grifos do autor)

Ao pensar a ENFF na sua totalidade, como um dos instrumentos que possa contribuir para a formação de militantes dos movimentos sociais, é determinante que o sentido, ou até mesmo pode-se dizer que o significado do trabalho, seja vivenciado nos cursos da ENFF(centrado nas suas contradições) como um dos seus tempos educativos. Ao analisar a fala de Almeida (2014) sobre a importância do trabalho na vida humana, fica evidente que isso se torna uma tarefa imprescindível para os sujeitos que projetam outro tipo de sociedade. É sabido por muitos que o “trabalho é a mola do progresso, é a grande fonte das riquezas. Mas os trabalhadores veem que o progresso beneficia a seus patrões (e não a eles) e percebem que a riqueza se concentra, sobretudo, nas mãos dos que já são ricos”. (KONDER, 1998, p. 39-40)

Esse mesmo sentimento ficou expresso, nas palavras de Geovane Costa de Souza, militante do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB e participante do curso Teoria Política Latino-Americano, realizado em 2013, como integrante da turma Cordón Cerrillo, sobre a importância de vivenciar algumas dessas experiências na ENFF:

Quanto ao trabalho como princípio educativo, eu enquanto... Enquanto participante do curso, quando eu cheguei à escola, eu fiquei na tarefa da horta coletiva, e aí foi onde eu passei mais tempo. Quando eu saí da horta coletiva, eu fui para cozinha para lavar louça e aí nos finais de semana eram os dias de sobrevivências, no caso no domingo, a gente ajudava a fazer salada, às vezes trocava de tarefa, lavava banheiro, limpava a casa, enfim, além disso, nos nossos quartos todo dia a gente tinha uma dupla para fazer a limpeza no quarto e no banheiro, então quando você passou na escola você observou que não tem muita gente que trabalha na escola, funcionário da escola poucos militantes liberados. A escola ela é autogestada pelos próprios alunos, tem poucas pessoas que são responsáveis pelo transporte, tem pessoas que são responsáveis para fazer a nossa comida, nossa alimentação, tem pessoas que são responsáveis pela biblioteca, por espaços assim, nos espaços gerais de limpeza, são os próprios alunos que fazem. Depois disso eu passei pela cultura, eu organizava as noites culturais, festas, selecionava as músicas, para que a gente não pudesse ter músicas indesejáveis. Preparei algumas atividades e o último lugar que eu fiquei na escola, foi na segurança, lá na guarita, só que é assim, todos os espaços que a gente acaba passando, tem seu princípio educativo e todas... E a importância disso é você saber que não importa que você esteja lavando o banheiro, sistematizando o material para nós, ou cuidando de qualquer outro espaço da escola, é igual, é importantíssimo. (SOUZA, 2014, anexos)

As palavras do entrevistado, acima reproduzidas, traduzem de forma significativa o compromisso que se deve ter com a disseminação de valores humanísticos que preconizam o trabalho como princípio educativo, como sendo inalienável da formação integral do homem.

3.2 Objetivos e principais características da Escola Nacional Florestan Fernandes.

A partir de agora serão apontados alguns dos principais objetivos e características da Escola Nacional Florestan Fernandes e sua relação com a dimensão internacionalista que tem sido assumida em seu percurso histórico e social. Na consecução dessa empreitada, foram realizadas análises de artigos acadêmicos e trabalhos científicos que discorrem sobre o assunto, como também a exposição de depoimentos que foram colhidos com os artífices da ENFF.

Os objetivos da ENFF foram construídos pelos dirigentes do MST e amplamente discutidos e apoiados pelos integrantes desse movimento. Desde suas origens, destacou-se que um dos desígnios seria o de organizar cursos e atividades com caráter internacional e, com isso, resgatar o sentido internacionalista da luta e da organização da classe trabalhadora. (ENFF, 2009)

Nas conversas mantidas com Paulo Arantes (2014), o professor de filosofia comentou:

[...] eu acho que a ideia deles era de assim fazer uma espécie de réplica da Universidade Popular, mas não deixar barato e ao mesmo tempo ser popular. Você mostrar que nós podemos fazer uma universidade. Educar, formar, sem ficar devendo nada no que diz respeito às ciências humanas ou de agronomia até sociologia a universidade burguesa clássica. Então, formar uma espécie de escola de altos estudos. Eu...Podia ser fantasia minha, podia ser conversa com eles, mas era um pouco isso que eles tinham o que eles poderiam ter em mente naquele momento era...Eu acho também uma interpretação pessoal, que eles podem igualmente não endossar 10 anos depois de fundação da escola, eles devem estar pensando coisas completamente diferentes que eu não sei mais quais sejam eu acho que eles também o pessoal da direção que engajados no projeto de uma escola nacional era um efeito demonstração, mostrar que nós podemos fazer, era isso!(Anexos)

O movimento tinha a consciência de que era preciso criar os meios para a concretização desse objetivo. Em entrevista realizada com Arantes (2014), um dos primeiros coordenadores de um dos primeiros cursos da ENFF, constata-se que eles tinham como objetivo fazer um estudo de alto nível sobre a realidade brasileira em todos os seus aspectos. Compreender as lutas e resistências do território nacional, no sentido de os trabalhadores rurais sem-terra se perceberem como sujeitos daquele processo histórico.

A seguir, julga-se oportuno reproduzir, como um registro histórico, a quase totalidade do depoimento que foi conferido pelo professor Paulo Arantes (2014) pela sua importância em alinhar algumas das experiências iniciais da ENFF, já localizada na cidade paulista de Guararema:

Comecei a recrutar fazer os convites, montar o curso, demorou uns... não foi fácil deu um trabalho do cão, entrar em contato com as pessoas, convencê-las, explicar o que é, topar e tal, muitos topavam porque eu estava convidando não por convicção, mas a observação a primeira observação que eu faria interessante era a seguinte, não tem nada a ver com o MS..., não tem nada a ver propriamente com a escola, foi um fenômeno que a escola propiciou. Vários colegas meus alguns mais velhos inclusive tinham sido professores meus já aposentados, alguns aposentados ou em vias de se aposentar, faz 10 anos, eu era 10 anos mais moço. Pelo fato da responsabilidade e de honrar o convite que eu estava fazendo em nome da escola de falar para o MST eles imaginavam que estava reunida a nata do MST ali, mas não estava porque teve problemas sérios de organização, estava num sentido de nata intelectual formulador, porque eles chegaram ...eles não tinham pensado só um parênteses, uma coisa óbvia, que depois disso eu estou dizendo do primeiro ano de experiência de curso na escola, eles não pensaram na coisa óbvia, o que eles iam recrutar, mandem os melhores das regionais porque a escola é do barulho aqui nós fizemos e vamos trazer muita gente boa para falar aqui, professores e tal, então nós queremos o melhor nosso para o melhor que nós vamos trazer juntar as coisas, aí veio a resposta, o meu vocês não pensaram que os melhores que vocês querem estão até aqui de tarefas que não podem deixar? Então, vai quem pode aí ficou heterogêneo, isso e depois nas primeiras avaliações se chegou logo a essa conclusão que enfim, o público foi desigual, mas mesmo assim, voltando retomando o fio da meada, as pessoas que levei para lá ...aconteceu o seguinte fenômeno que foi falar para o MST a escola nacional do MST e pessoas que eu conhecia 30 anos ou mais... [...] deram as melhores aulas das vidas deles. Porque não era uma classe, não era uma, não é nem a palavra classe, não se aplica, não eram pessoas convencionais para as quais esses professores excelentes deram aula a vida inteira. Mesmo que ele tenha feito conferência aqui acolá alguns eram mais militantes e tal popular, mas uma coisa distanciada e episódica, agora você ir lá para meio do mato, lá para Guararema, tem 50 pessoas na sua frente com cara, com uma cara diferente, com uma cara do Brasil camponês, do campo, lá ouvindo você falar sobre a História do Brasil, História da Cultura Brasileira, Política Brasileira, aulas que normalmente a pessoa deu na USP a vida inteira. Isso provoca um interesse intelectual naquele que está falando, mesmo que ele tenha dado aquela aula 40 vezes na vida. (*longa interrupção/fone*), então, uma das coisas mais interessantes, portanto, do meu ponto de vista veja só, para o MST talvez seja irrelevante, mas para mim é muito relevante. Essa aproximação e provocar isso... Pessoas que voltaram a dar aula com interesse, que deram uma aula só com um interesse para esse público diverso, socialmente diverso. Pensaram coisas e deram aulas assim brilhantes! Coisas que eles já estavam assim rotinizados (*longa interrupção/ campanha*).

Uma outra peculiaridade, você vê que estou falando mais do curso que organizei. Bom eu não vou te enumerar todos os professores que convidei, porque posso omitir alguém. Se você for fazer uma lista fica muito chato (...). Roberto Schuwarz, Alfredo Bosi, Gabriel Cohn, tem mais, tem muita gente. Maria Célia Paoli, bom não importa, mas deste nível. Roberto Schuwarz falou sobre duas meninas que é um livro que ele escreveu sobre Helena Morley. O diário de Helena Morley. Eles leram Helena Morley, essa é a segunda etapa do meu depoimento. Eu logo ao montar o curso eu pensei numa espécie de ciclo de palestras, como se fosse uma extensão universitária, pensei mal obviamente, (risos) levando os professores, olha, sai aqui da Ciência Política, da Sociologia, da Teoria Literária da USP, vem um chofer te buscar com um carro de lá da Escola Nacional te desembarca entra numa sala e dá uma... Faz uma conferência, faz uma hora de exposição, 50 minutos que é a hora básica

e depois do intervalo volta para um debate. Meu filho que é dos movimentos sociais há muito tempo com moradia e tudo disse, você é maluco? Isso não vai funcionar, eu tive um estalo, claro que não vai funcionar, isso é uma loucura que adianta levar o Bosi para falar sobre liberalismo e escravidão? Alfredo Bosi tem vários livros a respeito, querendo mais é militante, bem militante, mas expõe bem admiravelmente bem, mas sem nenhum preparo, porque ele vai fazer uma palestra, conversar com as pessoas e vai embora e acabou e no dia seguinte é outro, assim sucessivamente durante 40 dias, que eu faço? Aí tive um estalo e arrumei uma solução, não sei se, aí meu curso acho, que o curso que eu coordenei, acho que não sei se foi o primeiro, acho que depois outro simultâneo acho que foi do Badaró, sobre política brasileira e terceiro que não me lembro mais logo no primeiro semestre de 2005, mas que com essa fórmula acho que o meu foi único, que era o seguinte, eu tenho que falar um pouquinho do que eu faço. Há mais ou menos 13 anos eu coordeno um seminário livre às quartas feiras na faculdade, depois de aposentado tal, começou em 2001, portanto, em 2005 ele já tinha quatro anos e esse seminário não sou eu que faço, eu levo pessoas para falar sobre tudo, tudo é livre, não tem nenhum compromisso acadêmico, não vale nada, as pessoas vão falar lá porque querem, não vale ponto, não ganha nada. E é frequentado por gente de tudo quanto, porque ouve falar, porque, está no meio e o assunto interessa, mas foi formando um pequeno grupo mais de ex-militantes sociais que fazem pós-graduação. Alguns já tinham feito pós-graduação, já tinham feito os mestrados, preparando doutorado, que tinham experiência com trabalho social, trabalhado em terceiro setor, em Ongs, partidos políticos e que eram muito bons. Alguns na maior parte sociólogos, alguns da filosofia. Eu falei, vamos fazer o seguinte, eu os convoquei para uma reunião uns 10 ou 15. Olha, vamos fazer o seguinte, vamos dar um curso lá na escola nacional, o esquema que estou bolando é o seguinte, tem uma aula magna entre aspas com um professor da FFLCH o assunto é especificado, nós vamos fazer textos destes autores, destes professores que são autores também e vamos fazer o pessoal ler, só que eles vão ler de maneira assistida entre aspas com um monitor, com um professor que serão vocês, então, na parte da manhã, eles estão lá em tempo integral, na parte da manhã vocês vão fazer seminários, dividir em grupos uma classe, sempre classe entre aspas de 50 pessoas, dividir em vários grupos e passam a manhã lendo esses textos, preparando já quem é que vai falar, o que escreveu, o que esses textos significam e faz uma leitura de texto, quando as pessoas às duas da tarde for falar, todo mundo já sabe do que se trata, quem é, o que pode despertar a curiosidade. Bom, funcionou, foi a única maneira de ter funcionado. Então, quando o Roberto que foi lá, o Roberto Schuwarz foi falar sobre Helena Morley ou sobre o livrinho dele dos meninos que é um livrinho encantador, as pessoas já tinham lido boas partes do livro. Porque eu tinha passado o livro para eles e tinham tido uma manhã inteira com três monitores que eu levei especiais que conhecem o instinto literário sobre Antônio Candido literatura brasileira assim por diante para trabalhadores rurais sem terra, de modo que quando o Roberto chegou e viu aquele público a química foi imediata e ele deu uma aula esplendorosa, as pessoas reuniram toda a escola foi uma pequena multidão, tinham lido Helena Morley. Helena Morley passou a ser um autor que fazia parte do repertório de um movimento social, isso é um fenômeno no Brasil, aí aos poucos eu fui começando a me dar conta, olha, eu estou modestamente é uma gota d'água num enorme oceano, eu estou realizando, fazendo a fusão entre o projeto original dos fundadores da Faculdade de Filosofia que eram pessoas digamos assim socialmente avançadas para o seu tempo nos anos 30 e 40 egressos da luta antifascista que tinham trazido professores europeus de esquerda socialistas franceses italianos assim por diante, e que haviam pensado em

formar professores. A faculdade originalmente pensava em formar professores para o ensino médio de São Paulo e formados em outras bases científicas, culturais e políticas e sociais de modo que eles teriam um contato com o ensino médio com os jovens do ensino médio público da rede Estadual de São Paulo nos anos 40, quando as coisas começaram a funcionar, de modo que haveria uma fusão uma espécie de casamento social entre o que havia de melhor na cultura organizada universitária brasileira e a população. Era público e gratuito, escola pública, escola pública foi pensado nisso. Bom, depois houve um corte, isso começou nos fins dos anos 50 e início dos anos 60 havia uma separação entre esses dois mundos, aí veio à ditadura acabou de separar, sobretudo a degradação do ensino público estadual e esses professores ficaram falando sozinhos, ficaram falando sozinhos ou radicalizando nos movimentos estudantis os mais engajados, que depois foram para luta armada assim por diante, mas isso desapareceu, esse contato com seu público destinatário anti-oligárquico, anti-aristocratizante que era o projeto da Faculdade de Filosofia isso não aconteceu. Quem sabe isso com o MST e com a Escola Nacional seja uma chance histórica, eu acho que eles os que eu convidei eu nunca falei isso explicitamente, perceberam instintivamente, por isso deram belas aulas, fizeram conferências históricas sobre formação do Brasil que era o assunto e eram aulas históricas, por causa disso e por causa desses monitores que facilitaram a tarefa. Desses monitores só um parênteses, também é efeito colateral desse encontro com a Escola Nacional. Aconteceu o seguinte, eles ficaram, eles eram já pessoas tarimbadas em programas sociais do governo, faziam avaliação, partidos políticos, algum tipo de militância, mas enfim, eram pessoas que sabiam o que estavam falando o que estavam fazendo, mas não tinham contato direto com o MST, porque o MST era uma coisa muito distante, eles eram mais urbanos. Eles ficaram 40 dias morando na escola e isso produziu um outro efeito que ninguém pensou, nem eu, nem eles, nem a escola, que não estava entendendo muito bem aquilo lá (...). (Anexos)

Após essas experiências, a escola foi tomando corpo e delineando sua base de pensamento. Nas palavras de Almeida (2014) e Pizetta (2007) os cursos organizados pela ENFF têm como base o marxismo. Os mesmos justificam valerem-se desses fundamentos por considerar que para transformar o sistema vigente é preciso compreendê-lo exatamente como ele é.

Para Marx, a vida na sociedade capitalista apresenta numerosas contradições. A principal delas, porém, aquela que afeta de maneira mais constante e socialmente mais decisiva a existência dos indivíduos, é a contradição entre o trabalho e o capital, quer dizer, entre o proletariado e a burguesia. E a direção necessária à superação dessa contradição essencial da sociedade capitalista - segundo Marx - é a ascensão revolucionária da classe operária, com a criação da sociedade socialista. (KONDER, 1998, p. 52)

Nos escritos e falas dos dirigentes e coordenadores da ENFF existe o reconhecimento de que essa escola se presta a contribuir na formação de novos sujeitos comprometidos e capazes de construir os alicerces da sociedade socialista. Esse entendimento pressupõe estabelecer condições para a organização de militantes de inúmeras partes do mundo que realizam os cursos da ENFF e que estão dispostos a intervir no seio da sociedade capitalista.

Geovane (2014), participante da turma Cordón Cerrillo, reunida ao longo de 2013, atestou em sua entrevista,

E assim [...] Cada vez que a gente vai à Florestan ou em qualquer espaço que a gente se sente como parte daquele espaço, que é o caso da escola, são momentos únicos e assim, depois que eu saí de lá até hoje, eu estou muito mais atarefado. Então assim, hoje eu estou muito mais atarefado. Então assim, hoje eu estou sentindo muito mais o peso da responsabilidade de ter participado do curso de teoria política Latino-americano 2013. Eu hoje estou com muito mais tarefa, me sobrecarreguei por conta de ter participado, mas é assim, pela confiança que depositaram em mim e pelas pessoas que lá estiveram e que contribuíram para que eu pudesse aprender mais coisas, para que eu pudesse hoje tentar organizar e já sei na minha cabeça que ainda é meio complicado porque são muitas informações é... Mas eu acho que foi uma coisa, uma vivência única, não sei se vou viver isso em outros espaços. A gente consegue assemelhar, mas não é a mesma coisa eu acho um pouco difícil e aí é assim, a gente tá aí enquanto militante, enquanto pessoa, enquanto movimento para contribuir para a luta.

[...] Mas isso não para. O curso como eu sempre frisei, no final do curso, que o curso não acaba quando a gente sai de dentro da escola naquele dia. A turma tinha o nome de Cordón Cerrillo, ela não se encerrou em 30 de novembro de 2013, ela perpassa isso, e aí a gente acaba participando de outros espaços que fortalecem a luta enquanto luta internacional. Seja o MST, seja o MAB, seja a Via Campesina Brasil, seja a Via Campesina Internacional, seja a Consulta ou qualquer outro movimento, seja do Brasil ou de qualquer outro país, a gente sempre está junto. As brigadas internacionais, então... Foi falado muito. No período passaram uma turma que ia para a Palestina fazer um trabalho lá, pessoas que estavam indo para o Haiti, da Índia. A turma acabou tendo esse contato e não parou por aí, nós tivemos companheiros da própria turma que fez intercâmbio posterior à turma no México... Brasileiros né. Companheiros de outros países que saíram, por exemplo, do Chile e foram para a Argentina nas atividades. A gente está sempre movimentando para tentar levar as coisas em nível internacional. Eu aqui na região norte, como estou no MAB na região norte, a gente tem um papel na construção do MAR, que é o movimento dos afetados por represa a nível internacional. A gente está em parceria com movimentos como o movimento indígena da Bolívia, o movimento do Peru, aqui próximo da gente, a gente tem se aproximado cada vez mais disso, e isso acabou perpassando aquele espaço do curso, essa estada no curso perpassa para além. (Anexos)

Ao longo dos contatos que foram estabelecidos com os participantes dos cursos da ENFF constata-se que novas relações políticas entre as organizações são estabelecidas e mesmo fortalecidas, em decorrência das intervenções concretas que são efetivadas com o apoio da escola. O que, certamente, favorece a formação política dos que lutam pela transformação social. São os militantes de organizações políticas e movimentos sociais, experimentados no cotidiano das lutas de classes, confrontando-as com a teoria e projetando que

[...] as ideias nunca podem, por si mesmas, superar um determinado estado de coisas: podem apenas superar as ideias desse estado de coisas. *Ideias superam ideias*, e não, automaticamente, situações materiais. As ideias nunca podem realizar nada – assinalou Marx – pois para a realização das ideias é preciso que os homens coloquem em ação uma força prática”. (KONDER, 1998, p. 55, grifos do autor)

Tendo entre os seus objetivos o despertar da consciência crítica dos militantes que passam pelos cursos que são oferecidos pela ENFF é facilmente perceptível à presença dos saberes marxistas no projeto proposto pela escola, pensando não apenas como um método capaz de interpretar o mundo, mas capaz de transformá-lo. Nas afirmações de Almeida (2014) entende-se que o marxismo “É a base! Digamos assim, toda essa linha de pensadores que existem, mas é com base digamos no método da dialética do Marx, do materialismo histórico. Essa é à base dos cursos, a gente parte disso para interpretar o mundo”. (Anexos)

Esse argumento também foi endossado por Geovane (2014), militante do MAB, que disse em entrevista que

[...] de tudo o que é pensado na escola, não tenha dúvida de que é o marxismo (...), todas as grandes pessoas que passaram lá, desde os estudantes até as pessoas que foram trabalhar conosco, eram pessoas muito bem preparadas e com ideologia muito fundamentada no marxismo, não tenha dúvida que o marxismo ele é amplamente trabalhado em todos os espaços da Florestan. (Anexos)

Os conteúdos extraídos desses depoimentos estão em consonância com as observações realizadas por Adellar Pizetta (2007, p. 243) quando esse delineia sobre os tipos de metodologias que o MST e a ENFF deveriam incorporar em suas práticas formativas que devem, substancialmente, “pensar metodologias criativas, participativas, que permitam o desenvolvimento político da consciência, bem como o seu envolvimento no processo organizativo do movimento”. (PIZETTA, p. 243, 2007). Ainda para o autor, ao se tratar da problemática da constituição da militância, é preciso reconhecer que “o processo de formação de quadros deve contribuir para formar e construir força social e política, isto é, ajudar a organizar o povo. É um requisito fundamental para acumular força. A formação se constrói, então, como um conceito de política, preparada e implementada de forma dialética, articulando os diferentes saberes e níveis, com princípios, valores que colaboram na construção do projeto político com objetivos estratégicos”. (PIZETTA, 2007, p.243)

O autor defende como prioridade a formação para interpretar a realidade adequadamente, realizar encaminhamentos políticos consistentes e, no longo prazo, chegar à revolução. Para tanto, chama a atenção que, para assumir esse tipo de formação, é necessário

[...] conhecer a formação, os fundamentos e as contradições do capitalismo e do imperialismo na sua fase atual. Além de economia, política, precisa entender de geopolítica e de geoeconomia para poder analisar e interpretar como o capitalismo se atualiza e se desenvolve no Brasil e na América Latina”. (PIZETTA, 2007, p.243)

Para compreender os impasses atuais da sociedade e propor outro projeto de nação, com uma perspectiva socialista, é preciso construir um instrumento político da classe trabalhadora que assuma a tarefa de dirigir o processo de revolução brasileira. Algo que não é novo no cenário político mundial e que, certamente, é o que influencia as ações do MST por meio da ENFF.

No âmbito da ENFF, há o reconhecimento de que esse tipo de processo é ardiloso e desafiador, como pôde ser constatado nas primeiras experiências de organização internacional dos trabalhadores frente aos desmandos do capital. As raízes históricas do movimento da classe trabalhadora, usualmente denominada internacionalismo, podem ser lembradas à década de 1860, quando eclodiram em toda Europa as greves operárias cuja intensificação significou um duro golpe aos intentos do Império Napoleônico. Essas greves não eram uma novidade em suas palavras de ordem econômica; o que se podia chamar de novidade eram reivindicações de cunho nitidamente político que os trabalhadores traziam para a ordem do dia.

Por esses tempos conturbados, alguns dos porta-vozes dos operários franceses estabeleceram relações com trabalhadores ingleses e firmaram acordos sobre a possibilidade de efetivarem contatos duradouros para trocarem experiências e se somarem na luta contra a burguesia europeia.

No mês de julho de 1863 ocorreu em Londres um ato de protesto contra a famigerada represália do governo russo ao movimento emancipatório polonês. Nessa ocasião, houve a presença de operários franceses, como também representantes dos sindicatos ingleses, que exigiram das autoridades de seu país que combatessem as atrocidades exercidas pela Rússia Czarista.

Nessa mesma manifestação, os trabalhadores ingleses lançaram uma saudação aos seus companheiros de classe franceses, momento em que expressaram o germe do internacionalismo:

[...] como meio para pôr fim ao atual abuso da força, apelamos para todos a fim de criarmos a fraternidade dos povos. Convocaremos uma reunião dos representantes da Inglaterra, da França, da Alemanha, da Itália, da Polônia e de todos os países onde exista o desejo de trabalhar em comum para o bem da humanidade.

Convocaremos nossos congressos para discutir os grandes problemas dos quais depende a paz entre os povos. (HOBSBAWM, 1988, p.78)

Nessa mensagem também se dizia que durante as greves os patrões da Inglaterra costumavam trazer operários dos demais países europeus para suprir suas necessidades laborais, e que era preciso pôr fim a essa ardilosa manobra política, mediante ação solidária dos operários

dos diversos países. Surgiram, então, os comitês operários de solidariedade que, ao se espalharem pela Inglaterra e França, favoreceram a consolidação das relações entre os trabalhadores desses e de outros países.

A Primeira Internacional ou Associação Internacional de Trabalhadores – AIT, que seria fundada em 1864, surgiu no momento em que o capitalismo e o movimento operário tinham atingido um desenvolvimento muito mais significativo do que aquele que se registrara em 1847, quando havia se formado a Liga dos Comunistas.

As transformações pelas quais o capitalismo passava, a impressionante ampliação das relações internacionais e as alianças militares da burguesia dos vários países colocaram na ordem do dia, para os representantes da classe operária, o problema e a tarefa histórica de se criar uma organização internacional de trabalhadores para a luta conjunta, não só de caráter econômico, como também político.

Não bastasse isso, a crise econômica mundial dos anos de 1857/1859 imprimiu um poderoso impulso ao movimento operário em todos os países capitalistas industrializados. A insurreição polonesa em 1863, o movimento de unificação e as guerras de libertação nacional da Itália e da Alemanha, a guerra civil nos Estados Unidos e a presença da burguesia inglesa com o fim de colaborar com os escravistas sulistas, tudo isso estava em sintonia com a dramaticidade daquele momento histórico.

Um dos acontecimentos decisivos para a efetiva constituição de uma organização internacional dos trabalhadores ocorreu no dia 28 de setembro de 1864, quando em assembleia realizada na cidade de Londres se reuniam representantes de diferentes países.

Nessa ocasião, chamou a atenção o trabalho de preparação organizado por Engels e Marx em prol da coesão e articulação política dos revolucionários que atuavam no seio do movimento operário internacional.

A assembleia assistiu ao pronunciamento de um operário alemão, o alfaiate Eccarius, que preconizava a formação de uma organização operária internacional permanente. Prontamente a proposta foi aceita e os presentes elegeram um comitê com a incumbência de redigir os estatutos e a mensagem programática endereçada aos trabalhadores do mundo inteiro. Desse comitê, que posteriormente ficou conhecido pelo nome de Conselho Central, faziam parte como representantes dos alemães, Karl Marx, porta-vozes das Trade-Unions ingleses e dos operários franceses, principalmente proudhonianos, perfazendo um total de 32 pessoas.

Havia se dado um dos passos decisivos para a efetivação do partido proletário internacional, mas restava ainda a elaboração do seu programa político e de ação. Mas isso não seria nada fácil!

A principal dificuldade residia no fato de que ao projeto da internacional havia aderido trabalhadores de diversos países em que o grau de consciência de classe não era o mesmo. No seio da internacional estavam os operários comunistas alemães, faziam parte os tradeunionists ingleses, etc. O programa da internacional tinha de traduzir as principais reivindicações do proletariado, como também ser acessível para não se distanciar dos grupos operários que se encontraram em diferentes fases do seu desenvolvimento político.

O programa e os estatutos da internacional foram redigidos por Karl Marx, que teria uma tarefa difícil na tradução das inquietações que havia tornado possível ao movimento operário internacional alcançar esse patamar de organização política.

No manifesto de constituição, Marx procurou demonstrar que o crescimento da riqueza social e os progressos da indústria nas condições impostas pelo capitalismo não eram capazes de eliminar a miséria da classe operária, que a situação dos trabalhadores não havia melhorado, mas piorado sob o capitalismo posto que, nesse regime, a classe operária encontrava-se oprimida, tanto econômica como politicamente.

A finalidade maior do manifesto era mostrar aos amplos contingentes do proletariado a necessidade da destruição completa da propriedade privada dos meios de produção e lhes propiciar elementos políticos da necessidade de se construir um partido proletário para a conquista revolucionária do poder.

Na conclusão desse paradigmático documento e de sua constituição, proclamou-se a paz como o princípio da política internacional do proletariado, condenou-se a política colonialista da Rússia Czarista no Cáucaso e a repressão contra a Polônia; os trabalhadores eram chamados à luta ativa contra a política das guerras de rapina. O manifesto termina com a mais respeitável consigna do movimento operário internacional: Proletários de todos os países, uni-vos!

Marx foi também o responsável pela redação dos estatutos provisórios da internacional, que trazia em sua introdução algumas questões programáticas tidas como fundamentais, além de preconizar que a “emancipação dos operários deve ser obra dos próprios operários”, que os trabalhadores não aspiram criar novos privilégios, mas destruir toda dominação de classe. Assinalava-se, ainda, que a dependência econômica do operário, em relação ao proprietário dos meios de produção, constitui a causa fundamental da escravização dos operários. Por essa razão, a emancipação econômica da classe operária foi afirmada como o grande objetivo, e o movimento político firmado como o meio de obter a emancipação econômica.

No congresso da Primeira Internacional, realizado em Genebra, em 1866, nas resoluções sobre as organizações sindicais, se falava sobre a importância de que essas participassem da

luta política e de sua incorporação pelos setores operários mais aviltados, sobretudo dos trabalhadores agrícolas.

O congresso trouxe para o reino da história uma série de resoluções que se tornariam memoráveis, exigindo a jornada de trabalho de oito horas, por via legislativa; o reconhecimento do direito das mulheres e das crianças ao trabalho na produção, mas colocando a exigência da ampla organização da proteção ao trabalho.

Como desdobramento desses acontecimentos, constata-se a continuidade dessa articulação internacional até os dias de hoje. Em meio às inúmeras crises e contradições postas pelo sistema vigente foram formadas outras organizações internacionais dos trabalhadores, como a II, a III e a IV internacional.

Certamente, esses processos históricos “devem contribuir para a formação de revolucionários, sujeitos com elevado nível de conhecimentos especializados e de cultura humanística. Sujeitos dotados de capacidade teórica e prática para interpretar a realidade e, a partir dela, de forma coletiva, desenvolver a práxis transformadora das condições objetivas e subjetivas. O domínio teórico (marxismo) deve se tornar uma chave de abertura das portas por onde há de passar a práxis revolucionária da qual devemos nos tornar portadores”. (PIZETTA, 2007, p. 246)

É com base nesses acontecimentos que alguns dos idealizadores da ENFF acreditam que é apenas por meio da organização, formação, mobilização e direção do processo revolucionário que a classe trabalhadora poderá emancipar-se. E que, certamente, essa emancipação só será possível se ocorrerem alianças entre setores da classe trabalhadora que contribuam para o acúmulo de forças e para o desenvolvimento da consciência de classe. Para tanto, reafirmam a necessidade de fortalecer e ampliar as diferentes iniciativas em andamento na escola, inclusive, com o avanço das pedagogias das massas e o apoio aos setores da juventude do campo e da cidade.

O autor sugere que para isso,

[...] precisamos avançar no método de trabalho de base; no método de organização e de direção; na formação permanente de militantes e de dirigentes dos diferentes movimentos sociais; nas formas de comunicação com a base e com a massa. Em suma, precisamos criar uma forma diferente de trabalho político recorrendo às linguagens adequadas e eficientes para fazer avançar a organização da classe, potencializando as lutas de massas. (PIZETTA, 2007, p. 245)

Nesse contexto, o processo de formação produz nova cultura, estimulando a capacidade de criar outras relações sociais, bem como com a natureza. Espera-se, com isso, que essas relações sejam diferentes das que são impostas pelo sistema capitalista, para que outros valores

sejam construídos e, conseqüentemente, esse tipo de formação atinja seu objetivo maior: contribuir para a criação da nova sociedade socialista.

3.3 Organização, funcionamento e o projeto político pedagógico da Escola Nacional Florestan Fernandes.

No presente subcapítulo, é apresentada e analisada a forma como a Escola Nacional Florestan Fernandes está organizada. As informações a seguir são fruto da observação feita em pesquisa de campo realizada por meio de visitas realizadas na ENFF, dentre elas algumas monitoradas e de entrevistas com os sujeitos participantes da escola.

A ENFF é sustentada pelo tripé estudo, trabalho e organicidade e o seu funcionamento diretivo é muito semelhante ao que se verifica na dinâmica do MST. Pode-se descrever que a Escola Nacional Florestan Fernandes é uma escola que se organiza por meio dos núcleos de trabalho. Existem, na proposta da escola, cinco (5) núcleos de trabalhos que são na realidade as estruturas que agregam os cursos. Sua estrutura organizativa assenta-se em formas que tornam sua gestão horizontalizada. A gestão da escola é composta por coordenações caracterizadas como administrativa e pedagógica. Essa estrutura calcada no desenvolvimento das diversas atividades que ocorrem na ENFF, sobretudo as de formação ancoradas nos princípios políticos do MST, facilita a dinâmica do cotidiano da escola.

Segundo a coordenação da ENFF, os núcleos de trabalho seguem diretrizes baseadas no Projeto Político Pedagógico existente na escola.

Existe um projeto político pedagógico para o todo da escola [...]. Nós estamos tratando aqui de uma parte [...] Então, cada núcleo tem suas diretrizes, tem seu projeto também, para cada núcleo, mas existe um projeto político pedagógico da escola né, inclusive a gente está desde o ano passado em processo de atualização, porque muita coisa a gente vai incorporando a partir das avaliações feitas dos trabalhadores aqui da escola, dos estudantes, de quem passa por aqui, a gente vai incorporando e às vezes não muda lá né, acho que vai virando hábito e a gente estabelece na escola, então, nós estamos num processo de atualização do projeto político pedagógico da escola que envolve outras relações, que envolvem seminários, encontros, visitas, trabalhadores que moram aqui, funcionamentos, questão administrativa, então, existe uma outra esfera da escola que a gente ainda não...que nós não estamos tratando diretamente aqui né, mas que ela existe [...] (ALMEIDA, 2014, anexos)

Durante a entrevista com Almeida,este foi consultado sobre a possibilidade de disponibilizar o Projeto Político Pedagógico – PPP para contribuir com os dados da pesquisa,

porém, o dirigente salientou que não é um costume da escola disponibilizá-lo, sendo algo de uso interno. Ele também esclareceu que o Projeto Político Pedagógico da ENFF

[...] é na verdade o que a gente está desenvolvendo aqui, é mais ou menos isso. Mas que ele é documentado sim. E da parte administrativa que a gente trata aqui [...] A parte administrativa é de uma outra forma, para nós existe uma parte que é para cuidar da administração da escola, que alguns brincam que é uma espécie de subprefeitura (...), mas é isso tem que cuidar da alimentação, tem que cuidar dos alojamentos, tem que cuidar do transporte, tem que cuidar dos livros que chegam que a gente usa, então, existe uma parte que a gente chama aqui de setores de trabalho e tem um setor de direitos humanos e tal, que a gente chama de administrativo e a outra parte a gente chama de pedagógico né, que se envolve diretamente com as turmas, claro, todos se envolvem diretamente, mas é aquele que tá lá todo dia que faz o convite para organização, faz o convite do professor, mas de algum lugar tem que vir os fundos, por exemplo, então é isso o administrativo é que cuida né, de algum lugar tem que vir o dinheiro pra pagar o transporte, a gasolina, a alimentação, a luz, a internet, o telefone, então, existe uma outra parte na escola... Essa a gente chama de administrativa, enfim, faz parte da nossa divisão de tarefa que eu comentava anteriormente, que é a direção coletiva e a divisão de tarefa que é assim dois princípios básicos que o movimento desenvolveu ao longo do seu período”. (Anexos)

Pelo que se pôde apurar, a coordenação da escola não é uma tarefa exclusiva de alguém, pois na

[...] verdade tem uma coordenação política pedagógica que é composta (...) Agora vai ser composta por cinco pessoas, então, tem uma coordenação política pedagógica que cuida dessa parte dos estudos, como eu te falei dos núcleos de trabalho, dos núcleos de estudo, que é o central da escola. Depois tem uma outra coordenação que a gente chama de coordenação de setores do trabalho que cuida do funcionamento dessa questão como te falei né, tem que vir comida para cá, tem que alguém produzir na horta, alguém tem que ficar na biblioteca, alguém tem que ficar na secretaria, de onde vem o dinheiro para pagar o transporte, a luz, as coisas, então, é uma outra função que existe aqui, que existe uma coordenação também disso, que cuida dessas coisas. Existe uma outra coordenação que nós chamamos coordenação política pedagógica que cuida desses núcleos de trabalho de estudo, que são os seminários, ciclos de debate, os cursos formais, os cursos brasileiros, os cursos latino americanos, então, é um outro conjunto de atividades, por isso não existe um diretor aqui, mesmo que a gente diga a fulano é nosso coordenador político, na verdade o que existe é uma coordenação política com distribuição de tarefas, por isso que, mesmo que formalmente se exige né, porque a escola ela funciona e exige isso né, alguém que seja responsável e tal, mas internamente a gente tem essa distribuição, e não somos concursados para isso, a gente é convidado da nossa organização para cumprir com essa tarefa. (ALMEIDA, 2014, anexos)

As palavras do entrevistado deixam bem claro que a natureza do direcionamento da ENFF é de cunho coletivo e substancialmente político. As tarefas da direção da escola, necessárias para que ela possa funcionar bem e cumprir suas responsabilidades na

formação de quadros para a classe trabalhadora, tal como pretendem seus idealizadores, dependem da responsabilidade política dos militantes do MST que são chamados a executá-las. É essa estrutura militante que também dá vida aos núcleos de trabalho da ENFF e que impulsiona os seus cursos. Existem no interior da escola os núcleos de:

- Teoria Política
- Formal
- Urbano
- Seminários e ciclos de debates
- Latino-Americano

Cada núcleo de trabalho compõe um conjunto de cursos que são oferecidos nas dependências da ENFF e fora dela também. Descrevem-se abaixo quais são os cursos que cada núcleo de trabalho agrega, bem como quais os seus objetivos. Sem a preocupação estabelecer qualquer hierarquia ou ordem de importância, inicia-se pela exposição do núcleo de *Teoria Política*.

O núcleo em questão desenvolve em sua proposta de formação cursos com características nacionais. Participam desses cursos apenas organizações sociais e políticas brasileiras. Ele é composto por quatro (4) cursos, são eles:

- **Curso 1: *Formação de Dirigentes de Movimentos Sociais.***

Esse curso é realizado de forma espaçada e, por meio da entrevista realizada com Almeida (2014), conclui-se que o mesmo tem 13 etapas, com durabilidades de duas semanas cada etapa.

- **Curso 2: *Formação dos dirigentes do MST.***

É um curso realizado em um único período e o entrevistado disse que “a gente faz duas promoções, uma no primeiro semestre e uma no segundo, 40 dias, etapa única, e é o único curso só do Movimento Sem-Terra, porque todos os outros cursos envolvem militantes de outras organizações do Brasil ou da América Latina e Internacional”. (ALMEIDA, 2014, anexos)

- **Curso 3: *Introdução ao Pensamento de Marx e Introdução ao Pensamento de Florestan Fernandes.***

No programa desses módulos de estudos são apresentados como conteúdos a “introdução ao pensamento de Karl Marx e a introdução ao pensamento de Florestan Fernandes; são dois cursos de seis etapas, dois anos assim cada curso, seis etapas cada um e eles têm a mesma metodologia, uma

semana depois os estudantes pegam os materiais e ficam um tempo, digamos dois ou três meses, até a outra etapa eles lerem pra debater durante uma semana, então ela é bastante intensa a semana de estudo”. (ALMEIDA, 2014, anexos)

- **Curso 4: *Questão Agrária.***

Esse curso concentra as discussões acerca dos problemas fundiários presentes na história das nações; é oferecido pelo Núcleo Teoria Política Nacional e, na medida em que é oferecido pela ENFF, apresenta período de duração e distribuição de etapas diferenciadas, dependendo da intencionalidade do MST e dos coordenadores da escola.

Núcleo Formal.

Este núcleo é composto pelos cursos formais, ou seja, a escola estabelece parcerias com instituições de ensino superior, públicas e privadas. Ressalta-se que algumas das atividades dos cursos que formam o núcleo formal são realizadas fora da escola, em locais onde há integração política com a ENFF, como é caso de algumas universidades públicas que abrem suas portas para recebê-los.

[...] existe um em Educação em Agroecologia com a USP né, que é uma residência Agrária, existe um mestrado em Ecossistema com a Federal de Santa Catarina, existe curso (...) Um outro mestrado em Saúde e Meio Ambiente com a Fiocruz, mas esse acontece lá, existe um de Serviço Social com a Federal do Rio de Janeiro, então, existe outros cursos e o mestrado que eu falei com a UNESP que estão nesse núcleo formal que é o que recebe o título e a maioria deles estão na Pós Graduação né, então esse é um outro núcleo de estudos que a gente tem, então, são cursos de dois anos, normalmente dois anos. (ALMEIDA, 2014, anexos)

Sobre os convênios firmados com as universidades, Almeida (2014) chama a atenção para o tipo de relação que é estabelecida com essas instituições e para o papel da ENFF nesse processo:

[...] quando se trata de parceria se trata da gente estar junto, tem coisas que sem dúvida que a gente (...). E fazer parte da coordenação política, por exemplo, acompanhamento dos estudantes, convocatória, então, esse com certeza não é só a universidade que faz isso é a parceira, e nem quando a gente fala universidade a gente generaliza muito, mas são professores dentro de um departamento da universidade que simpatizam, por exemplo, é muito difícil a primeira vez que a gente está tendo mestrado, então, o movimento tem 30 anos de história e agora outros cursos de graduação ele é possível fazer, então, tem muita coisa de história, de pedagogia inclusive, mas tem uns cursos que são

muito mais difíceis, como Direito, Agronomia, Veterinária, então, tem uns cursos que é muito restrito e não abre vaga para o movimento. Tem a escola ela fica mais com esse âmbito da Pós Graduação mesmo, então ela assume o que a gente chama de núcleo formal. Mas, sem dúvida a gente (...). Vou pegar o exemplo digamos parceria com Juiz de Fora, nós falamos Universidade Federal de Juiz de Fora na verdade é uma ova (risos) não é a universidade é um departamento de Serviço Social encabeçado por um grupo de três, quatro professores que simpatizam e tocam o curso, porque, são... Acabam sendo militantes do próprio movimento, não é aquele militante clássico que entra no acampamento que faz a luta pela terra, mas são militantes que fazem a sua militância a partir dos espaços que estão e que dão uma contribuição muito valorosa para formação do (...).(Anexos)

Do ponto de vista dos seus coordenadores, o processo de ocupação das universidades com as propostas e ações do MST e da ENFF estão em conformidade com os princípios do movimento e, ações como seminários, entre outras, são realizadas com o intuito de fortalecer esses laços. Aliás, conforme foi dito por Thiago Nicola Lavoura (2014), professor da Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus/Bahia, há um esforço em aplicar realmente a proposta de ocupação dos espaços universitários por meio do fortalecimento político e acadêmico. Foram também lembradas por ele a importância de iniciativas, como foi o caso da realização do III Seminário “O MST e a Pesquisa Universitária”. Esse encontro foi

[...] promovido pelo MST, reunindo professores universitários das mais variadas instituições de ensino superior do país. Teve como objetivo traçar uma pauta em comum, entre os diferentes grupos de pesquisas que tem o envolvimento com o Movimento dos trabalhadores sem-terra que busquem colocar em suas pesquisas e nos seus debates acadêmicos a discussão que o MST está travando, acerca da reforma agrária popular (...) as instituições que possuem cursos de formação nos diversos âmbitos dos quais o MST participa, então os cursos de residência agrária, os cursos de licenciatura de educação do campo, outros cursos promovidos pelo PRONERA. Então são as instituições que possuem uma vinculação formal, além de outras que possuem pesquisadores que debatem a temática associada ao... à educação do campo e ao MST especificamente. (Anexos)

Os militantes das organizações políticas estrangeiras que, nessa mesma ocasião estavam participando do curso Formação de formadores Latino-Americanos, também participaram do congresso, inclusive

Tinha um grupo do Canadá, um grupo do Peru, um grupo da França, mas eram grupos de estudantes, não eram grupos de pesquisadores universitários. Eram grupos de estudantes que já estavam na Escola Nacional Florestan Fernandes fazendo algum outro tipo de formação que eu não sei qual é, mas participaram conjuntamente do seminário. (LAVOURA, 2014, anexos)

Núcleo de seminários e ciclos de debates

O Núcleo de seminários e ciclos de debates é organizado e efetivado em parceria com a Associação de Amigos da Escola Nacional Florestan Fernandes – AAENFF. Os debates são abertos ao público e contam também com os alunos das organizações sociais e políticas com as quais o MST tem relação e que estejam realizando, simultaneamente, outros cursos internalizados na escola.

Além dos ciclos de debates esse núcleo, juntamente com a AAENFF, organiza mensalmente, quase sempre no último sábado de cada mês, visitas monitoradas com alunos de universidades, militantes políticos, sindicais e demais interessados em conhecer as dependências da escola. As visitas monitoradas seguem uma dinâmica específica. As pessoas inscritas participam do ciclo de debates juntamente com os demais alunos que já estão realizando os cursos de outros núcleos. Sobre esses encontros, Almeida (2014) salienta que se “tem que pensar numa temática para cada sábado a partir dos calendários históricos que existem, das lutas que vão acontecendo”. (Anexos)

Como parte da dinâmica de socialização nesses eventos, após o ciclo de debates todos almoçam no refeitório da ENFF. Em seguida, voltam ao auditório, local onde os representantes da ENFF e da AAENFF fazem uma explanação sobre as origens, o significado e funcionamento das duas instituições, inclusive, com a exibição de vídeos. Em seguida, as pessoas são organizadas em grupos e acompanhadas de monitores que na maioria das vezes são representantes da ENFF, do MST e dos próprios estudantes, para conhecerem todas as dependências da escola. Esse pleno conhecimento da escola e do seu funcionamento é realizado com a intenção de apresentar aos visitantes a história social de sua construção, lembrar dos que participaram dos mutirões que a edificara, dos que realizaram suas modificações e também dos trabalhos políticos e educacionais que são realizados em seu interior.

Núcleo Urbano

O chamado núcleo urbano tem encontrado dificuldades para se desenvolver com regularidade e a dinâmica do seu funcionamento está sendo retomado pela coordenação da ENFF. Entre outras coisas, existe o problema concreto em reunir os militantes e os educandos para que as suas atividades aconteçam com frequência.

[...] por nós não termos gente suficiente nós não conseguimos retomar ainda bem o núcleo urbano, mas a ideia é fazer formação com a experiência e com a metodologia da escola e com os trabalhadores urbanos, então, acontecem

algumas atividades aqui, mas tem uma outra dinâmica, porque, o trabalhador que está na fábrica está no trabalho, então, ele precisa fazer no final de semana, de sexta a domingo ou de sábado a domingo, então a gente ainda está em construção de diálogo com alguns sindicatos aqui de São Paulo e, mas já teve esse núcleo a gente tá em processo de retomada. (ALMEIDA, 2014, anexos)

Núcleo Latino Americano.

O núcleo Latino-Americano é o responsável pela viabilização de três (3) cursos. Essas modalidades de ensino têm sido as que concentram o maior contingente de alunos, com uma significativa representação de organizações dos movimentos sociais e políticos oriundos de diversas partes do mundo, característica que reforça um dos objetivos da escola: resgatar o sentido internacionalista da luta e da organização da classe trabalhadora.

O primeiro curso é o de ***formação de formadores Latino-Americanos***, realizado de forma rotineira, no primeiro semestre de cada ano.

Ele é um curso que tem como objetivo criar, fortalecer a unidade de formação dentro das organizações. É um curso de quarenta dias, etapa única e quem faz esse curso, o objetivo dele é (...) as pessoas que estão dentro são responsáveis pela formação das organizações e no final eles têm que elaborar um programa de formação. Como exercício a elaboração de um programa de formação. Pode ser para mulheres, para jovens, para criança, para nível de base de militante, enfim, cada um organiza um plano de formação e depois disso eles juntam e formam um plano em comum para desenvolver dentro de cada país. [...] é um curso que dura 40 dias. Em torno de 15 países participam e fica em torno de 50 e 70 participantes cada curso. (ALMEIDA, 2014, anexos)

O segundo curso é o de ***Teoria Política Latino-Americana***, considerado o mais longo dos cursos propostos pela escola, pois os alunos ficam durante três (3) meses na ENFF. Segundo Almeida (2014), até o momento,

Foram organizadas sete turmas, sete promoções, normalmente ficam entre 15 e vinte países que participam entre 50 e 60 organizações assim. Normalmente a organização manda um ou dois representantes né. Às vezes três, mas a gente também limita um pouco para não mandar muito de uma organização e do mesmo país no máximo 10 pessoas por país e duas pessoas por organização, e sempre considerando a questão de gênero também. Então esse é um dos cursos que está na grade, na programação da escola. Esse sempre acontece no segundo semestre. (Anexos)

O terceiro curso é o de ***especialização de Estudos Latino-Americanos*** e a sua realização é efetivada em conjunto com o Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, sendo caracterizado da seguinte maneira:

[...] ele acontecia na universidade, mas depois que eu comecei acompanhar, combinamos em fazer em alternância. Uma etapa aqui e outra lá. Porque ele é

um curso que dura seis etapas em dois anos,então ele tem duas etapas cada ano,na verdade são cinco etapas de estudos e uma última que é a apresentação das bancas dos trabalhos, ele é um curso formal porque é certificado pela Universidade Federal de Juiz de Fora. (ALMEIDA, 2014, anexos)

Os estudantes que participam dos cursos da ENFF, sobretudo os que se dedicam aos estudos das problemáticas latino-americanas, advêm de movimentos como

Da Via campesina da CLOC e também (...) como a Via Campesina que é em nível internacional que às vezes vem gente da Europa e da África também e a CLOC, mas, ela está na parte Sul aqui (...) e tem outras tem no Caribe,na América Central e da Alba Movimentos Sociais. Como a Via Campesina e a CLOC têm um recorte muito específico das organizações camponesas , elas não abrangem o todo, então tem também essa outra plataforma que é a nível continental que é a ALBA Movimentos sociais e que também manda porque tem muitas organizações, sindicatos, inclusive universidades e que (...) escolas de formação que não estão exatamente dentro do movimento camponês. Por isso a gente recebe pessoas dessas três articulações internacionais que o movimento faz e evidentemente outras organizações que ainda não estão lá né? Não fazem parte desse processo, mas que também mandam né. Não está restrito a somente fazer parte dessas plataformas, claro que a gente dá preferências para esses, mas não se restringe apenas quem está na CLOC, na Via Campesina e na Alba, então isso é um pouco das articulações. (ALMEIDA, 2014, anexos)

Ao analisar a ENFF em sua totalidade, consideraram-se, em seu processo histórico, os sujeitos que estiveram e ainda estão envolvidos como elementos determinantes e que, de fato, contribuíram para que ocorresse essa articulação internacionalista das diversas experiências de lutas do campo e da cidade que são inseparáveis de sua própria existência.

A estrutura disciplinar da ENFF é composta por currículos com variadas características e objetivos diversificados, mas, afirma-se que a escola tem como base nos temas que discute, a história, a filosofia, a economia, a questão agrária ou mesmo a teoria da organização, nos quais o dinamismo internacional se mostram presentes no seu interior.

A Escola Nacional Florestan Fernandes traz em sua essência o que se pode chamar de diversidade. Diversidade essa referente às presenças de professores, militantes, organizações sociais e políticas e, sobretudo, dos estudantes na conformação do seu modo de funcionamento. Por conta disso, os seus cursos e seminários funcionam por meio da organização dos núcleos de bases (NBs), que compõem, o que o MST e artífices da ENFF, denominam de organicidade do movimento, aliás, para eles trata-se de um conceito que é considerado um dos tripés de sustentação da escola.

Em busca de uma compreensão mais clarificada desse conceito, debruça-se sobre os escritos de Peloso (2012, p. 54), para quem

[...] a ideia de organicidade vem de órgão, enquanto parte de um corpo. O corpo possui muitos órgãos que, embora diferentes, trabalham para o mesmo fim. Organicidade é, então a capacidade que um movimento tem de fazer com que as idéias, discussões e orientações comuns percorram e se articulem, em todo o corpo da organização, de forma permanente. Esse fluxo constante garante a unidade de pensamento e de ação, com autonomia relativa das partes, para aplicar de maneira criativa, suas decisões gerais, além de cuidar de sua autorreprodução.

A organicidade eficaz do movimento popular requer a existência de uma organização capaz de fazer a escolha criteriosa da sua militância e investir na sua qualificação política, técnica e cultural, a fim de atuar em qualquer lugar ou conjuntura e sob quaisquer condições. Mas esse tipo de organicidade só alcança sua finalidade quando favorece espaços de debate e cria instâncias horizontais de decisão coletiva, combinadas com mecanismos de comando.

O movimento popular hoje, para alcançar seus objetivos, inclusive suas conquistas econômicas, precisa aperfeiçoar seu estágio de organização e sua organicidade. Ou seja, precisa implantar a concepção de luta e organização que dê consistência política e ideológica ao movimento de massa. É isso que o prepara para fazer a luta econômica, resistir em tempos de desmobilização e contribuir na busca por uma alternativa de poder.

Optar por essa concepção de luta e organização é a reafirmar que *quanto mais povo organizado, mais poder*; pois o poder vai bem além do voto, da ocupação de postos no aparelho de Estado ou do governo; é crer que a força está no povo consciente, organizado, participante e mobilizado; é saber que só a massa conquista o poder quando dirigida politicamente por quem tenha a capacidade de mobilizá-la do ponto de vista orgânico, ideológico e transformador. (Grifos do autor)

Concretamente a organicidade na ENFF prevê a organização, a efetivação e o permanente fortalecimento dos núcleos de base para os cursos acontecerem a contento. É o que explica Geovane (2014):

Até a segunda semana chegaram mais pessoas. Totalizou 47 estudantes de 12 países. Tinham sete brasileiros e os demais eram de outros países. A gente teve aula de espanhol para a gente tentar se entender enquanto língua. Os NBs (...). O grupo inteiro foi dividido em NBs né, foram divididos em seis NBs, cada um composto por 8,9 pessoas e cada NB tinha um brasileiro para não ficar somente os latinos e os brasileiros em um grupo só para tentar socializar com tudo o que acontecia. Então a organicidade do curso se deu dessa forma. A inserção orgânica. Foi dividido... Foram divididas as tarefas assim, a proposta do curso superou as minhas expectativas, eu confesso que deveria estar muito mais preparado para participar de um curso desses. Tinham companheiros também que não estava a altura do curso, mas de modo geral, foi bom. (Anexos)

Na cotidianidade da escola, essas necessidades estruturais para o seu funcionamento também são refletidas, da seguinte forma, pelos seus coordenadores quando indagados sobre o que pensam e vem a constituir essa organicidade?

[...] o que entra na organicidade? O nosso jeito mesmo, núcleo de base, por exemplo, a coordenação dos núcleos de base, então isso faz parte da organicidade, no processo como as pessoas se organizam né, se organizam para estudar, se organizam pra trabalhar, se organizam para fazer a mística, então, eu sou parte de um núcleo de um coletivo né, então se eu não vim para aula eu não vou ser cobrado enquanto indivíduo eu vou cobrar do teu núcleo, da coordenação do teu núcleo, porque, o fulano não está na aula nesse momento? Ah tá doente, porque precisa resolver um problema de documento, mas ele não é cobrado enquanto um indivíduo em si. Ele é cobrado enquanto um coletivo que ele precisa dar satisfação precisa dar a contribuição dele, então, a organicidade faz parte disso, então o núcleo de base para estudar, tem uma coordenação, núcleo de base para fazer a mística, para fazer os trabalhos nos finais de semana, porque, durante a semana ele tem um posto fixo de trabalho, enfim, para essas coisas né, para fazer agradecimento para o professor, para acompanhar o professor durante a semana, quem está coordenando a semana, então, a coordenação do dia também é parte de um núcleo né, então, o núcleo pega um dia ou uma semana isso depende e vai coordenar. Então, ele tem a responsabilidade de encaminhar os materiais para os professores, de cuidar dos tempos né, das horas tanto pra início como para o final, então assim dos próprios estudantes também assumir essas tarefas, não ficar o professor dono do saber de tudo e os estudantes apenas como ouvintes, então, os estudantes também tem essa função. Se faltou alguma coisa numa sala vai atrás, então, todas essas coisas que fazem parte da organicidade dos estudantes enquanto sujeitos do processo de aprendizagem. (ALMEIDA, 2014, anexos)

Com base na organização desses núcleos, a ENFF realiza seus cursos cotidianamente. Sobre seu funcionamento, inclusive, na dinâmica das aulas, constatou-se que a escola procura caracterizar o seu modo de desenvolvê-los de forma diferenciada daquelas que ocorrem nas instituições de ensino oficial. Ela funciona por meio dos *Tempos Educativos*. São seis (6) os tempos educativos, a saber:

- Tempo aula;
- Tempo mística;
- Tempo trabalho;
- Tempo organicidade;
- Tempo cultura;
- Tempo disciplina.

Segundo entrevista realizada com Almeida (2014), esses tempos educativos preenchem a temporalidade designadas para os cursos e a “nossa carga horária é de 10 horas por dia, às vezes um pouquinho mais, porque pode iniciar as 6 horas da manhã com estudo e terminar as dez da noite”. (Anexos)

Os tempos educativos são realizados em todos os cursos da ENFF. Abaixo, seguem nas palavras de Geovane da Costa Souza (2014), algumas passagens da experiência que

viveu, durante os noventa (90) dias, que passou na ENFF, como aluno do curso de Teoria Política Latino-Americano, integrando a turma Cordón Cerrillo:

A rotina do curso... Assim né, a rotina da Florestan. Ela começa muito cedo, até a gente brincava que a maioria das pessoas que participavam do curso, não era camponesa. Eles não estavam acostumados a ter aquele tipo de rotina. Por exemplo, acordar às seis horas da manhã e as 06h20min já começar a estudar. O tempo leitura era as 06h20min da manhã. Desayunar como diziam os latinos às 07h00min... Então, tomar café às 7h e estar na mística às 07h45min e as 08h00min em sala de aula, era dificultoso (risos), até meados do curso já estava todo mundo sempre chegando no horário. A gente tinha aula todas as manhãs, a tarde a gente tinha o tempo trabalho, das 14h as 16h e a partir das 16h a gente tinha aula novamente. Aí eram assim, as aulas, as disciplinas elas eram variadas, cada semana a gente tinha um facilitador, um educador, e aí a gente teve pessoas como Mariano Feliz da Argentina que trabalhou a economia, a gente teve Traspadini que trabalhou também a economia. Rodrigo Filho que trabalhou introdução ao marxismo, que, diga-se de passagem, é um excelente, excelente educador. Tivemos a Silvia Ardori, também Argentina que trabalhou a formação (...). A história da América Latina, como surgiu é... A América Latina que existe hoje. Tivemos Carlos Barrientos da Guatemala, enfim, João Pedro Stédile, tivemos um time e tanto enquanto educador do curso né... E aí é assim... A dinâmica era assim, cada pessoa tinha que trabalhar aquele tema e depois ia embora, e aí a gente tinha aula expositiva, participativa, e tinha, enfim, tinham as nossas aulas práticas também. Além disso, acho que tudo o que a gente viveu ali, ia para além do espaço da escola né, a gente teve atividade fora da escola. A gente teve viagem, a gente teve trabalho fora da escola, enquanto militância. Participamos de diversas atividades fora da escola que também eram educativas. A gente teve uma jornada socialista, que aí, os companheiros foram há um abrigo, cuidar dos idosos, fomos a escolas, a gente foi em ocupação urbana, fomos a assentamentos, acampamentos, enfim, nós procuramos vivenciar o máximo de coisas durante esses noventa dias, além de trocar experiências né, porque nós estávamos em 12 países e diversas organizações, cada organização tinha a sua história e a sua maneira de... E cada companheiro tinha uma história e uma história diferente, a gente acabava trocando essas informações. Eu lembro que quando eu cheguei ao curso, eu falava muito *IIRSA* e os companheiros não sabiam o que era. Até o final do curso eles já estavam experts no assunto. Lembro que na penúltima semana, tivemos aulas com a Ana Esther Ceceña, uma mexicana, é o cara na formação política. E aí ela falava *IIRSA* né, e aí todo mundo já estava meio afiado quando a gente estava falando o que era isso. Além de tudo isso, a gente fazia as nossas festas, a gente também se divertia. Nós estávamos naquele espaço para viver também! Formaram-se vários casais ao longo dos 90 dias, se desfizeram vários casais, enfim, a turma era muito animada. Havia discussão, havia enfim, muitas coisas que tem num grupo grande e num grupo muito diversificado né, que era o caso deles. Então... Imagina a gente estava no (...). Vamos dizer uma mistura desde Cuba até aqui o Brasil (...). O final do Brasil. Tinha gente de toda a América Latina. E aí, imagina... As idéias são totalmente diversas... Então até chegar a um acordo comum, tinham determinadas situações que a CPP da escola tinha que está chamando, está conversando, enfim. (Anexos)

3.4 Os tempos educativos e suas funções na organização da ENFF

Na intenção de uma melhor compreensão dos objetivos e funções dos tempos educativos existentes na ENFF, seguem alguns dos seus elementos definidores presentes nas entrevistas realizadas com aqueles que interagiram com essa forma de disciplinar a temporalidade da escola.

Para Geovane (2014),

[...] o tempo aula é um dos tempos educativos nosso. Existem mais cinco tempos educativos. São seis tempos, que a gente considera como educativos, ou seja, fundamentais para a formação dos militantes. A aula é uma delas. Normalmente a gente tem de 4 a 6 horas de aula por dia. Na programação da escola, são quatro horas por dia, as outras 6 horas, são outras atividades (...). Eram aulas expositivas e ao mesmo tempo eram aulas muito participativas. Eu tenho todo material sistematizado (...) está na biblioteca do movimento, um monte de material e aí é assim, a gente não tinha avaliação escrita né, a gente fazia avaliação em grupo, a gente fazia avaliação dessa forma, não era muito exigido esse tipo de avaliação como no caso da escola tradicional, mas requer que o aluno aprenda. A gente frisava muito isso, enquanto participante do curso. Tiveram algumas semanas que tiveram modificações nos nossos horários e aí é assim (...) Uma das coisas que a gente acabou reclamando. A gente entende que tinha dificuldade e tudo, mas a gente acabava reclamando porque a gente não queria, digamos, perder nada que nos beneficiaria naquele momento. Além de ser uma aula participativa e diferente da escola tradicional, onde o professor é todo poderoso e sabe tudo (...) a gente também (...). O que a gente sabe, a gente acabava interagindo e contribuindo nisso né. Eu lembro que a gente tinha aula de cultura, uma das disciplinas que nós tínhamos quem acabou dando essa disciplina foram os próprios companheiros da turma. Nós nos juntamos e cada um que sabia passou para os demais, para os demais que não sabiam aquele determinado assunto. A gente fez aula de dança, de teatro, os próprios companheiros fizeram isso. Além disso, a gente tinha, por exemplo, no tempo de estudo, nós tínhamos as leituras... Eram direcionadas, nós lemos, por exemplo, As veias abertas da América Latina, nós lemos textos de Mariátegui, nós lemos diversos livros que eram indicações do curso para que a gente pudesse estar lendo. Além de filmes que nós assistíamos e fazíamos debates em torno das discussões em torno do que a gente estava vendo. Além das... Dos dias de sábados, como você participou de dois, durante o período em que eu estava lá... Tinham pessoas que vinham só para trabalhar temas específicos, como foi o caso do Léo Panitch que veio falar do imperialismo, além de outros companheiros que vieram dar essa contribuição. (Anexos)

No que diz respeito ao tempo da mística, um de nossos entrevistados observou que

[...] a mística faz parte, é diário isso. Fazemos todos os dias. O núcleo de base tenta organizar, com o objetivo de trazer presente a memória de lutas dos lutadores, de motivar o dia, de fazer um espaço coletivo porque depois cada um vai para as suas atividades. Então ela é um momento conjunto, para juntar os militantes que estão na escola, as turmas que às vezes tem duas ou três turmas tem outras atividades então também é um momento de informe, no qual avisamos o que acontecerá no dia, se terá ou não visitas se vão realizar atividades fora da escola enfim, é o que chamamos de mística e formatura. É

um tempo que é preparado com antecedência pelos estudantes. É uma tarefa que os estudantes têm a responsabilidade de preparar, por isso é um tempo educativo. (ALMEIDA, 2014, anexos)

Para obter maior entendimento do significado da mística nas ações da ENFF, buscou-se, nos escritos de Peloso (2012, p. 90-1), essas esclarecedoras contribuições:

Mística não é mistificação, que significa falsear, enfeitar ou deformar uma realidade, com a intenção de iludir a boa-fé das pessoas. Mistificação gera o fanatismo ou o fundamentalismo, religioso ou político. Esotéricos e góticos, santos e militantes, movimentos sociais e comunidades religiosas se apropriam da palavra ‘mística’. Uns *fazem* mística, outros dizem que *têm* mística, outros ainda, *são* místicos. Vale ouvir algumas falas sobre mística:

1. Mística deriva de mistério. Conhecer mais e mais, entrar em comunhão cada vez mais profunda com a realidade que nos envolve ir para além de qualquer horizonte. É fazer a experiência do mistério. Todas as coisas têm seu outro lado. Captar o outro lado das coisas é dar-se conta de que o visível é parte do invisível: eis a obra da mística.
2. Mística é a capacidade de se comover diante do mistério presente em todas as coisas. Não é pensar as coisas, mas sentir as coisas tão profundamente que percebemos o mistério fascinante que as habita. O que importa é sentir sua atuação e celebrar a presença desta realidade essencial. Viver esta dimensão no cotidiano é cultivar a mística.
3. A mística é a alma de um povo. A mística é a alma do sujeito coletivo, a identidade que se revela como uma paixão, que nos ajuda a ‘sacudir a poeira e dar a volta por cima.’ ‘Suportarei tudo, porque há em mim uma alegria que nada nem ninguém conseguirá jamais matar!’
4. *É nessa alegria que está* a força dos militantes da causa social, é no sentimento da certeza de que se a luta por algo justo; é na energia interior que lhes impulsiona todo vigor e coragem, que faz as pessoas suportarem *tudo*, mesmo a perda de companheiros; é aí que materializa a *mística*.
5. *A mística* é o momento de *reafirmar* o compromisso com os ideais de uma concepção, de difundir-la socialmente, fortalecer-la politicamente, de consolidá-la e legitimá-la ideologicamente, e uma forma de concretizá-la, aqui e agora.
6. A Mística irriga, *pela paixão, a razão e nos ajuda a ser mais humanos, dispostos, e a desafiar coletivamente nossos limites; nos impulsiona a ir além do esperado, alimenta os valores e nos faz sentir parte de uma grande família.*
7. Desenvolver a *mística* não pode se confundir com o *culto* ao passado, relembrar os momentos trágicos da história e criar o sentimento da dor e da morte, *sempre presentes* para estimular a *cultura de resistência* entre sujeitos de *semblantes pesados*, sorrisos tristes e *punhos cerrados*.
8. É a vida que causa paixão, é pela vida que os seres humanos se movem, é ela que deve ser celebrada. Que se celebrem os lutadores em vida, que se declare o reconhecimento a cada pessoa pelo esforço de sua luta. Celebrar a vida e a alegria não é esquecer os compromissos da luta por transformações, é lembrar que o ser humano tem o direito de sorrir e ser feliz.
9. Observa-se, hoje, uma conjuntura que vai de um extremo ao outro, da mística ao misticismo. Diante da mercantilização total da vida cotidiana, a mística corre o perigo de se tornar mercadoria, chavão, moda. Mística pode significar recitação de poesias, serenata, cantoria, reza; pode ser um

olhar contemplativo à beira de um rio, um ritual festivo na aldeia e o êxtase de um monge tibetano.

10. A mística não é propriedade de nenhuma instituição. A palavra ‘mística’ tem a mesma raiz que a palavra ‘mistério’. O mistério não se explica, vive-se, na contemplação e na ação cotidiana. A mística é como a utopia. Ambas não se deixam aprisionar em conceitos ou definições.
11. Não podemos ter místicas como se tem uma propriedade ou um objeto. Somos místicos. A mística não pode ser funcionalizada, de modo que tudo seja avaliado por sua funcionalidade, não tem preço, não pode ser vendida. A mística está no meio de nós, como dom, não como posse. Mas o que não tem preço pode ter muita dignidade.
12. Temos mística ou somos místicos? Talvez, tenhamos e façamos mística e ainda não sejamos suficientemente místicos, Ninguém é místico 24 horas por dia. A mística se revela no serviço desinteressado à causa dos oprimidos e nos faz simples, despojados, leves. Na mística, se vive o fim da dicotomia entre o campo espiritual e o material; não é *luta e contemplação*, mas *luta na contemplação* ou *contemplação na luta*. A redução da utopia para um suposto realismo no “aqui e agora” cria miopia, faz perder a esperança, compromete a fé e enfraquece a solidariedade.
13. A mística tem dois braços. É mística da terra, da realidade material, da luta e das marchas e mística do transcendente, que se faz carne a cada dia; luta simbólica presente na transfiguração das estrelas, do céu, da poesia, das canções, dos bonés e das palavras de ordem.
14. Mística é o conjunto de convicções profundas, as visões grandiosas e as paixões fortes que mobilizam as pessoas e os movimentos na vontade de mudança, ou que inspiram práticas capazes de afrontar quaisquer dificuldades ou sustentar a esperança face aos fracassos históricos. (Grifos do autor).

O tempo trabalho como matriz formadora do ser humano tem fundamental importância na formação política dos militantes que realizam os cursos na ENFF, pelo menos foi o que ficou demonstrado por um dos seus coordenadores, em seu longo depoimento, quando questionado sobre essa questão.

[...] o trabalho como princípio educativo. Todos os estudantes que estão aqui na escola, eles têm no mínimo duas horas de trabalho, trabalho prático mesmo, ir para a lavoura, ir para a horta, ir para cozinha lavar os pratos, de limpar o banheiro, ir para a biblioteca, de fazer a sistematização dos trabalhos. A escola depende dos estudantes, e eles sabem disso. Então como nós não trabalhamos com essa relação patrão e empregado, é uma relação conjunta, os estudantes têm que fazer parte disso. O tempo trabalho, ele é muito positivo para a formação do indivíduo. Porque às vezes tu olhas o trabalho no mundo capitalista, como algo degradante, nas piores condições, e com baixos salários. O que a gente desenvolve aqui? Que o trabalho, ele humaniza. Não é qualquer trabalho. Agora não pode é tu viver com o trabalho do outro. Então a gente parte desse princípio, eu tenho a minha parte a cumprir e todos têm sua parte a cumprir. Não significa que todos têm que limpar o banheiro todos os dias. Mas existe também a alternância do trabalho. Tem uma distribuição, cada um assume um posto de trabalho e vai desenvolver (...) E a gente faz avaliação disso né, então, se tem necessidade nesses cursos mais longos a gente troca de tarefas, quem estava no serviço vai para área de produção, quem estava na produção vai para o pedagógico e assim a gente faz essa mudança. E... Ele é

muito bom, porque, é no trabalho que a gente consegue identificar as pessoas, quem leva a sério o trabalho, quem tem disciplina, quem tem capricho, e aqueles que não levam muito a sério, e aí te dá um monte de elementos para você desenvolver a formação. Porque, uma coisa é estar na condição de estudante ouvindo o professor e muitas vezes... E isso é muito legal, porque, acontece isso muitas vezes, nós estamos tratando aqui de formação de pessoas que vêm do mundo capitalista com uma concepção, mesmo estando na militância, mas que estão se relacionando todos os dias com essas questões na sociedade e é muito legal, porque às vezes tu tens alguns que têm bons conhecimentos teóricos, conseguem dialogar bem com o professor, mas tem limites para desenvolver outras tarefas ou não compreendem dessa mesma forma né, então, por isso que a gente não dá um peso para uma atividade, isso é principal e isso é secundário, então, nosso tempo educativo todos eles têm a mesma função, se a mística não saiu bem feita tem cobrança, olha o núcleo não fez a mística legal, tem que caprichar, a coordenação que acompanha, a coordenação política e pedagógica é cobrada e tem que dizer olha, tem que caprichar nisso, se alguém fuma e joga bituca de cigarro no chão e as pessoas vão limpar depois vão reclamar, olha, isso eu não sou responsável, você tem que jogar o lixo no lixo, então, isso vai criando essas coisas que te dá condição para você trabalhar e ele é muito bom, então, o tempo trabalho para nós ele é fundamental. Como diria Gramsci, nós não queremos criar mamíferos de luxo né, então todo mundo tem que dar sua contribuição. (ALMEIDA, 2014, anexos)

No dia a dia do funcionamento da ENFF, o tempo destinado aos estudos é projetado da seguinte forma, segundo seus coordenadores:

O estudo então, nós temos aí um período que é diário isso é fundamental, todos os dias né, a gente tem a questão do estudo que temos um período que é presencial com o educador né, e tem um período que é leitura, individuais, nos núcleos outros trabalhos, mas que é estudo também.

Eu falei tempo estudo, mas tem o tempo estudo que é uma coisa e o tempo aula é outro. A aula é o presencial de manhã quando acorda e nos horários a noite e nos outros horários que não estejam o professor, então esse é um outro tempo, por exemplo, a gente pega supomos aqui, supondo não, é o que acontece, nós temos a nível latino-americano dois seminários que a gente faz com as turmas, um deles é do pensamento do Mariátegui e outro do pensamento Florestan, então, existe um tempo leitura que eles precisam, então existe um tempo estudo que eles precisam preparar isso, estudar, se aprofundar, porque, depois eles vão apresentar o pensamento. Cada um pega digamos, do Mariátegui a questão do indígena na América Latina, um certo ensaio da realidade peruana, por exemplo, tem vários itens, ou por um socialismo ainda americano, então, distribui os temas e também ... Nós também (...). Tem um outro que a gente faz, o curso de Teoria Política em três meses que é : As veias abertas da América Latina, então, eles têm que ler depois preparar. Do Florestan Fernandes, Revoluções interrompidas na América Latina é um texto que a gente sempre desenvolve com eles para, então essa é um outra forma de (...).(ALMEIDA, 2014, anexos)

Algo constatado, em visitas a ENFF, é o respeito e a importância dedicada às manifestações culturais no transcurso de suas ações e que são chamadas de tempo cultura. Para os seus idealizadores,

[...] tempo cultura ...um outro tempo que a gente desenvolve. Então aí faz parte da vida, não é só trabalho, estudo e isso, mas o tempo cultura ele é reservado também para os estudantes, eles é... Cada semana um é responsável para organizar, a gente faz isso aos sábados.

Eles têm a semana toda ou por país ou por organização ou por núcleo de base. Então, é feita essa distribuição e eles vão preparar digamos os países da América Central vão apresentar o que eles têm, as culturas próprias deles né, mas não é qualquer cultura, então, é com música, com dança, com poemas, livro deles, a história deles, então, eles têm um tempo de duas horas também para fazer essa apresentação e depois também confraternizar né, alimentação que eles comem que eles preparam. Então outro tempo também de resgate das culturas que a gente tem né, então, que é muito diversificada né, inclusive (...). (ALMEIDA, 2014, anexos)

O tempo organicidade é a própria dinâmica organizativa das atividades realizadas na ENFF, razão pela qual lhes foram dedicados os comentários realizados em páginas anteriores.

Quanto ao tempo disciplina, ALMEIDA (2014) observou que

Disciplina e valores de um militante. Então, é um outro ...Digamos assim, não entra nos componentes da sala de aula em si, mas que essa convivência que se tem e que permeia muita coisa né, então, a questão do gênero ela aparece muitas vezes aí, quando se manifesta alguma atitude machista tu tem que saber trabalhar, se tem algum vício e não consegue beber socialmente tem que trabalhar essas questões, se tem algum conflito interno tem que trabalhar isso, qual que são os valores que um militante precisa desenvolver, então, é um outro componente que a gente faz isso né, desenvolvemos também algumas aulas sobre isso, mas ele é muito mais nessa questão da própria avaliação, do próprio núcleo de base, dos coordenadores e dos membros de núcleo acompanhar seus militantes que estão ali, da coordenação política e pedagógica acompanhar esses processos, então, é um outro que a gente desenvolve que também a mesma importância dos demais, tu formar essas pessoas né, formar nesse sentido né, que tipo de ser humano você quer? Que tipo de trabalhador, como você olha o trabalho que você quer, como que eu estudo, então, todas essas coisas elas fazem parte da nossa proposta política pedagógica para desenvolver com os estudantes.(Anexos)

Para dar conta das tarefas de formação política no interior da ENFF, a escola conta com apoio de mais de 500 professores, militantes, intelectuais que colaboram de maneira solidária com o MST e a ENFF (ENFF, 2009). Almeida (2014) explicita como essa importante relação de colaboração política e educacional é estabelecida:

Os professores todos são voluntários. De maneira geral tudo na escola funciona de forma voluntária. Claro que alguns professores não cobram nem o transporte para vir dar aula. A gente convida a escola convida a partir do tema. Então, tem um leque grande de professores, em torno de quinhentos professores voluntários da escola, tanto brasileiro quanto latino americano e de outros países.

Tem muita gente que se dispõe a vir dar aula. Ah eu gostaria de (...). Passa o currículo, qual o tema que você desenvolve? E a gente tem diversos (...). E

isso não significa que é só para aulas clássicas dessas que eu estou te falando. A gente pode convidar um professor, por exemplo, para ministrar um ciclo de debate, ou num seminário né, que se a gente estiver tratando da questão do extrativismo na América Latina, então, convida para trabalhar...um tema ambiental ou uma questão energética ou mineradora, enfim, então tem muitas atividades que os professores vêm mais pontuais... Meio dia, duas horas, um dia, e tem essas aulas mais clássicas que dura a semana toda. Trabalhar, desenvolver o que é mística no movimento, essas coisas, tem uma série de coisas e tem o leque mais ou menos de uns quinhentos educadores que tem a disponibilidade para isso, óbvio que a gente não conta com todo mundo no mesmo ano né, mas tem aqueles que já têm digamos, acumularam mais nos temas. Se a gente pegar o tema da economia já tem um grupo de cinco a oito professores que costumam trabalhar e vem desenvolvendo mais, então, a gente já conta mais com a contribuição de uns grupos já mais consolidados de educadores. Mas são muitos... E tem os de nível internacional também que a gente conta com vários outros professores (...). (Anexos)

Para participar dos cursos da ENFF os alunos devem fazer parte de alguma organização social ou política com a qual o MST tenha relação. Assim, diferentemente da maneira como ocorre nas escolas de ensino oficial, o objetivo dos cursos é a formação política dos militantes das organizações políticas e dos movimentos sociais. Os alunos participantes da ENFF são encarados como representantes de suas organizações, o que lhes atribui uma enorme responsabilidade.

Sobre a escolha dos alunos para participar dos cursos na ENFF, Almeida (2014) esclarece que a formação oferecida não tem caráter individual, mas, sim coletivo, traduzindo os interesses das organizações e a maneira que atuam na vida social: “não é indivíduo, é de organização. Então, as organizações fazem o processo seletivo (a indicação) e mandam para cá, de acordo com o calendário da escola”. (Anexos)

Concretamente, foi o que ocorreu com Geovane (2014), militante do MAB,

Pelo fato da gente fazer parte hoje da Via campesina, a gente tem umas vagas como convidados para participar dos diversos cursos. Em 2013 mandaram o convite para o movimento, disponibilizaram as vagas que tinham para fazer a Teoria Política Latino – Americana 2013. Então assim, meconfiaram essa vaga e foi aí que eu conheci o espaço físico da escola. Dessa forma, por nós já termos essa relação enquanto Via Campesina, MST e com as escolas que fazem parte do MST. A proposta de mandar um militante (...). Alguém que faz parte do MAB para participar de um curso de formação política seja em qualquer lugar, mas em especial na Florestan é assim (...) é tentar trazer para dentro do movimento essa formação né, tentar fazer isso para que seja além da pessoa, que a pessoa possa fazer isso e possa ser um multiplicador do que você vê, do que você aprende do que você vive, num espaço como é o caso da Florestan Fernandes. A discussão é feita na direção do movimento, no coletivo, não é uma decisão que parte da pessoa, é uma decisão que parte do coletivo. A gente vai escolher a partir do que a gente conhece, do que a gente confia da pessoa. E assim, é por isso que no início eu falei que a mim tinham confiado

isso. Como militante eu acho que é assim. Uma experiência única participar de um curso desse nível. (Anexos)

Sobre suas tarefas e responsabilidades no cotidiano da escola, Geovane (2014) declarou em entrevista que

[...] enquanto militante do MAB, a minha principal tarefa era absorver o máximo de informações possíveis. Participar de todas as atividades, ser cumpridor de todas as regras que existem na escola. Eu acho que essa era a principal tarefa né. A tarefa que a mim foi destinada foi a de estudar e aprender. Internamente, na Florestan, existem tarefas que são educativas também né. E assim (...) nesses 90 dias que eu passei lá na Florestan, no curso, eu acabei passando por diversas tarefas internas, quase todos os espaços de trabalho, eu acabei participando. (Anexos).

Com base na descrição dos cursos e de como funciona concretamente a ENFF, salienta-se que a sua existência, até os dias de hoje, é fruto de um esforço incessante daqueles que acreditam que a mudança só acontecerá na medida em que a classe trabalhadora se organizar, lutar e se formar!

Para garantir seus cursos de formação, a ENFF conta com a solidariedade de muitas organizações políticas, sindicais e dos representantes dos movimentos sociais espalhados por todos os continentes do mundo. Sua manutenção tem um custo elevadíssimo, mas com a colaboração financeira e o altruísmo de muitos, suas dificuldades vão sendo saneadas,

[...] pela solidariedade, porque aí os assentados mandam comida para cá, a gente produz uma parte aqui, a gente ganha materiais, então tem os militantes que atuam aqui também, são liberados pelas organizações para fazer isso, mas assim tem uma série de custos que precisam (...). Tem que ter fundos, tu paga a internet, tu paga a luz, tu tem que pagar o imposto, tu tem que dar de comer, tem uma série de coisas que não vem dos assentamentos, então tem que comprar, enfim, o custo é bastante alto, por isso que eu te falava que tem um grupo dentro da escola que é responsável para cuidar disso que a gente chama de subprefeitura (...).

[...] tem interesse de alguns países também fazerem isso, de arrecadar os fundos e mandarem para cá. De desenvolverem atividades nos países para divulgar. Tem muitos estudantes que fazem isso né, divulgam a escola depois que voltam, organizam seminário, encontro, divulga a escola, os cursos, tem muitos que fazem isso também nos países, tem essa outra parte também que é feito também pelas organizações que frequentam aqui. (ALMEIDA, 2014, anexos)

Diante dessa necessidade de sustentação material da ENFF que se constituiu a Associação de Amigos da Escola Nacional Florestan Fernandes, justamente para ajudar a escola a superar parte dos seus problemas de ordem financeira.

Conforme asseverou Almeida (2014),

[...] a associação de amigos ela tem como objetivo divulgar a escola, ela organiza todos os últimos sábados de cada mês uma visita aqui na escola para divulgar de fato, conhecer as estruturas, conhecer um pouco da escola, do projeto político-pedagógico da escola. E ela é coordenada por pessoas que não são da escola, não são do movimento, de fato são amigos. E entre esses objetivos também está angariar fundos para a manutenção da escola, que tem um custo aqui todo mundo sabe(...). (Anexos)

No ano de 2009, um grupo de intelectuais, professores, jornalistas, militantes políticos de esquerda e colaboradores da escola criaram a Associação de Amigos da Escola Nacional Florestan Fernandes, iniciativa essa que em sua gênese vislumbrou contribuir para a divulgação das atividades desenvolvidas pela escola. Uma campanha nacional por adesões de novos associados também fez parte da iniciativa do grupo de colaboradores, pois seria uma forma de contribuir financeiramente com as atividades desenvolvidas pela ENFF. Hoje, a Associação dos amigos conta com aproximadamente 800 associados.

Os agregados da Associação dos Amigos da Escola Nacional Florestan Fernandes – AAENFF consideram de fundamental importância a promoção de atividades e campanhas de solidariedade para angariar recursos de diversas ordens para a escola, como doações de livros, revistas, publicações e materiais audiovisuais para a biblioteca, bem como o apoio e o incentivo ao desenvolvimento de projetos de educação e escolarização de crianças, jovens e adultos do campo, da cidade, das comunidades indígenas e quilombolas.

O intercâmbio de atividades de formação do Brasil com países da América Latina e com outros continentes são ações presentes desenvolvidas pela AAENFF. É válido ressaltar que todas as suas (AAENFF) atividades, desde a sua concepção até a sua manifestação, dialogam com a tradição do pensamento crítico. Em visita realizada na “escola” observou-se que a associação dos amigos está presente no que se refere à aplicação real da sua proposta política e pedagógica. No quadro organizativo da escola existe um núcleo chamado *seminários e ciclos de debates* que desenvolve atividades organizadas pela AAENFF. Atividades essas que acontecem aos sábados e que é a única atividade aberta ao público em geral.

Conforme o estatuto que legitima a associação dos amigos da Escola Nacional Florestan Fernandes, sua organização é composta pelos Conselhos de Coordenação Fiscal, tendo como instância deliberativa a assembleia geral.

A escola é mantida financeiramente por entidades simpatizantes dos trabalhadores rurais sem-terra, pois dessa maneira é garantida a sua autonomia pedagógica. O objetivo do movimento ao construir a escola foi o de capacitar as pessoas que desejam trabalhar em prol de interesses e direitos coletivos, estabelecendo dessa maneira outra lógica de formação,

combatendo a lógica vigente de educação formal, que tem como característica marcante as relações individualistas e em harmonia como sistema capitalista.

3.5 O Núcleo de trabalho de Teoria Política Latino-americana.

Por meio da pesquisa foi possível verificar que os cursos realizados nas dependências da ENFF, como em outros cenários sociais, não ocorrem de maneira espontânea, sem prévia discussão e acompanhamento. Como visto em linhas anteriores, sabe-se que a escola, junto aos seus colaboradores, vem ao longo dos anos, desde a sua concepção, num imenso esforço para garantir articulações entre os trabalhadores de várias partes do mundo. De fato, que essa presença internacionalista é real e frequente nas ações da ENFF.

Mesmo tendo esse viés internacionalista intensificado no seu aspecto global, o que chamou a atenção, após análises dos textos efetuados, das entrevistas realizadas com sujeitos que estiveram envolvidos nesse processo de visitas ao *lócus* dos estudos, foi que o núcleo de Teoria Política Latino-Americano é o que mais intensifica a existência de relações internacionalistas por meio dos seus cursos.

Esses cursos propiciam aos seus participantes uma troca de experiências das lutas históricas e das lutas que estão em andamento em diversas partes do mundo. Nessa frente, estão inúmeras organizações políticas e sociais que representam os anseios mais urgentes da classe trabalhadora e, sobretudo, requerem mudanças urgentes e profundas no modo como as coisas são operadas pelo pensamento, interesses e ações do imperialismo, para que se possa viver em um mundo no qual não haja mais explorados nem exploradores!

Sabe-se que para tal alcance necessita-se de uma ampla compreensão do funcionamento dessa engrenagem. E que, além das experiências concretas por meio de intervenções que visam ao desordenamento dessa engrenagem, é de fundamental importância um aprofundamento da formação política desses sujeitos. É preciso unir as duas coisas, a prática por meio das experiências concretas, e o estudo que se presta no mais das vezes a utilizar-se de métodos de análises que dão conta de explicar a sociedade e suas relações políticas, econômicas e sociais. Especialmente o papel do ser humano como agente da sua própria transformação.

Observou-se, nos cursos voltados para a realidade latino-americana, que estes abarcam estudantes de várias partes do mundo e que existe a intencionalidade da coordenação da ENFF em continuar o aprofundamento dos aspectos das lutas e organizações internacionais na grade curricular dos cursos do referido núcleo de trabalho, posto que este tem como propostas a troca de experiências entre as organizações de seus respectivos países, a intensificação da relação internacionalista e o resgate da luta e da solidariedade da classe trabalhadora.

Porém, por ora, ainda não existe na escola uma disciplina específica preocupada em tratar da história das internacionais. É o que foi constatado nas entrevistas realizadas. Geovane (2014), por exemplo, lembrou que

[...] dentro da grade curricular do curso, não tem um espaço que eu diria que é para se falar das internacionais, falar do internacionalismo. Mas em diversas disciplinas, como é o caso da “teoria da organização de estratégia, se fala e se frisa muito a questão do internacionalismo”. Diversos expositores, diversos professores, que vêm falar na Florestan, eles colocam a importância da luta de classe internacional e aí é assim, quando a gente fala do inimigo comum a todos, é uma das coisas que a gente frisa a união internacional, a necessidade de se unir internacionalmente para que? Para que a gente possa estar combatendo esse nosso inimigo. Se menciona muito isso. Só não tem a disciplina especificamente para se falar das internacionais. (Anexos)

Esse também foi o teor das colocações de Almeida (2014) quando foi inquirido a respeito da presença da história das internacionais na matriz curricular da ENFF:

História enquanto História das Internacionais não. Mas ela entra no contexto do estudo dos temas. Posso citar alguns exemplos, enquanto curso Latino Americano, por exemplo, nós trabalhamos marxismo e cosmovisão indígena, para estudar as populações originárias aqui né, então, é uma cátedra que dura cinco dias e a gente não abre mão dela. Sempre vêm companheiros que estão na América Central assessorar que é o que mais tem acumulado e refletido sobre isso. Eu pego o pensamento social latino-americano, por exemplo, de onde vem o pensamento latino-americano? Aí eu vou estudar José Carlos Mariátegui, vou estudar Simon Bolívar, Miranda, San Martin, vou estudar esse, então, sempre fazendo relação com o que acontecia na época né, da onde vem o pensamento de Marti, de Bolívar, das independências, então, a gente tem, por exemplo, eu citei a história, mas nós desenvolvemos isso, quando eu pego história, por exemplo, eu desenvolvo numa série de conteúdos que eu vou trabalhar. Agora a história em si das internacionais socialistas alguns professores entram em detalhe né, agora nós não temos uma matéria que trate disso.

Ela fica dissolvida. Onde que elas entram? Entra na ementa de outros cursos, ela entra na ementa, quando a gente convida o professor como que a gente faz? A gente convida o professor, olhe, queremos que Carin, tu pode trabalhar para nós tal tema? Vamos pegar o que já estamos falando aqui, Pensamento Social Latino-Americano, e o que a gente faz, queremos que você no pensamento social latino-americano traga os pensadores que contribuíram para a esquerda latino-americana, então, queremos que você desenvolva o pensamento de Simon Bolívar, do Che, do José Marti, de José Carlos Mariátegui, entende? Na ementa aí tu passa para o professor para ele desenvolver o tema, mas não existe uma aula da internacional, mas existe enquanto o contexto da história mundial da classe trabalhadora. E principalmente na teoria da organização política aí ela entra né, aí entram os pensadores como Marx, Che, Ho Chi Minh, enfim, outros, Lenin, entram na Rosa Luxemburgo, Gramsci, nessa questão da teoria da organização política que é um outro componente que a gente trabalha aqui. Enfim, estamos ainda falando dos tempos educativos. (Anexos)

No entanto, o que pôde ser verificado é que o fato de não serem programadas as discussões específicas sobre a história das internacionais nos cursos da ENFF isso não significa dizer que existam prejuízos no processo de formação dos alunos e, conseqüentemente, para as suas organizações. Pois esse debate sobre a importância política das internacionais na história dos trabalhadores se encontra atualizado a todo momento na ENFF, quer seja nas aulas, que ser seja com as presenças dos alunos, dos professores e convidados de todo o mundo que frequentam e interagem nas dependências da escola.

Além dos cursos, o núcleo de teoria política proporciona essa experiência do encontro e da troca de opiniões e discussões durante os dias de sua efetivação. Essas relações de camaradagem que estão presentes na dinâmica reinante na ENNF podem ser constatadas a partir do excerto da entrevista realizada com Geovane (2014) reproduzida logo a seguir.

Assim como as relações e suas intensificações, elas oscilavam né,mas...Na minha avaliação o aspecto político,as relações políticas é o que mais se intensificou. É lógico que existem as relações mais pessoais, as coisas mais... A parte política foi a que mais se intensificou. A gente acabou, enquanto movimento (...) acabou tendo essa aproximação. No aspecto organizativo, eu creio que assim né, a gente enquanto grupo, num todo trocou essa experiência e isso foi para muito além dos espaços da Florestan. A companheirada mesmo depois que saiu da Florestan, a gente tem contato, a gente hoje sabe o que acontece em cada país que os companheiros estão, com os movimentos deles, quais são as atividades. A gente criou um grupo hoje, do qual a gente conversa constantemente troca as informações, troca ideias. Porque em muitos aspectos, em muitos lugares o inimigo ele é o mesmo né, aí a gente acaba fortalecendo as nossas organizações a partir disso.

Eu lembro quando a gente foi escolher o nome da turma do que a gente (...). A partir do que a gente queria, da divergência de ideias, das discussões e do que a gente chegou,foi muito interessante! Acho que da última vez que você foi à escola, que eu te vi lá, eu não lembro,mas eu acho que a gente ainda não tinha escolhido o nome da turma. A gente passou mais de três dias fazendo as discussões em grupo, fazendo plenária para poder escolher o nome da turma. E aí é assim (...). Para escolher o nome da turma, a gente acabou trabalhando desde gênero e mais um tanto de coisa.Mostrava o nível de consciência que a turma estava chegando. Durante o curso, também houve essa questão da maturidade enquanto militante. Houve esse avanço, um avanço muito grande. Daí hoje, a gente tem esse contato com os companheiros e aí né, assim, a maneira como eles voltaram é lógico que não é unânime, não são todos,mas tem muitos deles que se destacam como liderança, que assume responsabilidade enquanto liderança em seus movimentos e eu acho que isso mostra que aquilo que a gente trocou enquanto experiência foi importantíssimo. Todo curso é sistematizado, não só para ficar no arquivo da escola que a escola hoje ela está em processo de formação (...) Então assim (...) em processo de construção, inclusive da sua própria história. Então tem que ficar sistematizado na escola. Todo o material sistematizado na escola foi disponibilizado e todo aluno pode levar para si esse material sistematizado tanto o que foi escrito, quanto fotografia, quanto vídeo, todas as atividades. A gente tem elas sistematizadas hoje. Isso para que? Para que a gente não só tenha um arquivo pessoal, mas para que a gente possa compartilhar isso, essa

vivência. Tem coisa que eu não consigo lembrar depois de um ano, de dois anos e de cinco anos, mas tem coisa se você tiver uma fotografia se eu ler um texto eu vou conseguir lembrar tudo o que eu vivi. Então tem essa importância. (Anexos)

Em condições normais, toda a memória e o material utilizados nos cursos são sistematizados e entregues aos estudantes que participaram dessas atividades. Essa socialização do conhecimento é um importante fator que possibilitará serem reutilizados para a formação dos militantes das organizações representadas, estejam elas onde estiverem.

3.6 O MST e suas relações internacionalistas: as influências das lutas internacionais para a conformação da organicidade e formação política do MST

A presente seção tem a intenção de realizar alguns apontamentos históricos sobre as relações que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra estabelece com os movimentos sociais e organizações políticas estrangeiros. Um tema pouco discutido e que guarda relativa singularidade, considerando que o internacionalismo tem uma crucial relevância teórica e política para as organizações sociais e políticas da esquerda mundial, com especial atenção na América Latina. (RUBBO, 2012)

Internacionalismo esse que se consolida na ENFF por meio dos cursos planejados, organizados e realizados em suas dependências.

É inegável a grande influência que o marxismo tem no debate e na prática do internacionalismo ao longo dos acontecimentos concernentes à organização da classe trabalhadora pela defesa dos seus direitos mais básicos para a sua sobrevivência. Como afirmaram alguns estudiosos dessa problemática, o internacionalismo político surgiu, então, como possibilidade objetiva fundada na realidade e nas suas contradições.

Isso porque a forma de exploração impressa ao conjunto dos trabalhadores de determinado lugar (país, estado, cidade, etc.) não está dissociada do domínio do imperialismo e demais formas de controle e subalternização, representados por organismos como o FMI, a OMC, o Banco Mundial, a União Europeia, etc. Em outras palavras, parte-se do pressuposto de que para compreender o internacionalismo, há que se ter o entendimento da questão nacional. É o que Löwy (2008, p. 82) evidencia quando discorre sobre o internacionalismo crítico que, em suas palavras, “repousa precisamente na compreensão da unidade contraditória entre a economia nacional e o mercado mundial, entre a luta de classes nacional e internacional”.

Rubbo (s/d, s/p) salienta que a compreensão de qualquer manifestação de um movimento internacionalista deve ser precedida pelo entendimento de duas dimensões que estão imbricadas, são elas:

[...] 1) as condições materiais, objetivas e concretas (a unificação do mundo pelo sistema capitalista); 2) a dimensão subjetiva ou ético-social do internacionalismo, sem a qual “não é possível compreender o total engajamento e os sacrifícios de gerações de militantes” que encarnam a consciência de uma identidade e a vitalidade de uma cultura nacional.(RUBBO, s/d, s/p)

Sendo o internacionalismo um elemento central da teoria e da prática dos movimentos da esquerda mundial, em seu conjunto, durante os séculos XIX e XX, pode-se afirmar que o MST, por meio de seus processos, é um movimento que desde o início de sua formação compreendia a importância e a necessidade de articular-se com os movimentos de outras partes do mundo para o seu amadurecimento político e para a edificação de novos movimentos que mantivessem as características e os princípios da solidariedade internacional entre os trabalhadores. Movimentos que se tornaram pontos de apoio para a classe trabalhadora. Esses tipos de experiências de massas realizadas pelo MST são marcantes e traduzem

- 1) a influência da revolução nicaraguense e da guerrilha de El Salvador;
- 2) a articulação com camponeses, negros e indígenas que foi concretizado na campanha de protesto contra as comemorações dos 500 anos;
- 3) a formação e a consolidação da CLOC (Coordenadora Latino-americana das Organizações do Campo) e da Via Campesina em meados dos anos 90;
- 4) a Campanha Continental contra a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) e a articulação com o programa da ALBA (Aliança Bolivariana das Américas). (RUBBO, s/d, s/p)

Todas essas organizações possuem, em seus quadros organizativos, militantes do MST, além de terem a ENFF como um dos espaços fundamentais para a garantia de articulação das diversas plataformas políticas, econômicas e sociais. Para Rubbo (2012), o internacionalismo é um dos princípios fundamentais que contribuem no direcionamento das ações políticas do MST desde o seu início.

Ainda sobre a gênese dessa relação internacional do MST, Rubbo (s/d, s/p) traz às páginas dessa pesquisa a grande importância da América Latina nesse processo, lembrando ainda que

Durante a década de (19)80, na qual é fundado o MST, a influência internacionalista começa com pequenas visitas e recebendo moções de solidariedade internacional de diversas organizações e movimentos latino-americanos. Antes mesmo do I Congresso Nacional do MST, em 1985, na

cidade de Curitiba, onde estiveram presentes algumas organizações populares do campo do subcontinente, alguns integrantes (ligados à direção) do MST já marcavam presença em congressos de organizações camponesas no exterior, como no Peru, no México e no Equador. O MST inicia a construção através de iniciativas pessoais incipientes, de trocas de experiências, ainda restritas, um momento mais de *aprendizado* – na condição de ouvinte.

Para além dessas aproximações, o que ofereceu efetivamente substância às relações internacionais do MST nessa época foram dois processos políticos no cenário internacional que tiveram influência decisiva sobre os dirigentes e a militância do movimento: a revolução nicaraguense (1979) e a guerrilha de El Salvador (1981). O MST não apenas esteve atento à evolução desses dois processos de rebeliões ocorridas na América Central como também os incorporou *internamente* em um debate constante. Além de diversas campanhas, atos, arrecadação de fundos e a criação de comitês de solidariedade (e também atualização de conjuntura) que o movimento realizou em prol desses países, especialmente à Nicarágua, para onde enviaram também uma brigada brasileira formada por alguns assentados e voluntários para colheita de café, no ano de 1986 e 1987, para iniciar o que chamaram de primeiros ‘laços de cooperação agrícola e cultural’.

Todavia, o que provavelmente mais merece destaque e relevância nesse período ainda de iniciação que envolve a aproximação do MST com as organizações e processos sociais presentes no subcontinente latino-americano é a mediação que existia entre ambos: o conjunto de padres, bispos e agentes da pastoral ligados à “teologia da libertação”. Na época, era raro que um agente da pastoral, ao visitar um acampamento do MST para realizar uma missa ou transmitir uma mensagem de solidariedade, não mencionasse a necessidade de união *fraternal, humanista e universal* com outros povos explorados do subcontinente. Sem o caráter ideológico da CPT – um dos fatores da gênese da MST – e sua dimensão religiosa e moral é difícil imaginar o encontro do MST com o internacionalismo. (Grifos do autor)

No entanto, para outros militantes do MST, a relação internacionalista se consolidou, de fato, no “Lançamento Continental 500 anos de Resistência Indígena Negra e popular”¹², que ocorreu entre os anos de 1989 e 1992.

Essa campanha de dimensão continental, relativa aos 500 anos de resistência indígena, negra e popular surgiu por meio da organização dos povos indígenas da América Latina e estavam em sintonia com as chamadas comemorações

[...] dos 500 anos que estavam sendo propostos pela Espanha, o ‘descobrimento’ da América Latina, então começou a surgir do movimento indígena a ideia de que era preciso fazer uma contraposição. Com isso, em um primeiro momento, se chamou algumas reuniões, acabamos compondo um comitê de articulação internacional, algo que buscou discutir o que seria essa outra campanha. E a ideia foi juntar não só povos indígenas, mas organizações camponesas; tanto foi assim que o nome da Campanha acabou ficando ‘*Campanha Continental 500 anos de Resistência Indígena, Negra e Popular*’, inclusive os setores negros foram incorporados também. Esse processo foi

¹²Campanha Continental 500 anos de Resistência Indígena, Negra e Popular”(1989-1992), trata-se da primeira manifestação mais intensa que o MST tem em nível internacional, que mais tarde, irá formar a CLOC e a Via Campesina. (RUBBO, 2012, p.24)

muito (evidentemente precisaria de muito tempo até porque ele foi muito rico e teria que ser escrito) interessante porque, na verdade, ele conseguiu conjugar três setores que, do ponto de vista clássico, estavam fora de qualquer perspectiva. O camponês era ainda incluído na aliança operário-camponesa, e o indígena, negro e camponês sempre subordinado à classe operária; então essa campanha continental surge com força porque ela consegue articular os três setores, consegue desenvolver luta de massa, consegue articular continentalmente esses movimentos e fazer grandes ações como foi o grande encontro que aconteceu na Guatemala, onde juntamos milhares de pessoas. (MAURO, *apud* RUBBO, 2012, p. 24-25, grifos do autor)

Além da cultura política e compreensão da história do movimento internacional dos trabalhadores, tudo indica que essas foram as incipientes bases para a iniciação do processo internacionalista do MST. Durante os anos de sua conformação, e por meio de suas inúmeras intervenções e presença no cenário internacional, o MST passou a se relacionar com várias organizações políticas e movimentos sociais de diversas partes do mundo. É o que pode ser percebido nos encontros, congressos e atividades que ocorrem na Escola Nacional Florestan Fernandes.

Junto às ações da campanha continental, o MST iniciou uma aproximação com Cuba, com o objetivo de conhecer *in loco* as experiências socialistas do governo daquele país, que teve como um de seus pilares para a revolução socialista, a educação. O que para o MST é um princípio caro e que exige de sua base social a mais completa compreensão de sua importância estratégica para o crescimento e o fortalecimento de qualquer movimento social e político que almeje ser capaz de contribuir no processo de transformação da sociedade capitalista. A partir do momento em que Cuba abriu suas fronteiras para o MST, em 1989, ocorreu a circulação de militantes para intercambiar experiências com o país, com o objetivo principal de participar dos cursos de formação política.

Sobre essas experiências é importante frisar que, obviamente,

[...] com Cuba foi uma conquista aos poucos, uma relação que se construiu, se consolidou e se fortaleceu e realmente em um primeiro momento eram mais as relações com os partidos (aqui no Brasil com os partidos de esquerda) e Cuba mantinha, vamos dizer assim, esse papel realmente de formação política em nível continental muito fortemente. Tinha a escola das mulheres, cada organização de massa e o partido mantinham sua escola de formação política com essa abertura com os cursos internacionais. Nós começamos a participar em Cuba, primeiro participando e abrindo espaço na escola da federação de mulheres cubanas e com a escola dos camponeses. (MAZIOLI, *apud* RUBBO, s/d, s/p.)

Esse período pode ser caracterizado como sendo o terceiro momento de formação internacionalista do MST e que está associado também

[...] à formação e consolidação da CLOC e Via Campesina –, que se estende até aproximadamente o ano 2000 é a conjuntura em que se cruzam várias maneiras de atuação do MST no exterior. Não custa recordar que neste contexto consolidam-se os projetos neoliberais de modernização no campo brasileiro e latino-americano, o que naturalmente já estavam em discussão há alguns anos tanto por parte dos governantes quanto por parte dos movimentos sociais. Neste momento que se cruzam *organicamente* os impactos do capitalismo internacional no campo e a necessidade de uma estratégia de luta internacional dos movimentos sociais rurais. (RUBBO, s/d, s/p, grifos do autor)

Paulatinamente, as experiências internacionais do MST se intensificaram, desdobrando-se em diferentes formas de atuação com organizações estrangeiras associadas às lutas dos trabalhadores. Um exemplo concreto foi a criação da ENFF e a perspectiva de ter no seu interior a presença de estudantes e professores de diferentes partes do mundo, o que permite levantar a hipótese de uma dimensão internacionalista existente na escola.

Por sua vez, para Bringel e Falero (2008, p. 282), as ações de cunho internacional exercidas pelo MST estão assentadas em quatro níveis, são eles:

- a) *primeiro*, a relação e a articulação duradoura de espaços e redes transnacionais de organizações e movimentos sociais camponeses (é o caso da CLOC, em âmbito regional, e da Via Campesina, em âmbito global);
- b) *segundo*, a relação permanente com grupos de solidariedade (que recebem diferentes denominações, como Grupo de amigos ou Comitês de Apoio), localizados principalmente no centro do sistema-mundo – Europa e Estados Unidos –, baseada no internacionalismo e na solidariedade com o movimento;
- c) *terceiro*, a cooperação político-econômica específica com organizações sociais, instituições e agentes da cooperação internacional públicos (fundamentalmente administrações públicas descentralizadas e universidades) e privados (ONG de desenvolvimento) para a consecução de algum acordo ou projeto específico;
- d) *quarto*, uma articulação mais ampla, em momentos específicos ou contextos particulares, com organizações político-sociais e movimentos sociais não necessariamente camponeses, em campanhas e espaços internacionais (é o caso do Fórum Social Mundial, por exemplo). (Grifos dos autores).

Percebe-se que as ações internacionalistas do MST se dão de formas diferenciadas, dependendo dos espaços em que o movimento intervém; aos grupos que se solidarizam com a sua luta; aos tipos de ações desenvolvidas, entre outras. Isso significa que nos ambientes da Escola Nacional Florestan Fernandes essa diversidade na forma de relacionar-se com outros processos internacionais também está presente e é característica marcante na escola. No entanto, essa diversidade não anula os objetivos em comum entre as organizações presentes. Objetivos como a mudança das relações de produção, das forças produtivas e dos modos de produção mundialmente vigentes.

Desde sua gênese a dimensão internacionalista esteve sempre presente no MST: basta mencionar – para ficarmos apenas em um único exemplo – que no conhecido acampamento que deu origem ao MST, a Encruzilhada Natalino, no Rio Grande do Sul, em 1981, a organização francesa *Frères des Hommes* esteve presente. Na formação do MST, portanto, existe uma dimensão internacionalista que influenciou e influencia consideravelmente o movimento ao longo de sua trajetória histórica. Não obstante, o caráter internacionalista como força política e ideológica do MST nunca se desenvolveu isoladamente. A evolução das circunstâncias históricas nacionais e a situação local e nacional do MST foram sempre os fatores decisivos que determinaram a dinâmica heterogênea de seu internacionalismo (RUBBO, s/d, s/p, grifos do autor.)

Como já visto nos parágrafos anteriores, é sabido que ao consolidar-se como um movimento social em defesa da conquista da terra e pela destruição do grande latifúndio expropriador da riqueza socialmente produzida, o MST atentou-se para as experiências de trabalhadores rurais de tempos idos e suas relações com os representantes do estado brasileiro¹³. Essa característica, somada às suas próprias experiências, tornou-o uma referência de luta, tanto em âmbito nacional quanto internacional.

Ressalta-se que a relação que o MST estabelece com os outros países está firmada por conta das suas ações e conquistas históricas em território nacional. Dirigentes do movimento reforçam a afirmação de que, para contribuir com outros países, é necessário que se façam ações que sejam reconhecidas pela classe trabalhadora do seu próprio país.

O MST nunca vai deixar de atuar no seu espaço territorial que é o Brasil. Aliás, nenhuma organização conseguiria ter uma atuação internacional com algum reconhecimento e contundência se não tiver ação onde ela está, vive etc. Acho que aqui tem um elemento importante que é a conjugação da luta local com a luta mais geral. Ou seja, a luta específica com a luta mais ampla, universal. Eu digo sempre o seguinte: cada vez mais não é possível pensar em processos de transformação social olhando só para um país. No entanto, não é possível pensar um processo de transformação social da humanidade se você não atuar no seu país. Então alguém pode dizer: quem olha muito para o local pode perder a dimensão internacional. Um exemplo que usamos muito: quem olha para árvore não vê a floresta. É verdade. Quem olha muito para a floresta também não consegue ver a árvore. Eu digo sempre, você tem que olhar a árvore e a floresta, ou seja, tem que atuar no âmbito nacional, mas tem que atuar no âmbito internacional. Nós poderíamos, eu brinco, se não tivéssemos uma atuação no Brasil concreta como o MST, gente que vive, que mora aqui, que quer lutar pela terra, colocar uma melancia na cabeça que não seríamos conhecidos internacionalmente. Ou seja, o reconhecimento internacional não é pelo trabalho internacional somente, é pelo trabalho desenvolvido aqui no país. Essa visão de que é preciso construir a luta pela reforma agrária aqui, construir a luta anticapitalista aqui, mas a luta anticapitalista tem que ser uma luta em escalaplanetária e, portanto, até para viabilizar a nossa luta pela

¹³ Ligas Camponesas, MASTER e outros movimentos já citados no corpo do trabalho.

reforma agrária, nós dependemos da solidariedade internacional. Veja bem: muitos movimentos foram derrotados, como as Ligas Camponesas etc., em um tempo histórico. (MAURO, *apud* RUBBO, 2012, p. 29)

Compreende-se, por meio das palavras de Gilmar Mauro, que o isolamento dos países nos processos de lutas não contribuirá para a vitória do povo. É necessário ampliar a capacidade de combate por meio de articulações entre os povos explorados de todo o mundo.

Pondera-se que

A experiência da revolução cubana, nicaraguense, e depois, mais adiante, toda a experiência acumulada na América Latina, Revolução Mexicana, a tentativa de reforma agrária no Peru, o processo em El Salvador, enfim, as experiências dos anos 1980 foram muito importantes para o nosso movimento. (MAURO, *apud* RUBBO, 2012, p.24)

De fato, a reflexão política e histórica sobre o significado desses movimentos internacionais é compartilhada nos diversos cursos da ENFF, sobretudo os de natureza Latino-Americano, que de certa maneira influenciaram as ações do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra brasileiros em sua fase de formação. Ou seja, algumas dessas experiências vividas pelos povos de outros países aconteciam ao mesmo tempo em que as primeiras experiências de ocupações do MST estavam começando a se realizar.

É o que afirma Almeida (2014) em entrevista realizada na ENNF:

[...] o movimento desde a sua existência, ele já traz esse braço internacionalista (...). Então ele começa no primeiro congresso nacional do MST, lá no Paraná, Curitiba isso em (19)85, já tinha a presença de delegados internacionais, já tinha presença de outras organizações. Então ali no nascimento do MST já começava uma relação com os outros movimentos sociais, sobretudo na América Latina. (...) logo nos anos (19)80 ainda, o movimento, nessa relação com outras organizações da América Latina, movimentos da América Latina, foram muitos militantes para atividades internacionais. Na Nicarágua, em El Salvador, para Cuba, conhecer as experiências (...) cortar cana- de -açúcar, ser solidários com os processos que estavam acontecendo na América Central e no Caribe. E aprender, sobretudo com os outros povos. Então a abertura internacional do movimento ela parte disso (...). (Anexos)

O quadro acima esboçado culminou num processo de aprofundamento dessas relações em nível internacional, sobretudo no aspecto da formação política do movimento. Isso, porque, na medida em que o

[...] processo da atuação política internacionalista do MST desenvolveu-se sob uma rica diversidade ligada a vários outros componentes políticos e circunstâncias históricas específicas: 1) na formação de quadros políticos de militantes; 2) no aprendizado e no conhecimento com os processos organizativos de luta de outros países, como a revolução nicaraguense e a experiência cubana na década de 1980; 3) na presença ativa da Teologia da

Libertação que desenvolve uma consciência internacionalista e latino-americana; 4) no engajamento pela ‘Campanha Continental 500 anos de Resistência Indígena, Negra e Popular’ (1989-1992); 5) na articulação duradoura através da coordenadora continental de camponeses (CLOC) e do movimento internacionalista de camponeses (Via Campesina); 6) na criação de inúmeras brigadas internacionalistas de solidariedade. (MAURO, *apud* RUBBO, 2012, p.22)

Sobre essa diversidade política-organizativa há pouco apontada, optou-se por priorizar algumas delas para o entendimento do internacionalismo do MST, mesmo sabendo que algumas dessas organizações estão de alguma maneira intimamente ligadas ao objeto desse estudo.

Um exemplo dessa incursão foi a experiência internacional de Gilmar Mauro¹⁴, no final da década de 1980, enquanto representante do movimento dos sem-terra no Brasil.

Mas a origem é a seguinte: em 1989, na verdade, eu fui fazer um curso de formação de economia política e filosofia em Cuba, acho que de uns cinco meses. E aprendi a falar espanhol, e o MST precisava, pois, estava iniciando o processo de relações internacionais e, na verdade, o fato de dominar a língua permitia acompanhar várias atividades e participar do setor de relações internacionais. E eu acompanhei naquele período a “Campanha Continental 500 anos de Resistência Indígena Negra e Popular”, o início da CLOC e um pouco da Via Campesina. Com isso, tive uma atuação muito mais intensa em âmbito internacional. (MAURO, *apud* RUBBO, 2012, p.23)

Essa experiência proporcionou ao movimento um acúmulo de conhecimentos que influenciaram inúmeras de suas ações concretas posteriormente. Tanto no que diz respeito às questões mais específicas, como no caso da questão agrária, quanto àquelas relacionadas aos temas mais gerais e que abrangem setores mais amplos da sociedade.

Pode-se então constatar que o MST, ao relacionar-se com os militantes de outros países nos mais diversos momentos e espaços sociais, tinha como premissa

[...] aprender com os processos organizativos de luta dos outros países. Então, em um primeiro momento, o MST atribuía aos militantes, quando convidava organizações internacionais, para acompanhar de perto cada dirigente e aprender com isso e, ao mesmo tempo, quando havia um congresso nós também nos distribuíamos: quem vai acompanhar tal país e o envio de pessoas em missão internacionalista para acompanhar as experiências históricas. (MAURO, *apud* RUBBO, 2012, p. 23)

A presença de militantes estrangeiros nos congressos e demais lugares que o MST intervinha era precedida de uma organização do próprio movimento. Desejava-se aprender, absorver o máximo das experiências satisfatórias, bem como das dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores desses países e no que concernia sua presença na luta de classes.

¹⁴ Militante e dirigente histórico do MST.

No início dos cursos de formação do MST – inclusive nós não tínhamos um setor de formação e realizávamos parcerias com outras organizações, escola sindical –, nós aprendíamos até as músicas, “*Nicarágua, nicaraguíta*”, hino da Frente Sandinista Libertação Nacional (FSLN). A revolução nicaraguense tem um caráter popular bem interessante, ela conjuga elementos da Igreja, elementos dos setores indígenas, mas ela nos ensina muito sobre o trabalho de base, nos ensina nos princípios organizativos. Nós utilizamos vários documentos dos sandinistas, sobre vários assuntos, e reproduzimos para nossa militância. Evidentemente que ela tem um marco importante na composição do nosso movimento. Cuba também, embora fosse uma situação diferente. Cuba faz a revolução ainda em 1959 e o processo que vivia de construção do socialismo era diferente do nosso processo, mas há um aprendizado histórico. Cuba nos oferece cursos de formação, aliás, as primeiras escolas de formação que mandamos nossos militantes do MST foram para lá. (MAURO, *apud* RUBBO, 2012, p. 24, grifos do autor)

Esse quadro informativo leva a concluir que a dimensão internacionalista existente no MST é inerente a sua formação e sua consolidação nacional, mas que esse é um processo que se encontra em aberto e que pode ser considerado por alguns estudiosos do MST como uma estratégia de luta madura no interior do movimento, mesmo encontrando limitações e dificuldades de ampla mobilização social na efetivação desse auspicioso objetivo. Por conta dessas limitações, acredita-se que a presença da ENFF, no contexto brasileiro e internacional, se faz no sentido de contribuir para a formação política dos representantes dos movimentos que estão inseridos em ações de transformação e superação das estruturas dominantes que expropriam a classe trabalhadora dos espaços que são seus legitimamente.

3.7 As brigadas internacionalistas de solidariedade e os comitês de Amigos internacionais do MST.

Na senda de internacionalização do MST, foram criadas as brigadas internacionalistas de solidariedade e os comitês de amigos do movimento e de suas escolas. Sobre as brigadas, o movimento diz ser algo que foi recuperado pelas ações observadas e admiradas em diferentes localidades do mundo. Tem-se como exemplo positivo o comportamento de Cubano envio de médicos, enfermeiros e técnicos para outros países quando dos infortúnios causados por catástrofes climáticas ou conflitos bélicos, como aqueles que foram registrados no Haiti, Paraguai, Equador, Bolívia, Venezuela, Palestina, Índia e em incontáveis países da África.

Se você pegar historicamente, Cuba tem uma participação de brigadas internacionalistas extraordinária, no envio de médicos nas catástrofes, sempre foram solidárias com o mundo todo, recebendo gente.

É essa experiência histórica boa do socialismo que acho que nós recuperamos, resgatamos como parte de estimular o que nós chamamos de solidariedade internacional da classe trabalhadora. Ela tem o sentido de contribuir com os processos internos, não de intervir no sentido de dizer o que eles têm de fazer. A brigada do Haiti, por exemplo, está ajudando a fazer cacimba e a construir portas, a discutir uma escola de agroecologia por lá. São elementos da solidariedade humana em um país arrasado por uma série de fatores e ainda mais com a decisão do exército brasileiro de comandar as tropas da ONU. Agora tem o viés também da formação. Quer dizer, você conhecer outras realidades, você interagir com aquela realidade, você aprender com aquela realidade; hoje temos nossos ‘filhos’ no Haiti contribuindo no Paraguai, no Equador, na Bolívia, na Venezuela, em Cuba, na África. Eu me orgulho muito dessa parte do nosso movimento e acho que nós devemos continuar porque assim a gente forma militantes, intercambiando, repassa experiências que nós acumulamos, não com intuito de dizer a cada país, a cada povo, o que fazer, mas no sentido de interagir permanentemente e aprender e levar a experiência que a gente acumulou. (MAURO, *apud* RUBBO, 2012, p.27)

O comportamento cubano é um exemplo a ser seguido. Desta forma, a Escola Nacional Florestan Fernandes recebe e contribui significativamente na preparação dos militantes que fazem parte das brigadas que são organizadas sob os auspícios do MST. No ano de 2013, passaram pela escola turmas que foram preparadas para integrar as brigadas internacionais em solidariedade aos povospalestino, haitiano e indiano.

Destaca-se que um dos coordenadores da ENFF fez parte durante três anos da brigada internacionalista no Haiti. Considera-se que as brigadas internacionalistas de solidariedade atuam em países onde a classe trabalhadora passa por situações degradantes ocasionadas pela intervenção do imperialismo, mormente, o norte-americano.

Além das brigadas internacionais, segundo um dos entrevistados, existe a presença dos comitês de amigos do MST, que são compostos por grupos que não estão ligados diretamente à escola,

[...] Mesmo que tenha (...). Hoje você vai conhecer um grupo de franceses que estão vindo aqui e que vão contribuir para a escola. Eles são do comitê de amigos. Então, tem vários países (Catalunha, Países Bascos, que estão aí na Espanha... tem na Itália, tem em vários lugares, na Alemanha, na Inglaterra, no Canadá), no Canadá está montando agora no Canadá porque a gente tá numa relação de intercâmbio com eles.

(...)É grupo de pessoas a nível internacional que simpatizam com o movimento sem-terra, que gostam... Que defendem a causa do MST, que acham importante a causa que o movimento leva (...). (ALMEIDA, 2014, anexos)

Tanto os comitês de amigos, como as brigadas internacionalistas, tiveram grande relevância para a criação da estrutura física e política da Escola Nacional Florestan Fernandes e para o processo do acúmulo das experiências de lutas de outros países.

Conforme Almeida (2014) informou, esses comitês mobilizaram-se em seus países no momento de construção da escola para angariar fundos para a concretização da obra e que, até o presente momento, dão prosseguimento a esses tipos de atuações colaborando, inclusive, com sua manutenção.

Nota-se que essa relação estende-se até os dias de hoje, tanto nas intervenções no campo, por meio das ocupações, quanto pela presença nos encontros e congressos internos do MST. Nesse diapasão, cita-se um acontecimento mais recente do MST, que foi o 6º Congresso Nacional no qual esteve presente uma delegação internacional com nada menos do que 250 militantes, representando 102 organizações de 26 países de todos os continentes (MST, 2014).

Os registros realizados do 6º Congresso Nacional demonstram a importância e a necessidade do fortalecimento da relação internacional entre os trabalhadores do campo para a conquista das mudanças idealizadas e urgentes que cada país pretende realizar em sua estrutura pela via da organização do próprio povo. Somente a capacidade de potencializar essa disposição fará com que o povo triunfe.

Pela sua importância e significado político, serão reproduzidas algumas declarações de representantes de organizações internacionais presentes no 6º Congresso Nacional do MST; estas, dizem respeito ao fortalecimento dos laços internacionalistas para o revigorar e o impulsionar das lutas dos povos.

Nós precisamos fortalecer a solidariedade internacional numa luta conjunta contra as multinacionais para construir um planeta solidário. Um planeta onde todo o tipo de exploração e dominação sumirão. (KETTLY ALEXANDRE/MPP-Haiti, 2014).

A fala da militante materializa toda a importância das ações desempenhadas pelo tipo de ação que perpassa as fronteiras nacionais e que possibilita acreditar e lutar por outra sociedade alicerçada na solidariedade e na colaboração entre os povos. É o que reafirma a representante de Cuba, quando diz que “nós temos os mesmos inimigos. Palestinos e o povo deste país. Porque sabemos que nós representamos os povos livres do mundo” (MARIA DEL CARMO/ANAP-Cuba, 2014).

Nesse momento, é necessário observar que as ações dessa natureza tendem a se intensificar na medida em que esforços são realizados e projetados como um compromisso político perene dessas organizações da classe trabalhadora mundial. É o caso da ENFF que, por

meio de seus cursos, preparação de brigadas internacionais e suas incursões pela política internacionalista preconiza a realização desse tipo de experiência que, futuramente, poderá fazer parte da história da emancipação dos povos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto de construção da ENFF coloca na ordem do dia as dificuldades enfrentadas pelos movimentos sociais e populares da classe trabalhadora que procuram manter-se mobilizados, resistindo à integração às estruturas vigentes de poder e dispostos a manter acesa a chama de luta pelo socialismo. Trata-se de uma luta permanente, prolongada, de caráter massivo e compreendida como parte indissolúvel da experiência histórica da classe trabalhadora contra seus exploradores. Algo que se considera desafiador, pois todo esse processo se dá dentro da estrutura capitalista.

Esse esforço traz à tona a necessidade de se priorizar a disseminação de valores éticos que os seus adeptos julgam fundamentais na construção de um projeto diferenciado de sociedade, como, por exemplo, a solidariedade e o desapego aos bens materiais que aparecem como essenciais na formação dos militantes que são chamados a frequentar os cursos da ENFF.

Ao longo do presente estudo, e no intuito de responder às questões anunciadas na introdução dele, constatou-se que a direção do MST está convencida de que formar os militantes é tão importante quanto as ocupações de terra, uma vez que a formação traz a compreensão de que nenhuma organização cresce se não conscientizar os seus próprios militantes, o que não é impossível, mas demanda muito tempo e muito esforço político e organizativo dos envolvidos com a ENFF. É tarefa salutar, em razão da ENFF ter sido pensada e construída por representantes de uma classe que sempre esteve em “pé de desigualdade” com a classe dominante e que foi forçada, ao longo do processo histórico, a se subordinar à lógica educacional capitaneada pelos artífices do estado burguês e pelos seus estafetas e burocratas de plantão, que estão à frente dos organismos estatais e das agências multilaterais preocupados, única e exclusivamente, com a centralização e a reprodução dos interesses vis do capital.

Essa é a principal razão pela qual se pode afirmar que a Escola Nacional Florestan Fernandes é, certamente, uma escola de formação de quadros políticos e que, desde os seus primeiros passos, tinha absoluta clareza dos caminhos que deveria seguir. Por meio da pesquisa, verificou-se que a ENFF tinha como um dos seus objetivos primordiais o resgate do sentido da luta internacionalista da classe trabalhadora. Óbvio que a escola compreendia, e compreende até os dias de hoje, que essa tarefa seria um grandioso desafio a ser perseguido e que a sua construção exigiria muito esforço político, paciência e formação intensa de seus quadros. Além disso, estava certa de que era preciso abrir seus cursos para os movimentos e organizações políticas parceiras. Verificou-se, também, que desde o início das atividades para a viabilização do projeto de construção da escola, ações de solidariedade da classe trabalhadora de todo o mundo contribuíram para tal desígnio se transformar em realidade, fator que, seguramente,

passou a ser um ponto de apoio importantíssimo para a classe trabalhadora do Brasil e de outras partes do mundo.

Constata-se, por meio da pesquisa, que o projeto de formação política do MST, movimento de importante envergadura no que diz respeito à luta incessante pela distribuição justa das terras agricultáveis em solo nacional, intensificou suas ações tornando-se uma referência de resistência e luta. Portanto, essa referência o credenciou como um movimento que de fato representava e continua a representar o conjunto da classe trabalhadora. Sendo assim, se somaram a ele simpatizantes de inúmeras frentes de intervenção de diversas partes do mundo que pretendem, por meio de suas contendas instaladas no seio da sociedade capitalista, a superação do modo de produção pelo qual o povo é submetido e se vê obrigado a ceder a sua força de trabalho e a riqueza que produz para o enriquecimento de uma camada minoritária da sociedade.

Ao retomar alguns aspectos da pesquisa ressalta-se que, ao mesmo tempo em que o MST adquiria consciência da ação truculenta da burguesia, sobretudo com relação aos fatores políticos que a sustentavam e preconizavam a perpetuação dos interesses dessa classe, ele passou a compreender que seria necessário qualificar suas formas de agir e intervir na realidade.

Após a concretização desse projeto, o de construção da ENFF, ressalta-se que o mesmo vem acolhendo contribuições de amigos e companheiros de jornada para sua plataforma organizativa dos inúmeros cursos que realiza; nestes, não se pode perder de vista que a principal orientação política e pedagógica da escola emana do MST. E, nessa linha mestra, o internacionalismo, com as suas variadas interpretações e formas de manifestação, está presente em toda sua história, desde a gênese do movimento, que promoveu a construção da ENFF, até os dias de hoje.

Salienta-se, também, que a dimensão internacionalista da ENFF tem inúmeras características, tal como ocorre no próprio movimento dos trabalhadores rurais sem-terra; porém, a base para a intensificação dessa concreta relação internacionalista é o marxismo. Outro ponto de grande importância para o desenvolvimento da ENFF é a influência de experiências de escolas de formação de quadros militantes internacionais no projeto político pedagógico da ENFF e na sua aplicação real. Projeto esse que, a cada curso oferecido pela ENFF, é colocado em ação pelos seus artífices. Foi possível observar, nas visitas realizadas à escola, a coerência entre o que os coordenadores discorrem sobre o PPP e o que de fato acontece no cotidiano na escola.

Ademais, os professores que se disponibilizam a contribuir com os cursos trazem para os alunos inúmeras experiências, sobretudo enfatizando as contradições existentes no mundo do capital e a necessidade histórica de sua superação.

Outro aspecto importante que foi constatado durante a pesquisa é sobre como a ENFF é organizada. Esse tipo de organização possibilita aos estudantes uma troca significativa de experiências em múltiplos aspectos da vida, como o econômico, o cultural, o político e o social, fator que certamente dá concretude aos anseios do projeto político e pedagógico da escola. São trocas de experiências que tocam profundamente os participantes oriundos de várias partes do mundo.

Para tanto, o aspecto que mais se intensifica nos cursos da escola, sobretudo os de natureza internacional, é o aspecto político. Constata-se que o núcleo de teoria política latino-americana, por meio de seus cursos, contribui positivamente para o aprofundamento dos laços internacionalistas, haja vista que participam desses cursos militantes políticos de diversas partes do mundo e, no último período do curso, nota-se uma ampliação do número de países participantes. Para tanto, verificou-se por meio da coleta de depoimentos e das incursões realizadas que a práxis política e pedagógica da ENFF se desdobra em muitas outras, tanto em âmbito nacional como internacional. Certamente, a ENFF tem a compreensão de que esses desdobramentos políticos presentes em outros países por intermédio de seus cursos são pequenas contribuições e pontos de apoio para os milhares de trabalhadores vítimas da exploração imposta pelo capitalismo. Mas a grandiosidade do seu trabalho se dá justamente por compreender que é necessário lutar todos juntos, e sempre contra os malefícios do capital. Assim, a presença internacionalista no interior da ENFF é uma estratégia política que vislumbra não apenas resgatar o sentido internacionalista da classe trabalhadora, mas também a continuidade da luta!

REFERÊNCIAS E OBRAS DE APOIO

ANDERSON, P. *Balanço do neoliberalismo*. In: SADER, E. e GENTILI, P. (orgs). Pós Neoliberalismo – as políticas sociais e o Estado Democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

APPLE, M. W. *Política cultural e educação*. São Paulo: Cortez, 2000.

ARAÚJO, S. M. da S. *Cultura e educação: uma reflexão com base em Raymond Williams*. Caxambu: Anped/GT nº 3 – Movimentos Sociais e Educação, 2000.

BAUER, C. *Educação, terra e liberdade: princípios educacionais do MST em perspectiva histórica*. São Paulo: Edições Pulsar/Xamã, 2009.

_____. *A natureza autoritária do Estado no Brasil Contemporâneo*. Elementos de História e questionamentos políticos. São Paulo. Sundermann, 2012.

BENJAMIN, W. *Rua de mão única*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. (Obras Escolhidas; v. II).

BENZAQUEN, J. F. *Universidades dos movimentos sociais: apostas em saberes, práticas e sujeitos descoloniais*. Tese de Doutorado. Faculdade de economia da universidade de Coimbra, 2011.

BEZERRA NETO, Luiz. *Sem-terra aprende e ensina: estudo sobre as práticas educativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais*. Campinas: Autores Associados, 1999. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, nº 67).

BOGO, A. *Lições de luta pela terra*. Salvador: Memorial das Letras, 1999.

BORGES, M.S.L. *Terra: ponto de partida, ponto de chegada: identidade e luta pela terra*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1996.

BORGES NETTO, M.; LUCENA, C. Escola Nacional Florestan Fernandes e a formação dos trabalhadores rurais sem terra: as atribuições do movimento frente à sua base. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.39, p. 211-224, set. 2010.

BOSI, A. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BRECHT, B. "Elogio do Aprendizado", in: *Poemas 1913-1956*, São Paulo, Brasiliense, 1986, p.121.

BRINGEL, B.; FALERO, A. Redes transnacionais de movimentos sociais na América Latina e o desafio de uma nova construção socioterritorial. *Cadernos do CRH*, Salvador, v. 21, 2008.

CALDART, R. S. *Educação em movimento: formação de educadoras e educadores no MST*. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. *Pedagogia do Movimento Sem-Terra*. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. *Pedagogia do Movimento Sem-Terra*. Petrópolis: Vozes, 2004. 4ª edição.

DAL RI, N. M.; VIEITEZ, C. G. *Educação democrática e trabalho associado no movimento dos trabalhadores rurais sem terra e nas fábricas de autogestão*. São Paulo: FEPEESP, 2008.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2008. 13ª edição.

FERNANDES, B. M. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2001.

FREIRE, P. *A educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

GOHN, M. da G. *Movimentos sociais e educação*. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.

_____. *Movimentos Sociais na Contemporaneidade*: Revista Brasileira de Educação V 16 n.47 maio-agosto, 2011.

FERNANDES, B.M; STEDILE, J.P. I. *A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. 2ª edição. São Paulo, 2012.

GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. *La alternativa pedagógica*. Barcelona: Nova Terra, 1976.

GRZYBOWSKI, C. *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo*. Petrópolis: Vozes/Fase, 1991.

HOBBSAWM, E.J. *A era dos impérios 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

IANNI, O. *Imperialismo e cultura*. Petrópolis: Vozes, 1979.

JANES, R. *Alfabetização de jovens e adultos em acampamentos e assentamentos da reforma agrária: a autogestão do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra*. Relatório de pesquisa. Marília, 2001. Mimeografado.

JESUS, A. T. de. *Educação e hegemonia no pensamento de Antonio Gramsci*. São Paulo: Cortez: Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1989.

KOLLING, E. J. NERY, Ir. F; MOLINA, M. C. *Por uma educação básica do campo*. Brasília: Fundação Universidade de Brasília, 1999.

KRISCHKE, P. *A Igreja nas bases em tempo de transição (1974-1985)*. Porto Alegre: L&PM/CEDEC, 1985.

LEANDRO, J. B. *Curso técnico em administração de cooperativas do MST: a concepção de educação e a sua influência no assentamento Fazenda Reunidas de Promissão – SP*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

LEFEBVRE, H. *La vida cotidiana em el mundo moderno*. Madri: Alianza, 1972.

_____. *Espacio y política*. Barcelona: Península, 1976.

LEHER, R. *Escola Nacional Florestan Fernandes: um grande acontecimento para a educação e para as lutas sociais no Brasil*. Mimeo. S/d.

LENZ, M. M. (Org.) *A igreja e a propriedade da terra no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1980.

LÖWY, M. *Para uma sociologia dos intelectuais revolucionários*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

LÖWY, M. *Nacionalismos e internacionalismos: da época de Marx até nossos dias*. São Paulo: Xamã, 2000.

LUCA, M. M. B. L. de. *Processos produtivos identitários: o caso de um assentamento rural do Estado de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

LÜDKE, M. & ANDRÉ, M. *A pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

LUEDMANN, C. da S. *Anton Makarenko, vida e obra: a pedagogia na revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

MARTINS, J. S. de. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. *A militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984.

_____. *O cativo da terra*. São Paulo: Hucitec, 1986a.

_____. *Não há terra para plantar neste verão*. Petrópolis: Vozes, 1986b.

_____. *A reforma agrária e os limites da democracia na “Nova República”*. São Paulo: Hucitec, 1986c.

_____. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. *O poder do atraso*. São Paulo: Hucitec, 1996.

MATTOS, M. A. V. L. de; SWENSSON, V. C. *Contra os inimigos da ordem. A repressão política do regime militar brasileiro (1964-1985)*. P&A, 2003.

MORISSAWA, M. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo, 2001. Expressão Popular.

MARX, K. *O capital*. 6 volumes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

MEDEIROS, E.C. *Formação política no MST: o coletivo como espaço e sujeito educativo*. In: VENDRAMINI, C.R. (Org.). *Educação em movimento na luta pela terra*. Florianópolis: UFSC; CED; NUP, 2002.

MELO, D. M. de. *A construção da subjetividade de mulheres assentadas pelo MST*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

MINAYO, M.C.S. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs). *Textos em representações sociais*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

MORAIS, J. F. R. de. *História e pensamento na educação brasileira: contribuição de Tristão de Athayde*. Campinas: Papyrus, 1985.

MORIGI, V. *A escola do MST: uma utopia em construção*. Porto Alegre: Editora Mediação, 2003.

MST. *O que queremos com as escolas dos assentamentos*. Cadernos de Formação, nº 18, São Paulo: Secretaria Nacional, 1991.

_____. *Plantando cirandas*. São Paulo: Peres, 1994.

_____. *Coletivo Nacional de Educação do MST. Como fazer a escola que queremos: o planejamento*. Cadernos de Educação. São Paulo, nº 6, 1995.

_____. *Setor de Educação. Princípios da Educação no MST*. Cadernos de Educação, São Paulo, nº 8, 1996.

_____. *Setor de Educação. Como fazemos a escola fundamental*. Cadernos de Educação, São Paulo, nº 9, 1999.

_____- Para Soletrar a liberdade nº02. Somos Sem Terra. Reforma Agrária por um Brasil sem latifúndio. Caderno do educando. Setor de educação, 2001.

_____-Boletim especial Letra Viva, nº107.MST informa,2006.

_____. *Lutas e conquistas. Reforma Agrária: Por justiça social e soberania popular*. 2ª edição. São Paulo, 2010.

NASCIMENTO, C. G. do. *A educação camponesa como espaço de resistência e recriação da cultura: um estudo sobre as concepções e práticas educativas da Escola Família Agrícola de*

Goiás – EFAGO. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2005.

PELOSO, R. *Trabalho de base: seleção de roteiros organizados pelo Cepis.(org.)* 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular. 2012.

PANINI, C. *Reforma agrária: dentro e fora da lei*. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

PEREIRA, E. T. *Formar à esquerda: processos de educação política no PT e na CUT – um estudo sobre a Fundação Nativo Natividade*. São Paulo: Terras do Sonhar/Edições Pulsar, 2006.

PIZETTA, A. J. A formação de quadros políticos: elaboração teórica, experiências e Atualidade” in Escola Nacional Florestan Fernandes, Cadernos de estudos ENFF – 1. A política de formação de quadros. São Paulo: Coletivo pedagógico da ENFF, 2007.

PIZETTA, A. J. A formação política no MST: um processo em construção” In: OSAL (Buenos Aires: CLACSO) Año VIII, Nº 22, septiembre, 2007.

PRINCESWAL, M. *O MST e a proposta de formação humana da Escola Nacional Florestan Fernandes para a classe trabalhadora: uma síntese histórica*. Rio de Janeiro: UERJ, 2007 (dissertação).

RUBBO, D.I.A. *Do campo para o mundo: em busca de um internacionalismo continental para o MST – Entrevista com Gilmar Mauro*. In Lutas Sociais, São Paulo, n.29, p.21-30, jul./dez. 2012.

_____. A solidariedade internacionalista do MST na América Latina: aposta histórica e ação estratégica documento reproduzido sem a identificação de cidade, editora, data e página.

SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena – experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo – 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SAVIANI, D. *Epígrafe*. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/>>. Acesso em 2013.

SCHWARZ, R. Cultura e política 1964-1969. In: *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

SILVA, A. S. da. Acampados no “Carlos Marighela”: um estudo sobre a formação da consciência política entre famílias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Pontal do Paranapanema – SP. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Programa de Estudos Pós Graduação em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.

SILVA, E. B. da. Educação e reforma agrária: práticas educativas de assentados do sudoeste paulista. São Paulo: Xamã, 2004.

SILVA, R. M. da. A Dialética do Trabalho no MST: A Construção da Escola Nacional Florestan Fernandes. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, como requisito para a obtenção do Grau de doutor, 2005.

SILVA, P. C. D. *Práxis e pedagogia socialista: a experiência da Escola Nacional Florestan Fernandes*. Universidade Federal do Ceará. Disponível em <http://www.nufipeuff.org/seminario_gramsci_e_os_movimentos_populares/trabalhos/Pedro_Claesen_Dutra_Silva.pdf>. Acesso em 18 de jun. de 2012.

SILVA, C.R. da. *Educação e trabalho em movimentos sociais: Princípios educativos transcendentais e comuns ao movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST), aos socialistas utópicos owenistas e aos cartistas britânicos*. Universidade Estadual Paulista Faculdade de Filosofia e Ciências. Dissertação de mestrado. Marília, 2014.

SOUZA, M. A. de. *Lideranças de assentamentos rurais no Pontal de Paranapanema: memória de uma trajetória*. Cidadania/Textos, Campinas, nº 7, 1996.

_____. *Educação do Campo: propostas e práticas pedagógicas do MST*. 2ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

_____. *As formas organizacionais de produção em assentamentos rurais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

STÉDILE, J. P. e FERNANDES, B. M. *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 2012. 2ª edição.

TEIXEIRA, L. M. e SILVA, R. M. L. *Educação e Sociedade: compromisso com o humano*. São Paulo: Loyola, 2007.

THOMPSON, E.P. *A miséria da teoria, ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. *A formação da classe operária* – v. 1. A árvore da liberdade. – v. 2. A maldição de Adão. – v.3. A força dos trabalhadores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Costumes em comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

VEIGA, J.E. *O que é reforma agrária*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1990.

VENDRAMINI, C. R. *Terra, trabalho e educação: experiências sócio-educativas em assentamentos do MST*. Ijuí: Edunijuí, 2000.

WILLIAMS, R. *Cultura e Sociedade*. São Paulo: Nacional, 1969.

_____. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

Outras fontes

ENFF – Uma escola em construção. Audiovisual produzido pela Secretaria Nacional de Comunicação do MST.

www.mst.org.br, acesso em 12/05/2013.

Anexos

Entrevista realizada no dia 12/04 com Luiz Paulo de Almeida, membro da CPP da Escola Nacional Florestan Fernandes.

Carin: Estamos aqui com Paulo, que faz parte da direção da Escola Nacional Florestan Fernandes. Estamos aqui para desenvolver o trabalho de pesquisa sobre o internacionalismo existente ou não na proposta política e pedagógica da escola (ENFF). O nosso objetivo é compreender, Paulo, como se dá esse internacionalismo. Que tem essa presença internacional na escola, nós sabemos, tanto de alunos como de professores e de militantes de outros movimentos. Mas a grande questão nossa é saber como se dá esse internacionalismo. Se ele é casual, se ele é algo espontâneo, ou se ele é pensado. Se está de acordo com o internacionalismo clássico, o internacionalismo histórico, que considera a organização internacional dos trabalhadores. Portanto esse é o nosso objetivo central, mas podemos começar pelos aspectos gerais da escola, como funciona, qual é o objetivo da escola, basicamente o seu funcionamento. Seria interessante você falar sobre a sua função e os trabalhos que desempenha na escola, é mais ou menos isso. Fique a vontade não tem uma ordem para seguir, no decorrer da conversa vamos buscar algumas coisas aqui.

Paulo: Tá bom! Então, a Escola ela é parte do Movimento dos trabalhadores Sem Terra, então ela cumpre com uma função que é ajudar a fazer a formação para os militantes do MST. O movimento desde a sua existência, ele já traz esse braço internacionalista, né. Então ele começa no primeiro congresso nacional do MST, lá no Paraná, Curitiba isso em 85, já tinha a presença de delegados internacionais, já tinha presença de outras organizações. Então ali no nascimento do MST já começava uma relação com os outros movimentos sociais, sobretudo na América Latina. E nesse... logo nos anos 80 ainda, o movimento, nessa relação com outras organizações da América Latina, movimentos da América Latina, foram muitos militantes para atividades internacionais. Na Nicarágua, em El Salvador para Cuba, conhecer as experiências... cortar cana- de -açúcar, ser solidários com os processos que estavam acontecendo na América Central e no Caribe. E aprender, sobretudo com os outros povos. Então a abertura internacional do movimento ela parte disso né. Talvez a pedagogia Freireana aí né, se tu ires e conhecer os outros povos aprender com eles e trocar e intercambiar conhecimentos, né. Então ele nasce aí. E... o movimento camponês, ou os camponeses, tu deve ter percebido isso, ele tem um processo de internacionalismo muito mais tarde que o proletário né, quase 150 anos depois se tu fores olhar. Da primeira internacional socialista proposta por Marx, lá nos anos em mil oitocentos e quarenta e pouco, 47, 48. Com a criação da Via Campesina Internacional, que é a unidade dos movimentos camponeses a nível internacional é dos nos anos 90 agora, então é 140 anos depois que vai se criar uma plataforma internacional dos camponeses. E por que isso? Eu não conheço nenhum estudo, mas é porque o processo do campesinato sempre foi negado ... para o ... essa questão da escola, da escolarização... então nós temos ... mesmo tendo um mundo que agora que se tornou um mundo mais urbano né, porque até não sei 2011, 2012, que a população urbana ultrapassou a população rural. Mas até esse processo, a maior parte era a população rural. No entanto o processo de escolarização ... quanta universidade tem no meio rural, quanta escola de ensino médio tem? Então para um camponês formar um quadro intelectual, é muito mais difícil porque ele não tem acesso à cultura da escolarização mesmo né, que sempre foi negada para o camponês. E o movimento quando ele o surge já surge ... além de ser um movimento que faz a luta pela terra, que tem como principal objetivo a luta pela terra, mas também pela reforma

agrária e pela transformação social e isso exige, se o movimento quer ser autônomo exige que tenham seus quadros, que formem seus militantes. Então a formação, ela se dá de dois vieses, primeiro, é imprescindível a luta social. Então... A pessoa se forma na concepção do movimento da própria formação. Se não tiver luta, se não tiver enfrentamento, é muito Mais difícil de compreender as forças do Estado, da repressão, do poder judiciário...

Carin: Tem que estar inserido não é? Tem que viver na... tem que participar... se não não sabe... não sente não é?

Paulo: Exatamente! Porem isso não é suficiente. Tu só ir para o enfrentamento não é suficiente. Tu só fazer a luta a marcha a ocupação o trancamento da BR da rodovia. Isso não é suficiente para tu entenderes as coisas. Tu precisa se aprofundar, tu precisa estudar. Por isso que entra a escolarização e a formação. Por que a escolarização e formação? Porque a formação, se nós pegarmos as escolas normais que a gente tem, ela não trabalha muita coisa, então ... por isso a necessidade de estudar os clássicos, a necessidade de entender muita coisa que a escola e que a universidade não ensinam isso né? Então essa escola vem de um processo, tem todo um processo que está por trás disso né? Ela cumpre com uma função dentro do Movimento sem terra, mas cumpre uma função para classe. E a formação do movimento inicia lá com o início do movimento. Mas a construção da escola nacional vem de todo um processo que iniciou em 2006, e teve a inauguração somente em perdão, ela iniciou em 96 e teve somente a inauguração em 2005...

Carin: Eu vim na inauguração.

Paulo: Tu veio?

Carin: Eu vim.

Paulo: E ela tem todo um processo de identificação. Primeiro, ela começa com as doações das fotos do Sebastião Salgado, da música Cd terra do Chico Buarque e do livro de José Saramago. Então esses autores doam as suas obras para construir a escola. Então, de 96 até 99 foi o período de arrecadação, 96,97... a arrecadação de fundos para iniciar a construção da escola. Em 99 inicia, com uma concepção que foi a seguinte; vamos transformar essa escola com base no trabalho voluntário, na solidariedade internacional e na solidariedade nacional. Então o movimento mandava gente para cá, a arrecadação de fundos estava sendo feita pelos comitês de amigos internacionais, Norte América, Europa, onde tem apoiadores do movimento.

Carin: Desculpe, o que são esses comitês Paulo?

Paulo: São Grupos de amigos do movimento.

Carin: Do MST?

Paulo: Do MST. Eles não estão ligados diretamente à escola. Mesmo que tenha, hoje você vai conhecer um grupo de franceses que estão vindo aqui e que vão contribuir para a escola. Eles são do comitê de amigos. Então, tem vários países ... Catalunha, Países Bascos, que estão aí na Espanha.. tem na Itália, tem em vários lugares, na Alemanha, na Inglaterra, no Canadá (EUA) , no Canadá está montando agora no Canadá porque a gente tá numa relação de intercâmbio com eles. Que é outro braço que a gente vai falar depois. Esses comitês de amigos agarraram a proposta. Então essas fotos, quadros, a musica do Chico Buarque, percorreram dá para dizer o mundo vendendo e foram... aí tem uma importância muito grande dos apoiadores, que nós chamamos de comitês de amigos. É grupo de pessoas a nível internacional que simpatizam com o movimento sem terra, que gostam... que defendem a causa do MST, que acham importante a causa que o movimento leva e foram fazendo essa... vendendo esses materiais e arrecadando fundos. O movimento começou a construção, mandava brigadas para cá, brigadas de sem terra ... 27 brigadas, os estados mandavam delegações, ficavam aqui dois ou três meses produzindo os tijolos.. enfim, trabalhando e ao mesmo tempo fazendo formação. Então... está na Escola Nacional Florestan Fernandes, na sua gênese o trabalho voluntário e a solidariedade internacional. Então isso é parte fundamental dessa escola. E a gente obviamente depois no nosso projeto político e pedagógico a gente inclui isso para as formações dos estudantes. Eu

quis retomar isso para a gente saber de onde parte também o nosso projeto político e pedagógico, as pessoas que atuam aqui, a função que tem essa escola enquanto ... também como forma de criar relações e unidade latino-americana, sobretudo... a nossa relação também está com a Europa, mas a Europa não tem quase movimento social né? Então a gente... inclusive os nossos cursos, depois a gente vai falar, a gente não recebe a pessoa em si, a gente recebe o movimento, por isso que ela é mais forte pela proximidade, sobretudo com a América latina, Caribe, América Central, então... do México para baixo a gente tem uma relação muito mais forte. Que também está incluída aí a CLOC que é a Coordenadoria Latino-americana das Organizações do Campo, tá incluída a ALBA Movimentos Sociais que é outra plataforma, que inclui movimentos e organizações que não sejam só camponeses, então está incluído outros processos. E além da Via Campesina Internacional. Então isso, ela é uma digamos... uma pequena parte dentro do movimento social em si né? E que está responsável pela formação. Agora, a formação não nasceu com a Escola Nacional Florestan Fernandes, tem que ficar claro isso. A formação ela foi construída pela ... a escola foi construída pela necessidade que o movimento tinha em ter um espaço nacional e internacional para fazer a formação, mas a formação já existia e continua existindo nos estados. Os estados fazem suas formações de base, fazem suas formações de militantes, as regiões fazem isso, e existia um curso que se chamava, curso Escola Nacional, exatamente com esse nome, Escola Nacional. E por isso ela acabou pegando também esse nome de escola nacional, mas... só que ela acontecia cada vez em um estado né? Em um período acontecia em Santa Catarina, outro na Bahia, em Pernambuco, no Ceará e assim ... e depois com a construção da escola, ela acabou centralizando esta formação em nível nacional. E os estados seguem né, isso não anula o processo de formação que existe no meio do movimento dos sem terra, pelo contrário, ela vem reforçar isso que o movimento vem fazendo. Ela é um processo nessa construção toda. Por isso que ela tem uma função a cumprir. E a relação Internacional ela já vem disso, então... também já vem no processo. Quando que abre a escola para essas atividades? Até hoje a gente mantém relações com outros cursos que é o caso do CONESUL, na Argentina, O seminário latino-americano que nós temos em parceria com as universidades de Córdoba, com a Federal da Republica do Uruguai, então a gente tem esses outros que acontecem fora do espaço da escola, né... às vezes até acontece aqui. O CONESUL, por exemplo, nunca acontece aqui, mas ela é parte também dessa unidade latino-americana também para fazer a formação. Isso então vai constituindo a escola.

Carin: Obrigada Paulo, voltamos então depois do almoço.

PAUSA PARA O ALMOÇO

Carin: Retomamos?

Paulo: Retomamos!

Paulo: acho que tu poderias retomar aí, não sei também

Carin: Você estava contextualizando a escola Acho importante falar da escola no seu aspecto mais geral e depois aprofundarmos no viés internacional, pode ser?

Paulo: Como eu já havia comentando, é uma relação que já vem de um tempo e também da própria constituição da escola, mas a partir de 2006, mais especificamente, a escola começa a receber cursos aqui. 2006...2007 acho que é o primeiro curso no âmbito latino-americano que a escola começa executar. E ela parte de uma experiência da América Latina que historicamente os partidos comunistas é que faziam as formações. E com toda a crise que passou o mundo socialista, os partidos deixaram de fazer a formação. Na América Latina, quem mais fazia isso era Cuba. Cuba tinha uma formação de oito meses e depois, inclusive alguns militantes do MST foram para lá fazer isso. E depois com a construção com a construção da escola, a escola retoma esse espírito internacionalista né, assim da unidade latino-americana sobretudo, e começa com o curso que o curso que nós chamamos de teoria política latino-americana que inicialmente era de mais de quatro meses de curso e então retoma isso com as organizações, como eu te falava, não é indivíduo é de organização, então as organizações fazem o processo seletivo à indicação

e mandam para cá, de acordo com o calendário da escola. Foram organizadas sete turmas, sete promoções, normalmente ficam entre 15 e vinte países que participam entre 50 e 60 organizações assim. Normalmente a organização manda um ou dois representantes né. Às vezes três, mas a gente também limita um pouco para não mandar muito de uma organização e do mesmo país no máximo 10 pessoas por país e duas pessoas por organização, e sempre considerando a questão de gênero também. Então esse é um dos cursos que está na grade, na programação da escola. Esse sempre acontece no segundo semestre. Tem outro curso que acontece no primeiro semestre que nós chamamos de formação de formadores latino-americanos. Ele é um curso que tem como objetivo criar, fortalecer a unidade de formação dentro das organizações. É um curso de quarenta dias, etapa única e quem faz esse curso, o objetivo dele é ... as pessoas que estão dentro são responsáveis pela formação das organizações e no final eles têm que elaborar um programa de formação. Como exercício a elaboração de um programa de formação. Pode ser para mulheres para jovens, para criança para nível de base de militante, enfim, cada um organiza um plano de formação e depois isso eles juntam e formam um plano em comum para desenvolver dentro de cada país... então esse é o objetivo do curso de formação de formadores.

Carin: Deixa eu te fazer uma pergunta Paulo, aproveitando... então os movimentos que mandam seus representantes são dos movimentos da Via Campesina?

Paulo: Da Via campesina da CLOC e também ... como a Via Campesina que é em nível internacional que às vezes vem gente da Europa e da África também e a CLOC , mas ela está na parte Sul aqui... e tem outras tem no Caribe, na América Central e da Alba Movimentos Sociais. Como a Via Campesina e a CLOC tem um recorte muito específico das organizações camponesas , elas não abrangem o todo , então tem também essa outra plataforma que a nível continental que é a ALBA Movimentos sociais e que também manda porque tem muitas organizações, sindicatos, inclusive universidades e que ... escolas de formação que não estão exatamente dentro do movimento camponês. Por isso a gente recebe pessoas dessas três articulações internacionais que o movimento faz e evidentemente outras organizações que ainda não estão lá né? Não fazem parte desse processo ,mas que também mandam né. Não está restrito a somente fazer parte dessas plataformas, claro que a gente dá preferências para esses, mas não se restringe apenas quem está na CLOC, na Via Campesina e na Alba , então isso é um pouco das articulações. E a formação de formadores é um curso que dura 40 dias, em torno de 15 países participam e fica em torno de 50 e 70 participantes cada curso. É realizado no primeiro semestre. Depois o outro curso Latino Americano é o que a gente faz em parceria com a Universidade Federal de Juiz de Fora, com o departamento de serviço social, de Juiz de Fora. Então a gente tem ...o curso tem uma parceria muito longa, 13 anos, mas o curso, nós estamos realizando pelo quarto ano consecutivo. Na verdade ele dura dois anos, então temos nove anos desse curso.

Carin: Como funciona esse curso? Ele acontece lá em Juiz de Fora, ele acontece aqui na ENFF ou é no formato da alternância?

Paulo: Então, quando ... ele acontecia na universidade, mas depois que eu comecei acompanhar, combinamos em fazer em alternância. Uma etapa aqui e outra lá. Porque ele é um curso que dura seis etapas em dois anos, então ele tem duas etapas cada ano, na verdade são cinco etapas de estudos e uma última que é a apresentação das bancas dos trabalhos, ele é um curso formal porque é certificado pela Universidade federal de Juiz de Fora.

Carin: Era exatamente isso que eu iria te perguntar, por que a ENFF não certifica?

Paulo: Do ponto de vista da formalidade não, porque ela não está associada ao MEC.

Carin: Certo!

Paulo: Aí é outro assunto que a gente pode comentar, mas pela própria definição política de manter a autonomia e um programa coordenado pelo próprio movimento, não está associado ao MEC, mas então, do ponto de vista oficial, ela não tem condições de escolarizar, está para

outra esfera,mas faz parcerias com instituições de ensino, tem muitas, e a escola coordena algumas.

Tem esse curso de Juiz de Fora, é um curso que já dura há vários anos e nesse momento tem seis países que participam e várias organizações. E outro que agora é mais recente também,mesmo não estando na esfera do núcleo Latino Americano, mas ele é um mestrado em ... que se chama: desenvolvimento territorial da América Latina e Caribe. Com a UNESP de Presidente Prudente. Ele iniciou e já teve uma turma anterior que foi um pouco experimental ainda, e agora ela entrou na cátedra da Universidade e todo ano vai ter uma abertura de um novo curso de mestrado em desenvolvimento territorial da América Latina e Caribe.Uma espécie de geografia e questão agrária.

Carin: Deixe eu te fazer uma pergunta. Neste caso como é o processo seletivo? Tem um processo seletivo ou acontece da mesma maneira como ocorre na ENFF?

Paulo: Não, tem sim um processo seletivo, mas também como é uma parceria da Universidade com a Via Campesina, então este processo seletivo considera que as pessoas tenham que estar fazendo parte de um movimento social. Ele é financiado pelo PRONERA. Então ele considera isso, as pessoas obviamente elaboram um projeto, manda, ele é analisado.

Carin: Um processo normal como ocorre nos programas de Pós Graduação?

Paulo:Exato, tem as provas, depois tem as entrevistas e ele é Latino Americano também tem quatro países que participam dele, desse mestrado ... esse é um pouco dos cursos que a escola tem desenvolvido e está desenvolvendo nesse momento, tem o seminário Latino Americano que eu já te falei.

Do CONESUL que existe dessas articulações internacionais,as brigadas que estão nos países sendo solidários com o Haiti,Palestina, África,com a América Central,Venezuela,com o Paraguai que existem brigadas do movimento,estão nesses países atuando e colaborando. A escola tem essa responsabilidade, digamos assim de fazer essa formação. Qual é o objetivo? Nós não temos nenhuma intenção de ser a única escola, pelo contrário, existe uma rede de escolas que fazem formação na América Latina, porque uma só é muito pouca. Inclusive aqui no Brasil né? Tem escolas no Ceará, na região Amazônica, tem em Brasília, no sul mesmo tem que também são responsáveis por esse processo. Então nós já temos uma rede de escolas Florestan Fernandes no Brasil e a da América Latina,me parece que são 13 escolas de formação que tem para fazer a formação nos próprios países,agora é claro, no âmbito Latino Americano que recebe todas essas organizações e que recebe uma série de outras atividades é essa aqui, continua sendo a escola com maior número de atividades de maior número de responsabilidade nesse sentido.

Carin: Paulo, vamos entrar na parte metodológica. De como acontecem os cursos. Quais são os tipos de conteúdos, quais são os pensadores que vocês trabalham, se dentro desse trabalho de formação de militantes é considerado também a pedagogia do movimento da qual Roseli Caldart fala, sendo o movimento (MST) o sujeito pedagógico principal dessa formação, educação. É como você falou no início. As pessoas do MST aprendem com o próprio movimento, só que isso só, também não basta. A formação dentro dos cursos da ENFF se assenta na pedagogia do movimento?

Paulo: Com certeza, claro que nós estamos aqui falando apenas dos cursos e das atividades internacionais. Ela é um, mas nós temos outros quatro que chamamos de núcleos de trabalho. Estamos falando apenas das atividades em nível Latino Americano,mas talvez um dos legados do próprio movimento, é essa forma como o movimento se organiza. Nós aprendemos com as ligas camponesas com o MASTER,com outras organizações que antecederam o movimento (MST) que, por exemplo, essa questão de , o próprio estudo em si, a questão da alternância, a questão do trabalho, da direção não ser uma pessoa, mas ser o coletivo, a direção ser coletiva, das distribuições de tarefas, então, tem uma série de coisas que o movimento, foi

desenvolvendo, foi aprendendo com outras organizações que estão presentes em nossas atividades. Como a gente desenvolve um curso?

A nossa carga horária é de 10 horas por dia, às vezes um pouquinho mais, porque pode iniciar as 6 h da manhã com estudo e terminar as 22h. Então o tempo aula é um dos tempos educativos nosso. Existem mais cinco tempos educativos. São seis tempos, que a gente considera como educativos, ou seja, fundamentais para a formação dos militantes. A aula é uma delas. Normalmente a gente tem de 4 a 6 horas de aula por dia. Na programação da escola, são quatro horas por dia, as outras 6 horas, são outras atividades que envolvem o que seriam essas outras atividades?

A mística, por exemplo, é uma delas. A mística faz parte, é diário isso. Fazemos todos os dias. O núcleo de base tenta organizar, com o objetivo de trazer presente a memória de lutas dos lutadores, de motivar o dia, de fazer um espaço coletivo porque depois, cada um vai para as suas atividades. Então ela é um momento conjunto, para juntar os militantes que estão na escola, as turmas que às vezes tem duas ou três turmas tem outras atividades então também é um momento de informe, no qual avisamos o que acontecerá no dia, se terá ou não visitas se vão realizar atividades fora da escola enfim, é o que chamamos de mística e formatura. É um tempo que é preparado com antecedência pelos estudantes. É uma tarefa que os estudantes têm a responsabilidade de preparar, por isso é um tempo educativo. Segundo tempo educativo que a gente tem, sem ordem de importância, o tempo trabalho. Trabalho como matriz formadora do ser humano.

Carin: Seria o trabalho como princípio educativo?

Paulo: Isso, o trabalho como princípio educativo. Todos os estudantes que estão aqui na escola, eles têm no mínimo duas horas de trabalho, trabalho prático mesmo, ir para a lavoura, ir para a horta, ir para cozinha lavar os pratos, de limpar o banheiro, ir para a biblioteca, de fazer a sistematização dos trabalhos. A escola depende dos estudantes, e eles sabem disso. Então como nós não trabalhamos com essa relação patrão e empregado, é uma relação conjunta, os estudantes tem que fazer parte disso. O tempo trabalho, ele é muito positivo para a formação do indivíduo. Porque às vezes tu olhas o trabalho no mundo capitalista, como algo degradante, nas piores condições, e com baixos salários. O que a gente desenvolve aqui? Que o trabalho, ele humaniza. Não é qualquer trabalho. Agora não pode é tu viver com o trabalho do outro. Então a gente parte desse princípio, eu tenho a minha parte a cumprir e todos tem sua parte a cumprir. Não significa que todos tem que limpar o banheiro todos os dias. Mas existe também a alternância do trabalho.

Carin: Essa disciplina, essa organização, as pessoas confundem. Acham que deve ser uma bagunça, e tem que ter uma disciplina numa organização né?

Paulo: Exatamente. Então... Tem uma distribuição, cada um assume um posto de trabalho e vai desenvolver... E a gente faz avaliação disso né, então, se tem necessidade nesses cursos mais longos a gente troca de tarefas, quem estava no serviço vai para área de produção, quem estava na produção vai para o pedagógico e assim a gente faz essa mudança. E... Ele é muito bom, porque, é no trabalho que a gente consegue identificar as pessoas, quem leva a sério o trabalho, quem tem disciplina, quem tem capricho, e aqueles que não levam muito a sério, e aí te da um monte de elementos para você desenvolver a formação. Porque, uma coisa é estar na condição de estudante ouvindo o professor e muitas vezes... E isso é muito legal, porque, acontece isso muitas vezes, nós estamos tratando aqui de formação de pessoas que vem do mundo capitalista com uma concepção, mesmo estando na militância, mas que estão se relacionando todos os dias com essas questões na sociedade e é muito legal, porque às vezes tu tens alguns que tem bons conhecimentos teóricos, conseguem dialogar bem com o professor, mas tem limites para desenvolver outras tarefas ou não compreende dessa mesma forma né, então, por isso que a gente não dá um peso para uma atividade, isso é principal e isso é secundário, então ...Nosso tempo educativo todos eles tem a mesma função, se a mística não saiu bem feita tem cobrança,

olha o núcleo não fez a mística legal, tem que caprichar, a coordenação que acompanha, a coordenação política e pedagógica é cobrada e tem que dizer olha, tem que caprichar nisso, se alguém fuma e joga bituca de cigarro no chão e as pessoas vão limpar depois vão reclamar, olha, isso eu não sou responsável, você tem que jogar o lixo no lixo, então, isso vai criando essas coisas que te dá condição para você trabalhar e ele é muito bom, então, o tempo trabalho para nós ele é fundamental. Como diria Gramsci, nós não queremos criar mamíferos de luxo né, então todo mundo tem que dar sua contribuição. Então esse é um outro... (interrupção/pausa) então esse é um outro tempo educativo nosso. Um outro tempo então, eu já falei do estudo né, ou não, eu não cheguei a falar nisso no trabalho?

Carin: Não.

Paulo: O estudo então, nós temos aí um período que é diário isso é fundamental, todos os dias né, a gente tem a questão do estudo que temos um período que é presencial com o educador né, e tem um período que é leitura, individuais, nos núcleos outros trabalhos, mas que é estudo também. Presencial que é com o educador é 4 horas por dia. E a gente convida então, nós temos muitos conteúdos vou pegar aqui como a gente tá tratando dos cursos latinos, vamos pegar, por exemplo, a gente estuda História Política da América Latina, então a gente tem... Na verdade nós temos um cinco temas que a gente sempre estuda né, é a História, a Filosofia, Economia, Questão Agrária e Teoria da Organização, e esses cinco temas eles entram na programação.

Carin: É base total?

Paulo: É base. Eles são temas base, depois vão entrar outros temas, mas que não vão ocupar uma semana para desenvolver o tema né, nós podemos pegar, por exemplo, questão de gênero ela entra né, a questão do próprio trabalho enquanto teorização do trabalho, dos seminários, então, entrou outros temas, comunicação, que a gente desenvolve temas, mas que não usa a semana toda. Então esses cinco temas são temas base, por exemplo, a gente pega História da América Latina, eu vou ter um recorte para as duas histórias, para História Política da América Latina e para História Econômica da América Latina né, então, para eu entender isso é base né. Depois Filosofia, a gente parte do pensamento de Marx essas coisas e assim vai, questão Agrária é fundamental. Então a gente convida um professor e ele vem desenvolve o tema durante uma semana fica trabalhando e debatendo, nesses horários das manhãs né, e depois são distribuídas outras atividades, então, entre sobretudo esses cinco temas que são base para todos os cursos da escola né. Quando tu vai fazer um curso brasileiro como, por exemplo, da história né, tu vai fazer um recorte brasileiro, qual o período da história né você tá estudando, latino americano a mesma forma. Então, ele se desenvolve a partir da programação mais específica de cada curso. Então aí, eu já falei de três tempos educativos. Temos um outro que nós chamamos de organicidade né, organicidade é dizem que é uma palavra mais usada por nós né, mas é da forma que o movimento se organiza, então, o que entra na organicidade? O nosso jeito mesmo, núcleo de base, por exemplo, a coordenação dos núcleos de base, então isso faz parte da organicidade, no processo como as pessoas se organizam né, se organizam para estudar, se organizam pra trabalhar, se organizam para fazer a mística, então, eu sou parte de um núcleo de um coletivo né, então se eu não vim para aula eu não vou ser cobrado enquanto indivíduo eu vou cobrar do teu núcleo, da coordenação do teu núcleo, porque, o fulano não está na aula nesse momento? Ah tá doente, porque precisa resolver um problema de documento, mas ele não é cobrado enquanto um indivíduo em si. Ele é cobrado enquanto um coletivo que ele precisa dar satisfação precisa dar a contribuição dele, então, a organicidade faz parte disso, então o núcleo de base para estudar, tem uma coordenação, núcleo de base para fazer a mística, para fazer os trabalhos nos finais de semana, porque, durante a semana ele tem um posto fixo de trabalho, enfim, para essas coisas né, para fazer agradecimento para o professor, para acompanhar o professor durante a semana, quem está coordenando a semana, então, a coordenação do dia também é parte de um núcleo né, então, o núcleo pega um dia ou uma semana isso depende e vai coordenar. Então, ele tem a responsabilidade de encaminhar os materiais para os professores, de cuidar dos tempos

né, das horas tanto pra início como para o final, então assim dos próprios estudantes também assumir essas tarefas, não ficar o professor dono do saber de tudo e os estudantes apenas como ouvintes, então, os estudantes também tem essa função. Se faltou alguma coisa numa sala vai atrás, então, todas essas coisas que fazem parte da organicidade dos estudantes enquanto sujeitos do processo de aprendizagem.

Carin: Posso aproveitar o gancho? Os professores até onde eu sei são professores voluntários. Muitos militantes, muitos intelectuais e ao mesmo tempo militantes outros só intelectuais. Como é isso Paulo? Quem são os professores? Como eles são chamados? Como é feita essa coisa da organização dos cursos?

Paulo: Exato. Os professores todos são voluntários. De maneira geral tudo na escola funciona de forma voluntária. Claro que alguns professores não cobram nem o transporte para vir da aula. A gente convida a escola convida a partir do tema. Então, tem um leque grande de professores que, em torno de quinhentos professores voluntários da escola, tanto brasileiro quanto latino americano e de outros países.

Carin: Vocês tem uma mala... Vocês tem um arquivo de professores? Como é isso?

Paulo: Tem. Tem muita gente que se dispõe a vim dar aula. Ah eu gostaria de ... Passa o currículo, qual o tema que você desenvolve? E a gente tem diversos... E isso não significa que é só para aulas clássicas dessas que eu estou te falando. A gente pode convidar um professor, por exemplo, para ministrar um ciclo de debate, ou num seminário né, que se a gente estiver tratando da questão do extrativismo na América Latina, então, convida para trabalhar um tema ambiental ou uma questão energética ou mineradora, enfim, então tem muitas atividades que os professores vêm mais pontuais... Meio dia, duas horas, um dia, e tem essas aulas mais clássicas que dura a semana toda. Trabalhar, desenvolver o que é mística no movimento, essas coisas, tem uma série de coisas e tem o leque mais ou menos de uns quinhentos educadores que tem a disponibilidade para isso, óbvio que a gente não conta com todo mundo no mesmo ano né, mas tem aqueles que já têm digamos, acumularam mais nos temas. Se a gente pegar o tema da economia já tem um grupo de cinco a oito professores que costumam trabalhar e vem desenvolvendo mais, então, a gente já conta mais com a contribuição de uns grupos já mais consolidados de educadores. Mas são muitos... E tem os de nível internacional também que a gente conta com vários outros professores né.

Carin: Aproveitando essa parte dos professores. No caso dos internacionais já que tem essa presença internacional. Tem esses professores com essa bagagem internacional, com a luta internacional. O tema da história das internacionais eles são trabalhados? Não no sentido de que hoje vamos trabalhar a primeira Internacional, vamos trabalhar a segunda, mas dentro do contexto que está sendo trabalhado no curso é mencionado ou é trabalhado a história das Internacionais?

Paulo: Não. História enquanto História das Internacionais não. Mas ela entra no contexto do estudo dos temas. Posso citar alguns exemplos, enquanto curso Latino Americano, por exemplo, nós trabalhamos marxismo e cosmovisão indígena, para estudar a populações originárias aqui né, então, é uma cátedra que dura cinco dias e a gente não abre mão dela. Sempre vem companheiros que estão na América Central assessorar que é o que mais tem acumulado refletido sobre isso. Eu pego o pensamento social latino americano, por exemplo, de onde vem o pensamento latino americano? Aí eu vou estudar José Carlos Mariátegui, vou estudar Simon Bolívar, Miranda, San Martín, vou estudar esse, então, sempre fazendo relação com o que acontecia na época né, da onde vem o pensamento de Martí, de Bolívar, das independências, então, a gente tem, por exemplo, eu citei a história, mas nós desenvolvemos isso, quando eu pego história, por exemplo, eu desenvolvo numa série de conteúdos que eu vou trabalhar. Agora a história em si das internacionais socialistas alguns professores entram em detalhe né, agora nós não temos uma matéria que trate disso.

Carin: Essa pauta fica dissolvida no curso?

Paulo: Ela fica dissolvida. Onde que elas entram? Entra na ementa de outros cursos, ela entra na ementa, quando a gente convida o professor como que a gente faz? A gente convida o professor, olhe, queremos que Carin, tu pode trabalhar para nós tal tema? Vamos pegar o que já estamos falando aqui, Pensamento Social Latino Americano, e o que a gente faz, queremos que você no pensamento social latino americano traga os pensadores que contribuíram para a esquerda latino americana, então, queremos que você desenvolva o pensamento de Simon Bolívar, do Che, do José Martí, de José Carlos Mariátegui, entende? Na ementa aí tu passa para o professor para ele desenvolver o tema, mas não existe uma aula da internacional, mas existe enquanto o contexto da história mundial da classe trabalhadora. E principalmente na teoria da organização política aí ela entra né, aí entra os pensadores como Marx, Che, Ho Chi Minh, enfim, outros, Lenin, entram na Rosa Luxemburgo, Gramsci, nessa questão da teoria da organização política que é um outro componente que a gente trabalha aqui. Enfim, estamos ainda falando dos tempos educativos.

Carin: Tempos educativos. Eu não esqueço.

Paulo: Então já falamos da mística, da organicidade, do tempo trabalho, do tempo aula e tempo cultura né, um outro tempo que a gente desenvolve. Então aí faz parte da vida, não é só trabalho, estudo e isso, mas o tempo cultura ele é reservado também para os estudantes, eles é... Cada semana um é responsável para organizar, a gente faz isso aos sábados.

Carin: A organização é feita aos sábados?

Paulo: Isso. Então eles têm a semana toda ou por país ou por organização ou por núcleo de base. Então, é feita essa distribuição e eles vão preparar digamos os países da América Central vão apresentar o que eles têm, as culturas próprias deles né, mas não é qualquer cultura, então, é com música, com dança, com poemas, livro deles, a história deles, então, eles têm um tempo de duas horas também para fazer essa apresentação e depois também confraternizar né, alimentação que eles comem que eles preparam. Então outro tempo também de resgate das culturas que a gente tem né, então, que é muito diversificada né, inclusive...

Carin: Tá todo mundo aqui, outro da Bolívia, outro da Argentina, outro de Cuba o outro, é legal!

Paulo: Então esses são os tempos que vão ocorrendo durante a semana toda como outras atividades como é o caso do ciclo de debates no sábado, enfim, são essas. Eu falei tempo estudo, mas tem o tempo estudo que é uma coisa e o tempo aula é outro. A aula é o presencial de manhã quando acorda e nos horários a noite e nos outros horários que não estejam o professor, então esse é um outro tempo, por exemplo, a gente pega supomos aqui, supondo não, é o que acontece, nós temos a nível latino americano dois seminários que a gente faz com as turmas, um deles é do pensamento do Mariátegui e outro do pensamento Florestan, então, existe um tempo leitura que eles precisam, então existe um tempo estudo que eles precisam preparar isso, estudar, se aprofundar, porque, depois eles vão apresentar o pensamento. Cada um pega digamos, do Mariátegui a questão do indígena na América Latina, um certo ensaio da realidade peruana, por exemplo, tem vários itens, ou por um socialismo ainda americano, então, distribui os temas e também ... Nós também ... Tem um outro que a gente faz, o curso de Teoria Política em três meses que é : As veias abertas da América Latina, então, eles tem que ler depois preparar. Do Florestan Fernandes, Revoluções interrompidas na América Latina é um texto que a gente sempre desenvolve com eles para, então essa é um outra forma de...

Carin: Eu vou te interromper. Então esse seminário que você está falando é um trabalho que eles têm que mostrar é isso?

Paulo: Exato. Eles vão estudar se aprofundar pesquisar e depois eles vão se apresentar. A gente reserva o dia todo para fazer, por exemplo, seminário sobre o pensamento Florestan Fernandes, nós distribuimos textos lá, então os grupos os núcleos de base que fazem parte da nossa organicidade vão ter... Vão estudar pesquisar e depois vão ter um tempo de 30 a 40 minutos para apresentar e depois óbvio que vem um professor que entende do assunto um educador para debater com eles né.

Carin: Ele faz uma avaliação? Tem prova? Como é isso?

Paulo: Não. Não tem prova. Não tem porque não tem a necessidade...

Carin: É, é justamente isso. A prova no caso não é a prova, a prova no caso seria a compreensão né?

Paulo: A avaliação existe a avaliação então...

Carin: Do processo...

Paulo: Exato. Temos vários seminários né, então, eu estou citando aqui dois, mas nós pegamos, por exemplo, do programa de formação a gente vai elaborar um seminário e cada um vai apresentar. Cada grupo, cada país vai apresentar o seu plano de formação, e a partir do plano de formação fazer um debate, também com uma pessoa que tem experiência na área de formação para fazer esse debate. Olhem, o plano de vocês está legal, mas vocês podem registrar essa metodologia ... Que eles têm que dizer os objetivos, a metodologia, o público, onde que vai ser, enfim, todas as coisas. Então, a gente faz esse debate com eles no sentido de também incentivar nas questões da formação, então tem vários seminários né, e o de avaliação também é então como que a gente faz avaliação? Não é o professor avaliando o estudante, mas é uma parte, os próprios estudantes vão fazendo isso...

Carin: Uma auto – avaliação?

Paulo: Uma auto - avaliação. É claro que a gente tem algumas coisas que a gente direciona, queremos que vocês ...a partir desses tempos educativos que eu falei aqui né, os seis tempos né, onde que a turma avançou, foi bem, onde que não foi, os indivíduos que compõem os núcleos de base ou se dedicaram, não dedicaram, o porquê que não dedicaram, então, a gente faz isso na metade do curso, faz no final do curso. Então a gente faz isso do trabalho, do estudo, ah, mas a turma tem limite de compreender alguns conteúdos, é comum isso né, tem limite de leitura de alguns materiais né, como a gente resolve isso, vamos ter seminário para...Vamos ter umas aulas de reforço, então existe isso, mas não quando a gente faz avaliação, a avaliação faz parte do nosso processo, mas não enquanto uma nota, um conceito para eles, então, a avaliação claro ela existe...

Carin: É mais para qualificar a própria luta né para própria formação...

Paulo: E para qualificar os outros, então, é constante. Se tu não avaliares, tu se limita a fazer a mesma coisa, então, como as coisas são em movimento tu tem que elaborar desenvolver, voltar e desenvolver outras vezes né.

Carin: Paulo quando os militantes que estão representando as suas organizações , seus movimentos ... O que eles fazem quando eles concluem o curso? O objetivo é que eles voltem e façam esse diálogo com esse movimento? Ou não? Qual o objetivo ao formar esses representantes? Tem expectativas?

Paulo: Sim com certeza, mas aí já é uma responsabilidade dos movimentos que enviaram as pessoas. Porque quando a gente faz o convite a gente explica como vai ser desenvolvido o curso, quais os conteúdos que serão trabalhados e qual perfil do militante que deve participar do curso. Então, o movimento ele já quando ele escolhe o seu representante ele já escolhe alguém que já tenha essas condições e que vai ajudar no retorno. Não temos um estudo ainda elaborado de tudo que voltou retornou de outro país. Tem uma companheira nossa que está estudando isso agora. Qual é a contribuição que os cursos latinos americano têm dado para as organizações dos estudantes, então, ela está pesquisando nos movimentos aí nessas 70, 80 organizações dos cursos aqui. Se eles estão inseridos, se continuam, se ocupam um cargo de dirigente, ou se saíram do movimento, se o movimento acabou, ou se o movimento se juntou com outro, então, ela está fazendo esse estudo também como forma de a gente avaliar e saber se está surtindo resultado esse esforço que a gente tem feito para fazer formação na América Latina né, então, tá sendo feito um levantamento agora, trabalho de mestrado também, ela tá fazendo...

Carin: Os impactos do curso ...O que a gente na escola oficial, escola formal ... As pessoas querem ver o impacto das políticas educacionais que às vezes são desastrosas, que eles

caracterizam como fracasso escolar e tudo mais. No caso da Florestam é verificar quais são os impactos partindo de outra proposta?

Paulo: Isso! É o último então aí pra encerrar essa parte o último conteúdo que a gente trabalha é Disciplina e valores de um militante. Então, é um outro ... Digamos assim, não entra nos componentes da sala de aula em si, mas que essa convivência que se tem e que permeia muita coisa né, então, a questão do gênero ela aparece muitas vezes aí, quando se manifesta alguma atitude machista tu tem que saber trabalhar, se tem algum vício e não consegue beber socialmente tem que trabalhar essas questões, se tem algum conflito interno tem que trabalhar isso, qual que são os valores que um militante precisa desenvolver, então, é um outro componente que a gente faz isso né, desenvolvemos também algumas aulas sobre isso, mas ele é muito mais nessa questão da própria avaliação, do próprio núcleo de base, dos coordenadores e dos membros de núcleo acompanhar seus militantes que estão ali, da coordenação política e pedagógica acompanhar esses processos, então, é um outro que a gente desenvolve que também a mesma importância dos demais, tu formar essas pessoas né, formar nesse sentido né, que tipo de ser humano você quer? Que tipo de trabalhador, como você olha o trabalho que você quer, como que eu estudo, então, todas essas coisas elas fazem parte da nossa proposta política pedagógica para desenvolver com os estudantes.

Carin: No caso essa é mais a parte administrativa pedagógica. Esse projeto... Vou meio que fazer uma comparação, pode ser infeliz, mas é só para eu poder me expressar melhor. Eu dou aula numa escola oficial, então a gente tem lá o projeto político pedagógico, a gente tem que fazer esse projeto junto ao corpo docente, junto às comunidades, é aprovado no conselho, dependendo da escola isso funciona direitinho, dependendo tem professor que não sabe nem do que se trata, então, ele é protocolado, ele é um documento, existe um documento como isso aqui, é o projeto político pedagógico da escola. No caso da Escola Nacional Florestan Fernandes, também tem o projeto político pedagógico documentado por vocês, ele está escrito ou ele fica no campo do diálogo, das ideias? Como é isso?

Paulo: Não. Existe um projeto político pedagógico para o todo da escola né, então isso sim. Nós estamos tratando aqui de uma parte, a gente está tratando de uma parte que também ... Então, cada núcleo tem suas diretrizes, tem seu projeto também, para cada núcleo, mas existe um projeto político pedagógico da escola né, inclusive a gente está desde o ano passado em processo de atualização, porque muita coisa a gente vai incorporando a partir das avaliações feitas dos trabalhadores aqui da escola, dos estudantes, de quem passa por aqui a gente vai incorporando e às vezes não muda lá né, acho que vai virando hábito e a gente estabelece na escola, então, nós estamos num processo de atualização do projeto político pedagógico da escola que envolve outras relações, que envolvem seminários, encontros, visitas, trabalhadores que moram aqui, funcionamentos, questão administrativa, então, existe uma outra esfera da escola que a gente ainda não, que nós não estamos tratando diretamente aqui né, mas que ela existe...

Carin: É não pode ser, a gente não pode ter contato a esse documento? A gente não pode ver?

Paulo: Não. A gente não costuma disponibilizar ele, por questões mas...

Carin: É uma coisa mais pessoal né?

Paulo: Mais pessoal. Não mas o projeto é na verdade o que a gente está desenvolvendo aqui, é mais ou menos isso. Mas que ele é documentado sim. E da parte administrativa que a gente trata aqui ... A parte administrativa é de uma outra forma, para nós existe uma parte que é para cuidar da administração da escola, que alguns brincam que é uma espécie de subprefeitura, mas é isso tem que cuidar da alimentação, tem que cuidar dos alojamentos, tem que cuidar do transporte, tem que cuidar dos livros que chegam que a gente usa, então, existe uma parte que a gente chama aqui de setores de trabalho e tem um setor de direitos humanos e tal, que a gente chama de administrativo e a outra parte a gente chama de pedagógico né, que se envolve diretamente com as turmas, claro, todos se envolvem diretamente, mas é aquele que tá lá todo

dia que faz o convite para organização, faz o convite do professor, mas de algum lugar tem que vim os fundos, por exemplo, então é isso o administrativo é que cuida né, de algum lugar tem que vir o dinheiro pra pagar o transporte, a gasolina, a alimentação, a luz, a internet, o telefone, então, existe uma outra parte na escola... Essa a gente chama de administrativa, enfim, faz parte da nossa divisão de tarefa que eu comentava anteriormente, que é a direção coletiva e a divisão de tarefa que é assim dois princípios básicos que o movimento desenvolveu ao longo do seu período.

Carin: Então a coordenação da escola ela é composta por várias pessoas?

Paulo: Na verdade tem uma coordenação política pedagógica que é composta ... Agora vai ser composta por cinco pessoas, então, tem uma coordenação política pedagógica que cuida dessa parte dos estudos, como eu te falei dos núcleos de trabalho, dos núcleos de estudo, que é o central da escola. Depois tem uma outra coordenação que a gente chama de coordenação de setores do trabalho que cuida do funcionamento dessa questão como te falei né, tem que vim comida para cá, tem que alguém produzir na horta, alguém tem que ficar na biblioteca, alguém tem que ficar na secretaria, de onde vem o dinheiro para pagar o transporte, a luz, as coisas, então, é uma outra função que existe aqui, que existe uma coordenação também disso, que cuida dessas coisas. Existe uma outra coordenação que nós chamamos coordenação política pedagógica que cuida desses núcleos de trabalho de estudo, que são os seminários, ciclos de debate, os cursos formais, os cursos brasileiros, os cursos latino americanos, então, é um outro conjunto de atividades, por isso não existe um diretor aqui, mesmo que a gente diga a fulano é nosso coordenador político, na verdade o que existe é uma coordenação política com distribuição de tarefas, por isso que, mesmo que formalmente se exige né, porque a escola ela funciona e exige isso né, alguém que seja responsável e tal, mas internamente a gente tem essa distribuição, e não somos concursados para isso, a gente é convidado da nossa organização para cumprir com essa tarefa.

Carin: E tem um tempo Paulo?

Paulo: A princípio são dois anos. É como funciona a própria direção do movimento dois anos, depois tu pode ficar mais dois anos se houver necessidade né, é isso que acontece. Alguns ficam até um pouco mais de quatro anos, mas não é comum, e não é educativo também né, exatamente, porque faz parte dos próprios princípios do movimento essa mudança né, para formar outras pessoas quando as pessoas agarram o processo ela se forma também, se não a gente ficaria quatro cinco fazendo...

Carin: Só vanguarda da escola...

Paulo: Vanguarda e depois morre vão preso aí acabam as coisas, então é isso.

Carin: Eu posso fazer algumas perguntinhas? Eu queria entrar na associação de amigos da Escola Nacional Florestan Fernandes. Como é a relação da escola com a associação?

Paulo Almeida: Muito bem. A Associação de Amigos ela surgiu com o objetivo de ajudar no funcionamento e na manutenção da escola. A princípio ela é formada apenas por brasileiros, ainda está em processo de criar associação de amigos em outros países, como eu já te falei dos comitês de amigos, mas a associação de amigos é mais digamos da própria escola, porque às vezes tem gente que simpatiza com a escola, mas não simpatiza com o movimento ou simpatiza com o movimento só quando o movimento vai bem, quando tem algum conflito alguma coisa, aí nem conheço esse cara e tal...

Carin: Que é uma contradição ...porque é a mesma coisa praticamente né?

Paulo: Enfim, mas a associação de amigos ela tem como o objetivo de divulgar a escola, ela organiza todos os últimos sábados de cada mês uma visita aqui na escola para divulgar de fato, conhecer as estruturas, conhecer um pouco da escola, do projeto político pedagógico da escola. E ela é coordenada por pessoas que não são da escola, não são do movimento, de fato são amigos. E entre esses objetivos também está angariar fundos para a manutenção da escola, que tem um custo aqui todo mundo sabe...

Carin: E é muito caro Paulo? Fico imaginando.

Paulo: É altíssimo o custo. O custo aqui em São Paulo é caro. No Brasil tem sido caro, mas aqui em São Paulo é bastante caro, então, cada fundo e...

Carin: Mas da para suprir ou não?

Paulo: Não. Mas é uma quantidade importante. Até o ano passado chegaram em torno de cinco mil reais arrecadados esse ano subiu.

Carin: Da escola?

Paulo: Da associação, esse ano subiu, mas o nosso...O nosso custo aqui é muito alto assim, mas claro...

Carin: Pode falar ou não?

Paulo: Em torno de cento e trinta mil por mês.

Carin: Nossa meu muita grana!

Paulo: É aí como que a gente se sustenta? Pela solidariedade, porque aí os assentados mandam comida para cá, a gente produz uma parte aqui, a gente ganha materiais, então tem, os militantes que atua aqui também, são liberados pelas organizações para fazer isso, mas assim tem uma série de custos que precisam ...Tem que ter fundos, tu paga a internet, tu paga a luz, tu tem que pagar o imposto, tu tem que dar de comer, tem uma série de coisas que não vem dos assentamentos, então tem que comprar, enfim, o custo é bastante alto, por isso que eu te falava que tem um grupo dentro da escola que é responsável para cuidar disso que a gente chama de subprefeitura...

Paulo: É então tem que ralar muito para manter a escola, então por isso que a gente cobra diária quando acontece, não tem como a gente oferecer tudo sem...

Carin: Ter uma contrapartida...

Paulo: Acontecem muitas atividades aqui que o pessoal paga a diária, tem ajudas internacionais ainda que venha né, apesar de que estão muito reduzidas ajudas internacionais...

Carin: Depois das crises lá de fora...

Paulo: Depois das crises e também com a justificativa que a economia brasileira subiu muito e que o Brasil não precisa mais de ajuda.Então tem essas contradições também né... (risos). Mas, a escola se mantém né, então é uma decisão que ela vai se manter indiferente das questões econômicas.

Carin: Uma dúvida, no estatuto da associação de amigos consta como objetivo a promoção dessa articulação internacional, mas como você falou é um objetivo que ainda tá sendo construído, né?

Paulo: Tem, já tem interesse de alguns países também fazerem isso, de arrecadar os fundos e mandarem para cá. De desenvolverem atividades nos países para divulgar. Tem muitos estudantes que fazem isso né, divulgam a escola depois que voltam, organizam seminário, encontro, divulga a escola, os cursos, tem muitos que fazem isso também nos países, tem essa outra parte também que é feito também pelas organizações que frequentam aqui.

Carin: Paulo você focou nos cursos latinos americanos, aí tem o todo... Você não quer falar um pouquinho dos outros cursos? Pode ser de maneira geral, porque na pesquisa eu vou descrever esses cursos, mas eu vou focar mais nesses cursos latinos americanos que é o que tem mais essa característica internacional mesmo considerando também que os outros acabam mesmo os que não são de cunho internacional penso que entram nessas questões também porque uma coisa...

Paulo: E convive aqui né...

Carin: É não tem jeito. Se você quiser falar um pouquinho dos outros, eu sei que você está cansado que isso cansa, depois a gente encerra. Se for o caso, voltamos num outro momento.

Paulo: Existem os outros núcleos de estudos , assim... Acho que não precisa detalhar muito, porque é a mesma referência dos tempos educativos que eu falei lá, ela serve para todos, a metodologia serve para o todo da escola. Existem outros núcleos que eu te falei, existe o núcleo teoria política que é o núcleo dos cursos nacionais né, que são cursos, eu posso citar para ti os

curso, o Formação de Dirigentes de Movimentos Sociais que é o curso que tá acabando hoje uma etapa, esse curso tem 13 etapas de duas semanas cada etapa, existe o Formação dos Dirigentes do MST que é de etapa única a gente faz duas promoções uma no primeiro semestre uma no segundo 40 dias etapa única, e é o único curso só do Movimento Sem Terra, porque todos os outros cursos envolvem militantes de outras organizações do Brasil ou da América Latina e Internacional. Depois existe um curso Marx, introdução ao pensamento de Karl Marx e a introdução ao Pensamento de Florestan Fernandes, são dois cursos de seis etapas, dois anos assim cada curso, seis etapas cada um e eles tem a mesma metodologia, uma semana depois os estudantes pegam os materiais e ficam um tempo digamos dois ou três meses até outra a etapa eles lerem pra debater durante uma semana, então ela é bastante intensa a semana de estudo, então são outros dois cursos que a escola tem e também da questão agrária né um curso para estudar a questão agrária, são esses cursos que estão no núcleo Teoria e Política Nacional, então, tem cursos que duram dois anos de uma semana cada, várias etapas, tem curso que dura um ano em três etapas, tem curso que é uma etapa única, tem essa dinâmica, todos os cursos funcionam do mesmo jeito, depende da intencionalidade mesmo os latinos, tem um que o foco é formação e outro é mais amplo, com bastante juventude e tal que é de três meses. E depois existe o que nós chamamos de núcleo formal, que é esse que faz as parcerias com as universidades, falei de dois, mas existem outros, existe um em Educação em Agroecologia com a USP né, que é uma residência Agrária existe um mestrado em Ecossistema com a Federal de Santa Catarina, existe curso ...Um outro mestrado em Saúde e Meio Ambiente com a Fiocruz, mas esse acontece lá, existe um de Serviço Social com a Federal do Rio de Janeiro, então, existe outros cursos e o mestrado que eu falei com a UNESP que estão nesse núcleo formal que é o que recebe o título e a maioria deles estão na Pós Graduação né, então esse é um outro núcleo de estudos que a gente tem, então, são cursos de dois anos, normalmente dois anos.

Carin: Vocês fazem essa parceria, mas vocês podem interferir no que é trabalhado lá, nos conteúdo?

Paulo: Em parceria com as universidades. Claro quando se trata de parceria se trata da gente estar junto, tem coisas que sem dúvida que a gente ...E fazer parte da coordenação política, por exemplo, acompanhamento dos estudantes, convocatória, então, esse com certeza não é só a universidade que faz isso é a parceira, e nem quando a gente fala universidade a gente generaliza muito, mas são professores dentro de um departamento da universidade que simpatizam, por exemplo, é muito difícil a primeira vez que a gente está tendo mestrado, então, o movimento tem 30 anos de história e agora outros cursos de graduação ele é possível fazer, então, tem muita coisa de história, de pedagogia inclusive, mas tem uns cursos que são muito mais difíceis, como, Direito, Agronomia, Veterinária, então, tem uns cursos que é muito restrito e não abre para vaga para o movimento. Tem a escola ela fica mais com esse âmbito da Pós Graduação mesmo, então ela assume o que a gente chama de núcleo formal. Mas, sem dúvida a gente ... Vou pegar o exemplo digamos parceria com Juiz de Fora, nós falamos Universidade Federal de Juiz de Fora na verdade é uma ova não é a universidade é um departamento de Serviço Social encabeçado por um grupo de três ,quatro professores que simpatizam e tocam o curso, porque, são... Acabam sendo militantes do próprio movimento, não é aquele militante clássico que entra no acampamento que faz a luta pela terra, mas são militantes que fazem a sua militância a partir dos espaços que estão e que dão uma contribuição muito valorosa para formação do...

Carin: Às vezes são até militantes de partidos que acompanham...

Paulo: Exato. Que são simpatizantes da luta pela terra que tem a convicção que é importante, que seja necessária essa questão da Reforma Agrária e dessa distribuição da terra no Brasil. Então, nós no fundo acabamos sempre generalizando...

Carin: Vocês acabam sendo bonzinhos com eles, eles acabam tendo certa fama né?

Paulo: É exato. Mas é, são educadores dentro dos departamentos. Então, para abrir um curso assim tu precisa ter simpatizantes dentro. Agora tem algumas universidades que estão

chamando a escola, a Unila está chamando a escola para fazer curso, para fazer um curso a nível latino americano, teve a própria Unifesp aqui em São Paulo chamou também né, então a gente está em diálogo ainda pode ser que abra alguns cursos mais. E está vindo uma companheira nossa agora só para cuidar disso, só para cuidar do núcleo formal. Então esse é outro núcleo de trabalho que nós temos. Depois tem o núcleo urbano, por nós não termos gente suficiente nós não conseguimos retomar ainda bem o núcleo urbano, mas a ideia é fazer formação com a experiência e com a metodologia da escola e com os trabalhadores urbanos, então, acontecem algumas atividades aqui, mas tem uma outra dinâmica, porque, o trabalhador que está na fábrica está no trabalho, então, ele precisa fazer no final de semana, de sexta a domingo ou de sábado a domingo, então a gente ainda está em construção de diálogo com alguns sindicatos aqui de São Paulo e, mas já teve esse núcleo a gente tá em processo de retomada. E o núcleo dos seminários e dos ciclos de debate, que é um outro núcleo também...

Carin: São os debates abertos?

Paulo: Exato. Ciclo de debate que ocorre aos sábados que são os debates abertos, então, tem que pensar uma temática para cada sábado a partir dos calendários históricos que existem, das lutas que vão acontecendo.

Carin: Vai ter algo sobre Revolução dos Cravos?

Paulo: Dos Cravos teve o ano passado. A gente trouxe um cara das expressões Avantes de Portugal para trabalhar isso né...

Carin: Em Abril né?

Paulo: Em abril ele veio aqui, foi muito legal. E tinha uma professora que é de Portugal ela estava aqui na escola ela trabalhou a revolução dos Cravos.

Então tu tens que buscar alguém que apoia assim, alguém que tem condição de apoiar, porque a escola a gente não tem condições de fazer isso né. Enfim, e então, os ciclos de debates e seminários que acontecem são os vários seminários que acontecem durante o ano na escola tem que ter uma pessoa para cuidar disso também.

Carin: Os ciclos, eu já participei de dois no ano passado foi quando eu me aproximei da escola. Esses são abertos?

Paulo: São abertos.

Carin: É o único que é aberto?

Paulo: Exatamente é o único que é aberto...

Carin: Para os curiosos ...

Paulo: Para comunidade! É normalmente no último sábado de cada mês que a associação de amigos traz, então às vezes ...Hoje está para vim 80 pessoas não sei se é da USP ou da PUC eu não me recordo.

Carin: Por intermédio da associação?

Paulo: Não. Tem alguns que agendam diretamente com a escola.

Carin: Pode acontecer isso?

Paulo: Pode.

Carin: Tem um mínimo de pessoas Paulo?

Paulo: Não. Só que necessariamente precisa ser sábado, porque é o dia que a escola se organiza para receber, porque em outros dias da semana estão todos em outras tarefas aqui do nosso cotidiano.

Carin: Por um acaso eu poderia um dia vim assistir uma aula? Participar?

Paulo: Pode é, enquanto pesquisadora pode...

Carin: Pode? Só para ficar observando não vou interferir.

Paulo: Agora teria que saber qual aula né, porque são assim, também teria que dialogar com os professores. Isso não é comum, talvez seja melhor no próprio ciclo de debate do que numa aula, porque no ciclo de debate é uma aula como seria numa turma, a única diferença é que vai ter mais gente, assim, o ciclo de debate é uma boa para tu observar. Aí pode ficar em diálogo com

a Manu aqui para o ciclo que te interessar, eu sei que está para vim aqui, estamos em diálogo ainda com ele o Inácio Ramonet, por exemplo, que é o escritor francês que escreve lá Cem horas com Fidel e tal, então, ele tá com uma agenda que está para vim para cá para escola, agora não recordo bem a data, vou ter que consultar. Às vezes tem atividades de alguns pensadores internacionais que vem, vem aqui para escola e às vezes estão no dia a dia como foi hoje, por exemplo, do ciclo de debates do Eldorado dos Carajás, tá completando 18 anos do massacre e agora dia 17 próximo, então, como a gente não vai tá em atividade dia 17 pelo feriado a gente antecipou o ciclo de debate. Mas assim, vai mais ou menos tivemos os 50 anos do golpe...

Carin: Só fui ver depois. Teve até o lançamento de um cd...

Paulo: Da Maria Aragão...

Carin: É.

Paulo: Exato.

Carin: Já tinha passado, perdi.

Paulo: Então, todos os sábados quando tem turmas regulares aqui desses cursos que eu te falei eles ficam na atividade, mas não é de turma, na próxima semana a gente não vai receber turma, mas vamos receber atividades que é seminário, encontros, aí a gente não faz ciclo de debates, porque seminário às vezes tem uma atividade muito restrita deles, mas com os cursos todos os sábados acontecem ciclo de debates.

Carin: Paulo a última pergunta eu prometo. Com relação à metodologia dos professores, cada um organiza a sua aula a sua maneira? Ou tem uma orientação da coordenação pedagógica da escola?

Paulo: Não. Tem uma orientação. A gente chama de meta, nós elaboramos qual o recorte que a gente quer que trabalhe. Então, eu vou pegar, por exemplo, Teoria da Organização Política, o que a gente quer que você desenvolva, o que o professor desenvolva na teoria da organização política, então a gente manda lá quatro cinco tópicos, queremos que você desenvolva a teoria do Partido com Lenin, por exemplo, o que Lenin pensa sobre o partido político, queremos que você desenvolva a questão da ... em Gramsci Da... Fugiu-me o tema aqui...

Carin: Intelectual orgânico?

Paulo: Intelectual orgânico! Queremos que você desenvolva Revolução em Rosa Luxemburgo, então a gente pega, por exemplo, esses temas e manda para os educadores, manda com dois ou três meses de antecedência para poder se preparar então a gente chama isso de meta que a gente envia junto ao convite, envia a data perguntando se eles podem naquela data, o perfil da turma se é brasileiro se é latino americana se está na primeira na última etapa e a quantidade de horas e os temas, é possível desenvolver isso? Aí alguns dizem olha, eu domino isso aqui, mas eu domino conceito de hegemonia em Gramsci, por exemplo, aí eu não posso trabalhar isso, não, não tem problema vem depois a gente vê como a gente resolve isso, mas se tiver algum texto envia para os estudantes estudarem e tal então...

Carin: Eu digo na forma, se são organizados grupos ou se é palestra ou cada um faz do seu jeito?

Paulo: Cada um faz do seu jeito, aí é a metodologia. O professor que organiza.

Carin: Entendi, o jeito de fazer ali cada um é...

Paulo: Cada um faz.

Carin: Mas tem os princípios?

Paulo: É sim. E sempre tem alguém da gente acompanhando. A gente tem um acompanhamento para saber também como que está indo. Para descobrir os estudantes na turma, os que falam mais os que falam menos. Os que dominam as teorias os que não dominam. Depois tu precisa observar isso, saber se estão conseguindo acompanhar o raciocínio do professor, então a gente sempre tem essa divisão de tarefa entre nós que é acompanhar.

Carin: A base é marxista? A base é Marx?

Paulo: É a base!

Digamos assim, toda essa linha de pensadores que existe , mas é com base digamos no método da dialética do Marx, do materialismo histórico. Essa é a base dos cursos, a gente parte disso para interpretar o mundo.

Carin: A escola se filia a alguma concepção teórica de educação? A pedagogia do movimento tem uma grande influência da cultura popular de Paulo Freire? Isso procede?

Paulo: Não.Procede! O movimento, por exemplo, vamos pegar os pensadores brasileiros. Para economia Celso Furtado, nós não vamos aproveitar tudo do Celso Furtado, vamos aproveitar aquilo, a contribuição que a gente acha que é fundamental para interpretar a questão econômica e da dependência do Brasil na questão econômica. Nós vamos pegar a questão agrária, é impossível não estudar Caio Prado Junior, por exemplo, mas não é porque a gente vai usar tudo do Caio Prado Junior que a gente é seguidor de Caio Prado Junior ou que é seguidor de Celso Furtado entende? A gente aproveita, por isso que a gente diz, queremos que tu desenvolvas esse conceito em tal pensador, porque isso é que nos interessa, então eles dialogam com muitos pensadores de fato, não seguem uma corrente de nenhum partido assim. O partido já deduz parte, então se tu seguir uma corrente tu fica uma parte menor ainda. Mas tem claro essa experiência de fazer a pedagogia do próprio movimento que é isso, é fazer em movimento, fazendo ir aprendendo, então, claro nós, o movimento aprendeu com outras organizações sociais que nos antecederam , mas o MST não ficou cometendo os erros que aquelas outras organizações cometiam, cometeu outros erros, tentando fazer diferente, e obviamente aprendeu com aquilo que extraiu de bom, aquilo que a Liga Camponesa tinha, que o MASTER tinha que os outros movimentos camponeses trouxeram e a contribuição que eles tem, então é isso, mas o MST dialoga muito com isso. Agora não significa que aproveita tudo, aproveita aquilo que de fato faz sentido para luta nossa.

Carin: Paulo agora me veio outra coisa. Vou aproveitar você. Vou aproveitar já estou finalizando. Com relação à questão das internacionais. Por exemplo, de certa maneira o que a escola acaba fazendo na minha interpretação é uma organização com formação, enfim, que leva em consideração um contexto de mundo e a solidariedade da classe trabalhadora do mundo isso é claro. Mas se a gente pega a própria história das internacionais a gente vê que essa unidade, essa unidade entre os trabalhadores de maneira internacional acontece dentro de um espaço que é o partido, eu me lembro disso porque você falou que o partido acaba se resumindo numa parte, que não é o caso da escola. As internacionais defendem a construção, a organização internacional dos trabalhadores por via de um partido operário revolucionário. Como vocês veem isso levando em consideração que vocês também estão se organizando internacionalmente?

Ou seja, o MST, movimento que idealizou a Enff, não é um movimento que intervém apenas na questão da terra, mesmo porque, só a questão da terra já é muita coisa e já envolve outras mil. Como que é isso? Isso é ignorado ou vocês estão para, além disso?

Paulo: O que a gente precisa? Nós todos vamos beber nessa fonte, mas no fundo o objetivo é para ir interpretando o momento atual. Tu pega assim essa questão da unidade de tentar criar essa unidade internacional com as organizações camponesas como é o caso da Via Campesina, porque isso? Porque o capitalismo ele tomou conta disso, então, o problema que existe com as sementes que quatro, cinco grandes multinacionais dominam , não dominam aqui no Brasil somente, elas dominam no mundo todo. E o processo de violência e de expulsão dos camponeses ela é no mundo todo. A mesma coisa com o processo da questão da mineração no mundo todo, do eucalipto onde eles têm condição.... A transgenia, do abuso de agrotóxico, então, essas coisas da apropriação dos bens da natureza como é o caso da água, da terra. Então essas coisas elas são globalizadas, então a tentativa nesse sentido é de criar também unidade pra combater esse modelo...

Carin: O bicho é grande né?

Paulo: O bicho é grande. Exato. Então o neoliberalismo avançou, o desenvolvimentismo avançou, toda a sociedade que está aí há 400 anos andando aí nessa direção. Então de fato, por isso que existe essa necessidade, não é porque a gente acha bonito, ou que a gente faz a formação, mas a gente busca lá enquanto fala da primeira da segunda da terceira internacional quando a gente pede para trabalhar isso é justamente para entender os partidos políticos agora, por exemplo, o que os partidos políticos tem se proposto, o que os governos mesmo os mais da esquerda latino americana tem se proposto, como que é a relação com isso, e como que a gente combate esse modelo? Essa é a questão. Porque não vai resolver o Paulo lá no assentamento dele no Rio Grande do Sul combater sozinho, ou ele está dentro também de uma unidade, no todo...

E aí o materialismo de Marx , que tu não podes olhar só a parte, se tu olhar só a parte tu não vai conseguir achar resposta. Tu tens que olhar o todo e como esse modelo ele está estruturado e como ele avança para essa questão dos bens da natureza, então, por isso que existe isso. Então quando a gente estuda a gente não estuda só para interpretar só aquele momento. A gente estuda para extrair esses fundamentos teóricos, mas para gente ir interpretando o movimento também que a história foi feita, por exemplo, que é o imperialismo, nós temos uma classe que é o imperialismo na América Latina né, como que ele foi se estruturando e como ele está estruturado hoje, por isso que existe, isso é o objetivo no fundo de tudo isso, mas não só interpretar, como que a gente cria os mecanismos de ir criando uma outra sociedade que a gente projeta, quando a gente fala de trabalho aqui, porque a gente pensa que os estudantes têm que desenvolver o trabalho? Porque a gente não quer que nenhuma pessoa viva com o trabalho alheio com o trabalho do outro que dê sua contribuição naquilo que ele tem condição de dar sua contribuição, e isso é formação para entender também o mundo do trabalho, para entender muita coisa, que a gente às vezes não consegue entender, mas fazendo e refletindo em cima disso de uma maneira coletiva realmente e é isso então, essas questões, objetivo principal é fazendo isso para interpretar a realidade e para criar condições para criar um outro mundo assim, isso para nós é claro a gente faz tudo isso porque a gente acredita que isso é possível criar uma outra sociabilidade uma outra sociedade uma outra forma de viver que não seja somente exploração de uma pessoa pela outra que não seja somente mercadoria que não seja somente essas coisas né, mas que crie uma outra sociabilidade de fato e essa outra sociabilidade ela tem que ser criada de um maneira geral né não vai se criar...

Carin: Senão não adianta nada né?

Paulo: Senão a gente cria uma cooperativa, a gente cria uma cooperativa, mas ela tem constante diálogo com o mundo capitalista com o mercado que tá ali.

Carin: Acaba dependendo né, é uma relação de dependência?

Paulo: Acaba dependendo. Exato. E isso não é ruim se tu souberes por que está , que os associados saibam né. A gente tem uma sociabilidade do nosso trabalho, da nossa produção, mas que eles estejam conscientes porque que eles têm que se relacionar com o mercado que está ali, não pode ser de uma maneira alienada dessa forma não funciona.

Carin: Paulo acho que é isso! Você deu toda essa aula e não falou que você ! Paulo do que? Paulo que é de onde? Paulo que realiza a função tal, tal na escola. Diga aí Paulo, fala seu currículo Lattes .

Paulo: Militante do Movimento Sem Terra e fui ... Meus pais fazem parte há muitos anos do movimento, desde 87 eu venho acompanhando a luta pela terra muito cedo muito jovem.

Carin: Você é novinho né?

Paulo: Nem tanto. E enfim, mas já tive atuando em outras atividades do movimento inclusive a nível internacional.

Carin: Onde?

Paulo: No Haiti. Eu morei três anos no Haiti também. Eu já estive em outras experiências do movimento no Rio Grande do Sul e fui convidado para contribuir aqui nos cursos latino

americano, para coordenar essa parte latina americana, então, essa é minha função nesse momento e é isso né.

Carin: Paulo, eu agradeço a sua disponibilidade, em nome do professor Bauer que é um querido, é uma pessoa que é super...

Paulo: Tem que trazer ele aqui.

Carin: É eu acho que ele já conhece deve ter vindo outras vezes, mas eu vou trazer. Ele é uma figura muito bacana e tem feito esse esforço de fazer essa discussão da História Social dos sujeitos que são colocados de lado mesmo atuando de maneira bem expressiva na sociedade. Temos um grupo de pesquisa, o GRUPHIS...

Paulo: Da Uninove né?

Carin: É da Uninove, um trabalho de formiguinha mesmo. Existem outras pautas que acabam se sobressaindo e a gente fica um pouco esmagadinho, mas é uma tentativa de valorizar o trabalho dos movimentos sociais dos sindicatos, no caso os que estão envolvidos com a educação. E é isso Paulo, eu agradeço. Depois que eu transcrever, lhe envio a entrevista para ver se é isso mesmo, porque a ideia é que a entrevista fique anexada no final do trabalho, além de usá-la no corpo do trabalho. Seu nome completo Paulo...

Paulo: Paulo Almeida.

Carin: Posso citar seu nome no trabalho quando eu usar trecho da entrevista, ou você prefere que seja de outra forma?

Paulo: Enfim, não tem nenhum problema, mais eu não gosto muito de me expor. Se quiser colocar as iniciais L P Almeida, meu nome é Luiz Paulo...

Carin: Tá bom L P. Isso me lembra disco, vinil (risos). Queria agradecer. Qualquer coisa queria saber se posso te ligar pra qualquer dúvida que eu tiver?

Paulo: Pode.

Entrevista realizada no dia 11 de maio de 2014.

Entrevistado: Thiago Lavoura

Professor universitário da Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus/Bahia

Carin: Como já havíamos conversado anteriormente, estamos fazendo um trabalho pelo programa de pós-graduação em Educação na Universidade Nove de Julho. Lá existem vários grupos de pesquisa, dentre eles o GRUPHIS. Estudamos o associativismo, o sindicalismo e os movimentos sociais no campo da educação. Nesse caso, estamos estudando a escola Nacional Florestan Fernandes, que é uma escola de iniciativa do MST e o nosso objetivo, é entender o internacionalismo existente ou não na escola. Você havia me comentado que participou de uma atividade, não sei... Um curso, enfim, gostaria que você Thiago, antes de explicar, falasse seu nome completo e se foi lá representar algum movimento ou não e quais foram os objetivos desses dias em que você esteve lá na ENFF.

Thiago: Meu nome é Thiago Nicola Lavoura, eu sou professor universitário da Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus/Bahia. Esse encontro ocorrido na Escola Nacional Florestan Fernandes foi o III Seminário “O MST e a Pesquisa Universitária”. Foi um encontro promovido pelo MST, reunindo professores universitários das mais variadas instituições de ensino superior do país. Teve como objetivo traçar uma pauta em comum, entre os diferentes grupos de pesquisas que tem o envolvimento com o Movimento dos trabalhadores sem terra que busquem colocar em suas pesquisas e nos seus debates acadêmicos a discussão que o MST está travando, acerca da reforma agrária popular.

Carin: Entendo então você foi representar a universidade?

Thiago: Exato, fui representando a universidade e não o meu agrupamento político ou partido do qual eu faço parte.

Carin: Não sei se você tem a compreensão da estrutura organizativa da escola, então esse seminário faz parte do núcleo formal da escola? Porque a Escola na sua organização tem vários núcleos, inclusive o núcleo de formação formal. Porque dentro do núcleo formal, estão as instituições universitárias formais, no caso as parcerias que a ENFF tem com alguns departamentos de algumas universidades. Essa discussão entra nesse núcleo formal?

Thiago: Foram às instituições que possuem cursos de formação nos diversos âmbitos dos quais o MST participa, então os cursos de residência agrária, os cursos de licenciatura de educação do campo, outros cursos promovidos pelo PRONERA. Então são as instituições que possuem uma vinculação formal, além de outras que possuem pesquisadores que debatem a temática associada ao...A educação do campo e ao MST especificamente.

Carin: Tinha algum representante internacional dentro dessa discussão que vocês fizeram? Alguma universidade de fora?

Thiago: Tinham grupos né... Tinha um grupo do Canadá, um grupo do Peru, um grupo da França, mas eram grupos de estudantes, não eram grupos de pesquisadores universitários. Eram grupos de estudantes que já estavam na escola Nacional Florestan Fernandes fazendo algum outro tipo de formação que eu não sei qual é, mas participaram conjuntamente do seminário.

Carin: Então o Seminário, pelo o que me parece, tinha como objetivo organizar a intervenção...

Thiago: No âmbito universitário, bem como os estudantes desses cursos dos quais muitos integrantes do MST estão participando.

Carin: Por exemplo, eu sei que eles têm o mestrado, está dentro dessa lógica. E tem a questão do Caribe tudo mais...

Carin: Outra pergunta, como foi a rotina nesses dias lá, desse seminário? Como aconteceu? Como foi organizado? Como vocês se organizaram nesses dias para realizar essa discussão?

Thiago: O seminário tinha um cronograma né, mesas redondas, foram quatro mesas redondas, na qual todos participaram além da realização de grupos de trabalho. O primeiro grupo de trabalho foi acerca da temática “Desenvolvimento do capitalismo na atualidade e a luta de classes no campo”. O segundo grupo de trabalho foi sobre o agronegócio versus agricultura camponesa, projeto e desenvolvimento em disputa. O terceiro grupo temático foi: Educação do campo, cultura e luta de classes.

Carin: Os dias foram todos assim, dessa maneira?

Thiago: Foram três dias de discussões, mesclando mesa de trabalho, mesa temática e os grupos de trabalho.

Carin: Teve uma sistematização do que foi discutido? Saiu algum documento?

Thiago: Vai sair, foi preparado um documento que vai ser fechado e sistematizado pela coordenação do evento e que vai ser divulgado posteriormente.

Carin: A coordenação foi feita pelo MST ou pela coordenação da ENFF?

Thiago: Pelo MST

Carin: O Movimento acaba usando a escola...

Thiago: Exato!

Carin: Então tá Thiago, é basicamente isso, como o nosso trabalho é entender o internacionalismo na ENFF, na sua fala percebe-se que o seminário não desconsidera toda essa questão. Outra pergunta, só para finalizar. Está relacionada à prática. Essa discussão ocorrida no seminário está relacionada à práxis? O que se discutiu lá está relacionado a uma ação concreta? Além desse documento?

Thiago: Mesmo porque as decisões submetidas a esse documento final que está sendo sistematizado é para que os cursos com vinculação formal e não formal adotem as pautas que lá dentro estão submetidas. Então foi colocado em discussão e vai ser colocado nesse documento final, o que pesquisar como pesquisar, de que maneira envolver tanto o agrupamento dos militantes, como da universidade como um todo. Dali estarão sendo tomadas resoluções práticas, concretas, daquilo que foi debatido no evento.

Carin: Retomando, como foi mesmo o nome do Seminário?

Thiago: III Seminário MST e a pesquisa Universitária.

Carin: Qual a periodicidade do seminário?

Thiago: É o terceiro, mas não tem datas específicas. O primeiro foi em 1995, o segundo em 2007 e o terceiro em 2014. Já sinalizando que o ano que vem, querem fazer o quarto, tentar tornar anual.

Carin: Você autoriza colocar seu nome...

Thiago: Depende de como vai ser publicado

Carin: Nada será modificado. Ao transcrever, lhe envio por e-mail. Muito obrigada Thiago.
e-mail: nicolalavoura@uol.com.br

Entrevista realizada no dia 12/07/2014

Professor Paulo Arantes

Filósofo aposentado do departamento de Filosofia da USP da FFLCH

Carin: Estamos aqui com o professor Paulo Eduardo Arantes, filósofo aposentado do departamento de Filosofia da USP da FFLCH. Ele vai contar para gente um pouquinho sobre a experiência da construção e das atividades de formação de quadros da Escola Nacional Florestan Fernandes. Gostaria já de início agradecer a disponibilidade de nos receber. De receber a nossa pesquisa e contribuir para que ela aconteça.

Paulo: Eu vou fazer o seguinte, vou te fazer um relato básico, tipo depoimento. E aí você pergunta o que você achar que é necessário e que possa contribuir para sua pesquisa. Porque o seu foco é o internacionalismo, que realmente é uma coisa importante no MST e na Escola Nacional, mas do qual eu... Digamos, eu pouco participei. Porque eu dei um curso exclusivamente ... Não dei um curso... Eu coordenei um curso exclusivamente para no caso, só tinham nacionais brasileiros ... internacionais não tinham... Todos sabíamos as ligações os vínculos internacionais, mas não tinha nenhum... Foi no primeiro ano da escola, assim que ela inaugurou em 2005 na... Foram... já vou te explicar, foi uma exposição um tanto burocrática, para você ter uma ideia de como é que foram os estágios e durou... Nós ficamos 3 anos, mas em 3 anos consecutivos, mas nunca mais de 2 meses a cada etapa como se dizia do curso. E o curso nós chamávamos de Pensamento Brasileiro. O pessoal da escola às vezes punha "Produção da Teoria" qualquer coisa assim. Esse foi o nome inicial do curso que nós começamos em fins de maio e início de junho, foi mais junho de 2005 no primeiro ano da escola. Bom, por onde começou a coisa? Bom meu contato mais assíduo com o MST é de fins da segunda metade dos anos 90 ... 97, 98, de vez em quando eles me convidavam para uma palestra avulsa e tal e eu conheci... Quem, aliás, me apresentou para o pessoal da direção nacional, alguns da direção nacional foi o Plínio de Arruda Sampaio que era amigo digamos assim, companheiro de infância do MST e acho que foi a primeira vez que eu falei com ele acho que foi 98, 97, não me lembro mais, por aí. Aí periodicamente quando eles tinham algum evento, alguma coisa, congresso, encontro me chamavam, mais eu fiquei conhecendo mais de perto o Neuri e o Pizetta...

Carin: O Adelar Pizetta?

Paulo: O Adelar Pizetta e o Neuri. E de certa maneira não seriam amigos, mas, enfim, muito próximos, gostávamos muito de conversar e tal, muito fraternos e o Pizetta disse, olha: Nós estamos construindo nossa Escola Nacional e quando ela ficar pronta e nós inaugurarmos nós queremos a sua colaboração. Eu falei, estou às ordens se eu puder... Aí eu pensei que era brincadeira. Em 2005 estava pronta a escola eu conhecia como estava sendo feita e tal, mas nunca tinha ido lá, e aí inaugurou-se e aí fomos. Foram várias visitas e tal, aí o Pizetta falou: Então, está de pé a promessa? Eu falei que promessa? Que você vai nos ajudar na escola. Está! É verdade! Então aí sentamos numa mesa e marcamos a reunião, aí entrou a Gorete, aí os três, eles disseram: Nós queremos que você organize para nós do jeito que você quiser, me deram

carta branca, um curso de formação com a escola. É uma escola de formação de quadros para os movimentos sociais em particular o MST. Nós queremos um curso de alto nível, claro dado para camponeses, trabalhadores sem terra obviamente, mas um curso de alto nível sobre pensamento brasileiro e você faça como quiser, nós lhe garantimos infraestrutura, nós damos, se você vier de longe nós arrumamos passagem, hospedagem tudo. Eu falei não! Vamos fazer uma coisa mais barata pegar aqui, recrutar em São Paulo para não sobrecarregar o movimento. Bom, aí eu fiz... Nós tínhamos, aí já é uma interpretação pessoal minha, nós tínhamos algumas, quer dizer quando eu falo nós era o pessoal da escola que eu convivi durante três anos e...Da direção da escola então a gente fala nossa escola eles me chamavam de reitor vice reitor brincadeira e tal...Porque, quando eu falo nossa, então, nós tínhamos uma ideia muito precisa do que seria a escola, se era uma escola tradicional de formação de quadros como nos partidos de esquerda ou de extrema esquerda brasileira que tinham seus coletivos e tal que organizam curso de fim de semana de formação. Então, taca Marx, Lenin e companhia na moçada, estuda, estuda, estuda, debate, debate, debate, pronto, depois fim de semana fazer trabalho de base. Não era isso! Era uma espécie... Tinham mais ambições, eu acho que a ambição da Escola Nacional naquele momento até onde eu posso interpretar nas conversas com eles. Eu ficava lá, não dormia lá por razões de, de... bom de idade, porque é muito úmido e eu não iria aguentar o tranco, porque, você ficar quarenta dias lá dormindo pouco é muito úmido. Você já dormiu lá né?

Carin:Já, já.

Paulo: Então, entra aquele nevoeiro, no inverno então, entra aquele nevoeiro lá você não aguenta bom eu falei: Então eu ia e voltava todo dia, mas enfim, eu estava sempre lá conversando. Eu acho que num determinado momento eles imaginaram que a escola seria uma escola de alto nível entre aspas, não no sentido acadêmico horroroso de dar um passo a mais, um passo adiante na simples formação básica política de um militante de um quadro, como se fazia. Hoje não se fala mais quadro. Como se fazia na minha juventude, quer dizer, é como se eu dissesse o seguinte, olha nós... Chegarão a escola nacional vindo de todos os cantos do Brasil basicamente ligados ao movimento é... Quadros, eu vou usar essa expressão quadros, depois se você quiser pode corrigir porque isso hoje já não se usa mais, porque, dá-se uma ideia de enquadramento, e enquadramento militar, mas era assim mesmo nos partidos políticos clássicos. De nível médio para cima com responsabilidades no movimento fortes que já tinham uma formação básica suficiente e que faria uma espécie de pós-graduação entre aspas, então, não era para facilitar no conteúdo pelo contrário, era para dar um nível adequado ao conteúdo e no caso, o pensamento brasileiro. Isso é tradição crítica brasileira, enfim, a começar pelo patrono da escola Florestan Fernandes, assim por diante, por qual já estava organizando cursos paralelos, então, eu acho que a ideia deles era de assim fazer uma espécie de réplica da Universidade Popular, mas não deixar barato e ao mesmo tempo ser popular. Você mostrar que nós podemos fazer uma universidade. Educar, formar, sem ficar devendo nada no que diz respeito as ciências humanas ou de agronomia até sociologia a universidade burguesa clássica. Então, formar uma espécie de escola de altos estudos. Eu...Podia ser fantasia minha, podia ser conversa com eles, mas era um pouco isso que eles tinham o que eles poderiam ter em mente naquele momento era...Eu acho também uma interpretação pessoal, que eles podem igualmente não endossar 10 anos depois de fundação da escola, eles devem estar pensando coisas completamente diferentes que eu não sei mais quais sejam eu acho que eles também o pessoal da direção que engajados no projeto de uma escola nacional era um efeito demonstração, mostrar que nós podemos fazer, era isso!

Carin:Que representantes da classe trabalhadora...

Paulo:Poderiam constituir, poderiam atrair professores e formar um determinado tipo de cultura que enfim, que demonstrasse ao distinto público nacional que nós não somos ralé, que a gente é capaz de pensar com autonomia, que nós podemos atrair inteligências boas e produzir

inteligências boas. Esse era um outro aspecto que vale a pena ser pesquisado, eu acho que vale a pena ser sublinhado, que o Pizetta, tanto o Pizetta e o Neuri falavam e insistia muito. Olha nós queremos Paulo que nosso pessoal aprenda a pesquisar. Que é o que a universidade em princípio quando foi pensada em priscas eras, era para ensinar as pessoas a estudar, não é enciclopédia, não é enfiar tudo na cabeça das pessoas é fazer com que as pessoas no caso do Brasil e da USP de onde eu venho no caso da minha faculdade FFLCH, classe média, é importante em ambições digamos de profissional liberal nenhuma, aprendam a pensar e a procurar as coisas, pesquisar, aprender a estudar é isso. Isso é o fundamental na nossa formação da minha formação na faculdade de filosofia, e eu acho que eu teria dito para eles reforçado essa ideia de que era aprender a estudar, aprender a pesquisar e ser autônomo do ponto de vista intelectual, então, não era propriamente uma formação de bolcheviques, formação de revolucionários profissionais, não era no fundo... Tem inclusive publicações próprias em que aparecesse um pensamento social alternativo, pode ser muita fantasia minha e tal, mas eu achei que era, a minha contribuição pelo menos era essa, eu não entendo nada de reforma agrária ou história agrária do país, fora a generalidade que a gente aprende na faculdade porque é obrigatório, mas não tenho, história das lutas sociais no campo tão pouco, eu não poderia ir lá, eles mesmo tinham gente para convocar e o próprio MST acumulou a respeito, então o que eu poderia fazer? Eu falei bom Neuri, eu sou professor de filosofia vocês me conhecem eu dou essas palestras para vocês aí, mas é que vocês querem Deus em sua época, eu não sou. Bom eu conheço um pouco o pensamento brasileiro, pouco escrevi a respeito então conheço as pessoas da área posso convocá-las, mas é o que eu posso fazer. Não Paulo, faz o que você quiser. Nós queremos um curso sobre pensamento brasileiro, aí acho que foi o Neuri que falou ou Pizetta, um deles que falou e disse assim, uma coisa muito bonita:

Paulo traga quem você quiser, traga o autor que você quiser, estude o autor que você quiser mesmo gente que pensa contra a gente.

Carin: Sim eles falam muito isso.

Paulo: Mesmo gente que pensa contra a gente. Eu não vou fazer umas piadas, mas não vou fazer tá bom, então vou fazer. Bom eu acho que eles queriam, eles tinham esse tipo de fantasia de fazer uma escola superior de formação que fosse uma referência, nós vamos aglutinar aqui enfim, dezenas, centenas de professores vindos do Brasil inteiro que venham e que pensam. Que pensam o Brasil que pensam o mundo e vão pensar junto com uma fração importante da classe trabalhadora brasileira. A ideia é essa. Bom e eu acho que havia também um outro projeto digamos assim, um subtexto que é conquistar ou atrair o respeito da universidade pública, não às universidades... a universidade... USP, a começar pela USP, o mito da USP que não existe mais dentro da USP, a UNICAMP e tal, e fazer com que a universidade nos conheça, derrubar as barreiras os preconceitos e fazer com que eles, enfim, olhem pra nós e nós olhemos para eles e que haja um encontro. É como se você dissesse o seguinte: Nós queremos, eu não diria apoio, mas mostrar para a sociedade brasileira, nós estávamos na berlinda naquele momento, olha, a universidade nos respeita, tanto é que eles aceitam convite nosso, eles vão lá falar, em particular a USP. Eu acho que tinha isso, tinha uma espécie assim de fazer uma vitrine também, não estou censurando eu acho válido isso, mas fazer uma vitrine e mostrar, os melhores nomes da USP estão aqui também, contribuindo, dando aula, veem aqui, não precisa concordar com a gente, mas vem aqui falam, não somos bicho, reconhece, não é nada monstruoso e eu pensei bom, pode ser isso eu pensei com meus botões também, vamos fazer o seguinte, eu vou pegar também e vou quebrar o gelo entre a... tentar quebrar o gelo, quando eu falo USP é sempre a minha faculdade, Filosofia Ciências...

Carin: Sim

Paulo: Mesmo gente que pensa contra a gente. Eu não vou fazer umas piadas, mas não vou fazer tá bom, então vou fazer. Bom eu acho que eles queriam, eles tinham esse tipo de fantasia de fazer uma escola superior de formação que fosse uma referência, nós vamos aglutinar aqui

enfim, dezenas, centenas de professores vindos do Brasil inteiro que venham e que pensam. Que pensam o Brasil que pensam o mundo e vão pensar junto com uma fração importante da classe trabalhadora brasileira. A ideia é essa. Bom e eu acho que havia também um outro projeto digamos assim, um subtexto que é conquistar ou atrair o respeito da universidade pública, não às universidades... a universidade... USP, a começar pela USP, o mito da USP que não existe mais dentro da USP, a UNICAMP e tal, e fazer com que a universidade nos conheça, derrubar as barreiras os preconceitos e fazer com que eles, enfim, olhem pra nós e nós olhemos para eles e que haja um encontro. É como se você dissesse o seguinte: Nós queremos, eu não diria apoio, mas mostrar para a sociedade brasileira, nós estávamos na berlinda naquele momento, olha, a universidade nos respeita, tanto é que eles aceitam convite nosso, eles vão lá falar, em particular a USP. Eu acho que tinha isso, tinha uma espécie assim de fazer uma vitrine também, não estou censurando eu acho válido isso, mas fazer uma vitrine e mostrar, os melhores nomes da USP estão aqui também, contribuindo, dando aula, veem aqui, não precisa concordar com a gente, mas vem aqui falam, não somos bicho, reconhece, não é nada monstruoso e eu pensei bom, pode ser isso eu pensei com meus botões também, vamos fazer o seguinte, eu vou pegar também e vou quebrar o gelo entre a... tentar quebrar o gelo, quando eu falo USP é sempre a minha faculdade, Filosofia Ciências...

Carin: Sim eles deixam isso claro também que...

Paulo: USP é faculdade de Filosofia Ciências e Letras e Ciências Humanas, não é Politécnica, Faculdade de Direito...

Carin: Eles falam que tem alguns departamentos, algumas faculdades que eles têm...

Paulo: É a Faculdade de Filosofia e basicamente de Educação, Instituto de Educação, que bom, por onde eles tentaram fazer o curso aqui de Pedagogia da Terra, aquela luta com o Conselho Universitário, então, quando eu falo USP é sempre Faculdade de Filosofia. Eu pensei com meus botões o seguinte, bom eu vou, já no início dos anos 2000, enfim, não foi aquele auge do MST em 97 contra o FHC, mas enfim estava... Enfim, o gelo era menor entre USP e Faculdade de Filosofia, eu vou aproveitar essa chance histórica para fazer uma espécie de encontro de classes sociais, eu vou inclusive... Tenho muitos colegas ou ex-professores meus que estão digamos assim, não vai por isso hein assim uma espécie de pé na cova intelectual

Carin: Isso eu corto

Paulo: É você corta para ressuscitá-los politicamente e socialmente voltarem a pensar em contato com outra classe social é isso porque o mundinho da FFLCH é muito fechado, mesmo que a FFLCH pela degradação social que ela foi digamos assim, atropelada pelo processo histórico classe média, classe média baixa ela ainda é um reduto de classe média alta, não tem como, mais popular que se possa ser porque não é um curso profissionalizante, é para formar desempregado. Mesmo assim ela não está muito fechada sobre si mesmo, seria bom levá-la assim para uma coisa especial como era o MST que criou com suas próprias mãos uma Escola Nacional de formação alta, elevada, e isso aconteceu e eu, aí uma coisa é, não vou citar nomes evidentemente, mas eu levei, eu comecei a recrutar para um curso assim, acho que foram à primeira etapa como se diz foi em maio, junho, meados de maio ou junho inteiro até início de julho talvez, não me lembro mais, um mês e meio. Comecei a recrutar fazer os convites, montar o curso, demorou uns, não foi fácil deu um trabalho do cão, entrar em contato com as pessoas, convencê-las, explicar o que é, topar e tal, muitos topavam porque eu estava convidando não por convicção, mas a observação a primeira observação que eu fazia interessante era a seguinte, não tem nada a ver com o MS..., não tem nada a ver propriamente com a escola, foi um fenômeno que a escola propiciou. Vários colegas meus alguns mais velhos inclusive tinham sido professores meus já aposentados, alguns aposentados ou em vias de se aposentar, faz 10 anos, eu era 10 anos mais moço. Pelo fato da responsabilidade e de honrar o convite que eu estava fazendo em nome da escola de falar para o MST eles imaginavam que estava reunida a nata do MST ali, mas não estava porque teve problemas sérios de organização, estava num sentido de

nata intelectual formulador, porque eles chegaram eles não tinham pensado só num parênteses, uma coisa óbvia, que depois disso eu estou dizendo do primeiro ano de experiência de curso na escola, eles não pensaram na coisa óbvia, o que eles iam recrutar, mandem os melhores das regionais porque a escola é do barulho aqui nós fizemos e vamos trazer muita gente boa para falar aqui, professores e tal, então nós queremos o melhor nosso para o melhor que nós vamos trazer juntar as coisas, aí veio a resposta, o meu vocês não pensaram que os melhores que vocês querem estão até aqui de tarefas que não podem deixar? Então, vai quem pode aí ficou heterogêneo, isso e depois nas primeiras avaliações se chegou logo a essa conclusão que enfim, o público foi desigual, mas mesmo assim, voltando retomando o fio da meada, as pessoas que levei para lá ... aconteceu o seguinte fenômeno que foi falar para o MST a escola nacional do MST e pessoas que eu conhecia 30 anos ou mais...

Carin: Jogava futebol

Paulo: Não, não jogava futebol, mas conhecia de faculdade assim de 30 anos ou mais, deram as melhores aulas das vidas deles. Porque não era uma classe, não era uma, não é nem a palavra classe, não se aplica, não eram pessoas convencionais para as quais esses professores excelentes deram aula a vida inteira. Mesmo que ele tenha feito conferência aqui acolá alguns eram mais militantes e tal popular, mas uma coisa distanciada e episódica, agora você ir lá para meio do mato, lá para Guararema, tem 50 pessoas na sua frente com cara, com uma cara diferente, com uma cara do Brasil camponês, do campo, lá ouvindo você falar sobre a História do Brasil, História da Cultura Brasileira, Política Brasileira, aulas que normalmente a pessoa deu na USP a vida inteira. Isso provoca um interesse intelectual naquele que está falando, mesmo que ele tenha dado aquela aula 40 vezes na vida. (*longa interrupção/fone*) então, uma das coisas mais interessantes, portanto, do meu ponto de vista veja só, para o MST talvez seja irrelevante, mas para mim é muito relevante. Essa aproximação e provocar isso... Pessoas que voltaram a dar aula com interesse, que deram uma aula só com um interesse para esse público diverso, socialmente diverso. Pensaram coisas e deram aulas assim brilhantes! Coisas que eles já estavam assim rotinizados (*longa interrupção/ campanha*).

Uma outra peculiaridade, você vê que estou falando mais do curso que organizei. Bom eu não vou te enumerar todos os professores que convidei, porque posso omitir alguém. Se você for fazer uma lista fica muito chato...

Carin: Tá, mas quantos?

Paulo: Olha Roberto Schuwarz, Alfredo Bosi, Gabriel Cohn, tem mais, tem muita gente. Maria Célia Paoli, bom não importa, mas deste nível. Roberto Schuwarz falou sobre duas meninas que é um livro que ele escreveu sobre Helena Morley. O diário de Helena Morley. Eles leram Helena Morley, essa é a segunda etapa do meu depoimento. Eu logo ao montar o curso eu pensei numa espécie de ciclo de palestras, como se fosse uma extensão universitária, pensei mal obviamente, (risos) levando os professores, olha, sai aqui da Ciência Política, da Sociologia, da Teoria Literária da USP, vem um chofer te buscar com um carro de lá da Escola Nacional te desembarca entra numa sala e dá uma... Faz uma conferência, faz uma hora de exposição, 50 minutos que é a hora básica e depois do intervalo volta para um debate. Meu filho que é dos movimentos sociais há muito tempo com moradia e tudo disse, você é maluco? Isso não vai funcionar, eu tive um estalo, claro que não vai funcionar, isso é uma loucura que adianta levar o Bosi para falar sobre liberalismo e escravidão? Alfredo Bosi tem vários livros a respeito, querendo mais é militante, bem militante, mas expõe bem admiravelmente bem, mas sem nenhum preparo, porque ele vai fazer uma palestra, conversar com as pessoas e vai embora e acabou e no dia seguinte é outro, assim sucessivamente durante 40 dias, que eu faço? Aí tive um estalo e arrumei uma solução, não sei se, aí meu curso acho, que o curso que eu coordenei, acho que não sei se foi o primeiro, acho que depois outro simultâneo acho que foi do Badaró, sobre política brasileira e terceiro que não me lembro mais logo no primeiro semestre de 2005, mas que com essa fórmula acho que o meu foi único, que era o seguinte, eu tenho que falar um

pouquinho do que eu faço. A mais ou menos 13 anos eu coordeno um seminário livre às quartas feiras na faculdade depois de aposentado tal, começou em 2001, portanto, em 2005 ele já tinha quatro anos e esse seminário não sou eu que faço, eu levo pessoas para falar sobre tudo, tudo é livre, não tem nenhum compromisso acadêmico, não vale nada, as pessoas vão falar lá porque querem, não vale ponto, não ganha nada. E é frequentado por gente de tudo quanto, porque ouve falar, porque, está no meio e o assunto interessa, mas foi formando um pequeno grupo mais de ex-militantes sociais que fazem pós-graduação. Alguns já tinham feito pós-graduação, já tinham feito os mestrados, preparando doutorado, que tinham experiência com trabalho social, trabalhado em terceiro setor, em Ongs, partidos políticos e que eram muito bons. Alguns na maior parte sociólogos, alguns da filosofia. Eu falei, vamos fazer o seguinte, eu os convoquei para uma reunião uns 10 ou 15. Olha, vamos fazer o seguinte, vamos dar um curso lá na escola nacional, o esquema que estou bolando é o seguinte, tem uma aula magna entre aspas com um professor da FFLCH o assunto é especificado, nós vamos fazer textos destes autores, destes professores que são autores também e vamos fazer o pessoal ler, só que eles vão ler de maneira assistida entre aspas com um monitor, com um professor que serão vocês, então, na parte da manhã, eles estão lá em tempo integral, na parte da manhã vocês vão fazer seminários, dividir em grupos uma classe, sempre classe entre aspas de 50 pessoas, dividir em vários grupos e passam a manhã lendo esses textos, preparando já quem é que vai falar, o que escreveu, o que esses textos significam e faz uma leitura de texto, quando as pessoas às duas da tarde for falar, todo mundo já sabe do que se trata, quem é, o que pode despertar a curiosidade. Bom, funcionou, foi a única maneira de ter funcionado. Então, quando o Roberto que foi lá, o Roberto Schuwarz foi falar sobre Helena Morley ou sobre o livrinho dele dos meninos que é um livrinho encantador, as pessoas já tinham lido boas partes do livro. Porque eu tinha passado o livro para eles e tinham tido uma manhã inteira com três monitores que eu levei especiais que conhecem o instinto literário sobre Antônio Candido literatura brasileira assim por diante para trabalhadores rurais sem terra, de modo que quando o Roberto chegou e viu aquele público a química foi imediata e ele deu uma aula esplendorosa, as pessoas reuniram toda a escola foi uma pequena multidão, tinham lido Helena Morley. Helena Morley passou a ser um autor que fazia parte do repertório de um movimento social, isso é um fenômeno no Brasil, aí aos poucos eu fui começando a me dar conta, olha, eu estou modestamente é uma gota d'água num enorme oceano, eu estou realizando, fazendo a fusão entre o projeto original dos fundadores da Faculdade de Filosofia que eram pessoas digamos assim socialmente avançadas para o seu tempo nos anos 30 e 40 egressos da luta antifascista que tinham trazido professores europeus de esquerda socialistas franceses italianos assim por diante, e que haviam pensado em formar professores. A faculdade originalmente pensava em formar professores para o ensino médio de São Paulo e formados em outras bases científicas, culturais e políticas e sociais de modo que eles teriam um contato com o ensino médio com os jovens do ensino médio público da rede Estadual de São Paulo nos anos 40, quando as coisas começaram a funcionar, de modo que haveria uma fusão uma espécie de casamento social entre o que havia de melhor na cultura organizada universitária brasileira e a população. Era público e gratuito, escola pública, escola pública foi pensado nisso. Bom, depois houve um corte, isso começou nos fins dos anos 50 e início dos anos 60 havia uma separação entre esses dois mundos, aí veio à ditadura acabou de separar, sobretudo a degradação do ensino público estadual e esses professores ficaram falando sozinhos, ficaram falando sozinhos ou radicalizando nos movimentos estudantis os mais engajados, que depois foram para luta armada assim por diante, mas isso desapareceu, esse contato com seu público destinatário anti-oligárquico, anti-aristocratizante que era o projeto da Faculdade de Filosofia isso não aconteceu. Quem sabe isso com o MST e com a Escola Nacional seja uma chance histórica, eu acho que eles os que eu convidei eu nunca falei isso explicitamente, perceberam intuitivamente, por isso deram belas aulas, fizeram conferências históricas sobre formação do Brasil que era o assunto e eram aulas históricas, por causa disso e

por causa desses monitores que facilitaram a tarefa. Desses monitores só um parênteses, também é efeito colateral desse encontro com a Escola Nacional. Aconteceu o seguinte, eles ficaram, eles eram já pessoas tarimbadas em programa sociais do governo, faziam avaliação, partidos políticos, algum tipo de militância, mas enfim, eram pessoas que sabiam o que estavam falando o que estavam fazendo, mas não tinham contato direto com o MST, porque, o MST era uma coisa muito distante, eles eram mais urbanos. Eles ficaram 40 dias morando na escola e isso produziu um outro efeito que ninguém pensou, nem eu, nem eles, nem a escola, que não estava entendendo muito bem aquilo lá...

Carin:Por isso que eles falam que a escola está sempre em construção...

Paulo:Pois é então, chegam lá mais de 15 rapazes e moças e que fazem a preparação do curso de manhã, assiste de tarde, de noite fica conversando tomando pinga, conversando até de madrugada, depois de 40 dias, dois entraram no MST.

Carin:Olha só...Cooptação da experiência não é?

Paulo:Foi. Resolveu... Olha, eles pediram...Vocês podem nos ajudar, porque agora vai ter convênio disso, convênio daquilo com as faculdades, precisa ensinar...Algum cursinho de português, espanhol não sei mais o que, história, geografia, é podemos, agora é julho férias, eles foram ficando, foram ficando, foram ficando e entraram viraram universitários! Um estava fazendo mestrado, dois tinham feito mestrado iam fazer o doutorado e entraram. Bom, é que esse grupo das quartas feiras também era um grupo muito especial, era um grupo que tá na minha mira, por exemplo, digamos que é um tipo de intelectual precário, que não vai fazer carreira universitária, não tem chance, não tem interesse, e é tão bom quanto se fosse fazer, mas não tá interessado porque não vai passar na primeira... não tá interessado em ser avaliado por um sistema que despreza de capitalismo acadêmico, então, é uma gente que está assim em disponibilidade política e ideológica e podem tem condições de fazer mestrado, doutorado pode conseguir bolsa assim por diante, mas querem fazer outra coisa, inclusive, uma escolha de classe, passar para o outro lado. E aconteceu, aconteceu em parte, e isso eu acho uma das coisas extraordinárias que 10 anos depois é isso que está vendo nas ruas de São Paulo, mas claro que não é isso o embrião, mas essa fusão, essa troca que não estava acontecendo há muito tempo, porque os movimentos clássicos dos partidos políticos de esquerda enraizados urbanamente eles estavam completamente burocratizados esclerosados e não havia condição de encaixar esse sangue novo. Naquele momento através da Escola Nacional houve uma comunicação, agora as coisas são mais complicadas, naquele momento houve isso, então isso foi um outro efeito não pensado desse encontro que foi essa experiência na escola nacional.

Carin:Nesses primeiros cursos que o senhor coordenou eram só militantes do MST? Tinha gente de outros lugares?

Paulo:Tinha não, tinha nos primeiros, tinha não era só MST, tinha podia contar nos dedos um, dois ou três do recém-formado MTST estava chegando lá.

Carin:E pessoas de outros países nada? Da via Campesina?

Paulo:Não, não, não, nós sabíamos que já tinha relações com o Haiti, com a África, via Campesina, via Campesina já estava formada claro, e que viriam gente, viriam, mas naquele curso foi estritamente gente do Brasil.

Carin:Que era o início mesmo né? Era a base?

Paulo:Era o início mesmo, era uma coisa que, era um experimental, tanto é que não se repetiu mais, inclusive nós...Foram três etapas 2005, depois 2006 até 2007. Teve duas etapas em 2005 em maio e junho outra depois setembro depois teve em 2006 teve uma segunda em fevereiro tal qual eu não participei eu fiz uma operação e fiquei de molho. A meninada tocou sozinha, eu já tinha feito os convites já estava montado o curso, uma semana antes eu fiz os exames tinha que ser operado com urgência e fiquei de molho dois meses e a meninada tocou o curso sozinha. Aí em 2007 foi só encerramento avaliação e tal, foi uma coisa mais curta. Aí todo mundo os que permaneceram, porque houve muita desistência porque as pessoas tinham tarefa em casa,

assentamento para cuidar, casa, não sei mais o que, ameaça de despejo e os que ficaram fizeram então uma pesquisa final, é um luxo veja só, eu falei, Pizeta isso aqui é um luxo, nem na USP tem um professor para cada um em tempo integral, os caras estão morando aqui, olha lê isso, lê aquilo, faz a primeira versão, corrige, isso por durante 15 dias, isso não tem, isso não vai se repetir porque era uma fase experimental não tem como, não tinha como, inclusive uma coisa que eu insisti bastante, não deu, não houve condições materiais, em fazer insisti com a Gorete, eles estavam de acordo, olha, tem que gravar tudo depois difundir porque senão perdeu. A gente não tinha condição de gravar, não foi feito nada, perdeu-se.

Carin:Fica sem história né?

Paulo:Ficou, perdeu-se, perdeu-se tudo. Não foi nada gravado, as aulas, os debates, as preparações com esses monitores, nada disso se fez, nada disso foi registrado, inclusive porque tinha efeitos didáticos para mandar para as regionais, para as regionais multiplicarem. Vídeo é a coisa mais banal que existe é barato dá para fazer é só ter algum equipamento ali para fazer, mas no imprevisto não cuidamos dessa parte de modo que se perdeu. Outras coisas aconteceram, uma coisa interessante aconteceu também, parece que eu estou contando muita vantagem, mas também foi iniciativa nossa. Bom, como a palavra de ordem era boa, os problemas da Reforma Agrária todo mundo conhece no campo são esse, esse e esse, nós estamos chegando mais perto das cidades, mas não conhecemos as cidades, que língua nós falamos, como nós vamos chegar às periferias e falar com quem, deixa comigo, eu conheço algumas pessoas vou trazer o pessoal do hip hop de São Paulo, fizemos um fim de semana. Eu falei com uma jornalista que me ajudou muito, pode dizer, a Natália Viana que é irmã de uma das monitoras e trabalhava no Brasil de Fato e fez várias reportagens sobre o hip hop, eu falei, Natália me ajuda aí a localizar esse pessoal do hap para passar um fim de semana em Guararema trocando figurinha com o MST. Ela organizou, nós fizemos uma reunião com o pessoal do hip hop lá no Brasil de Fato, os caras toparam inclusive de São Paulo e de Brasília também veio e o Gog que até hoje é meu amigo veio...

Pois então, fiquei amigo do Gog nessa época. Ele ficou lá, eles ficaram. Chegaram na sexta e ficaram até domingo de noite lá e o MST se apresentou para eles, eles se apresentaram e fizeram várias performances, foi um acontecimento!

Carin:Mística de um lado, performance de outro.

Paulo:Exatamente, exatamente. E eles não conheciam direito. A grande curiosidade do hip hop era como vocês se financiam? Eu falei nós produzimos ... tem o estado claro tem programas do estado, mas nós produzimos, vai para o mercado não tem como.

Carin:Tiveram os cursos e não teve essa condição de registrar? Vídeo? Mas teve alguma produção do que foi...

Paulo:Tem. Agora tem os trabalhos que os caras do MST fizeram enquanto alunos entre aspas devem estar arquivados em algum lugar lá na escola.

Carin:E como eram esses trabalhos? Que formato tinha?

Paulo:Olha tinha de tudo, basicamente quer dizer, aí a gente via como é que, nós vimos, eu no meu caso, tínhamos planejados assim voo completamente absurdo, desde Joaquim Nabuco e a Abolição, até ditadura militar, pensamento sociológico, pensamento político, pensamento literário, vários marcos na tradição crítica brasileira, mas a pesquisa que cada um foi fazer no fim era sobre o seu próprio assentamento a sua região, problema agrário...

Carin:Isso era aberto para eles?

Paulo:Era aberto, eles podiam fazer o assunto que eles quisessem, nós que íamos dizer sim ou não, quer dizer, se vale a pena, não vale a pena, o que se pode fazer, o que não se pode fazer, mas tiveram algumas coisas interessantes, porque uma das aulas, bom, teve aula sobre violência, psicanálise, tudo que você possa imaginar, e psicanálise e sociedade brasileira que eu lembro...

Carin:Sempre relacionando...

Paulo:Eu levei a Maria Rita Kehl, eles ficaram fascinados com psicanálise. E um rapaz de muito talento do Pará, qual eu perdi o traço, fez um trabalho formidável sobre psicanálise e sociedade e a experiência e militância no MST. Um rapaz do Pará eu perdi o contato uns 10 anos, então, tinha esses trabalhos assim estranhos, anômalos fora do eixo que era o eixo natural de escrever sobre os impasses da reforma agrária na sua região, no seu assentamento, relação com mídia, relação dos jovens com a mídia, relação com os jovens que não queriam ficar nos assentamentos e queriam ir para as cidades, e por aí afora. Então o foco era esse. Mas como eu lhe disse, o grupo que veio para esse primeiro curso persistiu nas três etapas, muita gente não optou porque tinha tarefas, era muito desigual, então, tinha gente dos mais variados níveis, inclusive de letramento e gente que estava aprendendo a escrever. E teve um caso assim dos mais dramáticos e comoventes, um deles já todos adultos alguns jovens, mas boa parte adultos, que tinha esquecido... Ele tinha vivido uma vida errante no mato que ele havia sido despejado, depois ficou sem trabalho, depois ficou migrando de trabalho em trabalho no mato, praticamente no mato esqueceu de ler e escrever. Ele reaprendeu na escola, um negócio impressionante!Então você tinha um fulano que estava começando a reaprender a ler e a escrever e você explicando o que era Florestan Fernandes ao mesmo tempo. Para nós foi uma coisa extraordinária, por outro lado não sei qual é o rendimento político, a avaliação política que eles fazem atualmente 10 anos depois, mas para nós na pequena faculdade de filosofia as pessoas que foram convocadas para fazer isso foi um acontecimento histórico num certo sentido. Teve lá um curso Guimarães Rosa, eu levei um diabo de um alemão que é craque em Guimarães Rosa, está no Brasil desde 20 anos de idade, que dizer alemão é muito amigo meu para falar de vários livros de Guimarães Rosa, ele foi lá e contou e contou como é que funcionava O Grande Sertão Veredas, comparou com Euclides da Cunha com os Sertões, aí quando ele terminou a grande exposição dele começaram, aí veio o intervalo, e começaram os debates aí ele percebeu que ele estava falando de um assunto que todo mundo conhecia, jagunço é conosco mesmo, nós sabemos o que é pistoleiro o que é jagunço (risos) e começaram a explicar coisas para ele. Bom, e de noite tinha uma conferência ou projeção de filme, então, nós falamos Revolução Mexicana, Revolução dos Cravos, todos os filmes que você possa imaginar, políticos interessantes...

Carin:É entra a luta internacional de certa maneira né, não tem jeito?

Paulo:Claro, teve três que eu me lembro, teve uma Revolução dos Cravos, Revolução Mexicana, Irã. Revolução no Irã, bom, eu já não vou me lembrar de todos os debates que aconteceram nessas três etapas.

Carin:E eles faziam sempre uma relação com as experiências deles?

Paulo:Todos interessavam, todos interessavam, olha, e eles acordavam cinco e meia às seis da manhã depois de noite ó...

Carin:É eles tem um cronograma, eles têm uma rotina...

Paulo:Depois trabalho, trabalho, trabalho, trabalho, trabalho...

Carin:Que tem um tempo. Quando eu fiz a entrevista com o Paulo que é uma gracinha o Paulo Almeida que viveu no Haiti, eu acho que dois ou três anos ele estava contando os tempos de estudo, então, lembra acho que as seis, aí tem o tempo leitura até não sei que horas, aí tem o tempo de não sei o que até não sei que horas, depois tem o tempo trabalho que também é um tempo educativo, nossa e vai e vai, é muito interessante, muito bacana.

Paulo:E uma das coisas que afetou muito depois conversando com os meus colegas da FFLCH, que antigamente eu ia buscar no carro, depois ia acompanhava em casa e tal aí eles ficavam muito socialmente muito comovidos muito tocados com isso, porque uma coisa você ser de esquerda tal aberto socialmente, outra coisa é a experiência direta. E a coisa que mais os comovia e mais os tocava era o fato, era o sentimento de gratidão que tinha a classe trabalhadora que os ouvia, por eles terem se dado ao trabalho de ir até lá conversar e dizer o que sabia e responder as dúvidas deles e debater com eles de igual para igual, sobretudo isso, debater de igual para igual, então, o fato de serem respeitados enquanto classe trabalhadora. E por outro

lado, pessoas que se dispõem a falar e dizer o que sabem para eles a gratidão era infinita e isso abalou e tocava os professores.

Poxa vida, eu nunca senti isso, eu sou professor há 40 anos gosto de dar aula é a minha profissão, mas às vezes a impressão é que na maioria das vezes estou falando com as paredes, ninguém está aí, eu estou enchendo a paciência deles, eles estão enchendo minha paciência também, estamos perdendo tempo uns aos outros. Quando você vê atenção absoluta da pessoa que está te ouvindo e está agradecida por você estar falando e depois vai te fazer perguntas as quais você vai responder de igual para igual, porque essa é outra grande descoberta que a gente faz quando vai dar aula no MST, o MST, sobretudo pelas origens rurais, que o país é rural, era e sempre foi rural, tornou-se urbano agora recentemente, então, tem uma compreensão da história que nós nunca temos, a história como tem a memorialística e as místicas, então, é uma história viva que está acontecendo agora há 400 anos, e isso nós não temos na faculdade. Você dá uma aula sobre Escravidão, você dá uma aula sobre República Velha, você dá uma aula sobre o Golpe de 64, e tudo que aconteceu antes e vai acontecer é simultâneo.

Carin:É dialético...

Paulo:Uma coisa impressionante, porque o tempo histórico é outro. Uma vez eu estava saindo num intervalo, uma aula acho que era sobre as Revoltas Escravas e as Revoltas nas Regências e eu, alguém do MST estava assistindo a aula disse: Paulo você não pode continuar assim a aula está um horror não dá pra continuar assim mais temos que fazer alguma coisa eu falei o que é? Nós não podemos perder sempre, era a história da luta social, nós não podemos perder sempre, tem que mudar alguma coisa, tem que fazer alguma coisa, aí que caiu a ficha. O que o fulano, o que o professor tinha dito há 150 anos, era contemporâneo para ele. Olha, eu sou negro trabalhador do campo, sem terra, eu sei o que é isso, essa história para mim não acabou, não é nova, e isso você não tem jamais numa universidade, quando muito você tem filho de trabalhador bolsista que está grato porque conseguiu a bolsa e agradece o Estado e pronto. Ali não, ali nós fizemos a nossa escola, nós convidamos, vieram porque quiseram para contar essa história, essa história é história nossa, nós temos coisas para contar para vocês também, isso para quem passou por essa experiência como eu não tem preço. Para a escola é um tijolinho na construção da escola...

Carin:Eu passei por uma experiência dessas também quando eu dei aula na aldeia indígena. Dei aula para os indígenas, para os guarani, é isso mesmo, todo mundo prestava atenção... Eu dizia para eles, não gente! Calma, relaxa! Todo mundo muito querido, muito agradecido, prestando atenção em tudo. Algo que a gente não consegue mensurar...

Paulo:Não consegue, por exemplo,nós professores no Instituto da USP, nós temos uma certa tendência, os urbanos em geral, o cinismo, fazer piadas assim, com coisas que são meio dramáticas você faz piada que é também para afastar não é? Isso não era possível, porque, a ideia de respeito é muito forte você sente na hora que não dá para fazer gracinha, não dá para dizer... Carin:Porque parece que vai afetar...

Paulo:Vai afetar em você, é uma coisa impressionante. Aí você descobre algo que é a autoestima popular e que a gente por mais progressista na USP lá no nosso cantinho é uma coisa, e depois você evitar suas piadinhas que tem implica sempre uma falta de respeito, é impossível, na hora eles tem uma maneira elegante de te colocar em seu lugar, olha, ponha-se lá. Mutatis Mutandis é uma coisa mais ou menos, talvez o Paulo deva ter te contado sobre o Haiti o que o Brasil aprontou no Haiti não está escrito entre outras coisas. Tirando o básico, por exemplo, fazer política de terceiro setor para elevar a autoestima do Haiti, porque aquilo é uma desgraça é só uma crise atrás da outra, uma sociedade desintegrada que vive da caridade internacional, então, vamos fazer atividades para levantar a autoestima do povo haitiano, isso quem me contou foi um antropólogo recém-chegado do Haiti que estuda, especialista em Haiti vendo o que está acontecendo disse, olha o Brasil não podem fazer isso, vai acontecer alguma coisa e não deu outra, primeira, segunda reunião que eles fizeram o cara se levantou e disse

olha, quer saber de uma coisa querem falar de autoestima para nós, vocês não sabem que nós fizemos a primeira Revolução escrava vitoriosa do mundo desde Espártaco? Espártaco perdeu nós ganhamos, foi a primeira Revolta anti-sistêmica no capitalismo internacional foi no Haiti, nós derrotamos Napoleão, vocês vem falar de auto estima aqui, vocês tem o que na cabeça, não ensinaram História da América para vocês? O cara levou um sermão.

Carin:Eu acho fantástico...

Paulo:E era um daqueles caras de Ong, assim agora...

Carin:Tá fora da casinha, uma galera que está fora da casinha mesmo...

Paulo:Mutatis mutandis, acho que era a impressão que e o pessoal da USP tinha para falar com gente do MST que tinha uma educação formal recente, mal alfabetizada.

Carin:Sim, teve gente que se alfabetizou na construção da escola, nas brigadas não é? Ai o senhor ficou um período e não se envolveu mais?

Paulo:Não, depois aí bom, eles mudaram o formato, os cursos e tal, aí passei digamos entrei na categoria como eles chamam de professores, os professores que contribuem no movimento. E toda vez que eles precisam para dar uma aula, convidar alguém eu entro em contato com isso, eu vou lá, estou sempre, mas é menos cada vez menos, uma vez, duas, três vezes por ano dar uma palestra, mas continuo com, enfim, grandes amigos.

Carin:E o senhor é também membro da associação?

Paulo:Ajudei a fundar a Associação dos Amigos...

Carin:Da escola?

Paulo: Fui um dos fundadores. Primeiro o João Pedro nos pediu, vamos fazer isso porque a escola está ruim de finanças, ruim das pernas, vamos ajudar e tal. Nos primeiros anos ajudei a tocar, depois também é muita coisa, muita solicitação, muito movimento então...

Carin:Eu conversei com o João Nery esses dias ele disse que a associação também está em construção como a escola está em construção e muitas coisas assim, na verdade, segundo ele, o grande foco é o apoio financeiro é a associação conseguir angariar fundos.

Paulo:Olha, eu peguei como você está fazendo o negócio do Internacionalismo eu peguei eu acho que dei uma ou duas aulas ou três aulas para os latinos americanos que é outra coisa também que impressiona.

Carin:Impressiona em qual sentido professor?

Paulo:Porque a gente não está mais habituado a internacionalismo digamos assim proletário entre aspas...

Carin:Sim . Uma espécie de um resgate?

Paulo:Pois é, você está com militante da América Latina inteira, então, é uma coisa, quando nós começamos de fato a prestar atenção que existia algo como uma América Latina, porque nós sempre achávamos que pelo fato de sermos uma coisa a parte, português, monarquia, escravidão, nós não nos considerávamos, aquilo lá era terra de caudilhos, quer dizer mesmo sendo progressista você não tem ideia você não estuda História da América, estuda Brasil, Europa e Estados Unidos, mas História da América nem mesmo politicamente, isso mudou com a Revolução Cubana que de certa maneira interiorizou a América Latina inteira e centralizou, mas isso também era uma coisa muito distante, pela primeira vez você chega numa reunião política, no caso toda vez que eu vou falar na Escola Nacional me convidam para uma outra, eu preciso de uma palestra avulsa, o ciclo sobre isso, o ciclo sobre aquilo, eu vou lá está cheio de latino americano na sala e depois com o tempo chegaram os haitianos também, africanos então nem se fala, isso é uma coisa inédita.

Carin:E eles, como é que eles entendem? Como é para eles? A gente está vendo o lado de quem está dando a aula, e para eles o que o senhor sentia?

Paulo:Eu não posso, porque esse meu contato é esporádico, chego para dar aula, falo, depois tem o intervalo, tem o debate, tem um pouco de conversa eu vou embora ou janto, alguma coisa

assim. Então é uma conversa assim de política geral como está a situação, como está na Venezuela, Equador, Caribe e assim por diante, mas se vê que é gente boa que está ali.

Carin:Pessoal que tá engajado no movimento...

Paulo:Hãhã

Carin:É isso professor, você gostaria de colocar mais alguma coisa?

Paulo:Não. Acho que para mim foi uma coisa fundamental, é mais um depoimento que estou te dando.

Carin:É super fantástico assim, porque, o senhor traz coisas que, irá contribuir mesmo para história da escola, porque é uma coisa que a gente estuda muito no Gruphis, é... A gente até coloca entre aspas, coisas que ninguém estuda no campo da educação, as pessoas preferem fazer estudos sobre formação de professores, mas ninguém vai estudar o sindicalismo docente, ninguém vai estudar a educação do MST. Não que não haja estudo, mas se for comparar, são os marginalizados, são os temas marginalizados, ninguém dá bola para as coisas que a gente pesquisa. Então o nosso grupo se debruça nessas pesquisas, faz um estudo comparado do sindicalismo docente da América Latina, por exemplo. A gente faz o estudo focado na questão da História mesmo da História Social, porque, vai ter um dia que ninguém vai saber mais, porque, não tem, ninguém que escreve sobre. Pelo menos é uma contribuição que academia pode dar para esses movimentos, uma coisa riquíssima. Esse depoimento foi emocionante, se meu orientador estivesse aqui ele teria chorado, ele chora com tudo ele é uma graça.

Paulo:Pois é. Olha, eu destacaria que de fato é uma coisa assim fora do esquadro, lá na USP, na educação, também na FFLCH tem muita tese sobre o MST, o MST é objeto de teses no mundo inteiro no Brasil tudo enquanto é faculdade então, a novidade não estava aí, em 2005 já tinha tese sobre o MST, estudar o MST não era uma coisa assim do arco da velha, pessoa estudava, divergia, debate e tal, mas esse convívio de pouco tempo mesmo que seja no caso de meus convidados de poucas horas foi novo, em 2005 era uma coisa nova não estava escrito por aí, um ou outro ia porque era especialista num assunto ia para um encontro em qualquer lugar do Brasil ia lá dava sua palestra ia embora e acabava, mas esse convívio e o fato de ficar várias horas olhando para um determinado e depois conversando e prestando contas de certa maneira e sendo objeto da curiosidade dessas pessoas, isso no meu caso posso dizer que nesses meus monitores que alguns eram meus orientandos outros não, estavam ali de passagem formou-se um coletivo de memórias que até hoje trocam correspondências, todos são doutores, continuam, eu continuo ligado a eles, frequento um grupo, o grupo chama-se Guararema grupo...

Chama Guararema grupos, é um pequeno grupo, são umas vinte pessoas que trocam e-mails informações...

Carin:O pessoal que se organizou?

Paulo:Esse e-mail chama Guararema grupo, agora esse seminário da quarta é aberto se você quiser.

Carin:Eu fiz alguns cursos, não sei se tem a ver com o grupo do senhor com o Spencer, com a Joana com o pessoal da antropologia que era sobre a questão indígena...

Paulo:Não é curso. É no meu caso um seminário eu convido faço uma programação do semestre ou coisa que pinta, às vezes é quinzenal, às vezes é semanal, quarta feira de noite, há 13 anos acontece e vai falar sobre qualquer coisa, as pessoas recebem informação, vão se estão interessados, se não estão interessados não vão...

Carin:Qual horário professor?

Paulo:Sete e meia da noite, contam para outros que aparecem, sempre tem caras novas que nunca vi. E tem outros que estão lá que eram alunos da graduação que hoje são doutores que estão dando aula por aí, mas vão lá continuam sempre.

Carin:Que bacana eu gostaria, vou só me organizar! Agora estamos em greve na educação...

Paulo:Na APEOESP?

Carin:Não os Municipais.

Paulo: Você conhece o Nakamura?

Carin: Nakamura? O primeiro nome, não é Marcelo?

Paulo: Não, são quatro irmãos, eu sempre confundo o Manuel está na Alemanha, fez doutorado em Economia, esse o Nakamura, bom enfim, ele é militante, ele também está no seminário das quartas.

Carin: Muito obrigada professor Paulo. Depois de transcrita, lhe encaminho.

Entrevista com Geovane Costa do Movimentos dos Atingidos por barragens - MAB.
Realizada no dia 09 de setembro do ano de 2014.

Carin: Olá Geovane, como está? De antemão, gostaria de agradecer a sua disponibilidade em nos ajudar com essa entrevista.

Bem, podemos iniciar com você contando um pouco sobre a sua militância e também sobre as suas ações no movimento do qual faz parte. Você é do MAB não é? Acho legal contar um pouquinho sobre o que você faz lá, sobre o movimento... Conta um pouquinho para gente?

Geovane: Em termos gerais, a minha militância no MAB, ela surgiu a partir de uma necessidade. Sou atingido por uma hidrelétrica construída no período militar ainda na década de 80. A partir de então se criou uma resistência na região com aquelas pessoas atingidas. Eu sou parte desse povo... E aí conheci o MAB e a gente engajou na luta. É... Ora a gente está mais próximo, ora mais distante. Neste momento, hoje mais de um ano, estou fazendo parte da direção estadual do movimento né. A gente tem um trabalho meio árduo, um trabalho que a gente está acompanhando as regiões tanto do Madeira quanto do Samuel que são as duas regiões que tem hidrelétrica em Rondônia. Além de acompanhar outras atividades da Via campesina também em Rondônia. Carin: Bacana Geovane! Responda-me uma coisa, eu lembro que quando a gente conversou lá na Escola Nacional Florestan Fernandes, você havia me dito que era professor também. Conta um pouco sobre isso. E se você desenvolve esse trabalho docente, militante dentro do MAB. Você disse que faz parte da direção estadual do MAB, você faz especificamente o que?

Geovane: Eu sou formado em ciências biológicas, eu diria que não tem muito haver pedagogicamente né... O trabalho. Mas... O trabalho que a gente desenvolve por ser um trabalho educativo e de conscientização das populações, principalmente as populações e povos menos favorecidos e menos instruídos, a gente acaba aliando isso, a educação formal e não formal. O meu trabalho, ele é essa parte de formativa. A gente acompanha principalmente a formação de grupos de base, a formação de grupos menores e que são os grupos de base e a formação de grupos maiores, que são grupos regionais das macro regiões que tem em Rondônia. Então o trabalho é meio educativo. Além desse trabalho de formação, a gente faz a parte política né. A gente tem determinadas situações que dão direcionamento nas discussões internas do movimento, então tem determinadas comunidades que tem dificuldades de fazer, por exemplo, uma aproximação com o Ministério Público, com os poderes públicos hoje, com o IBAMA, o Ministério da pesca, com outros grupos. O nosso trabalho é fazer essa ponte. A ligação entre a comunidade e o poder público.

Carin: Entendi, é um trabalho de educação não formal mesmo, que é o mais bacana de tudo. Eu acho também! Então vamos entrar no assunto da Escola Nacional Florestan Fernandes. Como o movimento (MAB)... Como vocês conheceram a Escola Nacional Florestan Fernandes, em especial, você? Como você teve acesso à escola... De que maneira você conheceu a escola?

Geovane: Diversos cursos que acontecem na Florestan... Pelo fato da gente fazer parte hoje da Via campesina, a gente tem umas vagas como convidados para participar dos diversos cursos. Em 2013 mandaram o convite para o movimento, disponibilizaram as vagas que tinham para fazer a Teoria Política Latino – Americana 2013. Então assim, me confiaram essa vaga e foi aí

que eu conheci o espaço físico da escola. Dessa forma, por nós já termos essa relação enquanto Via Campesina, MST e com as escolas que fazem parte do MST.

Carin: Entendi. Então de certa maneira vocês... Você no caso já conhecia a ENFF pelo trabalho que ela desenvolvia que é o de formação política. Ela faz um trabalho que não é só lá, ela faz um trabalho à distância no sentido de que ela não é só um espaço físico. Bem, como foi feita a discussão no interior do seu movimento, do movimento do qual você faz parte, para que participasse do curso da ENFF, qual era a proposta?

Geovane: A proposta de mandar um militante... Alguém que faz parte do MAB para participar de um curso de formação política seja em qualquer lugar, mas em especial na Florestan é assim... É tentar trazer para dentro do movimento essa formação né, tentar fazer isso para que seja além da pessoa que a pessoa possa fazer isso e possa ser um multiplicador do que você veja, do que você aprende do que você vive, num espaço como é o caso da Florestan Fernandes. A discussão é feita na direção do movimento, no coletivo, não é uma decisão que parte da pessoa, é uma decisão que parte do coletivo. A gente vai escolher a partir do que a gente conhece, do que a gente confia da pessoa. E assim, é por isso que no início eu falei que a mim tinham confiado isso. Como militante eu acho que é assim... Uma experiência única participar de um curso desse nível.

Carin: Outra questão, qual era a sua tarefa no curso? Eu sei que você tinha uma tarefa objetivada pela própria ENFF, mas você também tinha uma tarefa enquanto representante do MAB. Qual era a sua tarefa enquanto representante do MAB ao participar do curso de Teoria Latino Americano na ENFF?

Geovane: Enquanto militante do MAB, a minha principal tarefa era absorver o máximo de informações possíveis. Participar de todas as atividades, ser cumpridor de todas as regras que existem na escola. Eu acho que essa era a principal tarefa né. A tarefa que a mim foi destinada foi a de estudar e aprender. Internamente, na Florestan, existem tarefas que são educativas também né. E assim... Nesses 90 dias que eu passei lá na Florestan, no curso, eu acabei passando por diversas tarefas internas, quase todos os espaços de trabalho, eu acabei participando.

Carin: Entendo que são os tempos educativos, que o tempo trabalho também é um tempo educativo. Conta-me como foi essa experiência, correspondeu as suas expectativas, foi o que você esperava como foi isso? Como é a organização do curso, como foram recebidos, levando em consideração que teve a participação de pessoas de outros países? Teve estranhamento ou não? Vocês já se conheciam? Vocês eu digo, os brasileiros e os representantes de movimentos de outros países... Se foi por meio da Via Campesina? Como foi feita a organização para as coisas acontecerem na escola?

Geovane: Eu cheguei à Florestan com um companheiro de Rondônia, chamado Fred, Frederico. A gente acabou se conhecendo na viagem, de Rondônia à São Paulo. Eu saí de Rondônia para participar não só da escola, eu saí para participar de um encontro nacional do movimento que aconteceu em São Paulo e de lá fui para Florestan. Cheguei três dias atrasado para o curso. Então... Quando eu cheguei, já estava lá a maioria dos companheiros que iam fazer parte da turma. Eu conheci o Fred no caminho, cheguei lá, não conhecia ninguém. Até a segunda semana, chegaram mais pessoas, totalizou 47 estudantes de 12 países. Tinham sete brasileiros e os demais eram de outros países. A gente teve aula de espanhol para a gente tentar se entender enquanto língua.

Os NBs... O grupo inteiro foi dividido em NBs né, foram divididos em seis NBs, cada um composto por 8,9 pessoas e cada NB tinha um brasileiro para não ficar somente os latinos e os brasileiros em um grupo só para tentar socializar com tudo o que acontecia. Então a organicidade do curso se deu dessa forma. A inserção orgânica. Foi dividido... Foram divididas as tarefas assim, a proposta do curso superou as minhas expectativas, eu confesso que deveria estar muito mais preparado para participar de um curso desses. Tinham companheiros também que não estava a altura do curso, mas de modo geral, foi bom.

Eu creio que com essa pergunta não vai se esgotar porque se eu fosse falar o que eu vivi em 90 dias, eu teria que passar pelo menos umas três horas para tentar fazer um relato.

Carin: Ah... Então conta um pouquinho! Não precisa ser três horas, mas conta um pouquinho de como foi essa vivência nesses noventa dias. Para nortear um pouco a pergunta e resposta, você poderia dizer como foi a rotina do curso, o que vocês faziam lá, quais foram as disciplinas, quem foram os professores?

Geovane: A rotina do curso... Assim né, a rotina da Florestan. Ela começa muito cedo, até a gente brincava que a maioria das pessoas que participavam do curso, não era camponesa. Eles não estavam acostumados a ter aquele tipo de rotina. Por exemplo, acordar às seis horas da manhã e às 06h20min já começar a estudar. O tempo leitura era às 06h20min da manhã. Desayunar como diziam os latinos às 07h00min... Então, tomar café às 7h e estar na mística às 07h45min e às 08h00min em sala de aula, era dificultoso, até meados do curso já estava todo mundo sempre chegando no horário. A gente tinha aula todas as manhãs, a tarde a gente tinha o tempo trabalho, das 14h às 16h e a partir das 16h a gente tinha aula novamente. Aí eram assim, as aulas, as disciplinas elas eram variadas, cada semana a gente tinha um facilitador, um educador, e aí a gente teve pessoas como Mariano Feliz da Argentina que trabalhou a economia, a gente teve Traspadini que trabalhou também a economia. Rodrigo Filho que trabalhou introdução ao marxismo, que, diga-se de passagem, é um excelente, excelente educador. Tivemos a Silvia Ardori, também Argentina que trabalhou a formação... A história da América Latina, como surgiu é... A América Latina que existe hoje. Tivemos Carlos Barrientos da Guatemala, enfim, João Pedro Stédile, tivemos um time e tanto enquanto educador do curso né... E aí é assim... A dinâmica era assim, cada pessoa tinha que trabalhar aquele tema e depois ia embora, e aí a gente tinha aula expositiva, participativa, e tinha, enfim, tinham as nossas aulas práticas também. Além disso, acho que tudo o que a gente viveu ali, ia para além do espaço da escola né, a gente teve atividade fora da escola. A gente teve viagem, a gente teve trabalho fora da escola, enquanto militância. Participamos de diversas atividades fora da escola que também eram educativas. A gente teve uma jornada socialista, que aí, os companheiros foram há um abrigo, cuidar dos idosos, fomos a escolas, a gente foi em ocupação urbana, fomos a assentamentos, acampamentos, enfim, nós procuramos vivenciar o máximo de coisas durante esses noventa dias, além de trocar experiências né, porque nós estávamos em 12 países e diversas organizações, cada organização tinha a sua história e a sua maneira de... E cada companheiro tinha uma história e uma história diferente, a gente acabava trocando essas informações. Eu lembro que quando eu cheguei ao curso, eu falava muito *IIRSA* e os companheiros não sabiam o que era. Até o final do curso eles já estavam experts no assunto. Lembro que na penúltima semana, tivemos aulas com a Ana Esther Ceceña, uma mexicana, é o cara na formação política. E aí ela falava *IIRSA* né, e aí todo mundo já estava meio afiado quando a gente estava falando o que era isso. Além de tudo isso, a gente fazia as nossas festas, a gente também se divertia. Nós estávamos naquele espaço para viver também! Formaram-se vários casais ao longo dos 90 dias, se desfizeram vários casais, enfim, a turma era muito animada. Havia discussão, havia enfim, muitas coisas que tem num grupo grande e num grupo muito diversificado né, que era o caso deles. Então... Imagina a gente estava no... Vamos dizer uma mistura desde Cuba até aqui o Brasil ...O final do Brasil. Tinha gente de toda a América Latina. E aí, imagina... As idéias são totalmente diversas... Então até chegar a um acordo comum, tinham determinadas situações que a CPP da escola tinha que está chamando, está conversando, enfim.

Carin: Entendo... São conflitos que surgem, são as contradições se acentuando. Imagino que tenha acontecido dessa maneira. Diga-me uma coisa Geovane: Estamos falando das relações entre os movimentos, entre as pessoas, entre os países. Em quais aspectos essas relações mais se intensificaram nos momentos em que vocês estavam na escola? Foi no aspecto político, afetivo, de organização... Criou-se um vínculo organizativo de ações? Ou a troca se dava apenas

nos espaços da Escola Nacional no sentido de intercambiar as experiências de lutas? O que se intensificou mais nessa relação internacional?

Geovane: Assim como as relações e suas intensificações, elas oscilavam né, mas... Na minha avaliação o aspecto político, as relações políticas é o que mais se intensificou. É lógico que existem as relações mais pessoais, as coisas mais... A parte política foi a que mais se intensificou. A gente acabou, enquanto movimento... acabou tendo essa aproximação. No aspecto organizativo, eu creio que assim né, a gente enquanto grupo, num todo trocou essa experiência e isso foi para muito além dos espaços da Florestan. A companheirada mesmo depois que saiu da Florestan, a gente tem contato, a gente hoje sabe o que acontece em cada país que os companheiros estão, com os movimentos deles, quais são as atividades. A gente criou um grupo hoje, do qual a gente conversa constantemente troca as informações, troca ideias. Porque em muitos aspectos, em muitos lugares o inimigo ele é o mesmo né, aí a gente acaba fortalecendo as nossas organizações a partir disso.

Eu lembro quando a gente foi escolher o nome da turma do que a gente... A partir do que a gente queria, da divergência de ideias, das discussões e do que a gente chegou, foi muito interessante! Acho que da última vez que você foi à escola, que eu te vi lá, eu não lembro, mas eu acho que a gente ainda não tinha escolhido o nome da turma. A gente passou mais de três dias fazendo a discussões em grupo, fazendo plenária para poder escolher o nome da turma. E aí é assim... Para escolher o nome da turma, a gente acabou trabalhando desde gênero e mais um tanto de coisa. Mostrava o nível de consciência que a turma estava chegando. Durante o curso, também houve essa questão da maturidade enquanto militante. Houve esse avanço, um avanço muito grande. Daí hoje, a gente tem esse contato com os companheiros e aí né, assim, a maneira como eles voltaram é lógico que não é unânime, não são todos, mas tem muitos deles que se destacam como liderança, que assume responsabilidade enquanto liderança em seus movimentos e eu acho que isso mostra que aquilo que a gente trocou enquanto experiência foi importantíssimo.

Carin: Geovane, você inicialmente tinha falado que tinham muitos países presentes no curso, se não me engano doze... Várias organizações de várias partes do mundo. Você lembra quais foram esses países? E se você puder falar das organizações presentes. O que você lembrar.

Geovane: Vou tentar lembrar aqui: Cuba, Guatemala, Haiti, Paraguai, Argentina, Colômbia, Peru, Panamá, Brasil não me lembro mais.

Carin: Não tem problema não lembrar todos os países. Vou voltar um pouco para as dinâmicas das aulas. Você falou que teve aulas de economia, de história da América Latina. Você poderia dizer como era essa grade? Quais disciplinas vocês tiveram, como eram feitas essas aulas, os detalhes... Eram aulas expositivas? Vocês tinham que apresentar trabalhos? Tinha prova? Como era isso?

Geovane: Eram aulas expositivas e ao mesmo tempo eram aulas muito participativas. Eu tenho todo material sistematizado está na biblioteca do movimento, um monte de material e aí é assim, a gente não tinha avaliação escrita né, a gente fazia avaliação em grupo, a gente fazia avaliação dessa forma, não era muito exigido esse tipo de avaliação como no caso da escola tradicional, mas requer que o aluno aprenda. A gente frisava muito isso, enquanto participante do curso. Tiveram algumas semanas que tiveram modificações nos nossos horários e aí é assim... Uma das coisas que a gente acabou reclamando. A gente entende que tinha dificuldade e tudo, mas a gente acabava reclamando porque a gente não queria, digamos perder nada que nos beneficiaria naquele momento. Além de ser uma aula participativa e diferente da escola tradicional, onde o professor é o todo poderoso e sabe tudo a gente também... O que a gente sabe, a gente acabava interagindo e contribuindo nisso né. Eu lembro que a gente tinha aula de cultura, uma das disciplinas que nós tínhamos quem acabou dando essa disciplina, foram os próprios companheiros da turma. Nós nos juntamos e cada um que sabia passou para os demais para os demais que não sabiam aquele determinado assunto. A gente fez aula de dança, de teatro, os

próprios companheiros fizeram isso. Além disso, a gente tinha, por exemplo, no tempo de estudo, nós tínhamos as leituras...Eram direcionadas, nós lemos, por exemplo, As veias abertas da América Latina, nós lemos textos de Mariátegui, nós lemos diversos livros que eram indicações do curso para que a gente pudesse estar lendo. Além de filmes que nós assistíamos e fazíamos debates em torno das discussões em torno do que a gente estava vendo. Além das...Dos dias de sábados, como você participou de dois, durante o período em que eu estava lá...Tinham pessoas que vinham só para trabalhar temas específicos, como foi o caso do Léo Panitch que veio falar do imperialismo, além de outros companheiros que vieram dar essa contribuição.

Carin: Você disse que existem vários materiais que estão na biblioteca, várias apostilas. Como são esses materiais, o que tem neles, quais são os conteúdos, enfim... E também aproveitando que estamos falando sobre as aulas, gostaria de saber se o internacionalismo é enfatizado nelas, há um estudo das internacionais dentro da grade curricular? Ou o internacionalismo, a organização internacional dos trabalhadores ela aparece quando os professores narram os fatos históricos que aconteceram de acordo com as circunstâncias? Como é isso, levando em consideração que há a presença internacional dentro da escola. Como as lutas e organizações internacionais são apresentadas na ENFF?

Geovane: dentro da grade curricular do curso, não tem um espaço que eu diria que é para se falar das internacionais, falar do internacionalismo. Mas em diversas disciplinas, como é o caso da “teoria da organização de estratégia, se fala e se frisa muito a questão do internacionalismo”. Diversos expositores, diversos professores, que vem falar na Florestan, eles colocam a importância da luta de classe internacional e aí é assim, quando a gente fala do inimigo comum a todos, é uma das coisas que a gente frisa a união internacional, a necessidade de se unir internacionalmente para que? Para que a gente possa estar combatendo esse nosso inimigo. Se menciona muito isso. Só não tem a disciplina especificamente para se falar das internacionais.

Carin: Geovane...Então... Como você falou que um dos professores colocou que há a necessidade de entendermos a luta de classes por vivermos numa sociedade onde existe luta de classes, onde o inimigo é internacional há a necessidade de se organizar internacionalmente. Nesses cursos foram apresentadas as estratégias e táticas para se organizar internacionalmente? Foi colocado por algum professor? Isso acabou desdobrando em ações concretas depois do curso? Ações em determinados lugares, com a participação de pessoas que estavam no curso ou a coisa ficou ali naquele momento para amadurecer? Enfim, teve essa discussão feita entre vocês? Acrescentando, eu fiz uma entrevista como Paulo Almeida um dos coordenadores da ENFF, e ele me disse que a base de pensamento da escola é o marxismo, penso que você pode constatar isso na prática, é isso mesmo?

Geovane: Então assim, eu diria que estrategicamente, taticamente, nós não planejamos dentro da escola isso né. Mas isso não pára. O curso como eu sempre frisei, no final do curso, que o curso não acaba quando a gente sair de dentro da escola naquele dia. A turma tinha o nome de Cordón Cerrillo, ela não se encerrou em 30 de novembro de 2013, ela perpassa isso, e aí a gente acaba participando de outros espaços que fortalecem a luta enquanto luta internacional. Seja o MST, seja o MAB, seja a Via Campesina Brasil, seja a Via Campesina Internacional, seja a Consulta ou qualquer outro movimento, seja do Brasil ou de qualquer outro país, a gente sempre está junto. As brigadas internacionais, então... Foi falado muito. No período passaram uma turma que ia para a Palestina fazer um trabalho lá, pessoas que estavam indo para o Haiti, da Índia. A turma acabou tendo esse contato e não parou por aí, nós tivemos companheiros da própria turma que fez intercâmbio posterior à turma no México... Brasileiros né. Companheiros de outros países que saíram, por exemplo, do Chile e foram para a Argentina nas atividades. A gente está sempre movimentando para tentar levar as coisas em nível internacional. Eu aqui na região norte, como estou no MAB na região norte, a gente tem um papel na construção do MAR, que é o movimento dos afetados por represa a nível internacional. A gente está em

parceria com movimentos como o movimento indígena da Bolívia, o movimento do Peru, aqui próximo da gente, a gente tem se aproximado cada vez mais disso, e isso acabou perpassando aquele espaço do curso, essa estada no curso perpassa para além. É à base de tudo, de toda a ideologia, de tudo o que é pensado na escola, não tenha dúvida de que é o marxismo, todas as grandes pessoas que passaram lá, desde os estudantes até as pessoas que foram trabalhar conosco, eram pessoas muito bem preparadas e com ideologia muito fundamentada no marxismo, não tenha dúvida que o marxismo ele é amplamente trabalhado em todos os espaços da Florestan.

Carin: Geovane deixa-me fazer apenas mais duas perguntas. Uma é sobre a pesquisa e a outra é muito mais uma curiosidade minha.

Com relação à pesquisa: o trabalho que vocês desenvolveram na ENFF... quando o curso acabou, foi registrado? Foi produzido algum material? Vocês registraram os momentos? E se registraram, qual foi a intenção? Foi apenas para registrar o momento histórico ou para ser levado aos movimentos de origem de cada militante, já que os militantes presentes na ENFF representavam seus movimentos? Foi produzido alguma coisa para que fosse levado para os movimentos ou apenas os materiais que vocês tiveram acesso ou algo específico, ou as duas coisas? E a outra pergunta é sobre o tempo educativo trabalho. Quais eram os trabalhos que vocês realizavam na ENFF? Eu lembro que vocês estavam no lago... Tanque de peixes, enfim, quais eram os trabalhos desse tempo educativo? Você me disse que passou por vários, que fez rodízios... Como é isso? É humanizante, de fato esse trabalho como princípio educativo?

Geovane: Todo curso é sistematizado, não só para ficar no arquivo da escola que a escola hoje ela está em processo de formação... Então assim... em processo de construção, inclusive da sua própria história. Então tem que ficar sistematizado na escola. Todo o material sistematizado na escola foi disponibilizado e todo aluno pode levar para si esse material sistematizado tanto o que foi escrito, quanto fotografia, quanto vídeo, todas as atividades. A gente tem elas sistematizadas hoje. Isso para que? Para que a gente não só ter um arquivo pessoal, mas para que a gente possa compartilhar isso, essa vivência. Tem coisa que eu não consigo lembrar depois de um ano, de dois anos e de cinco anos, mas tem coisa se você tiver uma fotografia se eu ler um texto eu vou conseguir lembrar tudo o que eu vivi. Então tem essa importância. Quanto ao trabalho como princípio educativo, eu enquanto... Enquanto participante do curso, quando eu cheguei à escola, eu fiquei na tarefa da horta coletiva, e aí foi onde eu passei mais tempo. Quando eu saí da horta coletiva, eu fui para cozinha para lavar louça e aí nos finais de semana eram os dias de sobrevivências, no caso no domingo, a gente ajudava a fazer salada, às vezes trocava de tarefa, lavava banheiro, limpava a casa, enfim, além disso, nos nossos quartos todo dia a gente tinha uma dupla para fazer a limpeza no quarto e no banheiro, então quando você passou na escola você observou que não tem muita gente que trabalha na escola, funcionário da escola tem poucos militantes liberados. A escola ela é auto-gestada pelos próprios alunos, tem poucas pessoas que são responsáveis pelo transporte, tem pessoas que são responsáveis para fazer a nossa comida, nossa alimentação, tem pessoas que são responsáveis pela biblioteca, por espaços assim, nos espaços gerais de limpeza, são os próprios alunos que fazem. Depois disso eu passei pela cultura, eu organizava as noites culturais, festas, selecionava as músicas, para que a gente não pudesse ter músicas indesejáveis. Preparei algumas atividades e o último lugar que eu fiquei na escola, foi na segurança, lá na guarita, só que é assim, todos os espaços que a gente acaba passando, tem seu princípio educativo e todas... E a importância disso é você saber que não importa que você esteja lavando o banheiro, sistematizando o material para nós, ou cuidando de qualquer outro espaço da escola, é igual, é importantíssimo.

Carin: Poxa Geovane! Eu quero agradecer pela entrevista, foi uma conversa muito rica e com certeza contribuirá consideravelmente para nossa pesquisa. Não tenha dúvidas! Agradeço a disponibilidade! Depois de transcrita mandarei para ti. E pergunto se você autoriza colocar seu nome quando forem citados os trechos da entrevista?

Geovane: Não tem nada que agradecer, se você está fazendo um trabalho que vai contribuir para Florestan e vai contribuir para nós da classe trabalhadora, isso já é importantíssimo. Só tenho que desejar sorte e espero que essa entrevista possa contribuir para o trabalho e para a pesquisa, espero estar aí no dia que você for fazer sua defesa do seu mestrado vou tentar me programar para que isso aconteça.

E assim...Cada vez que a gente vai à Florestan ou em qualquer espaço que a gente se sente como parte daquele espaço, que é o caso da escola, são momentos únicos e assim, depois que eu saí de lá até hoje, eu estou muito mais atarefado. Então assim, hoje eu estou muito mais atarefado. Então assim, hoje eu estou sentindo muito mais o peso da responsabilidade de ter participado do curso de teoria política Latino americano 2013. Eu hoje estou com muito mais tarefa, me sobrecarreguei por conta de ter participado, mas é assim, pela confiança que depositaram em mim e pelas pessoas que lá estiveram e que contribuíram para que eu pudesse aprender mais coisas, para que eu pudesse hoje tentar organizar e já sei na minha cabeça que ainda é meio complicado porque são muitas informações é...Mas eu acho que foi uma coisa, uma vivência única, não sei se vou viver isso em outros espaços. A gente consegue assemelhar, mas não é a mesma coisa eu acho um pouco difícil e aí é assim, a gente tá aí enquanto militante, enquanto pessoa, enquanto movimento para contribuir para a luta.

Quanto ao uso das gravações pode usar o meu nome, não tem problema nenhum.